



FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

HYGINO VASCONCELLOS

**USO E APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) POR
REPÓRTERES BRASILEIROS: A EXPERIÊNCIA DE JORNALISTAS DA *FOLHA
DE S.PAULO* E O ESTADO DE S.PAULO EM 2017 E 2018**

Porto Alegre

2020

HYGINO VASCONCELLOS

**USO E APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) POR
REPÓRTERES BRASILEIROS: A EXPERIÊNCIA DE JORNALISTAS DA *FOLHA
DE S.PAULO* E O ESTADO DE S.PAULO EM 2017 E 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Cassilda Golin Costa
Coorientador: Marcelo Ruschel Träsel

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Vasconcellos, Hygino
USO E APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(LAI) POR REPÓRTERES BRASILEIROS: A EXPERIÊNCIA DE
JORNALISTAS DA FOLHA DE S.PAULO E O ESTADO DE S. PAULO
EM 2017 E 2018 / Hygino Vasconcellos. -- 2020.
294 f.
Orientadora: Cida Golin.

Coorientador: Marcelo Träsel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Jornalismo. 2. Lei de Acesso à Informação. 3.
Transparência. 4. Rotinas produtivas. I. Golin, Cida,
orient. II. Träsel, Marcelo, coorient. III. Título.

HYGINO VASCONCELLOS

**USO E APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) POR
REPÓRTERES BRASILEIROS: A EXPERIÊNCIA DE JORNALISTAS DA *FOLHA*
DE S.PAULO E O ESTADO DE S.PAULO EM 2017 E 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovado em 30 de junho de 2020

Banca examinadora:

Profa. Dra. Cassilda Golin Costa (UFRGS) - orientadora

Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel (UFRGS) - coorientador

Prof. Dra. Paula Melani Rocha (UEPG)

Prof. Dr. Rogério Christofolletti (UFSC)

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação foi marcada pela perda de duas pessoas importantes para mim: a minha orientadora Luciana Mielniczuk, dias antes de iniciar o curso; e a minha mãe Zaionara Pinheiro Farinha, há poucos dias de terminar o trabalho. A Luti foi minha orientadora na graduação e foi uma das pessoas que me incentivou a voltar à vida acadêmica, após dez anos. Já a minha mãe não entendia muito bem o que era um mestrado, mas apoiava meu retorno à universidade. Boa parte destas páginas foram escritas em uma poltrona do hospital - no quarto, ao lado da minha mãe, ou esperando mais uma cirurgia. Para mim, a conclusão deste trabalho é uma vitória, que vou levar para toda vida.

Agradeço inicialmente a professora Cida Golin que abraçou este trabalho, mesmo sem relação com os projetos desenvolvidos por ela. Obrigado pela paciência e pelos retornos assertivos. Agradeço também ao professor Marcelo Träsel pelas considerações e acompanhamento do trabalho.

Também devo um agradecimento especial ao meu marido Tiago Massante que lidou com momentos de estresse, angústia e ansiedade. Vem dele pedidos de calma para levar em frente o trabalho e não desistir. Obrigado também à Dory, meu animal de estimação, que não desgrudava dos meus pés enquanto escrevia.

Agradeço também minha irmã, Cristine Vasconcellos, por ter ficado duas semanas em Porto Alegre para acompanhar nossa mãe. E à minha tia Rosemary Pinheiro, uma das poucas pessoas da família da minha mãe que esteve ao meu lado.

Também agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos colegas do Laboratório de Edição, Cultura e Design (LEAD) e aos profissionais entrevistados nesta pesquisa. Obrigado também aos meus amigos e colegas do curso de pós-graduação pelo incentivo e apoio.

*A mãe quer uma casinha branca rodeada de
pés de laranjeira. Ela viu um quadro assim
numa folhinha*

(STEINBECK, John. Vinhas da Ira, 2013, s/p)

RESUMO

Esta dissertação investiga como se dá o uso e a apropriação da Lei de Acesso à Informação por profissionais de dois jornais de referência no país, após a consolidação da LAI no Brasil. A intenção foi verificar se, passado o clamor inicial, a legislação ainda continua sendo utilizada e que forma pelos profissionais de *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo e entrevistas em profundidade. Na pesquisa foram identificadas 187 reportagens com referência à LAI nos dois jornais - 131 na *Folha* e 56 no *Estadão* -, assinadas por 100 profissionais. A partir desse levantamento, foram escolhidos dois jornalistas de cada veículo que mais produziram reportagens com Lei de Acesso à Informação. Com eles foram feitas entrevistas de profundidade, do tipo semiabertas e presenciais. As matérias selecionadas e as transcrições das entrevistas passaram por análise de conteúdo do tipo categorial. Entre os resultados obtidos está que jornalistas detêm um repertório próprio para tirar mais proveito dos recursos advindos com a legislação e, apesar do fator tempo imperar nas rotinas produtivas da profissão, os repórteres conseguem gerenciar os prazos estendidos da lei com o tempo exíguo de produção das matérias. Entretanto, a pesquisa identificou baixo uso de linguagem de programação na análise dos pedidos e que a Lei de Acesso à Informação ainda é utilizada de maneira acessória e secundária nas rotinas produtivas do jornalismo, principalmente para reportagens especiais, mesmo passado oito anos de implantação da legislação. Além disso, as fontes orais, antes tidas como primordiais para o trabalho jornalístico, passaram a ter papel de complementação e não mais como fonte primária, segundo os profissionais entrevistados. Também, percebeu-se que fatores externos, como eleições presidenciais, acabaram interferindo na quantidade de reportagens produzidas pelos profissionais em 2018 na comparação com o ano anterior. Ainda, a pesquisa identificou que, apesar de serem veículos de abrangência nacional, não apresentam uma organização própria para evitar que dois profissionais façam o mesmo pedido de LAI, inclusive sem se comunicar sobre o que está sendo solicitado devido à concorrência.

Palavras-chave: Jornalismo; Lei de Acesso à Informação; Transparência; Rotinas produtivas.

ABSTRACT

This dissertation investigates how the *Freedom of Information Act (FOIA)* is used and appropriated by professionals of two national leading newspapers, after the consolidation of FOIA in Brazil. The intention was to verify if, after the initially outcry, the legislation is still being used and how it happen by professionals of *Folha de S.Paulo* and *O Estado de S.Paulo*. The methodology used was content analysis and in-depth interviews. In the survey, 187 reports were identified with reference to FOIA - 131 in *Folha* and 56 in *Estadão* -, signed by 100 professionals. After survey, two journalists were chosen from each media, who produced the most reports with the *Freedom of Information Act*. In-depth, semi-open and face-to-face interviews were conducted with them. The selected articles and the decoupages of the interviews went through the content analysis, of the categorical type. Among the results obtained is that journalists have their own repertoire to take more advantage of the resources arising from the legislation and, despite the time factor prevailing in the profession's productive routines, reporters are able to manage the extended legal deadlines with the short production time of reports. However, the research identified low use of programming language in the analysis of requests and that the *Freedom of Information Act (FOIA)* is still used in an accessory and secondary way in the productive routines of journalism, mainly for special reports, even after eight years of implementation of the legislation. In addition, the oral sources, previously considered essential for journalistic work, started to have a complementary role and no longer as a primary source, according to the professionals. We also noticed that external factors, such as presidential elections, ended up interfering with the number of reports produced by professionals in 2018 compared to the previous year. In addition, the research identified that, despite being nationwide vehicles, they do not have their own organization to prevent two professionals from making the same FOIA request, even without communicating about what is unsolicited due to the competition.

Keywords: Journalism; Freedom of Information Act; Transparency; Productive routines.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de países que adotaram lei de acesso à informação	51
Quadro 2 - Reportagens selecionadas	90
Quadro 3 - Reportagens por profissional e por veículo	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Reportagens com o termo Lei de Acesso à Informação.....	82
Gráfico 2 — Divisão das reportagens com citação à LAI por editoria na Folha ...	83
Gráfico 3 — Divisão das reportagens com citação à LAI por editoria no Estadão	84
Gráfico 4 — Separação das reportagens por categorias	87

LISTA DE SIGLAS

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

AC - Análise de Conteúdo

CGM - Controladoria-Geral do Município

CGU - Controladoria-Geral da União

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Compesq - Comissão de Pesquisa

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

FOIA - Freedom of Information Act

FAB - Força Aérea Brasileira

IVC - Instituto Verificador de Comunicação

JP - Jornalismo de Precisão

JGD - Jornalismo Guiado por Dados

LAI – Lei de Acesso à Informação

ONU - Organização das Nações Unidas

OGE - Ouvidoria-Geral do Estado

RAC - Reportagem Assistida por Computador

RTI - Right to Information Rating

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ESPECIFICIDADES E LÓGICAS DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO	18
2.1 APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JORNALÍSTICO.....	18
2.2 CREDIBILIDADE E OBJETIVIDADE COMO VALORES DE BASE	25
2.3 ROTINAS DE PRODUÇÃO E ACESSO ÀS FONTES	31
2.4 DO JORNALISMO DE PRECISÃO AO JORNALISMO DE DADOS	44
3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: DO PASSADO AO PRESENTE	50
3.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	50
3.2 PERSPECTIVAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRANSPARÊNCIA	53
3.3 CARACTERÍSTICAS DA LEGISLAÇÃO.....	60
3.4 APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO PELOS JORNALISTAS NO BRASIL.....	67
4. A LAI NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	76
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	76
4.2 PRIMEIROS PASSOS: PESQUISA INICIAL DE REPORTAGENS	81
4.3 ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS.....	90
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	97
4.4.1 Categoria: finalidade do uso da LAI	97
4.4.2 Categoria: aspectos técnicos	103
4.4.2.1 Categoria: aspectos técnicos — organização da pauta	104
4.4.2.2 Categoria: aspectos técnicos - temporalidade da produção.....	113
4.4.2.3 Categoria: aspectos técnicos — relação com a tecnologia.....	118
4.4.2.4 Categoria: Aspectos técnicos - relações externas	121
4.5 PERCEPÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
APÊNDICE A — ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JORNALISTAS	145
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM ARTUR RODRIGUES	150
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM CÂMILA MATTOSO	180
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM LUIZ FERNANDO TOLEDO	203

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MARCELO GODOY	243
ANEXO A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).276	
ANEXO B - REPORTAGENS SELECIONADAS.....	288

1 INTRODUÇÃO

A motivação da pesquisa surge do interesse pessoal em compreender a Lei de Acesso à Informação (LAI) como uma nova ferramenta para o trabalho jornalístico, possibilitando o acesso a dados antes reservados a um grupo limitado de pessoas.

Minha atuação profissional como jornalista - na maior parte como repórter de periódicos impressos - acabou reforçando meu contato com a LAI já em 2012, quando a legislação entrou em vigor no Brasil. Ao longo dos anos, pude identificar facilidades e dificuldades do uso da lei para a prática jornalística. Entre os entraves encontrados na transparência passiva - quando se faz um pedido para o órgão público repassar uma informação - está o disparate entre tempo de espera de pedidos feitos, que podem passar de 20 dias, frente ao curto *deadline* do jornalismo diário. Foram muitas as vezes em que as informações obtidas pela LAI serviam apenas para reportagens especiais, com tempo de produção maior em relação ao *hard news*.

Com o uso mais contínuo da Lei de Acesso nas minhas rotinas de trabalho no jornalismo, também acabei me deparando com descumprimento de prazos para atendimento de solicitações, pedidos respondidos pela metade e informações desconstruídas. As duas últimas situações me forçaram a entrar com recursos para ter a solicitação atendida, o que arrastava ainda mais o processo de obtenção de dados. Não foram raros os casos em que se passaram meses até conseguir a informação solicitada - ainda mais quando o pedido chegava à última instância recursal: a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), no caso do governo do Rio Grande do Sul ou na Controladoria-Geral da União, para pedidos direcionados à União.

A cada dificuldade encontrada, questionava-me se outros repórteres passavam pela mesma situação no uso da LAI na prática jornalística. Em conversa com outros profissionais descobri, para minha surpresa, que as situações se repetiam apesar destes estarem em Estados e cidades completamente diferentes. Passados oito anos da lei em vigor, o cenário pouco mudou, o que me motivou ao aprofundamento nos estudos sobre a legislação durante a pós-graduação.

Meu interesse surgiu em verificar o quanto, de fato, a Lei de Acesso à Informação tem influenciado nas rotinas de outros profissionais. Parti do pressuposto que havia uma maneira diferente de fazer as reportagens com o uso da LAI, o que

podemos chamar de especificidades, marca do campo jornalístico (TRAQUINA, 2005; NEVEU, 2006; LISBOA, 2012).

Primeiro, de ordem temporal. As matérias elaboradas com a LAI exigiam mais tempo de produção já que, em muitos casos, os órgãos não disponibilizam as informações prontamente, sendo necessário ingressar com recursos. Ao invés de uma produção restrita a horas ou a poucos dias, a apuração poderia levar meses. Conciliar com a produção diária nem sempre é uma tarefa fácil, tornando as informações obtidas com a LAI mais usadas para matérias especiais ao invés do *hard news*. Wolf (1999) já dizia que a escassez do tempo é um dos elementos fundamentais das rotinas produtivas no jornalismo. Já Lippmann (2008) reforça que sem a rotinização a cobertura dos acontecimentos seria um milagre. Schudson (2003) entende que a limitação de tempo e de dinheiro tornaram o jornalismo dependente das fontes.

Segundo, de ordem técnica e organizacional. Essas reportagens demandavam, em muitos casos, análises de planilhas, cruzamento de bancos de dados e, inclusive, uso de linguagem de programação. Habilidades que podem ser chamadas de conhecimentos especializados ou *hard skills* (ANDERSON et al., 2013), bem como denotar um status de *expert* (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016) para o profissional. No passado, o uso de técnicas no jornalismo acabou por gerar profissionalização e introduziu um repertório de saberes para os repórteres (SCHUDSON, 2003; TRAQUINA, 2005).

Terceiro, de ordem relacional. Usar a LAI acabava por alterar as relações com as fontes, recorridas apenas como complemento e não mais como fonte primária. Até mesmo as assessorias eram menos utilizadas, já que as informações poderiam ser obtidas de outra maneira, através dos sistemas de transparência. Para Lisboa (2012), as fontes concedem credibilidade ao jornalismo já que dão garantias ao público para que acreditem no relato dos repórteres.

Logo, esta pesquisa tem como guia a seguinte pergunta problematizadora: após a consolidação da LAI no Brasil, como se dá o uso e a apropriação desta legislação por profissionais de dois jornais de referência no país? O objetivo principal é verificar o uso da LAI por repórteres da *Folha* e *Estadão*, após o período de consolidação da lei no país. Já os objetivos específicos são:

a) apurar os motivos que levaram os jornalistas a utilizar a LAI e como entendem esta ferramenta de produção;

b) apontar o quanto a LAI interfere na organização das pautas produzidas pelos jornalistas entrevistados;

c) refletir sobre a temporalidade da produção jornalística com uso da LAI e os recursos tecnológicos utilizados pelos jornalistas para leitura dos dados obtidos;

d) ponderar sobre as dificuldades encontradas no uso cotidiano da legislação.

Para diferenciar de outras pesquisas, optou-se por restringir a seleção das reportagens a 2017 e 2018, respectivamente o quinto e sexto anos da legislação em vigor. A limitação a esse período ocorreu para identificar se, passado o furor inicial, a LAI continuava sendo aplicada pelos jornalistas. Além disso, esses dois anos foram escolhidos em razão de os trabalhos relacionados ao uso da LAI por periódicos nacionais ficaram restritos aos primeiros anos de surgimento da legislação, enquanto nos últimos anos foram realizadas pesquisas regionalistas em jornais do Nordeste.

A presente pesquisa se guiou por dois instrumentos metodológicos: a análise de conteúdo e a entrevista em profundidade. A primeira foi utilizada nas reportagens selecionadas, enquanto a outra na conversa com os jornalistas.

A escolha da entrevista em profundidade como técnica acabou trazendo uma riqueza de informações para o trabalho, além de percepções dos jornalistas sobre o que, de fato, a LAI representa para eles e como ela é usada no dia a dia. Talvez sem esse contato próximo com os profissionais e sem o aprofundamento das questões, os resultados não seriam os mesmos.

A partir da definição dos jornais, seguiu-se para a identificação das reportagens com citação à Lei de Acesso por meio da busca por palavras-chave nos sites dos dois periódicos. A partir deste rastreamento, conseguiu-se chegar a 131 reportagens na *Folha* e 56 matérias no *Estadão*, totalizando 187. Ao todo 100 profissionais dos dois veículos desenvolveram reportagens com referência à LAI.

Pelo levantamento foi possível identificar os jornalistas que mais produziram reportagens com a LAI, os quais foram convidados a participar da pesquisa por meio de entrevistas. São eles: Artur Rodrigues e Camila Mattoso, da *Folha de S.Paulo*, e Luiz Fernando Toledo e Marcelo Godoy, do *Estadão*. Somados, os quatro repórteres produziram 29 matérias, o que corresponde a 15% do total analisado.

Com a definição dos nomes, foram marcadas as entrevistas - todas presenciais. Apenas Mattoso foi ouvida em Brasília, enquanto os outros três em São Paulo. Para as entrevistas, desloquei-me de avião de Porto Alegre para São Paulo na madrugada do dia 4 de novembro de 2019, permaneci dois dias na capital paulista e, na

madrugada de 6 de novembro, embarquei para Brasília. Somadas, as entrevistas duraram pouco mais de cinco horas - que podem ser conferidas na íntegra no final deste trabalho (Apêndices B a E).

O levantamento inicial das matérias forneceu detalhes da produção jornalística, que ajudou a entender como a LAI está inserida nas redações. Por exemplo, foi possível perceber de que maneira a legislação era referenciada nas matérias: se era fonte da informação, se apenas foi citada ou, ainda, se a reportagem ganhou forma após a recusa a uma solicitação. Além disso, conseguiu-se identificar se foram feitos pedidos secundários para complementar a reportagem ou se a matéria foi publicada apenas com dados recebidos pela LAI.

Além desta introdução, esta dissertação está dividida em outros três capítulos. No próximo, será feita uma discussão teórica sobre aspectos que influenciam na produção das notícias, considerando as rotinas produtivas dos repórteres. Para isso, o jornalismo é situado dentro de um campo, que apresenta uma série de peculiaridades, com a existência de técnicas próprias como o lead e a pirâmide invertida, a interferência de fontes externas ao conteúdo e a pressão do tempo sobre a produção jornalística. O capítulo detalha a evolução do jornalismo de precisão para o jornalismo de dados.

No terceiro capítulo, será exposta a primeira Lei de Acesso à Informação, criada em 1766, na Suécia, e outras legislações do gênero. Nesta parte do trabalho, discorre-se sobre questões de transparência e publicidade de informações. Também são apresentadas diferenças da lei sueca com a versão brasileira, que entrou em vigor em 2012. Por último, detalha-se o cenário da pesquisa sobre LAI no jornalismo.

No quarto capítulo, constam os resultados da pesquisa. Inicialmente, será apresentado todo o desenrolar metodológico, com descrição pormenorizada dos caminhos para chegar aos profissionais entrevistados. Como já citado nas páginas anteriores, será detalhado a seleção das reportagens e a categorização dessas. As entrevistas, consideradas o *corpus* de análise, também vão passar por categorização.

2 ESPECIFICIDADES E LÓGICAS DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO

Neste capítulo procuro inicialmente fazer uma discussão teórica sobre os aspectos que influenciam na produção de notícias, considerando as rotinas produtivas dos jornalistas. Inicialmente, situo esse processo dentro do campo jornalístico, discuto a influência das fontes e faço uma reflexão sobre o papel dos veículos de comunicação.

Em seguida, apresento uma evolução histórica do jornalismo de precisão até o jornalismo de dados. Apesar das diferenças, essas nomenclaturas remetem à especialização do jornalismo, no qual se insere o uso da Lei de Acesso à Informação no jornalismo. A intenção deste capítulo é construir uma perspectiva teórica dentro dos estudos do jornalismo, buscando responder à pergunta guia da pesquisa.

2.1 APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JORNALÍSTICO

Por muito tempo, considerou-se a linguagem como instrumento capaz de ser fiel ao acontecido. Uma das mais antigas teorias do jornalismo entendia que as notícias são como são porque a realidade assim as determina (TRAQUINA, 2005), e tendo o jornalista como um comunicador desinteressado. Mas a história mostraria que havia outros elementos por trás (BERGER, 1998). Para tentar complexificar essa relação de causa/efeito (acontecimento/linguagem) entra em cena a semiologia, que:

Ensinou a ver os fatos como relatos, e da história, que chamou a atenção para a natureza textual do passado. Logo, as notícias eram relatos de alguém sobre o acontecimento que, por sua vez, só era acessível a este alguém porque era relatável. E história só se fazia história através de relatos sobre os acontecimentos passados (BERGER, 1998, p. 17).

A autora observa que há um abismo de incompreensões entre a linguagem como instrumento do real e o próprio real. Ainda, conforme Berger, problematizar a existência do real faz sentido para a filosofia ou para a semiologia, mas é um exercício incomum entre os jornalistas. O discurso narrado nos jornais, rádios e canais de televisão “tem sempre uma referência efetivamente acontecida” (BERGER, 1998, p. 18). A própria expressão verbalizada de uma realidade, característica que identifica o jornalismo, a história e a ficção, acaba por diferenciar esses três campos.

O jornalismo *olha* o acontecimento acontecendo por todos os lados. Busca pessoas e cenas. Seu movimento é de aproximação distanciada. O tempo é presente, ele trabalha com o aqui e o agora e seu texto repercute instantaneamente.

O historiador *olha* o acontecimento acontecido através de outros olhares. Busca nos documentos, depoimentos e arquivos os elementos para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o na distância do tempo, contando com isto para a garantia do distanciamento.

O ficcionista *olha* o acontecimento acontecendo dentro dele sem ordem ou hierarquia. É a repercussão subjetiva que ancora seu relato do mundo que prescinde do distanciamento pois, justamente, reivindica o envolvimento e a entrega. (BERGER, 1998. p. 18-19).

O jornalismo, segundo Berger (1998), enuncia fenômenos sociais. Mas diferente da história, da sociologia e da ciência política, não tem o rigor científico como premissa. Baseia-se na ética e na estética. Para a autora, compreender o jornalismo passa pela problematização da referencialidade: “assim como a historiografia reconhece que o passado *foi* real, mas o acesso a ele só se dá pelos relatos textualizados e interpretados, também para o jornalismo o presente/real existe, só sendo acessível, no entanto, ao ser editado” (BERGER, 1998, p. 19, grifos da autora).

Neste ponto, a perspectiva inicial da linguagem como fiel à realidade precisa ser revista, alerta a autora. Por isso, é preciso situarmos o processo de produção de notícias dentro de um campo jornalístico que, como outros campos sociais, é caracterizado por uma série de especificidades. Há pelo menos três condições para a existência de um “campo”:

1) um número ilimitado de ‘jogadores’, isto é, agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação; 2) um *enjeu* ou prêmio que os ‘jogadores’ disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção. (TRAQUINA, 2005, p. 27).

Neveu (2006) salienta que a noção de campo pode ter uma relação dupla:

Convida a pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições simultaneamente objectivas e subjectivas, a entender cada título e cada jornalista na teia das estratégias, das solidariedades e das lutas que o ligam a outros membros do campo. Convida, por outro lado, à análise do campo jornalístico na sua relação com outros espaços sociais. Qual é a sua autonomia, ou pelo contrário, qual a sua dependência em relação aos campos económico, político e intelectual? (NEVEU, 2006, p. 45).

Traquina (2005) entende que dois polos dominantes dão forma ao campo jornalístico contemporâneo: o polo econômico - a definição das notícias como um negócio - e o polo ideológico, ou seja, as notícias como um serviço público. O autor português se questiona até que ponto o jornalista é livre no momento de escrever uma reportagem e selecionar o que vai ser reportado. Ele chega à conclusão de que a atividade do profissional da imprensa é “altamente condicionada” por uma série de fatores:

Muitas vezes o trabalho jornalístico realiza-se em situações difíceis, marcadas por múltiplas incertezas. O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes do(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que a ‘promoção’ dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais. (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Neste capítulo, busco focar na existência de profissionais especializados, avançando no entendimento da atividade jornalística como “altamente condicionada”. Schudson (2003) considera que os jornalistas não apenas reportam a realidade, mas a “criam”. Isso ocorre ao selecionar, destacar, enquadrar e dar forma às reportagens, fazendo com que os leitores e espectadores entendam que são situações reais e que correspondem às suas vidas. Ou seja, ao ter acesso a uma notícia, deparamo-nos com uma versão fragmentada, editada e selecionada pelo jornalista. Devido a essas características, Schudson (2003) considera que a notícia não é o espelho da realidade: “ela é a representação do mundo, e toda representação é seletiva. Isso significa que determinados seres humanos devem fazer a seleção; certas pessoas fazem decisões sobre o que apresentar como notícia e como apresentá-las” (SCHUDSON, 2003, p. 33).

O teórico estadunidense considera que o poder da imprensa em analisar e construir a realidade é claramente perceptível quando as histórias contam o que não está visível em um acontecimento. “Não há dúvidas, então, que os membros da imprensa têm certa autonomia e autoridade para retratar o mundo de acordo com suas próprias ideias. Eles não simplesmente ‘transcrevem’ um conjunto de eventos transparentes.” (SCHUDSON, 2003, p. 18).

No final da década de 1990, o jornalista e doutor em ciências políticas Luis Felipe Miguel estudou a relação do jornalismo com os sistemas peritos¹, que são um sistema de excelência técnica ou de competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Miguel (1999) observou que o leitor, como consumidor de notícias, também mantém uma relação de confiança similar a dos outros sistemas peritos. Para ele a situação é dividida em três momentos:

1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis. (MIGUEL, 1999, p. 199).

Segundo o autor, geralmente os sistemas peritos devem passar pela prova da efetividade, ou seja, quando o usuário testa a confiança no sistema específico. No caso do jornalismo, isso ocorre com restrições devido à sua própria característica. Por exemplo, quando um leitor verifica que foi informado o filme errado no jornal. Ele pode

¹ O conceito dos sistemas peritos foi desenvolvido na década de 1990 pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, que se preocupava com os impactos da modernidade na sociedade. Nascido em 1938 e autor de 35 livros, apresentou nas primeiras obras uma releitura de clássicos da sociologia - como Max Weber, Karl Marx, Émile Durkheim (NITZEL, 2016).

Um dos exemplos mais usados pelo sociólogo para explicar os sistemas peritos é o funcionamento de um avião. De fato, o passageiro não sabe de forma pormenorizada como aquela máquina levanta voo ou consegue se manter no ar. Apesar de ter conhecimento de acidentes aéreos, confia-se naquela engrenagem. A mesma situação ocorre ao entrar em uma casa. Segundo Giddens (1990), a residência está envolvida em um sistema perito ou em uma série de sistemas, no qual se confia que aquela estrutura não vai desabar. O sociólogo observa que, em ambas as situações, o conhecimento técnico é, no melhor dos casos, rudimentar. Giddens salienta que a condição principal para haver confiança não é a falta de poder, mas a falta de informação plena. O sociólogo define confiança como a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, a partir de um conjunto de resultados e eventos. Segundo Giddens, “essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)”. (GIDDENS, 1990, p. 44-45).

Giddens (1990) entende os sistemas peritos como um dos “mecanismos de desencaixe”, ou seja, a separação das relações sociais de contextos locais de interação em decorrência da Modernidade Radical, período compreendido a partir da década de 1960, no qual a separação entre tempo e espaço se intensificou e provocou mudanças profundas nas relações sociais. Segundo Nizet (2016), diversos fatores acabam descolando as relações sociais dos lugares em que as interações se desenrolam. “Eles colocam os indivíduos em contato com os outros, distantes geograficamente, eles os confrontam com maneiras de viver diferentes, o que provoca repercussões muito profundas em suas existências cotidianas” (NIZET, 2016, p. 94).

Além dos sistemas peritos, há outro mecanismo de desencaixe: as fichas simbólicas. As fichas simbólicas são definidas como um meio de intercâmbio que podem circular sem levar em conta características específicas dos indivíduos ou grupos. O dinheiro é um exemplo de ficha simbólica: pode passar de mão em mão sem que se considere a individualidade. Para Giddens, o dinheiro é fundamental para o desencaixe da atividade econômica moderna.

Tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos estão intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas. Para Giddens, a invenção e consequente difusão do relógio mecânico foram essenciais na separação entre tempo e espaço. O calendário e a divisão do planeta em fusos horários contribuíram para isso.

ir ao estabelecimento e verificar o erro. Entretanto, se um tsunami ocorrer do outro lado do mundo, isso é difícil de se confirmar.

Miguel (1999) salienta que comprovar ou não essa situação exige conhecimento íntimo de realidades que fogem do espectro do consumidor de informação. Também fica comprometida a crença da correta seleção das notícias, diante do estoque de “fatos” disponíveis (MIGUEL, 1999). O autor observa que uma vivência pontual pode levar aos questionamentos dos critérios. Por exemplo, um telespectador ao perceber que a passeata que participou foi ignorada pelos telejornais.

No começo do século XX, Lippmann (1922) já salientava que a cobertura das greves, por exemplo, raramente aparecia nas manchetes e ainda ganhava reduzido espaço nas páginas internas dos jornais. Segundo o escritor estadunidense, na maior parte das vezes, o relato da manifestação pelo repórter ocorria para mostrar as interferências do protesto na vida do leitor, como interrupções no trânsito provocadas pela greve - uma visão considerada simplista por Lippmann. Segundo o autor, há fatores implícitos na produção de uma notícia e desconhecidos pelos leitores.

A notícia é um relato de coisas que são interessantes e a pressão sobre o jornal para aderir a essa rotina surge de muitos lados. Vem da economia a característica de notar apenas a face estereotipada de uma situação. Vem da dificuldade de encontrar jornalistas que consigam ver o que eles não aprenderam a ver. Vem da dificuldade quase inevitável de encontrar espaço suficiente no qual até o melhor jornalista possa tornar plausível uma visão anticonvencional. [...] Todas essas dificuldades combinadas causam incerteza no redator quando matérias perigosas estão em jogo e fazem com que ele naturalmente prefira o fato incontestável e um tratamento mais prontamente adaptado ao interesse do leitor. (LIPPMANN, 2008, p. 174).

Mas como saber se um acontecimento é notícia? Os noruegueses John Galtung e Mari Holmboe Ruge identificaram doze variáveis, conforme Neveu.

O acontecimento, para fixar a atenção e para ser ouvido e entendido, tem de ser forte, claro, inesperado, significativo no contexto de uma certa cultura. A maior ou menor probabilidade de um acontecimento internacional merecer a nossa atenção depende, também do facto de ele afectar uma nação considerada “importante”, das elites sociais, do alcance das suas consequências, da possibilidade de associar personagens aos factos. É inexato, portanto, pensar que o acesso de um acontecimento às páginas do jornal ou aos ecrãs da televisão é arbitrário e inexplicável. Mas, como sublinham aqueles investigadores, mesmo que bastassem seis dos doze critérios para fazer de um facto uma informação, teríamos ainda assim um total de 924 combinações diferentes de critérios para obter esse resultado. (NEVEU, 2006, p. 66)

Neveu (2006) reconhece que a definição do que é notícia está no cerne da atividade jornalística. Entretanto, apesar de entender a eficácia desta para a produção de conteúdo, o teórico francês faz o seguinte questionamento:

Qual é o preço em inteligibilidade do mundo social destes processos de triagem que habitualmente privilegiam as notícias sobre escândalos, em detrimento das evoluções sociais profundas, ou a primazia da emoção sobre um distanciamento analítico? (NEVEU, 2016, p. 67).

Schudson (2003) enumera cinco recursos de distorção nos quais as notícias são construídas habitualmente: 1) centrada no evento, centrada na ação e centrada na pessoa; 2) negativa; 3) imparcial; 4) ênfase na estratégia e tática e 5) oficial.

Em relação ao primeiro ponto é importante destacar o entendimento de Schudson de que as notícias tendem a simplificar processos sociais complexos para enfatizar o melodrama, transformando em uma batalha moral entre o antagonista - normalmente uma pessoa ruim e outra boa. “As notícias focam em eventos visíveis, frequentemente conflitos ou conflitos violentos” (SCHUDSON, 2003, p. 48). Em segundo lugar, há a tendência por notícias consideradas negativas:

As notícias tendem a enfatizar conflito, discórdia e batalha; de uma convenção jornalística de que existem dois lados de qualquer matéria, as notícias aumentam a aparência de conflito, mesmo em casos de relativa calma. Repórteres tentam enxergar melhor, ao invés de observar a política. (SCHUDSON, 2003, p. 50).

Em terceiro lugar, Schudson argumenta que as notícias tendem a ser imparciais - um estilo neutro de redigir as matérias. O autor ressalta que isso não vale para matérias de esporte, para abordagens que dependem da simpatia humana para atrair o leitor ou telespectador e, ainda, para reportagem investigativa que presume a capacidade da indignação moral. A quarta tendência pode ser explicada na ênfase da estratégia e tática, ou seja, um jornalismo mais mecânico ao invés de ideológico. Schudson (2003) exemplifica esse agir jornalístico nas coberturas políticas: “focando no lado técnico da política possibilita aos jornalistas serem profissionais, porque eles podem permanecer separados dos ‘conflitos de interesse, perspectiva, e valores que são a parte perigosa da vida política’” (SCHUDSON, 2003, p. 51-52).

Por último, está o fato de a imprensa ser pautada por fontes oficiais. Para Schudson (2003), isso faz com que as notícias sejam estadistas, contribuindo para a tendência de cobrir vozes do Estado ante vozes civis. É interessante observar que os

jornalistas, ao recorrerem à LAI para produção das notícias, acabam novamente procurando uma fonte oficial, mas de uma maneira diferente, o que iremos abordar melhor nas próximas páginas.

Ainda sobre o tensionamento entre o real e o real reportado pelo jornalista, é interessante trazer o entendimento de Cornu (1999), de que uma informação não é a *verdade* (grifo do autor). Uma informação ocupa-se da verdade de fato e não da verdade de razão, segundo o autor. “A informação não trata de verdades matemáticas, científicas ou filosóficas, tal como são reveladas pelo espírito humano. [...] As verdades de fato podem ser estabelecidas pela observação, por testemunhas, por documentos.” (CORNU, 1999, p. 330).

Uma informação reflete unicamente um aspecto, um fragmento da realidade. Sofre, está marcada pelo selo do provisório. É notícia do dia, que será enriquecida e talvez contraditada amanhã. Contribui, no entanto, para o aumento do saber. (CORNU, 1999, p. 328).

Para Cornu (1999), o jornalista atua como um intérprete da realidade, entendida como o momento presente. O autor considera que o trabalho jornalístico depende da hermenêutica - palavra de origem grega que significa a arte ou técnica de interpretar e explicar um texto ou discurso. Mas, de certa forma, a própria hermenêutica está associada diretamente com a existência de um acontecimento. Um não existiria sem outro. Cornu entende que as interpretações sucessivas se depositam de forma estratificada e deixam sedimentos, como ocorre em um relógio de areia.

A relação entre a hermenêutica e a realidade apresentada pelo jornalista acaba definindo três condições que influenciarão a sua procura e a sua relação com a informação. A primeira delas é que a opacidade da atualidade que deixa aberta a via para interpretações diversas e contraditórias ocorre, por um lado, pela liberdade individual do jornalista que se insere em uma prática coletiva e, por outro, devido ao agendamento (*agenda setting*), em que o público tende a considerar mais importante o que é noticiado pela imprensa.

A liberdade individual do jornalista como intérprete da realidade se insere numa prática coletiva: a sua redação, que vê definidos pelo seu estatuto, pela linha editorial do media, os seus critérios de avaliação e as suas referências de interpretação; o jornalista inscreve-se, pois, necessariamente numa comunidade de interpretação. (CORNU, 1999, p. 334).

Para o teórico, a *agenda setting* atua de três formas: inicialmente, constitui o verdadeiro poder da imprensa, exerce uma síntese da verdade “violenta e enganosa”,

limitando o trabalho do jornalista e reduzindo as hipóteses de investigação. A segunda condição é a função interpretativa da *agenda setting* na sua pretensão totalitária: o que, de fato, é digno de ser relatado e por qual motivo? Por último, a existência de um sujeito da interpretação, que se opõe ao anonimato sistêmico.

Da mesma maneira que a margem de liberdade pessoal do jornalista se modula segundo a natureza da sua atividade, a marca visível do seu esforço hermenêutico está impressa na diversidade dos modos redatoriais. A hermenêutica é pouco aparente - a ponto de ser muitas vezes ignorada, e algumas negada - no ato de informação mais elementar, comum ao conjunto dos media, cujo modelo mais acabado é fornecido pelas grandes agências de imprensa generalistas: o despacho. (CORNU, 1999, p. 336).

Avançando na discussão sobre os critérios utilizados na seleção das notícias, apresento no próximo tópico dois valores que norteiam a prática jornalística: a credibilidade e a objetividade. O primeiro dá legitimidade ao trabalho dos repórteres enquanto o segundo procura garantir regras de produção e checagem ao que é reportado, a fim de evitar qualquer associação subjetiva, como ocorrido no passado devido a ligação entre jornais e partidos políticos.

2.2 CREDIBILIDADE E OBJETIVIDADE COMO VALORES DE BASE

O campo do jornalismo detém, de forma privilegiada, o capital simbólico de fazer crer (BERGER, 1998). A credibilidade, de acordo com a autora, é justamente o capital simbólico do campo jornalístico.

A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas. (BERGER, 1998, p. 22).

Para Berger (1998), a notícia pode ser entendida como a construção de um acontecimento pela linguagem, o que pode interferir na credibilidade no jornalismo.

Ao mesmo tempo, esta perspectiva enfatiza a tensão inerente ao fazer jornalístico, pois é na “crença” da superposição entre o real e o texto que reside a credibilidade da imprensa, que foi sofisticando os artifícios para comprovar a existência do real/verdade com a foto, o rádio e a tevê. A instantaneidade, o “ao vivo” ratificam a aparência do acontecimento acontecendo, logo, fato e relato são indistinguíveis. (BERGER, 1998, p. 19).

Ao construir uma reportagem, o jornalista tem o poder de incluir e excluir, de dar voz, publicizar e tornar público. Segundo Berger (1998), isso ocorre na hora de escolher a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não.

Em 2012, ao analisar a credibilidade, a partir da visão do leitor, sobre o apoio declarado ao candidato às eleições presidenciais José Serra (PSDB) em um editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, Lisboa (2012) observou que a atribuição de credibilidade não é feita de maneira cega, mas a partir de regras implícitas e, por vezes, explícitas no caso de instituições fundadas na linguagem como o jornalismo. O jornalismo, por exemplo, dá garantias ao público para que creia no relato dos repórteres. Isso ocorre porque nenhum indivíduo conseguiria reunir informações por conta própria para verificar a autenticidade de um relato.

Conforme Lisboa (2012), a credibilidade está amparada em duas noções socialmente compartilhadas sobre o que significa ser um bom informante:

a) competência, também chamada de autoridade que se refere ao conhecimento técnico e verdadeiro sobre o assunto abordado e b) integridade da fonte, que envolve aspectos relativos ao seu caráter, como disposição em compartilhar informações, compromisso com a verdade, sinceridade em expor motivações e interesses e, sobretudo, a reputação. (LISBOA, 2012, p. 16-17).

Além da credibilidade, outro valor constitui o campo jornalístico: a objetividade. Surgido no começo do século XX, o conceito ganhou forma a partir do distanciamento do jornalismo do campo político e a introdução de novas técnicas à prática jornalística. Na época, observa Traquina (2005), havia um profundo pessimismo na democracia, devido à tomada de poder em vários países por parte de forças autocráticas, incluindo partidos fascistas.

O surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos, mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança. (TRAQUINA, 2005, p. 135).

Contribuíram para essa perda da confiança nos fatos a experiência da propaganda na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e também o surgimento de uma nova profissão, as Relações Públicas.

Os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza. (TRAQUINA, 2005, p. 138).

O autor português entende que, com a objetividade, os jornalistas substituíram a fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados. “Nos anos 1930, mesmo os jornalistas dedicados à objetividade reconheciam que a reportagem objetiva era, no fim das contas, uma meta fora do seu alcance os perigos da subjetividade eram bem reconhecidos.” (TRAQUINA, 2005, p. 138).

A objetividade, de acordo com Traquina (2005), não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos adotados pela comunidade jornalística. Já Tuchman (1999) entende o uso da objetividade pelos jornalistas como um ritual estratégico, com a finalidade de se proteger dos riscos da profissão e neutralizar potenciais críticas.

Além da verificação dos fatos, esses profissionais recorrem a quatro procedimentos para atingir a objetividade (TUCHMAN, 1999). O primeiro procedimento é a apresentação de possibilidades conflituais na produção da reportagem. Em outras palavras, ouvir os dois lados, o que é considerado problemático por Tuchman (1999), devido ao risco de se assumir uma das versões como verdadeira.

A teórica exemplifica a partir de o caso de um ministro que faz determinada citação, mas que os jornalistas não têm certeza se aquilo é verdadeiro. Caso reportem essa declaração, podem ser taxados de tendenciosos ou parciais. Por isso, procura-se um ministro da oposição para contrapor e verificar se a declaração procede. “Ao apresentar ambas as versões, o repórter ‘objetivo’ permite supostamente ao leitor decidir se é o senador ou o ministro quem ‘está a dizer a verdade’.” (TUCHMAN, 1999, p. 79).

Para a autora, a produção de uma reportagem dessa maneira - apresentando dois lados - é vista como problemática. “Como dizem os jornalistas, o leitor pode não ser confrontado com pontos de vista acerca de uma notícia num só dia, mas ele irá ser confrontado com uma diversidade de pontos de vista ao longo de um certo período de tempo” (TUCHMAN, 1999, p. 80). Além disso, os jornalistas apresentam provas auxiliares que confirmam uma afirmação, que podem ser documentos ou outros testemunhos.

A apresentação de provas auxiliares consiste na localização e citação de “fatos” suplementares, que são geralmente aceitos como “verdadeiros”. Esta insistência na apresentação de “fatos” auxiliares está frequentemente presente nas críticas dos editores aos repórteres, assim como nas dos repórteres aos editores.” (TUCHMAN, 1999, p. 80).

O terceiro procedimento é o uso judicioso das aspas. Segundo Tuchman (1999), ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas deixam de participar da notícia, como se fizessem os “fatos” falarem por si próprio. Cornu (1999) acredita que a figura do jornalista como um ser que interfere na notícia já não existe mais:

O jornalista limita-se nesse caso a citar, relatar, mostrar, servir a ementa. Ao apagar-se como sujeito, não estará ele a contribuir, por outro lado, sem o saber, para alimentar a ilusão cientista do facto bruto, quando os acontecimentos que ele relata são constituídos por factos escolhidos e reconstruídos? Como se a informação fosse assim, de algum modo, depurada de toda a subjetividade! (CORNU, 1999, p. 338).

Tuchman (1999) destaca também que as aspas podem ser consideradas provas suplementares. “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” (TUCHMAN, 1999, p. 82).

O último procedimento adotado é estruturação da informação numa sequência apropriada, já visto anteriormente. Para a autora, este é o aspecto mais problemático em comparação aos outros. Tuchman (1999) observa que mesmo que o repórter, inconscientemente, interfira no lead a partir das ideias dos editores e da política da empresa, será ele o responsável pelo lead da notícia.

O repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o lead é validado pelo *news judgment* (perspicácia profissional). A invocação do *news judgment* é uma atitude inerentemente defensiva, pois o *news judgment* é a capacidade de escolher ‘objectivamente’ entre ‘fatos’ concorrentes para decidir quais os ‘factos’ que são mais ‘importantes’ ou ‘interessantes’. ‘Importante’ e ‘interessantes’ denotam conteúdo. Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo ‘importante’ ou ‘interessante’. (TUCHMAN, 1999, p. 83, grifos do autor).

Para Tuchman (1999), apesar de o uso desses procedimentos servirem como tentativa de atingir a objetividade, na verdade, acabam falhando com esse propósito:

De facto, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção selectiva, 2) insistem erradamente na ideia de que ‘os factos falam por si’, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do

jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística e 5) iludem o leitor ao sugerir que a 'análise' é convincente, ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados. Também não existe uma relação clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos). (TUCHMAN, 1999, p. 89).

Crítico da objetividade, Schudson (2003) entende que o conceito permite aos editores manter repórteres humildes sob controle:

A ideologia da objetividade era uma espécie de disciplina industrial. Ao mesmo tempo, a objetividade parecia uma ideologia natural e progressista para um grupo com aspiração profissional no momento em que a ciência era Deus, a eficiência era valorizada e as elites cada vez mais proeminentes julgavam o partidarismo um vestígio do século XIX tribal. (SCHUDSON, 2003, p. 82).

O teórico norte-americano percebe que, com surgimento da objetividade, os jornalistas tentam se afastar dos profissionais de relações públicas e publicitários que os cercavam e, ao mesmo tempo, aproximam-se do prestígio da ciência, da eficiência e das reformas progressistas. Para Schudson (2003), o desprendimento dos partidos políticos fez os jornalistas descobrirem sua nova independência cercada por "mercenários da informação", ou seja, agências de relações públicas contratadas pelo governo, empresas, políticos e outros - chamados por eles de parajornalismo.

O jornalista viu como as informações maleáveis e manipuláveis na era da propaganda haviam se tornado. Subitamente bombardeados por parajornalistas, eles sentiram a necessidade de fechar fileiras e afirmar sua integridade coletiva. Nesse ponto da década de 1920, a objetividade tornou-se um ideal ocupacional totalmente formulado, parte de um projeto ou missão profissional. Muito mais do que um conjunto de regras de ofício para afastar processos por difamação ou um conjunto de restrições para ajudar os editores a controlar seus subordinados, a objetividade era finalmente um código moral. Foi afirmado nos livros didáticos utilizados nas escolas de jornalismo e nos códigos de ética das associações profissionais. Era um código de honra profissional e um conjunto de regras para fornecer orientação e cobertura aos profissionais. (SCHUDSON, 2003, p. 83-84).

Cornu (1999) entende que a prática da informação em tempo real vive da ilusão da sua própria objetividade.

Só porque se instala uma câmera, só porque esta observa, registra e difunde em contínuo, bastará isso para que a realidade se reproduza segundo as exigências de um conhecimento objectivo? A resposta é evidente, e negativa. O acontecimento foi selecionado, o momento da rodagem foi previsto, tal como a sua duração, a colocação da câmara foi escolhida, deliberada ou fortuitamente, entre milhares de outras possíveis. (...) Os factos assim

captados são, isso é claro, constitutivos do acontecimento. Mas não bastam, ao contrário das aparências, para o constituir. Sofrem de uma falta de contexto. São como frases sem sintaxe. (CORNU, 1999, p. 339).

Já Schudson (2003) pondera que no momento em que os jornalistas reivindicaram a objetividade como seu ideal, também reconheceram seus limites. Na década de 1930, houve uma vertente para o que os contemporâneos chamavam de "jornalismo interpretativo". Nela, professores de jornalismo e profissionais da área insistiram que o mundo tinha se tornado mais complexo e precisava ser explicado ao invés de só ser relatado. "Os jornalistas insistiram que sua tarefa era ajudar os leitores não apenas a saber, mas a entender. Eles achavam que esse entendimento não tinha nada a ver com partidos ou sentimentos partidários". (SCHUDSON, 2003, p. 84).

Kovach e Rosenstiel (2004) salientam que o significado original da objetividade acabou se perdendo com o passar do tempo. Na verdade, o termo surgiu como método consistente para testar a informação precisamente para que os preconceitos pessoais e culturais não afetassem o rigor de seu trabalho.

Quando o conceito surgiu, não significava que os jornalistas estavam isentos de preconceitos. Muito pelo contrário. O termo começou a aparecer no contexto do jornalismo no início do século XX, a partir de um crescente reconhecimento de que os jornalistas tinham muitos preconceitos, embora muitas vezes inconscientes. (KOVACH; ROSENSTIEL; 2004, p. 75).

É interessante trazer a constatação de Schudson (2003) sobre a atuação da imprensa dos Estados Unidos. Segundo o teórico, os jornalistas estadunidenses instintivamente e voluntariamente abandonam o esforço de reportar de maneira neutra em pelo menos três situações: em momentos de tragédia, em momentos de perigo público e em ameaças à segurança nacional. O atentado às Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001, reuniu os três fatores:

Primeiro, em momentos de tragédia, os jornalistas assumem um papel quase sacerdotal. Na televisão, os correspondentes adotam um ar de solenidade. Essa atitude é evidente, por exemplo, na cobertura jornalística de assassinatos de líderes políticos, em funerais estatais e na cobertura do luto das vítimas dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Segundo, em momentos de perigo público, os jornalistas substituem objetividade profissional com garantia do vizinho, se o perigo vem de terroristas ou furacões. Eles procuram oferecer orientação prática e comunicar sentimentos semelhantes. Eles se tornam parte de uma campanha de saúde pública, não apenas um sistema de informação pública. Finalmente, os jornalistas rejeitam a neutralidade durante ameaças à segurança nacional. Quando estão convencidos de que a segurança nacional está em risco, de boa vontade retêm ou moderam seus relatórios. (SCHUDSON, 2003, p. 188).

No próximo tópico, abordo as rotinas de produção e o acesso dos jornalistas às fontes. Dentro das rotinas de produção, apresento a Teoria do *Gatekeeper* e conceitos como *news gathering*. Já no acesso às fontes, discuto como ocorre o contato dos repórteres com os informantes e como a estrutura organizacional interfere neste contexto.

2.3 ROTINAS DE PRODUÇÃO E ACESSO ÀS FONTES

Crer no testemunho de alguém, também requer confiança no modo de produção deste (LISBOA, 2012), o que retoma a discussão para a seleção das notícias. Lippmann (2008) reconhece que não há como ter jornalistas suficientes para cobrir todos os fatos. Daí surge a necessidade de definir o que é mais relevante. O processo remete à teoria da ação pessoal ou teoria do *gatekeeper*, desenvolvida em 1950 por David Manning White. Nela, a produção da informação passa por uma série de escolhas no qual o fluxo da notícia precisa superar os *gates* (portões em português), que são os critérios de escolha do jornalista - normalmente realizada pela figura do editor ou do repórter durante o andamento da pauta (TRAQUINA, 2005).

O processo de seleção é criticado pelo caráter subjetivo e arbitrário das escolhas dos jornalistas caracterizados como “altamente subjetivas dependentes de juízos de valor baseados no ‘conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*’” (TRAQUINA, 2005, p. 150).

Para Schudson (2003), as distorções no processo de seleção não decorrem de ações pessoais dos jornalistas, mas de fatores primários socialmente organizados dentro das estruturas e rotinas do *news gathering*.

A maioria da subjectividade nas notícias não é idiossincrática e pessoal, mas padronizada e previsível. Jornalistas não fazem decisões de forma aleatória. Precisamente por que eles estão sobre pressão de produzir um produto a cada 24 horas ou, nesses dias, cada vez mais rapidamente, eles dependem da confiável etnografia, convenções, rotinas, hábitos e premissas sobre como, por que e onde reunir essas notícias. (SCHUDSON, 2003, p. 35).

Neveu (2006) compartilha da mesma opinião de Schudson (2003) e salienta que uma das falsas percepções do trabalho jornalístico é a abordagem individualista que entende o jornalista como um profissional liberal de informação.

A competência de todo o jornalista manifesta-se e constrói-se no seio das limitações impostas por uma estrutura de interdependências com a hierarquia, os colegas, as fontes, e que nenhum devaneio sobre a liberdade do sujeito pode dissipar num passe de mágica. (NEVEU, 2006, p. 55).

Schudson (2003) considera a seleção, chamada por ele de *framing*, conceito central assim como o estudo das notícias, por afastar a ideia do viés intencional na análise delas.

Ou seja, reconhecer que as histórias jornalísticas selecionam a realidade é também reconhecer que é humanamente impossível evitar a seleção. Todo relato narrativo da realidade necessariamente apresenta algumas coisas e não outras; conscientemente ou inconscientemente, toda narrativa faz suposições sobre como funciona o mundo, o que é importante, o que faz sentido, e como deve ser. (SCHUDSON, 2003, p. 35-36).

Lippmann (2008) salienta que sem a rotinização a cobertura dos acontecimentos seria um milagre. Segundo Wolf (1999), o elemento fundamental das rotinas produtivas no jornalismo é a substancial escassez de tempo e de meios. Para o sociólogo italiano, há três fases principais da produção informativa cotidiana, encontradas em todos os órgãos de comunicação e que mais incidem na qualidade da informação, são elas: coleta², seleção e apresentação.

Na fase de coleta, também conhecida por apuração, são reunidos materiais que dão forma a um noticiário ou um jornal. Para Neveu (2006), a procura por notícia é uma das características marcantes do jornalismo norte-americano, modelo que passou a ser compartilhado em outros países. Nos EUA há até a expressão *muckracker*, que “designa os praticantes de um jornalismo de investigação, surgido nos Estados Unidos no período entre as duas guerras, que se dedica a trazer a lume os escândalos e os abusos dos poderosos” (NEVEU, 2006, p. 13). Isto é, aquele que descobre os escândalos e expõe as instituições.

De acordo com Wolf (1999), a etapa da coleta está diretamente relacionada aos recursos disponíveis, característica verificada principalmente em rádio e televisão, que executa o que pode ser feito, o que a redação “não pode deixar de dar” (WOLF, 1999, p. 218).

A fase de recolha (coleta) dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido. Isso leva, naturalmente, a

² O livro foi traduzido para português de Portugal e, por isso, neste trabalho vamos utilizar a palavra “coleta” ao invés de “recolha” para facilitar o entendimento.

que se privilegie os canais de recolha (coleta) e as fontes que melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agências (WOLF, 1999, p. 218).

Ainda, segundo o autor, na etapa da coleta se identifica o uso de fontes estáveis, conhecidas por fornecer materiais que podem ser facilmente inseridos no noticiário. Exemplo disso são as notas de agências que passam apenas por “algumas ligeiras modificações superficiais, estilísticas, ou acompanhadas de algum suporte visual” (WOLF, 1999, p. 219). A situação remete à rotinização do trabalho:

Esta forma de organizar a recolha dos materiais noticiáveis está intrinsecamente ligada à necessidade de rotinizar o trabalho, o que provoca uma limitação substancial e uma redução - atenuadas, porém, pela estabilidade e pela produtividade - dos possíveis canais de recolha. Com os valores/notícia, também neste caso prevalecem os procedimentos que satisfazem simultaneamente mais exigências (racionalização do trabalho, redução dos custos, redução dos tempos, credibilidade de quem fornece os materiais, carácter oficial das fontes, fuga a pressões externas, redução da necessidade de controles, etc.) (WOLF, 1999, p. 222).

A etapa da seleção das notícias consiste no filtro das informações que chegam à redação para o que é noticiável. Wolf (1999) compara a seleção das notícias a um funil. Nele são colocados inúmeros dados, mas só um número restrito será filtrado. A tarefa, também relacionada à disposição das notícias dentro do noticiário, não é simples, alerta o sociólogo italiano:

Não se pode descrever a seleção apenas como uma escolha subjectiva do jornalista, mesmo que seja, profissionalmente, motivada; é necessário vê-la como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado a instâncias diferentes - desde as fontes até ao simples redator - e com motivações que não são todas imediatamente imputáveis à necessidade direta de escolher as notícias a transmitir. (WOLF, 1999, p. 223).

Por último, está a fase de edição e apresentação das notícias. Segundo Wolf (1999), a etapa consiste em anular os efeitos das limitações presentes nas organizações e, ainda, restituir à informação o carácter de espelho da realidade exterior. Aqui o formato - o tempo do programa ou o espaço no jornal - atua como parâmetro para balizar adaptações do conteúdo para o noticiário.

A atuação do jornalista é apenas parte do processo de seleção das notícias. Apesar de não ser considerada na Teoria do *Gatekeeper*, o papel das organizações jornalísticas também acaba influenciando na definição do que virá a ser notícia. Hall

(2016) reconhece que os veículos reproduzem as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço. “Os media não criam automaticamente as notícias; melhor, estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis” (HALL, 2016, p. 228)

Já Schudson (2003) entende que o público não distingue o poder da imprensa do poder das pessoas e eventos que os veículos cobrem. “Frequentemente não é claro quando a imprensa exercita a possibilidade de escolha, liberdade e autonomia ao produzir notícias ou simplesmente transmitir para o público em geral quais são verdadeiramente as forças poderosas.” (SCHUDSON, 2003, p. 20).

Há duas razões para essa dependência com as fontes citada por Hall (2016): pressões internas da produção jornalística e pelo fato de as notícias estarem orientadas pelas noções de “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objetividade” - este último visto anteriormente.

Essas regras profissionais dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos media sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações “objetivas” e “autorizadas” de fontes “dignas de crédito”. Isto significa o recurso constante a representantes dignos de crédito de instituições sociais importantes - membros de parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc. (HALL, 2016, p. 229)

Hall (2016) entende que as pressões constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos veículos de comunicação por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Ou seja, as fontes. O teórico chama isso de hierarquia de credibilidade, organizada por definidores primários e secundários. Para Hall (2016), os definidores primários são o resultado da preferência dada pelos veículos de comunicação às opiniões dos poderosos, na qual se reproduz a ideologia dominante. Neste contexto, os meios de comunicação têm papel secundário aos definidores primários e, por isso, são chamados de definidores secundários.

Os media, então, não se limitam a “criar” as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm

acesso privilegiado, como de direito, aos media como “fontes acreditadas”. (HALL, 2016, p. 230).

Para Neveu (2006), um distanciamento das fontes supõe às empresas investimentos contrários a maximização do lucro, ou seja, redações de grande envergadura e estáveis, serviços de documentação autônomos, orçamento para investigação.

Além disso, requer uma rede complexa de ligações a informadores de variadíssimas áreas, único meio de evitar a publicação inconsciente, imprudente ou resignada de artigos que a eficácia das fontes institucionais transforma em “publi-reportagens”. (NEVEU, 2006, p. 51).

Para Schudson (2003), as fontes são o segredo profundo e sombrio do poder da imprensa, exercido não pelos veículos de comunicação, mas pelas fontes que os abastecem com informações. Segundo essa lógica, para entender as notícias é preciso saber quem são aqueles que agem como fontes e como os jornalistas lidam com eles.

A dependência do jornalismo pelas fontes, entende Schudson (2003), pode ser explicada pelas limitações de tempo e dinheiro das empresas: cada veículo precisa entregar um produto diariamente ou várias vezes ao dia.

A regularidade das publicações de notícias significa que as organizações de notícias têm sede de um fluxo de informações confiável e prontamente disponível. Agências e políticos do governo, correspondentemente, estão ansiosos para satisfazer os desejos das organizações de notícias. Eles disponibilizam informações regularmente de forma que a mídia possa digerir facilmente (SCHUDSON, 2003, p. 134).

Conforme o teórico norte-americano, as fontes públicas legítimas são geralmente funcionários do governo altamente colocados e um número relativamente pequeno de especialistas confiáveis, contatadas pelos jornalistas por telefone ou em encontros face a face. Para Schudson (2003), quanto mais alta for a hierarquia da fonte, melhor, porque os repórteres estão sempre procurando alguém que possa falar por suas instituições com completa legitimidade. “As notícias são tanto um produto de fontes quanto de jornalistas; de fato, a maioria dos analistas concorda que, na dança dos repórteres e de suas fontes, as fontes geralmente lideram.” (SCHUDSON, 2003, p. 54).

O que faz as fontes oficiais de o governo cooperarem com a imprensa? Para Schudson (2003), há diversas razões, as quais nem sempre envolvem promover o governo:

Os funcionários podem vaziar informações para pressionar a entrega de uma mensagem oficial da administração, mas também podem estar tentando minar os rivais no governo, passando informações embaraçosas. Eles podem usar a mídia para se comunicar não com o público, mas com um alto funcionário ou a equipe do presidente, quando é muito difícil ir diretamente ao presidente. De qualquer forma, as fontes usam a imprensa para sua própria vantagem. No jornalismo latino-americano, a prática pela qual uma pessoa de dentro usa a imprensa para espalhar escândalos a respeito de outra pessoa tem até um nome: denunciismo. (SCHUDSON, 2003, p. 140-141).

No jornalismo contemporâneo, o próprio público vem assumindo maior protagonismo como fonte na produção de pautas. Além de informar sobre acontecimentos próximos, pessoas comuns passaram a fazer vídeos e fotografias, processo facilitado pela melhoria e difusão da internet. Os veículos perceberam essa participação como uma aproximação com o público e lançaram plataformas específicas, como o VC no G1³, da Rede Globo.

Antes de passar para o próximo tópico, é interessante observar que, com o uso da LAI nas rotinas produtivas, os jornalistas tentam cortar caminhos na produção de uma notícia. Porém, invariavelmente recorrem às fontes oficiosas de outra maneira. Ao fazer um pedido, os jornalistas solicitam informações para um órgão público por um sistema informatizado. É claro que, diferentemente do tradicional contato com uma fonte, é preciso que aquela solicitação seja atendida.

Além das fontes, até a própria divisão interna dos jornais em editorias afeta na seleção das notícias. Hall (2016) entende as reportagens como o produto final de um **processo complexo** iniciado numa seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com as editorias, chamadas por ele de “conjunto de categorias socialmente construídas”.

Dado que a organização e o pessoal de um jornal o direccionam para certas categorias de itens, existe ainda o problema de seleccionar entre os muitos itens que se apresentam em cada uma das categorias, aqueles que se sente virem a ser de interesse do leitor. É aqui que a *ideologia profissional* do que constitui ‘boas notícias’ - o sentido de *valor-notícia* do jornalista - começa a estruturar o processo. Ao nível mais geral, isto envolve uma orientação para

³ O VC no G1 é uma plataforma que permite que os espectadores da TV Globo ou os usuários do G1 enviem fotos e vídeos para redação. Disponível em: <http://formulario-colaborativo.globo.com/campaign/84>.

itens que são 'fora do comum', o que de certo modo vai contra as nossas expectativas "normais" acerca da vida social, o inesperado terremoto ou a alunagem, por exemplo (HALL, 2016, p. 225, grifos do autor)

Na etapa de construção da própria notícia, os acontecimentos devem ser identificados - definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público - e inseridos num contexto social - colocados em um quadro de significados familiares ao público (HALL, 2016). Nesse processo, os acontecimentos ganham significado para a imprensa:

Um acontecimento só 'faz sentido' se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem - mesmo de forma rotineira - de tais 'mapas' culturais do mundo social, não poderiam 'dar sentido' ao que é 'noticiável'. As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da "desordem" - devem ser trazidos aos horizontes do 'significativo'. (HALL, 2016, p. 226)

O teórico entende que a imprensa tem a tarefa de tornar compreensível a chamada "realidade problemática", que são os acontecimentos fora do esperado por uma sociedade marcada pelo consenso, ordem e rotina.

Assim, o delineamento, por parte dos media, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. (HALL, 2016, p. 228).

A seleção das notícias também tem relação direta com a pressão do tempo nas rotinas dos jornalistas e ao grande volume de fatos acontecendo simultaneamente. Ao analisarem a imprensa canadense e norte-americana, Charron e De Bonville (2016) designam como jornalismo de comunicação esse novo cenário, verificado no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980⁴. O conceito é caracterizado pela

⁴ O jornalismo de comunicação é a última das quatro fases do jornalismo na definição de Charron e De Bonville. As outras três são: 1) Jornalismo de transmissão - surge no início do século XVII; 2) Jornalismo de opinião - início do século XIX; 3) Jornalismo de informação - últimas décadas do século XIX. É interessante observar que a noção de tempo em cada categoria tem um sentido diferente, com relação direta com a tecnologia empregada nos jornais em cada época. Na primeira fase, Charron e De Bonville identificaram periodicidade ampla, sendo a semanal mais típica. Nesta época, as técnicas de transporte e de transmissão são caracterizadas pela circulação lenta e pelo volume fraco de vendas: "O tempo do jornalismo de transmissão escoia lentamente e se revela respeitoso às

abundância de oferta de veículos, desenvolvimento das telecomunicações e implantação da internet. Aqui, a periodicidade perde um pouco o sentido já que a informação circula em uma velocidade e em um ritmo nos quais os fatos podem ser relatados imediatamente. (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Neste contexto, a seleção das notícias é essencial devido ao grande volume de acontecimentos.

Neveu (2006) reforça que, assim como outras atividades, o jornalismo se utiliza da racionalização burocrática, ou seja, uma organização interna própria. Para o teórico francês, isso facilita a tomada de decisões, já que vai ao encontro da corrida contra o tempo⁵, característica marcante da atividade.

Para transformar os contributos de serviços e de profissionais muito diversos num conjunto coerente e organizado, a produção diária ou semanal de uma publicação ou boletim informativo requer uma coordenação de nível superior, na medida em que a actividade jornalística é também definida por uma relação sensível com o tempo, que impede decisões demoradas. O esqueleto deste forte enquadramento traduz-se uma hierarquia organizacional e na rigidez de sequências temporais. (NEVEU, 2006, p. 56).

instituições.” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 193). Nesse período o jornalista tem pouca identidade discursiva e não tem propriamente direito à palavra, dirigindo normalmente ao seu leitor com uso de pseudônimos e na figura de correspondente.

No jornalismo de opinião já começam a aparecer publicações diárias, no entanto, com predomínio ainda das semanais. A transmissão da informação aumenta, mas ainda com fraco volume de vendas. Nessa época, ocorrem transformações das instituições políticas e o jornal é colocado a serviço das lutas políticas, com forte associação com partidos políticos: “o jornalismo de opinião, financiado em parte por seus leitores e pelo mecenato político e em parte pela publicidade, permanece uma folha modesta e austera que não alimenta reais focos comerciais.” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 29). A partir desse período, há uma intensificação das trocas comerciais, com melhoria das comunicações e transporte, além de uma maior industrialização de bens. O cenário molda o jornalismo de informação, impulsionado pela publicidade, sendo vista como “oportunidade de negócios”. Na época, os empresários perceberam que ao se desprenderem dos partidos políticos conseguiriam atingir um público maior e gerar mais receitas. O jornalismo de informação surge nas grandes cidades norte-americanas entre 1880 e 1910 e se generaliza até se tornar a forma dominante de jornalismo a partir dos anos 1920. Nesse período, os jornais têm periodicidade diária e a técnica de transmissão da informação típica é caracterizada por uma forte circulação a baixo custo.

⁵ Segundo Traquina (2005), a passagem do jornalismo de opinião para o de informação também levou a uma “crescente obsessão com o tempo”, intensificando cada vez mais a pressão das horas de fechamento. Como já dito, essa transição ocorreu por fatores econômicos. Comerciantes passaram a ter acesso a novos mercados, que levaram a inovações técnicas que aumentaram a produtividade, baixaram os preços e permitiram distribuir os produtos ainda mais. O estímulo ao consumo dessas mercadorias ganha fôlego e gera uma busca por publicidade em páginas de jornais diários. Hoje, mais de 80% das receitas dos jornais é constituída de anúncios. “Em menos de uma década, a demanda por espaço publicitário de centenas de empresas norte-americanas fluiu para os jornais de todas as grandes cidades. Para satisfazer essa demanda, os editores não tiveram outra escolha a não ser aumentar a superfície de seus jornais, que passaram rapidamente de quatro para oito, posteriormente para 12, 16 ou 24 páginas”. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 149).

Apesar do tempo ditar as regras no jornalismo contemporâneo e a imprevisibilidade ser uma das marcas da rotina do repórter, Neveu (2006) entende que a maioria dos acontecimentos noticiados pelos profissionais são fatos previsíveis:

Apesar de a actualidade mais 'quente' conduzir a uma cobertura importante de factos relacionados com o tipo escândalo (revelação de um "caso") ou acidente (catástrofes, assassinatos), a ocorrência mais frequente do trabalho jornalístico é a cobertura de acontecimentos rotineiros previsíveis. A vida social é composta por um emaranhado de calendários que tornam previsível o surgimento de factos deste tipo: cotações diárias da Bolsa, competições desportivas no fim de semana, reunião semanal do Conselho de Ministros, torneio de ténis do Gran Slam, reabertura do ano parlamentar, colecções de moda ao longo do ano. (NEVEU, 2006, p. 65).

A produção de um jornal volumoso gerou a necessidade de um contingente de jornalistas, o que exigiu profissionalização. Essa transformação ocorreu em menos de duas décadas. Para Schudson, o profissionalismo é a marca da imprensa norte-americana moderna. O autor compara grandes jornais metropolitanos de 1995 e 1895 e identifica que os veículos detêm "profissionais éticos e refletem muito pouco expectativas partidárias ou temores do que uma imprensa verdadeiramente política." (SCHUDSON, 2016, p. 47-48).

Durante o século XIX, os veículos de imprensa passaram a ser vistos como um negócio, sobretudo com a criação de um novo jornalismo, apelidado de *penny press*, caracterizado pelo baixo preço: um centavo contra os seis centavos cobrados por outras publicações⁶.

Com a *penny press*⁷, desenvolveu-se a ideia de que competia aos jornais irem atrás das "notícias", com assuntos que interessassem aos leitores⁸. "A *penny press* procurou agressivamente notícias locais, designando repórteres para cobrir os

⁶ A partir dessa época, o imediatismo se torna valor central da cultura jornalística. Inovações tecnológicas também reforçaram essa característica. O telégrafo, por exemplo, permitiu que os jornais funcionassem em tempo real, impulsionou a criação das agências de notícias espalhadas pelo mundo e homogeneizou uma linguagem rápida e de fácil compreensão (TRAQUINA, 2005).

⁷ Outra marca desses jornais era a venda aos gritos por meninos nas ruas, ao invés da comercialização por assinaturas. A primeira publicação nesses moldes surgiu em 1833 com o jornal New York Sun.

⁸ A lógica do jornal como um negócio colocou as *penny press* na vanguarda do uso de novas tecnologias. "Em 1835, já vendendo 20 mil cópias por dia, o New York Sun se tornou o primeiro jornal do país a comprar uma impressora a vapor. Outro jornal, o Baltimore Sun, fez uso antecipado do telégrafo e ajudou a incentivar sua aceitação pública. Na guerra dos EUA com o México, em 1846, os *penny press* da cidade de Nova York e na Filadélfia fizeram o primeiro e mais completo uso do telégrafo. A tecnologia estava disponível, e os jornais competitivos (...) fizeram uso rápido dela. Os *penny press* trouxeram um senso amplo e robusto do que conta como novidade para o jornalismo americano, e acrescentaram dedicação ao uso das notícias para obter lucros, em vez de promover políticas ou políticos". (SCHUDSON, 2003, p. 77).

tribunais e até a ‘sociedade’.” (SCHUDSON, 2003, p. 76). Os repórteres também passaram a ter mais liberdade para a produção das reportagens, o que é considerado por Traquina (2005) essencial para uma imprensa autônoma e de credibilidade. “A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador. Posteriormente, iria emergir uma nova forma jornalística baseada num trabalho exaustivo dos fatos: o jornalismo de investigação” (TRAQUINA, 2005, p. 52-53).

Traquina (2005) entende que a profissionalização deu um sentimento de autoridade profissional para os jornalistas. No século XIX, a atividade era tão desprestigiada que os profissionais chegavam a receber o mesmo que um encanador⁹. Já Schudson (2003) considera que, com a profissionalização, os jornalistas passaram a ter uma cultura própria, dissociada dos partidos políticos - como era visto no jornalismo de opinião. “Eles desenvolveram suas próprias mitologias (revelando sua intimidade com o submundo urbano), seus próprios clubes e suas próprias práticas profissionais. O status, a renda e o espírito dos repórteres aumentaram no final do século” (SCHUDSON, 2003, p. 81).

Para dar conta da demanda por notícias, novas técnicas passaram a ser introduzidas, alterando as práticas jornalísticas. Entre elas estão a pirâmide invertida e o lead que ajudaram a consolidar o jornalismo como autoridade profissional¹⁰. Desenvolvida no século XIX, a pirâmide invertida se assemelhava a dinâmica do telégrafo - com as notícias mais importantes primeiro. Para Traquina (2005), esta técnica foi encarada como uma nova competência aos jornalistas que precisavam exercer seus saberes. “Houve a afirmação de competências e saberes específicos por parte dos membros deste grupo de pessoas que trabalhavam nos jornais Começavam

⁹ Na época, os jornalistas eram pagos semanalmente pelo tamanho da notícia impressa, além disso, eram contratados verbalmente e havia uma grande insegurança em perder o emprego. A situação acabava afetando a prática jornalística, com “enormes efeitos” (TRAQUINA, 2005).

¹⁰ Além do lead e da pirâmide invertida, o uso da entrevista, quase desconhecida em 1865, tornou-se amplamente praticada em 1900. “A rápida difusão dessa nova prática (entrevista) entre jornalistas americanos parece não ter sido acompanhada por uma lógica ideológica. Ela se encaixa sem esforço em um jornalismo já centrado em fatos e notícias, em vez de se dedicar principalmente a comentários políticos ou preocupado com aspirações literárias. A entrevista foi um dos crescentes números de práticas que identificaram o jornalismo como uma ocupação distinta, com seus próprios padrões de comportamento. A crescente coerência corporativa dos jornalistas gerou coesão social e orgulho ocupacional, por um lado, e controle social interno, por outro. Na década de 1920, esse padrão produziu um profissionalismo autoconsciente e uma ética de objetividade.” (SCHUDSON, 2003, p. 82).

a reivindicar um monopólio de saberes, indicativo da construção de uma profissão” (TRAQUINA, 2005, p. 89).

Já Schudson (2003) considera que a pirâmide invertida autorizou implicitamente o jornalista a atuar como especialista:

Ela se encaixava não apenas em um mundo de telégrafos, mas em um mundo de jornalistas cada vez mais independentes e arrogantes, preparados para nomear por sua própria autoridade qual aspecto das notícias poderia ser considerado o mais importante (SCHUDSON, 2003, p. 185).

O caráter tecnicista do jornalismo também se verifica no uso da Lei de Acesso à Informação pelos profissionais, principalmente na transparência passiva - quando é necessário fazer um pedido em uma plataforma específica - que é o objeto de estudo desta pesquisa. Para poder ser implementada nas rotinas produtivas, o repórter precisa acumular uma série de saberes, desde como fazer, de fato, uma solicitação, até como entrar com um recurso caso o pedido tenha sido negado. No caso da transparência ativa, quando os dados estão disponíveis livremente em um site, a exigência ao profissional é de saber onde encontrar as informações necessárias.

Com isso, caminhamos em direção ao entendimento de Kovach e Rosenstiel (2004), de que cada jornalista tem uma disciplina própria de verificação. Um método altamente pessoal, sem um código formal que o estabeleça, para testar e fornecer informação. “Práticas como a de procurar várias testemunhas de um acontecimento, revelar o mais possível sobre suas fontes e pedir comentários a diversas partes constituem, de facto, a disciplina da verificação.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 74). Para os autores, a disciplina de verificação é o que separa o jornalismo do entretenimento, propaganda, ficção ou arte.

A análise de Charron e De Bonville (2016) ajuda a entender como as regras acabam virando rotineiras para os profissionais. Segundo os autores, a aquisição de conhecimento dos jornalistas ocorre por imitação e interiorização de práticas.

Normas deontológicas sem dúvida, mas, sobretudo, “reflexos”, “automatismos”, que fazem com que um jornalista seja capaz de distinguir um “evento” pontual onde um leigo vê apenas uma sequência ininterrupta de atividades, de selecionar, já num primeiro olhar, os elementos que são “pertinentes” e descartar informações que, aos olhos do leigo, parecem ter a mesma importância, de ordenar, em seu texto, as diferentes informações para destacar as mais significativas. Acuidade visual, tomada correta de decisão, rapidez de execução, domínio dos procedimentos estilísticos: tratam-se de componentes da competência jornalística que se adquirem somente pela prática. (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 70-71).

Dreyfus (apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016) propõe um modelo da competência dividido em cinco fases: do novato, passando pelo iniciante avançado, do jornalista que dá provas de competência, de domínio até o *expert*. No primeiro estágio, o novato isola os fatos e associa as regras procedimentais que descobriu ao observar a mídia e seus colegas ou ainda, a partir de comentários da chefia sobre sua produção. Com o passar do tempo, o repórter acaba assimilando as regras. Na segunda fase, o profissional já vivenciou várias situações ou acontecimentos e começa a reconhecê-los. Já na terceira fase, quando o jornalista dá provas de competências, há um envolvimento pessoal com o trabalho e o profissional se sente emocionalmente envolvido.

Na quarta fase, chamada de domínio, as regras já foram interiorizadas e os critérios de interesse midiático sobre um fato já foram detectados inconscientemente, praticamente automático. Por último, no estágio de especialização, o jornalista *expert* compara automaticamente, em um tempo recorde, uma nova ocorrência com um número grande de episódios particulares semelhantes. De acordo com Dreyfus (apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016), a situação dá a impressão que a atividade cognitiva do repórter *expert* parece se desenvolver sem nenhum recurso a regras. “Eis o porquê da impressão subjetivamente sentida e frequentemente expressa de que o jornalista é dotado de um sentido *inato* do acontecimento, que ele detecta e noticia por *instinto*.” (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 87).

Voltando à questão da profissionalização, é interessante trazer o cenário da imprensa francesa. Neveu (2006) identificou uma expansão no setor entre 1960 e 2000, com um aumento no número de profissionais. Para o estudioso, as mudanças no jornalismo francês podem ser colocadas em quatro pontos de referência:

- 1) Recrutamentos em massa, sobretudo a partir dos anos de 1980, que rejuvenesceram a profissão;
- 2) Diferenças de formação entre homens e mulheres;
- 3) Feminização;
- 4) Precariedade no seio do jornalismo.

Vou me ater ao último ponto. Para Neveu (2006), o aumento no número de jornalistas ocorreu a partir dos anos de 1980, porém, trouxe precariedade à atividade profissional da imprensa e fez surgir um “verdadeiro batalhão de reservistas, frequentemente composto por jovens, que ora estão desempregados, ora conseguem

algum trabalho numa redação” (NEVEU, 2006, p. 34). Neste contexto, a precariedade é explorada pelas empresas e pelos próprios colegas, pois permite reduzir os custos salariais - com flexibilização dos direitos sociais - e dispor de mão de obra para desempenhar tarefas menos gratificantes. Para o teórico francês, a precariedade da atividade jornalística tem uma relação direta com a qualidade da informação:

Uma vez que o colaborador não conta com o apoio documental de uma redação para poder controlar a informação e se vê obrigado a multiplicar os artigos de modo a garantir o seu rendimento mensal, ou porque se encontra numa posição fragilizada tanto em relação às fontes que lhe fornecem um “pronto-a-publicar” fácil de transformar num artigo como também em relação a um hierarquia à qual ele dificilmente pode recusar uma reportagem cujo conteúdo dependerá mais de uma encomenda a priori do que das realidades observadas no terreno. (NEVEU, 2006, p. 34).

Fora poucas publicações, a maior parte é constituída por empresas privadas gerenciadas para a obtenção do lucro. Para atingi-lo, os donos podem não hesitar em fazer cortes, mais um fator que afeta a qualidade do jornal.

Eles procurarão reduzir custos, mesmo com o risco de limitar a qualidade do jornalismo. Eles podem reduzir o tamanho da equipe editorial ou fechar um escritório no exterior. Eles podem estar relutantes em designar um repórter para uma investigação que levará semanas ou meses para contar a história. (SCHUDSON, 2003, p. 127).

A necessidade de apurar rápido uma informação ajuda a entender por que TVs locais devotam tanta atenção para crimes: são fáceis, rápidos, baratos em relação a outras coberturas. Ao analisarem 20 sites de notícias, Boczkowski e Mitchelstein (2013) identificaram o que interessava ao leitor - em uma comparação da seção “mais lidas” pelo público e o que ganhava destaque dos jornalistas nesses portais, principalmente nas manchetes. A constatação é que há uma lacuna entre essas duas perspectivas:

Embora as organizações noticiosas divulguem notícias sobre questões políticas, internacionais e econômicas, as histórias que mais atraem atenção do público tendem a ser sobre esportes, crime, entretenimento e clima. Como no caso da padaria, isso cria uma lacuna entre oferta e demanda, ou seja, entre as notícias que são fornecidas e as que são demandadas. (BOCZKOWSKI; MITCHELSTEIN, 2013, p. 11).

Uma das explicações para essa lacuna está no espantoso crescimento da televisão e da internet, que aumentou a competição e acabou fazendo com o público

obtivesse o que, de fato, quer ler/ouvir/ver. Diferentemente dos jornais do século XX, no qual se via um distanciamento do público, agora os editores também conseguem saber, de forma mais precisa, as preferências dos leitores. Para mostrar como hoje está mais fácil de evitar notícias “duras”, como cobertura política, Boczkowski e Mitchelstein (2013) compararam a linearidade da mídia impressa, por exemplo, com a não-linearidade das notícias on-line.

As coisas mudaram drasticamente no ambiente de notícias on-line porque a apresentação de informações não é linear (o consumidor não precisa folhear as páginas ou pular as histórias da televisão para encontrar o que deseja) e é muito fácil desmembrar (os consumidores têm uma vasta gama de informações técnicas e sociais) ferramentas com as quais eles podem montar seu próprio menu de notícias pessoais, de feeds RSS a recomendações nas páginas do Facebook (BOCZKOWSKI; MITCHELSTEIN, 2013, p. 19).

Avançando no caráter tecnicista do jornalismo, apresento no próximo tópico conceitos de Jornalismo de Precisão, Reportagem Assistida por Computador e Jornalismo Guiado por Dados (ou apenas jornalismo de dados).

2.4 DO JORNALISMO DE PRECISÃO AO JORNALISMO DE DADOS

Considerado “fonte” de muitos repórteres, o jornalismo de dados tem seus primórdios em 1967. Na época, uma revolta social em Detroit, nos Estados Unidos, deixou 43 mortos, cerca de 7 mil detidos e diversos bairros da cidade queimados. Não havia uma explicação clara dos motivos para o que estava acontecendo. A imprensa sugeria a possibilidade de baderneiros serem parte das camadas sociais excluídas ou imigrantes do Sul dos Estados Unidos, ainda pouco assimilados à cultura local (ROSEGRANT, 2011, s.p.).

A situação acabou levando o repórter Philip Meyer¹¹, com a ajuda do psicólogo Nathan Caplan, a desenvolver um questionário para tentar identificar o perfil dos participantes e, com isso, apontar as causas da revolta e porque as pessoas estavam participando. A proposta deles era coletar as informações e depois agrupá-las para encontrar explicações para o fenômeno.

¹¹ Norte-americano, Philip Meyer foi repórter em Topeka, Miami e em Washington. Na época do levantamento, trabalhava no Detroit Free Press.

Em 20 de agosto de 1967, um relatório escrito por Meyer apontou que não havia correlação entre condição econômica e participação nos distúrbios e que os nativos da cidade eram três vezes mais propensos a ter participado de saques, agressões, homicídios e incêndios do que os imigrantes do Sul. Além disso, descobriu-se que as razões principais para o motim foram a brutalidade policial, as más condições de habitação e a escassez de empregos (TRÄSEL, 2014). Seis anos depois, o trabalho de Meyer acabou virando livro e deu forma a um novo conceito: o Jornalismo de Precisão.

A proposta do Jornalismo de Precisão era, justamente, oferecer aos jornalistas um ferramental metodológico através do qual pudessem conferir autoridade a uma denúncia baseada em procedimentos de apuração e edição conflitantes com a noção de objetividade como imparcialidade e equilíbrio. As técnicas de pesquisa social e a aplicação da informática a bases de dados públicas podem fornecer os números necessários para estabelecer um consenso em relação aos fatos relatados e conferir credibilidade à reportagem, bem como oferecer uma base sobre a qual defender o trabalho do repórter em termos deontológicos e, eventualmente, jurídicos. (TRÄSEL, 2014, p. 97).

Apesar da novidade e complexidade do tema, o termo acabou não vingando entre jornalistas e no mundo acadêmico. Anos depois, com a informatização das redações, voltou-se a ter um interesse maior pelo jornalismo de precisão, que na década de 1990 passou a ser chamado de Reportagem Assistida por Computador (RAC). O termo foi considerado sucessor do Jornalismo de Precisão devido ao uso de técnicas das ciências sociais.

O surgimento do termo RAC está relacionado à cobertura eleitoral da emissora de televisão estadunidense CBS, em 1952, que tentou prever o resultado da eleição presidencial na disputa entre Dwight Eisenhower e Adlai Stevenson. Por meio de resultados parciais, programadores prepararam fórmulas e identificaram que Eisenhower venceria, o que acabou se confirmando. No entanto, com receio de que houvesse um erro de código ou que o computador forneceria um resultado inadequado, a emissora de televisão não antecipou o resultado (GEHRKE, 2016, p. 43-44).

De acordo com Träsel (2014), o uso do RAC como termo de referência - ao invés do Jornalismo de Precisão - ocorreu porque a Reportagem Assistida por Computador pretendia simplificar processos, concentrando-se principalmente no desenvolvimento e disseminação de aplicações da informática ao trabalho de reportagem.

No começo do século XXI, foi a vez do termo Jornalismo Guiado por Dados (JGD) ganhar espaço, passando a ser mais usado. O JGD compreende uma série de práticas profissionais, tendo o uso de banco de dados como ponto em comum. Entre elas, está a própria RAC, visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos.

O Jornalismo Guiado por Dados (JGD) é um conjunto de práticas derivado da tradição da Reportagem Assistida por Computador (RAC) e do Jornalismo de Precisão (JP), que, em meados da década de 2000, foi revigorada pelo desenvolvimento da informática e das telecomunicações, de um lado, e pelas mudanças por elas precipitadas no modelo industrial da mídia predominante no século XX (TRÄSEL, 2014, p. 15).

Aqui é importante lembrar que o JGD ganha espaço entre os jornalistas devido à popularização dos computadores, aos avanços da internet e, ainda, a uma maior familiaridade de repórteres com a análise de dados.

As técnicas de JGD permitem ao jornalista encontrar informação com valor noticioso em bases de dados com milhares ou milhões de registros, dificilmente manejáveis sem a ajuda de computadores. Facilitam, ainda, o trabalho de comparar diferentes bases de dados, para a produção de novo conhecimento sobre a sociedade, criando mash-ups ou relatando os resultados em texto, audiovisual e imagem (TRÄSEL, 2014, p.108).

Segundo Gehrke (2018), o conceito JGD delimita uma nova fase do jornalismo com volumes de dados disponíveis on-line, combinados com ferramentas sofisticadas para trabalhar com essas informações. “No JGD, as bases de dados e as planilhas utilizadas estão estruturadas de modo que possam ser lidas por computador, o que é fundamental para a execução de cálculos, fórmulas e o cruzamento entre diferentes fontes de informação”. (GEHRKE, 2018, p. 39).

Bradshaw (2011) esquematiza quatro etapas para o “tratamento” dos dados: 1) compilação (*compile*); 2) limpeza (*clean*); 3) contextualização (*contexto*); e 4) combinação (*combine*). Além dessas etapas relacionadas a rotinas produtivas específicas do JGD, há a etapa final de comunicação (*communicate*).

Para Träsel (2014), o repórter ao se “armar com dados” ganha subsídios para contrapor uma fonte oficial, como governantes ou empresas. Conforme o autor, o sentido da objetividade do Jornalismo Guiado por Dados é se afastar do noticiário declaratório “para um jornalismo no qual a objetividade seja estabelecida pela

contraposição entre as ‘aspas’ de autoridades e especialistas e os dados disponíveis a respeito de um determinado tema” (TRÄSEL, 2016, p. 209).

Em 2013, Anderson et al. (2013) antecipavam uma mudança nas rotinas de produção de jornalismo a partir da queda na receita publicitária, o que afetaria o modo de fazer jornalismo. Essa nova fase ganhou o nome de jornalismo pós-industrial, empregado a partir de 2001 pelo jornalista Doc Searls.

O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão de explorar novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais (ANDERSON et al., 2013, s.p).

No jornalismo pós-industrial o repórter acaba perdendo o posto de detentor exclusivo da informação, devido ao advento da internet. Por isso, Anderson et al. (2013) sugerem uma reestruturação nas redações, a fim de tirar proveito de novas formas de fazer jornalismo ao invés do velho discurso de corte de pessoal. Os autores propõem inclusive o uso de tecnologia no processo final da produção das notícias, entre outras alternativas.

Se há algo que a máquina faz melhor do que o homem é garimpar com rapidez grandes volumes de dados. A automação de processos e conteúdo é o território mais subaproveitado para derrubar o custo do jornalismo e melhorar a produção editorial [...] Vão servir para várias coisas – informar às pessoas qual o melhor momento para usar a água para evitar a poluição dos rios, por exemplo, ou quando atravessar a rua (ANDERSON et al., 2013, s.p).

No texto, Anderson et al. (2013) fazem projeções para o jornalismo de 2020, curiosamente o ano de defesa desta dissertação. Segundo eles, os veículos de comunicação tradicionais ainda vão existir, mas em uma nova reconfiguração, com a hegemonia arranhada. “Haverá mais gente consumindo mais notícia, e de mais fontes. A maioria dessas fontes terá uma noção clara de seu público, dos setores específicos que cobre, de suas competências básicas” (ANDERSON et al., 2013, s.p). A maior parte das organizações dispõe de redações menores em relação a 2012, com operações menores e mais especializadas. Entretanto, algumas vão crescer, contrariando as expectativas. Além disso, o jornalismo como formador de opinião perde espaço, da mesma forma como a tradicional distribuição de conteúdos.

O velho modelo, no qual a maioria dos usuários visitava a página de um meio ou usava um aplicativo móvel atrelado a uma única organização, vai seguir perdendo terreno para a superdistribuição: ou seja, usuários mandando material de seu interesse para outros. Já vivemos num mundo em que os textos de maior circulação chegam a um público muitíssimo superior à audiência média do site. (ANDERSON et al., 2013, s.p)

Outra projeção dos autores norte-americanos é de uma maior especialização de toda redação. A expectativa é de emprego maior de técnicas, como análise de algoritmos de dados, visualização de dados, contribuição do cidadão comum, incorporação da reação das massas e produção automatizada de textos a partir de dados. “Haverá mais generalistas trabalhando em temas de nicho; entrevistadores especializados em temas específicos irão criar, editar e distribuir fotos, áudio ou vídeo, como numa redação de uma só pessoa” (ANDERSON et al., 2013, s.p).

A visão tecnicista do papel do jornalista novamente volta à discussão aos sistemas peritos. Para Miguel (1999), a crença por parte dos consumidores da competência especializada do sistema perito e o elevado grau de autonomia em relação àqueles que lhes estão submetidos fazem dele um dos mecanismos mais influentes para o desencaixe entre tempo e espaço.

O conhecimento de um especialista, salienta o autor, pode até parecer misterioso para o paciente, mas pode se tornar acessível caso alguém se disponha a aprender. Por outro lado, a esfera de competência do especialista é restrita e, em outros campos, o perito é considerado leigo.

Anderson et al. (2013) entende que o perfil de jornalista generalista perdeu espaço devido às exigências da profissão e complexidade dos temas em determinadas áreas como ciência e economia. Por isso, o autor defende um conhecimento especializado, chamado por ele de *hard skills*. O uso da LAI, principalmente a transparência passiva - objeto deste trabalho, pode ser entendida como uma dessas altas habilidades.

O valor da especialização pode estar em técnicas ou habilidades de comunicação e apresentação. Profissionais destacados – jornalistas e fotógrafos, especialistas em áudio ou vídeo, editores de mídias sociais – vão criar público para seu trabalho graças à capacidade de identificar um mercado e de se comunicar com ele. (ANDERSON et. al, 2013, s. p.).

O pesquisador entende que os jornalistas devem melhorar o traquejo com o uso de dados e considerar converter cientistas de dados e estatísticos em competências centrais dentro do seu campo de atuação. “Todo jornalista deve ser

capaz de analisar dados e indicadores que acompanham seu trabalho e estar ciente de que toda cifra representa uma atividade humana” (ANDERSON et al., 2013, s.p.).

Para o autor, há duas grandes barreiras de linguagens para o jornalismo transpor. Uma é estatística e a capacidade de interpretar dados. A outra é de ordem técnica, do repórter aprender a lidar com código, com linguagem de programação.

Todo jornalista precisa entender, ainda que num nível elementar, o que é um código, qual sua função e como se comunicar com gente que entende da coisa. John Keefe, chefe de uma pequena equipe de programadores na redação da rádio norte-americana WNYC, observa que a admissão a escalões cada vez mais baixos já exige um domínio básico de ferramentas e aplicativos de programação. (ANDERSON et al., 2013, s.p.).

Apenas para conhecimento e a título de exemplificação, ao saber programar é possível agilizar tarefas que serão desenvolvidas no Excel. Por exemplo, na execução de uma matéria focada em cidades com mais de 100 mil habitantes é possível executar primeiro um comando para filtrar as informações antes de baixar no site do IBGE.

3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: DO PASSADO AO PRESENTE

No presente capítulo situo historicamente a primeira Lei de Acesso à Informação, originária na Suécia, e apresento um panorama sobre o surgimento de outras legislações do gênero. Apresento ainda uma contextualização teórica sobre transparência e publicidade de atos e informações. Por último, detalho diferenças da lei sueca com a congênere brasileira, esta última objeto de estudo desta pesquisa. Para tanto, esmiúço detalhes da LAI brasileira, de funcionalidades básicas até recursos e negativas de acesso. Por último, apresento dados do uso da Lei de Acesso à Informação no jornalismo, identificado por pesquisas da área.

3.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em 1766, em pleno século XVIII, a Suécia ficou conhecida mundialmente ao colocar em vigor a primeira legislação de acesso à informação. O texto foi incorporado na própria constituição e é composto de quatro leis: o Instrumento de Governo, o Ato de Sucessão, a Lei de Liberdade de Imprensa e a Lei Fundamental sobre Liberdade de Expressão.

Na época em que a legislação entrou em vigor, a Suécia ainda se reerguia da derrota na Grande Guerra do Norte, ocorrida entre 1700 e 1721, organizada por uma coalizão composta pelo Czarado da Rússia, Reino da Dinamarca e Noruega e Saxônia-Polônia. Durante o conflito, o Rei Carlos XII acabou sendo morto. A Grande Guerra do Norte também resultou na perda de territórios do outro lado do Mar Báltico e reduziu consideravelmente o tamanho do território. Nas guerras napoleônicas (1803 – 1815), a Suécia perdeu a Finlândia para a Rússia. Após a Grande Guerra, o parlamento aprovou a nova constituição que aboliu o absolutismo real, dando ainda mais poder ao Parlamento. (SITE OFICIAL DA SUÉCIA, 2019).

A Suécia do século XVIII foi caracterizada pelo rápido desenvolvimento cultural, em parte pelo contato próximo com a França. O comércio exterior foi duramente atingido pelas guerras napoleônicas, que levaram à estagnação geral e à crise econômica na Suécia durante o início do século XIX. No final

do século 19, 90% das pessoas ainda ganhavam a vida com a agricultura. (SITE OFICIAL DA SUÉCIA, 2019, tradução livre).¹²

Na mesma época, foi criada na Suécia a profissão do ombudsman, oficializada por uma lei de 6 de junho de 1809. O ocupante do cargo tinha *status* de ministro e, apesar de estar vinculado ao Parlamento, tinha autonomia para executar seu trabalho que “consistia em ouvir as queixas que os cidadãos tinham contra o poder público, investigá-las e, caso necessário, pedir providências” (FRANZONI, 2013, p. 16).

A legislação sueca surgiu em uma época de transformações no mundo, principalmente na Europa. Anos antes do conjunto de leis entrar em vigor, a Inglaterra passava pela Revolução Industrial (1760) que implicou na mecanização da produção e transformações nas relações de trabalho, com o desuso do modo artesanal de fabricação. As mudanças se espalharam e chegaram a outros países (GIDDENS, 2005). O êxodo rural também acentuou o crescimento das cidades, principalmente em Londres. A industrialização e o capitalismo pressionaram, no século XVIII, o surgimento de um novo tipo de sociedade:

O capitalismo, isto é, a produção de bens pela troca e pelo lucro; a industrialização, pelo uso de novas técnicas (máquinas a vapor, ofícios de tecelagem etc.) que recorrem a fontes de energia como o carvão, o petróleo ou ainda a eletricidade. Essas mudanças aumentaram as desigualdades entre os indivíduos, em particular entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; estes últimos se obrigam a vender sua força de trabalho para ganhar sua vida e garantir sua subsistência. (NIZET, 2016, p. 49).

Dez anos após a lei sueca ser implementada, em 1776, 13 colônias da América do Norte se tornaram independentes da Grã-Bretanha, o que incentivou colônias espanholas a fazerem o mesmo. Na época, a França também passava por transformações. Em 1789, eclodiu no país a Revolução Francesa motivada por uma crise generalizada que intensificou a desigualdade social - em grande parte pelo fato do clero e da nobreza não pagarem impostos. Para Giddens (2005), a Revolução Francesa é considerada o “acontecimento catalisador” da transição entre a Europa da Renascença para a Europa Industrial.

¹² No original: Eighteenth-century Sweden was characterised by rapid cultural development, partly through close contact with France. Overseas trade was hard hit by the Napoleonic Wars, which led to general stagnation and economic crisis in Sweden during the early 19th century. In the late 19th century, 90 per cent of the people still earned their livelihoods from agriculture.

A Inglaterra foi o primeiro país que teve um governo até certo ponto democrático, no sentido mais usual do termo; e apesar de ter sido necessária a revolução política para o alcançar, o processo de evolução social e econômica da sociedade britânica do século XVII em diante foi de carácter relativamente progressivo. Na Revolução Francesa, pelo contrário, defrontaram-se dramaticamente, por um lado a ordem privilegiada e aristocrática do *ancient régime*, e por outro a concepção de uma sociedade nova, na qual seriam aplicados princípios gerais de justiça e liberdade. A Declaração dos Direitos do Homem votada em 1789 declarava que “a ignorância, o desrespeito e o desprezo pelos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos”. A Revolução Francesa parecia pretender aplicar à esfera da sociedade humana, propriamente, o racionalismo secular dos séculos XVI e XVII. (GIDDENS, 2005, p. 18).

Quase 200 anos após a lei sueca entrar em vigor, outro país escandinavo aprovou legislação semelhante: a Finlândia, em 1951. Já a terceira legislação foi registrada em 1966, nos Estados Unidos. Chamada de *Freedom of Information Act* (FOIA), a legislação apresenta restrições em relação a outros países (SOUZA, 2016).

A lei estadunidense não é aplicável a todos os departamentos do governo. A lei não é válida para o Congresso Americano, as Cortes Federais, alguns órgãos do executivo diretamente relacionados à assistência ao presidente americano e ao Poder Executivo dos Estados (apenas alguns órgãos do Poder Executivo regulamentaram o direito). (SOUZA, 2016, p. 76).

Em 1996, no governo de Bill Clinton, um ato incorporou o uso de novas tecnologias para facilitar a solicitação do requerente e, ainda, determinou prazos para atendimento das demandas. Entretanto, após os atentados de 2001, o acesso a informações foi restringido (SOUZA, 2016).

Segundo o portal *Right to Information Rating (RTI)*, até o ano de 2019, um total de 125 países (Quadro 1) dispunha de lei de acesso à informação.

Quadro 1 - Relação de países que adotaram lei de acesso à informação

Ano/Década	Países
1766	Suécia
1960	Finlândia, EUA.
1970	Dinamarca, Noruega, Holanda, França, Grécia.
1980	Nova Zelândia, Austrália, Canadá, Colômbia, Áustria.
1990	Itália, Hungria, Romênia, Portugal, Bélgica, Coreia do Sul, Belize, Islândia, Irlanda, Tailândia, Israel, Letônia, Trinidad e Tobago, Geórgia, República Tcheca, Japão, Albânia,

Ano/Década	Países
	Irlanda, Ucrânia.
2000	África do Sul, Bulgária, Moldávia, Inglaterra, Estônia, República Eslovaca, Lituânia, Bósnia Herzegovina, Polônia, México, Jamaica, Angola, Panamá, Zimbábue, Paquistão, Uzbequistão, Eslovênia, Croácia, Kosovo, Peru, Armênia, São Vicente e Granadinas, Suíça, Sérvia, Antígua e Barbuda, Equador, Turquia, República Dominicana, Índia, Azerbaijão, Uganda, Montenegro, Taiwan, Alemanha, Macedônia, Honduras, Nicarágua, Nepal, República do Quirguistão, China, Ilhas Cook, Jordânia, Etiópia, Bangladesh, Indonésia, Guatemala, Chile, Uruguai, Tadjiquistão, Rússia.
2010	Libéria, El Salvador, Tunísia, Brasil, Nigéria, Mongólia, Níger, Iêmen, Serra Leoa, Sudão do Sul, Ruanda, Costa do Marfim, Espanha, Guiana, Afeganistão, Maldivas, Paraguai, Moçambique, Palau, Burkina Faso, Cazaquistão, Benim, Sri Lanka, Quênia, Vietnã, Tanzânia, Togo, Timor Leste, Filipinas, Vanuatu, Malawi, Bahamas, Líbano, São Cristóvão-Nevis, Seychelles, Marrocos, Fiji, Luxemburgo e Gana.

Fonte: *Right to Information Rating, 2020*

3.2 PERSPECTIVAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRANSPARÊNCIA

Na época de criação da lei sueca, quando a Europa e o mundo passavam por transformações, o filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832) trouxe à tona a discussão sobre o controle social ao idealizar o conceito do panóptico, exemplificado na estrutura de um presídio que monitora seus presos sem que eles saibam. Han (2017) considera o panóptico como um fenômeno da sociedade disciplinar:

[...] é uma instalação que visa o melhoramento. São submetidos ao controle do panóptico presídios, fábricas, hospícios, hospitais e escolas. São instituições típicas da sociedade disciplinar. As celas ordenadas uniformemente em torno da torre de controle estão rigorosamente isoladas umas das outras, de modo que os detentos não podem ser comunicar entre si. As paredes que separam as celas são as responsáveis para que tampouco os detentos possam ver uns aos outros. (HAN, 2011, p. 106 - 107).

Bentham também ficou conhecido por discutir a publicidade de atos e dados como forma de evitar abuso do poder público por parte das autoridades (GOMES;

AMORIM; ALMADA, 2015). Em seu livro *Um ensaio sobre táticas políticas*, de 1791, Bentham desconstrói quatro objeções à publicidade de informações. A primeira delas é considerar o público um juiz incompetente. Para o filósofo, é difícil não existir uma pessoa num grupo de 100 capaz de formar um julgamento esclarecido sobre questões discutidas em uma assembleia política. Além disso, reconhece que o “público julga e sempre julgará”. Diante da possibilidade de aumento de más publicações pela existência de “maus juízes em proporção maior do que os bons”, o autor pondera a necessidade de distinguir o público em três classes.

A primeira é composta dos partidos mais numerosos, que ocupam a si mesmos muito pouco com os assuntos de concernência pública – que não tiveram tempo de ler nem de se dedicar ao raciocínio. A segunda é composta por aqueles que formam um tipo de julgamento, mas que é tomado emprestado – um julgamento fundado nas asserções dos outros, as partes nem tomando as dores necessárias, nem sendo capazes de formar uma opinião por si mesmas. A terceira é composta daqueles que julgam por si mesmos, de acordo com a informação, seja ela mais ou menos exata, que eles são aptos a conseguir. (BENTHAM, 2011, p. 284).

Para o filósofo, apenas a terceira classe seria afetada, já que os membros farão julgamentos a partir das informações recebidas: “eles julgarão mal, baseados em informações imperfeitas; eles julgarão melhor, quando estiverem de posse de melhores evidências” (BENTHAM, 2011, p. 284). A segunda classe, que toma emprestado os julgamentos, será influenciada indiretamente pelo grupo subsequente:

Esta classe (terceira classe), porém, sendo melhor informada e julgando melhor, oferecerá opiniões mais corretas àqueles que as recebem prontamente feitas. Ao retificá-las, você terá retificado os outros; ao purificar a fonte, você purificará os córrigos. (BENTHAM, 2011, p. 284-285)

O filósofo entende que uma classe julga mal pois ela é “ignorante acerca dos fatos – porque ela não possui os pormenores necessários para formar um bom julgamento”. O filósofo também afasta o entendimento de que publicizar atos políticos pode obstruir a liberdade das suas decisões¹³. Para o autor, deliberações secretas contêm uma segurança mais ilusória do que real. “O verdadeiro motivo de tal conduta

¹³ Este é a quarta objeção apresentada no livro. Para não prolongar a discussão foram apresentadas apenas duas das quatro objeções. As outras duas são que a publicidade pode expor ao ódio o membro da assembleia por condutas que merecem outro tratamento e a terceira é o entendimento que o desejo da popularidade pode sugerir proposições perigosas aos membros - eles deixariam de ser racionais para ser seduzidos a pedidos do povo. Nos dois casos, o filósofo desconstrói as afirmações ao observar que o povo é incapaz de distinguir entre seus amigos e inimigos, e observa que a publicidade pode derrubar afirmações falsas.

deve, em vez disso, estar sujeito ele mesmo à sua influência, sem muito expor a si mesmo à censura pública; porque, ao excluir o público, ele apenas livra a si mesmo da inspeção pública”. (BENTHAM, 2011, p. 286).

Bentham entende que o regime da publicidade atua como um sistema de desconfiança. Ao escolhermos alguém para ocupar um cargo político, damos uma grande autoridade para uma determinada pessoa que pode ter grandes tentações de se aproveitar dela. A publicidade dos atos ajuda a fiscalizar o que tem feito esse mandatário e evitar abusos.

De acordo com o estudioso, expor informações era uma forma de criar constrangimentos aos políticos e evitar que interesses privados se sobrepusessem aos interesses públicos. Em relação a isto, Gomes, Amorim e Almada (2015) destacam:

Uma autoridade pública por definição se ocupa dos negócios públicos, portanto, “dos outros”, cuja satisfação é claramente menos vantajosa do que a saciedade dos próprios interesses. Ademais, tem à sua disposição os meios de satisfazer-se, às expensas do público; precisa, portanto, de contenção. (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2015, p. 2).

Ainda, Bentham entende haver três categorias de inimigos da publicidade: malfeitores, tiranos, e o homem tímido ou indolente. O autor caracteriza cada uma delas: “os malfeitores, que buscam escapar da advertência do juiz; o tirano, que tenciona suprimir a opinião pública, enquanto teme escutar sua voz; o homem tímido ou indolente, que reclama da incapacidade geral de modo a esconder a sua própria”. (BENTHAM, 2011, p. 278).

Bentham também indaga o motivo pelo qual os governantes são contrários à publicidade de informações, já que elas também podem lhes trazer benefícios, protegendo-os da injustiça do povo e ajudando no reconhecimento público de seus trabalhos.

Passados três séculos dos escritos de Bentham, as restrições da população ao acesso a informações públicas voltaram a ser debatidas no século XXI. Diferentemente da época do filósofo, quando a lei de acesso à informação sueca ainda se estabelecia e era a única existente em todo o globo, agora mais de 100 países adotaram os preceitos da transparência.

Três anos após a lei brasileira entrar em vigor, a pesquisadora Zucatto (2015) propôs um modelo de gerenciamento de informações públicas a partir da LAI. Para

isso, partiu de três fundamentos da legislação: o controle externo, o controle interno e o controle social. Vou me ater ao último ponto.

Considerado por Zucatto (2015) o mais importante mecanismo de controle do Estado Democrático do Direito, o controle social permite a participação efetiva do cidadão na democracia. Por meio dele, é possível corrigir ou evitar atos e omissões da administração pública, além de provocar a atuação dos órgãos de controle. Entretanto, a pesquisadora pontua que o controle social é dependente da vontade e do grau de instrução da população - o que dialoga com o modelo de classes proposto por Bentham.

Em virtude da necessidade de instigar a vontade do cidadão, para que ele busque exercer o seu papel na efetivação do Controle Social, é que se faz necessário que a política de transparência aconteça de forma eficiente e eficaz. É preciso que o cidadão se sinta seduzido a buscar informações nos portais de transparência e valide seu papel ao efetivar o Controle Social. (ZUCATTO, 2015, p. 69)

Para a pesquisadora, é necessário envolver a sociedade civil para concretizar o controle social que evidencie a existência da democracia e permita ao cidadão contribuir na construção de uma política pública de qualidade. Um dos mecanismos para atender essa demanda vem da ideia dos Observatórios Sociais, que são “espaços democráticos e apartidários que buscam exercer a livre cidadania, reunindo o maior número de entidades representativas da sociedade civil para buscarem juntos a evolução e melhoria da gestão pública” (ZUCATTO, 2015, p. 70).

Entre outras funções, o Observatório Social monitora compras públicas em nível municipal, fiscalizando desde a publicação de editais, o processo e entrega do produto (ZUCATTO, 2015).

O ato de fiscalizar as atividades das instituições públicas bem como repassar o conhecimento adquirido, faz com que os observatórios sejam consumidores e disseminadores da informação pública. Isso lhes dá domínio para criticar os vazios e espaços problemáticos encontrados ao longo da busca por informações. (ZUCATTO, 2015, p. 214).

Para obter as informações, os observatórios afirmaram usar portais da transparência – de maneira ativa (quando os dados estão disponíveis em um site) e passiva (quando o órgão precisa ser “provocado” para passar uma informação). Os oito observatórios consultados por Zucatto (2015) buscam informações de contratos, licitações e gasto com folha de pagamento.

Já naquela época, um integrante de um dos observatórios reclamou das dificuldades para obter informações. “O principal problema é que ainda não há uma boa disseminação da cultura do acesso. O servidor público ainda acha que é detentor da informação, ou seja, acha que informação não é pública” (ZUCATTO, 2015, p. 155).

Ao analisar o acesso a informações públicas nos países do Cone Sul, Eirão (2018) destacou que a informação e comunicação são itens valiosos para a democracia. Entretanto, juntas, podem não apenas conduzir à estabilidade, mas também enfraquecer o regime. “Omitir informações ou impedir sua comunicação são ações desestabilizadoras, que podem levar ao rompimento com os valores presentes nas democracias” (EIRÃO, 2018, p. 16).

Para Batista (2010), há três dimensões da informação que permitem verificar se o ambiente é propício para o acesso e a transparência da informação pública. São elas: dimensão física – quando há dificuldade em acessar fisicamente o documento – ; dimensão intelectual – relacionada à compreensão do indivíduo sobre o documento acessado –; e dimensão comunicacional – indicada à pouca eficiência do fluxo da informação pública ou ao excesso de informação. Além dessas três dimensões, Eirão (2018) sugere acrescentar a transparência e a publicidade que, segundo ele, estão presentes no direito ao acesso à informação.

De maneira ampla, transparência, *accountability*, divulgação de informação e participação do cidadão formam o grupo ideológico e, ao mesmo tempo, os mecanismos essenciais para a consecução do direito à informação e mais precisamente do acesso à informação pública (EIRÃO, 2018, p. 17).

A discussão vai em direção ao conceito de transparência. O termo designa algo que pode ser visto através de outro, como plástico, vidro, água, certos véus e outras vestimentas. Não impedem que se veja o que está além deles, com maior ou menor precisão e nitidez.

Transparência é, naturalmente, uma metáfora antes de ser um conceito. Deve-se notar, antes de tudo, que é uma palavra recente, não reconhecida no latim clássico. É proveniente do adjetivo latino *transparentis* -entis (composto pelo prefixo lat. *trans-*“trans-“ e pelo verbo *pareo* “aparecer”), que surge apenas no latim medieval. No latim clássico, usava-se, para se referir à mesma coisa, outros adjetivos como *perlucens*, *translucidus*, *perlucidus* ou *splendidus*, que querem dizer “nítido” ou “límpido”, aplicados, por exemplo, à água e ao ar. (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2015, p. 2).

Para a organização Transparência Internacional¹⁴, o conceito diz respeito à garantia de esclarecimentos sobre regras, planos, processos e ações de governos, organizações e outras entidades, inclusive privadas. “Não se limita apenas a responder o porquê das coisas, mas sim 'como', 'o quê' e 'quanto custam'.” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019). Além disso,

o princípio da transparência assegura que funcionários públicos, servidores, administradores, conselheiros e empresários atuem de modo visível e compreensível, bem como reportem suas atividades. Desta forma, é proporcionado às pessoas e organizações condições para que possam fiscalizá-los. Esta é a maneira mais segura de se proteger contra a corrupção e ajuda a aumentar a confiança nas pessoas e instituições das quais nossos futuros dependem. (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019).

Angélico (2012) observa que a transparência tem relação direta com fluxo de informação, entretanto, não pode ser desconsiderada a qualidade e uso dessa informação. “Um regime realmente transparente deve preocupar-se não só com a disponibilização de informações, mas em disponibilizá-las de maneira tal que elas sejam úteis para a formulação de inferências mais precisas” (ANGÉLICO, 2012, p. 26-27).

Para identificar se um sistema é realmente transparente, Angélico (2012) pontua a necessidade de mecanismos de respostas. Em outras palavras, indicar onde determinada informação pode ser encontrada ou entregar o dado ao solicitante. Para o autor, a transparência é um meio pelo qual que se pode conhecer melhor o que se passa no interior das instituições. “A transparência será tão mais útil quanto maior for a sua contribuição a um sistema de prestação de contas efetivo, que resulte em inferências corretas”, segundo Angélico (2012).

Han (2017) entende que a transparência domina hoje o discurso público. Em seu livro, *A Sociedade da Transparência*, cita o termo dentro de um contexto positivo. De acordo com o estudioso, as coisas se tornam mais transparentes quando deixam de lado qualquer traço de negatividade, quando “[...] se tornam rasas e planas, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação” (HAN, 2017, p. 10).

¹⁴ A Transparência Internacional é um organização não-governamental apartidária dedicada ao combate à corrupção. A entidade atua há mais de duas décadas e hoje está presente em mais de 100 países. A organização é conhecida pelo Índice de Percepção da Corrupção (IPC), mas trabalha em outras frentes para mostrar à sociedade os efeitos da corrupção.

O autor considera que as ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, ou seja, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle. Por exemplo, o dinheiro que “igualava tudo com tudo” (HAN, 2017, p. 10).

O filósofo sul-coreano enfatiza sua crítica ao refletir sobre o chamado excesso de transparência, principalmente nas relações interpessoais, o que ficou agravado nos últimos anos com o uso das redes sociais. Para ele, apenas uma máquina é transparente em sua essência. “A espontaneidade - capacidade de fazer acontecer - e a liberdade, que perfazem como tal a vida, não admitem transparência” (HAN, 2017, p. 13). Para o autor, nem o ser humano é transparente consigo mesmo.

O veredicto da sociedade positiva é este: “Me agrada”. É significativo que o Facebook se negue coerentemente a introduzir um *emotion* de *dislike button*. A sociedade positiva evita todo e qualquer tipo de negatividade, pois esta paralisa a comunicação. Seu valor é medido apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações, sendo que a massa de comunicação também eleva seu valor econômico e veredictos negativos a prejudicam. Com *like* surge uma comunicação conectiva muito mais rápida do que com o *dislike*. (HAN, 2017, p. 24).

Conforme Han (2017), o panóptico de Bentham não deixou de existir, mas ganhou novas formas nos dias de hoje. Ao invés de um modelo centralizado, agora o controle é aperspectivístico. No modelo original, os presos ficariam em celas separadas e sem comunicação. Já no panóptico digital, como é chamado por Han, há hipercomunicação e colaboração ativa entre os participantes, que acabam se expondo.

A sociedade de controle chega a sua consumação ali onde o sujeito dessa sociedade se desnuda por coação externa, mas a partir de uma necessidade gerada por si mesmo; onde, portanto, o medo de renunciar à sua esfera privada e íntima dá lugar à necessidade de se expor à vista sem qualquer pudor. (HAN, 2017, p. 108-109)

Han desconstrói a ideia de que a transparência cria confiança. Para ele, a transparência destrói a confiança. Segundo o filósofo, a situação está relacionada ao fato de que o fundamento moral da sociedade tem se tornado cada vez mais frágil, com perda da importância de valores morais como honestidade e sinceridade. Com isso, a transparência assume como novo imperativo social.

A exigência por transparência torna-se realmente aguda quando já não há mais confiança, e na sociedade pautada na confiança não surge qualquer exigência premente por transparência. Por isso, a sociedade da transparência

é uma sociedade da desconfiança e da suspeita, que, em virtude do desaparecimento da confiança, agarra-se ao controle. (HAN, 2017, p. 111-112).

3.3 CARACTERÍSTICAS DA LEGISLAÇÃO

Na Suécia, a intenção inicial da legislação era abolir a censura de documentos públicos e garantir o direito a todos de publicar documentos escritos (UCL, 2019). Naquele país, os solicitantes podem pedir uma transcrição ou cópia de documentos, facilitando o acesso. Por lá, há uma preocupação com a privacidade dos requerentes. Por isso, a autoridade ou agência não pode, como princípio geral, exigir a identificação do solicitante ou a finalidade do pedido.

Os pedidos podem ser recusados para assegurar sete situações: 1) a segurança do Reino ou suas relações com outro estado ou organização internacional; 2) a política fiscal central e monetária do Reino; 3) a inspeção, controle ou outras atividades de supervisão de uma autoridade pública; 4) o interesse de prevenir ou processar o crime; 5) o interesse econômico das instituições públicas; 6) a proteção das circunstâncias pessoais ou econômicas de sujeitos privados; 7) a preservação de espécies animais ou vegetais.

Caso o pedido seja negado, os solicitantes podem recorrer ao Ombudsman Parlamento, chamado de *Justitieombudsmännen*, que vai analisar o caso. Entre 2017 e 2018 (RIKSDAGENS OMBUDSMÄN, 2018) foram feitos 8.564 pedidos de reclamação. Do total, apenas 9% foram analisados, enquanto 91% das solicitações foram dispensadas – a maior parte (72%) sem a realização de uma investigação prévia.

Dois professores suecos, Kjell Östberg e Fredrik Eriksson, pontuam que a tradição de governo aberto do país acabou fazendo com que medidas controversas acabassem sendo tomadas pelos políticos, como evitar oficializar compromissos em papel (UCL, 2019). Com isso, evita-se que alguém tenha acesso. Os pesquisadores citam o vazio de documentos sobre a energia nuclear, discussão que se arrastou por anos no país¹⁵.

¹⁵ Desde a década de 1970 ambientalistas se opuseram às usinas nucleares. Em 1980, foi realizado um referendo nacional sobre a energia nuclear no país.

A última atualização da constituição, chamada Riksdag, ocorreu em setembro de 2014 e tangenciou pontos específicos da Lei de Imprensa e da Lei de Liberdade de Expressão.

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI) foi aprovada em novembro de 2011. Entretanto, só entrou em vigor em maio do ano seguinte, após período de 180 dias de implementação. Com a aprovação, o Brasil tornou-se o 89º país a adotar uma Lei de Acesso à Informação (ANGÉLICO, 2012).

A Lei 12.527/2012 garante a qualquer cidadão obter registros ou documentos de órgãos, entidades e até mesmo de empresas que prestaram serviços para o setor público, mesmo quando o vínculo tenha cessado. O solicitante pode requerer informações sobre atividades exercidas, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos, entre outros. Também é garantido o acesso à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações, bem como metas e indicadores propostos. A legislação ainda dá a possibilidade ao usuário de ter à disposição de resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Há duas formas de obter o acesso: pela transparência ativa, quando os dados são disponibilizados de forma proativa em um site, e da maneira passiva, quando o cidadão precisa solicitar os dados, normalmente através de um formulário eletrônico. Para atender a primeira situação (transparência ativa) deve ser divulgado no mínimo seis tipos de informações: 1) registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; 2) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; 3) registros das despesas; 4) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; 5) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; 6) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Na transparência passiva - quando o solicitante precisa provocar o órgão para ter acesso a uma informação - o órgão tem 20 dias para responder ao pedido, prazo prorrogável por mais 10 dias.

Há três situações para o pedido ser negado, segundo decreto 7724/2012, que regulamentou a lei de acesso. Caso a solicitação for genérica, desproporcional ou

desarrazoados¹⁶ ou “que que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade” (DECRETO 7724, 2012). Porém, caso seja identificada a terceira situação, o órgão ou entidade deverá indicar o local onde se encontram as informações para que o próprio requerente faça a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Para Angélico (2012), a redação da lei dessa maneira dá margem à subjetividade. “Quem define se uma determinada solicitação é “genérica” ou “desproporcional”? Não seria o termo “genérico” demasiadamente genérico?” (ANGÉLICO, 2012, p. 98).

Caso a solicitação seja indeferida, há a possibilidade de recorrer em até 10 dias a contar do dia da negativa. Neste caso, o pedido será avaliado pela “autoridade hierarquicamente superior que a que exarou a decisão impugnada” (BRASIL, 2012). No caso de pedidos feitos no governo federal, o solicitante pode ainda recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU) que em cinco dias vai avaliar se:

- I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;
- II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
- III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e
- IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei. (BRASIL, artigo 16, 2012).

Caso o pedido seja entendido como procedente pela CGU, será determinado qual órgão ou entidade responderá ao pedido. Por outro lado, se a solicitação for negada pela Controladoria, o solicitante pode ainda interpor recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), a qual decide sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas no âmbito do governo federal (BRASIL, 2012).

Em pedidos de desclassificação de informação, quando apresenta algum nível de sigilo e o requerente pede a quebra dessa situação, há a possibilidade de recorrer

¹⁶ Um pedido é considerado desarrazoado quando “não encontra amparo para a concessão de acesso solicitado nos objetivos da LAI e tampouco nos seus dispositivos legais, nem nas garantias fundamentais previstas na Constituição. É um pedido que se caracteriza pela desconformidade com os interesses públicos do Estado em prol da sociedade, como a segurança pública, a celeridade e a economicidade da administração pública” (GOVERNO FEDERAL, [s.d.]). Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/assuntos/pedidos/excecoes/o-que-e-pedido-desproporcional-desarrazoado-ou-generico>.

ao Ministro de Estado da área. Se ainda não for atendido, a CMRI poderá ainda ser acionada.

Ainda, segundo a legislação, há seis tipos de informações consideradas “imprescindíveis à segurança da sociedade ou Estado” e, por isso, podem ser passíveis de classificação, restringindo o acesso ou divulgação. Conforme a lei, elas podem:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações. (BRASIL, 2012).

Por último, a legislação dispensa municípios com população menor de 10 mil habitantes da divulgação obrigatória na internet de informações. Além disso, estados e municípios não dispõem de uma turma recursal como a CGU, voltada a pedidos para órgãos federais.

Em 2017, passados cinco anos de implementação da lei, a organização não governamental Artigo 19 analisou a situação da LAI no país. Criada em 1987, em Londres, a entidade tem como foco a defesa e promoção dos direitos humanos, tanto que o nome faz referência ao 19º artigo¹⁷ da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje tem escritórios em nove países e está no Brasil desde 2007:

[...] desde então tem se destacado por impulsionar diferentes pautas relacionadas à liberdade de expressão e informação. Entre as quais, estão o combate às violações ao direito de protesto, a proteção de defensores de direitos humanos e comunicadores, a descriminalização dos crimes contra a honra, a elaboração e a implementação da Lei de Acesso à Informação, e a construção e defesa do Marco Civil da Internet. (ARTIGO 19, 2019, s.p.).

¹⁷ O referido artigo trata sobre a prerrogativa que todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão.

Na análise de 2017, a entidade identificou “progresso considerável” no volume de informações acessíveis à população, adoção de diversas práticas necessárias de transparência ativa, implementação de mecanismos para requerer informações em “inúmeros órgãos públicos”, crescimento na taxa de pedidos “bem respondidos” e de trabalhos jornalísticos com uso da LAI. Ainda, constatou um avanço considerável na quantidade de cidades e estados que regulamentaram a lei. Por outro lado, a organização acredita que ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar a “plena efetividade da lei” no país.

A implementação da LAI tem sido um processo difícil e lento: esta foi uma lei que veio para consolidar a construção de uma cultura de transparência e criar práticas que não eram adotadas pela maior parte da administração pública. Isso posto, compreensivelmente, ainda vemos falhas e lacunas na implementação da LAI. (ARTIGO 19, 2017).

Entre os problemas identificados está a diferença de aplicação da LAI entre Executivo, Legislativo e Judiciário nos órgãos de âmbito federal. Apesar disso, a entidade lembra que é no Executivo federal que são encontrados os maiores avanços, com raras exceções entre estados e municípios. De acordo com a Artigo 19, a implementação da LAI no país é caracterizada por ser heterogênea, sem um padrão entre os órgãos. “Enquanto na esfera federal a aplicação está mais avançada, em municípios e estados o desenvolvimento da LAI enfrenta maiores dificuldades, devido à ausência de regulamentação ou mecanismos de promoção.” (ARTIGO 19, 2017).

O relatório critica a baixa transparência ativa de informações (quando se dispõem dados em um site de forma espontânea) com qualidade, que viabilizem a participação popular efetiva e a falta de sites especializados para a realização de pedidos de informação em algumas esferas e níveis de poder, por exemplo, em cidades com menos de 10 mil habitantes. Para a entidade, isso “tem se configurado um limitador para o exercício do direito de acesso à informação de forma fácil, amigável e intuitiva para boa parte da população”. (ARTIGO 19, 2017).

O relatório também identificou que diversos órgãos têm imposto “exigências excessivas” relacionadas à identificação dos solicitantes. No município do Rio de Janeiro, além de ser exigido a realização do pedido presencialmente, é necessário, para cada solicitação protocolada *in loco*, deixar cópia de documento de identificação. Segundo a lei, a exigência de identificação não pode inviabilizar o pedido.

O exemplo do Rio de Janeiro, somado a diversos casos em que a ARTIGO 19 e outras organizações sociais registraram represálias a requerentes após o registro de informação, apontam que a aplicação da LAI é falha em garantir que a identificação não inviabilize o acesso à informação, sendo portanto urgente discutir a adoção de procedimentos adequados ao tratamento da informação pessoal. (ARTIGO 19, 2017)

Mesmo com um progresso nas respostas às solicitações, a entidade salienta que a qualidade e completude das respostas ainda é um tema que merece “atenção e medidas corretivas”.

Para mostrar a aplicação da lei no país, a Artigo 19 realizou 56 pedidos de informações a sete órgãos do Executivos dos cinco estados mais populosos de cada região (Amazonas, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo). Também foram solicitados dados a dois municípios mais populosos do país (Rio de Janeiro e São Paulo) e ainda a um ente federativo, no caso, a Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo dos pedidos — nos mesmos moldes de outros quatro realizados em anos anteriores — era obter informações de temas considerados cruciais à entidade para a implementação da lei.

Nas respostas, todos os estados afirmaram que tomaram medidas, em menor ou maior grau para a promoção e aplicação da LAI nos próprios órgãos. Entre elas, está o treinamento de funcionários, a destinação de orçamento específico para melhorar os serviços de informações e a promoção de cooperações entre secretarias para garantir a transparência (ARTIGO 19, 2017).

Por outro lado, a entidade identificou que, na maioria dos órgãos analisados, havia poucas informações centralizadas nos órgãos de controle — Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) ou Controladoria-Geral do Município (CGM) — sobre a responsabilização de servidores públicos que apresentaram conduta inadequada em relação à LAI. Apenas a Ouvidoria do Estado de São Paulo respondeu ao pedido de informação com os dados referentes aos outros órgãos da administração pública estadual.

Além disso, foram identificadas poucas informações nos órgãos de controle sobre documentos que foram desclassificados e dos pedidos de desclassificação a partir de solicitações dos cidadãos na esfera municipal e estadual.

Ainda no relatório, a entidade manifestou preocupação com a modificação ocorrida em 2016 na CGU. Antes ligada diretamente à presidência, o órgão ganhou o

status de ministério, possuindo o mesmo nível de autonomia das repartições que investigava. Para entidade, a mudança representa um enfraquecimento do órgão de controle, trazendo prejuízos para o trabalho de combate à corrupção e de promoção do acesso à informação. “Acreditamos que a CGU deveria ter sido fortalecida e redefinida como um órgão de atividade permanente com status constitucional, firmando-se como um órgão de Estado.” (ARTIGO 19, 2017).

Em 2012, Angélico já salientava a necessidade de a CGU ter autonomia política e recursos materiais e humanos suficientes para atender todas as funções. Além de um órgão de apelação no âmbito federal, a CGU é responsável pela promoção da transparência, do acesso à informação e do fomento a estudos e pesquisas na área (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2019). Entretanto, o órgão só atua em demandas do Executivo federal, evidenciando um disparate em relação aos Poderes Legislativo e Judiciário e nos níveis estadual e municipal.

A falta de um órgão supervisor independente e exclusivamente voltado a questões relativas ao acesso — como ocorre no México, no Chile e na Índia — é considerado por Angélico (2012) um obstáculo institucional no Brasil.

Apesar dos problemas, a Artigo 19 entende que a LAI é um instrumento estratégico na luta pela democracia, igualdade e pelos direitos humanos. A entidade salienta que o direito à informação influencia na garantia de outros direitos humanos. O cidadão, ao tomar conhecimento de decisões ligadas à questão ambiental, por exemplo, acaba se empoderando, tornando-o mais capaz de “demandar responsividade de seus governantes e de tomar decisões mais bem qualificadas quando da hora do voto” (ARTIGO 19, 2017). A entidade reconhece ainda que o acesso à informação ajuda a melhorar os mecanismos de participação social, que “necessitam invariavelmente de cidadãos bem-informados a fim de que tenham maior efetividade sobre a tomada de decisão dos governantes.”

Souza (2016) acredita que o acesso a informações pela população auxilia na tomada de decisões.

O indivíduo, tendo acesso a informações do Estado e do seu país, tende a fortalecer sua capacidade de participar de modo efetivo das decisões que o afeta. O acesso a documentos, arquivos e estatísticas, constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia que possibilita a transparência dos atos públicos e busca pelas informações constituindo-se em uma forma de participação do povo. (SOUZA, 2016, p. 60).

Para Souza (2016), as informações em posse do Estado são um “bem público” e ter acesso a elas é um “direito de todo o cidadão que vive em um país democrático”. A autora considera ainda que a LAI é um “canal para acessar a fonte de notícia local, pois fornece dados de órgãos mantidos pelo Estado” (SOUZA, 2016).

3.4 APROPRIAÇÃO DA LEI DE ACESSO PELOS JORNALISTAS NO BRASIL

Em vigor no Brasil desde 2012, a Lei de Acesso à Informação (LAI) passou a ser usada por jornalistas em busca de informações antes restritas a um pequeno número de pessoas. Tornou-se um recurso de apuração, como forma de obter dados.

Nos primeiros anos da lei em vigor, percebeu-se uma profusão de reportagens — desde explicações do funcionamento da LAI até apresentação de dados obtidos por ela. Nesse período inicial, uma série de pesquisas — que não são necessariamente ligadas ao jornalismo — procurou identificar a utilização da lei de acesso e mostrou como ocorreram as adaptações internas de repartições públicas para atender às exigências da lei.

Após oito anos da legislação, a situação muito pouco se alterou. Ainda há poucas pesquisas mostrando os impactos da lei de acesso nas rotinas produtivas do jornalismo. No catálogo de teses e dissertações da Capes foram encontradas¹⁸ 43 produções¹⁹. Do total, 32 trabalhos analisam a implementação da LAI dentro de órgãos públicos, de universidades, autarquias federais e prefeituras. Outras quatro produções propõem modelos para melhorar o acesso a dados pela população através da LAI.

Apenas sete pesquisadores (FRARE, 2014; DUTRA, 2015; SOUZA, 2016; BOTTREL, 2016; SOUSA, 2017; MATTOS, 2019; BARROS, 2017) verificaram como se dá o uso da lei pelos jornalistas. Em linhas gerais, há duas maneiras de fazer essa análise: 1) a partir das reportagens publicadas com citação da lei — que podem conter dados obtidos pelos processos de transparência passiva ou ativa; 2) a partir das solicitações feitas a sites de transparência, como o e-SIC do governo federal.

¹⁸ Levantamento feito entre os dias 9 a 12 de maio de 2019.

¹⁹ No catálogo foram encontradas 274 produções com a palavra Lei de Acesso à Informação, que começaram a surgir a partir de 2012, quando a legislação entrou em vigor. Restringindo a busca à área de comunicação, foram localizadas 76 produções. Do total, 23 são ligadas à arquivologia e outros 10 trabalhos abordavam a LAI de forma secundária e, por isso, foram desconsideradas. Com isso, restaram 43 produções na área de comunicação.

Os trabalhos mais recentes se restringem a análises regionais, de percepções do uso da legislação por jornais estaduais.

Em 2015, Luma Poletti Dutra ouviu 15 de jornalistas da *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo* que afirmaram que, devido aos prazos, não podiam utilizar a LAI na produção diária. Entretanto, concordam que, apesar da demora, se o dado obtido pelo pedido fosse bom, poderia virar notícia.

Além das entrevistas, Dutra (2015) analisou 314 reportagens para ver como os jornalistas estavam usando a LAI durante o primeiro ano da lei em vigor — período de maio de 2012 a maio de 2013. A autora identificou que as 314 reportagens selecionadas faziam menção à lei. Na análise, a pesquisadora chegou à conclusão de que os profissionais têm utilizado a lei para fazer matérias de fôlego, que possuem um prazo maior. A situação fica evidente quando Dutra (2015) questionou os jornalistas do uso da técnica do *fishing expedition*²⁰ ao usar a LAI na apuração jornalística.

A maioria revela que usa a técnica, mas fazendo pedidos específicos, para evitar que sejam negados por serem genéricos. Entretanto, relatam que devido ao grande volume de informações, por vezes, precisam de auxílio de programas de computação para encontrar a informação que interessa.

Às vezes você visualiza a informação ou num gráfico de linhas ou num gráfico de barras, se for uma base de dados relativa a pontos geográficos o ideal é jogar num mapa e ver de que maneira a informação se organiza. Muitas vezes a gente percebe a existência de pautas ao jogar num mapa. Tem que usar ferramentas para extrair a informação dos dados, e várias, nem só uma (BRAMATTI *apud* DUTRA, 2015, p. 110).

Na *Folha*, Dutra (2015) observou uma concentração maior de reportagens com referência à lei nas editorias Poder (87) e Cotidiano (17) no período analisado. Juntas, representam 85% das matérias. Além disso, foram publicados 26 artigos de opinião, 12 depoimentos de especialistas, 11 editoriais e duas entrevistas relacionadas à LAI.

Já no *Estadão*, a pesquisadora identificou uma prevalência maior nas editorias Política (76 reportagens publicadas) e São Paulo (13 matérias), de um total de 101. Dos 27 textos diversos, 14 são artigos de opinião, oito editoriais, quatro entrevistas e uma análise de especialista.

Por último, em *O Globo* foi identificado que a maior parte do conteúdo produzido com referência à LAI ficou entre as editorias País (80 matérias) e Rio Bairros (sete).

²⁰ “Expressão que designa a prática de solicitar um grande número de informações com o objetivo de “pescar” algo que possa virar notícia” (DUTRA, 2015).

Dos outros 23 textos que mencionaram a Lei, 13 eram artigos de opinião, cinco editoriais, três entrevistas e duas análises de especialistas.

A pesquisa ainda contabilizou o tamanho das matérias e os recursos utilizados. Na *Folha* cada texto tinha em média 2.550 caracteres e continham infográficos (24), fotos (22) e trechos de documentos (5). Já no *Estadão* as reportagens apresentam em média 2.950 caracteres que disponham como complemento ao texto um total de 55 fotos, 18 infográficos e 11 quadros explicativos. Enquanto *O Globo* supera o tamanho das reportagens. No periódico, foi observado uma média de 3.360 caracteres e com o uso de fotos (30), infográficos (17) e quadros explicativos (6).

Nos três jornais analisados, a pesquisadora percebeu um maior número de produção nos meses iniciais — após a lei entrou em vigor, entre maio a julho, com queda nos meses seguintes. Para Dutra (2015), a situação pode ser explicada pelo caráter de novidade da lei na época.

É possível concluir que a redução do número de publicação de matérias se deu devido a um movimento duplo: os órgãos públicos passaram a aumentar o número de negativas aos pedidos e, consequentemente, os profissionais reduziram a quantidade de demandas. (DUTRA, 2015, p. 120-121).

Souza (2016), ao analisar o uso da LAI em reportagens de política, observou baixo aproveitamento do recurso pelos jornalistas. Para a autora, a legislação é encarada como um tipo de fonte. Na análise, a pesquisadora se voltou para duas frentes: análise dos pedidos encaminhados por jornalistas ao e-SIC — do governo federal — e verificou reportagens publicadas na editoria de política de *Folha de S.Paulo*. Para as duas análises, considerou o período de 2014 a 2015.

Nascimento e Kraemer (2014) também identificaram redução na produção de reportagens com base na LAI em um período de 20 meses, de 16 de maio de 2012, quando a LAI entrou em vigor, a 15 de janeiro de 2014. Foram analisadas 96 reportagens dos jornais *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

No primeiro ano de vigência da lei, entre 16 de maio de 2012 a 15 de maio de 2013, os três jornais publicaram, juntos, uma média de cinco matérias por mês com dados obtidos pela lei. Nos oito meses seguintes, de 16 de maio de 2013 a 15 de janeiro de 2014, a média mensal baixou para 4,4 matérias com base na LAI publicadas pelos periódicos.

Estudos que se detenham na análise do processo de obtenção de informações por meio da Lei de Acesso podem revelar se essa redução de

ritmo se deve a jornalistas que diminuíram o número de questionamentos ou a instituições públicas que aumentaram o número de respostas negativas para pedidos feitos por repórteres (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014, p. 8).

Entretanto, diferentemente de Dutra (2015), Nascimento e Kraemer (2014) selecionaram matérias que demonstrassem a obtenção de informações por meio da LAI, sendo excluídas reportagens que “mostram balanços e análises da lei, negativas de instituições públicas de prestarem informações e aquelas que usam dados disponibilizados em portais por conta do processo de transparência exigido pela nova lei” (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014). Também foram desconsideradas aquelas em que os dados requisitados pela lei foram utilizados de maneira secundária.

Para identificar o uso da LAI nas 96 reportagens selecionadas, os pesquisadores classificaram o tipo de informações apresentadas nas matérias em três grupos: informação direta, informação cruzada e informação ampliada (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014). A classificação apresentada pelos autores também será utilizada na presente pesquisa na análise das reportagens que compõem o levantamento inicial.

a) Informação direta: quando a informação obtida pela LAI é suficiente para garantir a matéria e acaba se tornando o aspecto primordial do texto.

b) Informação cruzada: quando a informação advinda da LAI é cruzada com outra. Segundo os pesquisadores, a combinação acaba fazendo com que o dado requerido pela LAI não seja o foco principal da reportagem. “As informações, separadamente, não gerariam matérias de impacto, mas a conclusão obtida pelo cruzamento das duas passam a ter maior relevância.” (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014, p. 12).

c) Informação ampliada: quando a informação obtida pela LAI serve apenas como ponto de partida para a apuração jornalística. “Nesse caso, o aspecto principal da reportagem não é a informação obtida com a LAI nem um cruzamento feito por ela, mas sim o que foi descoberto a partir do dado obtido com a Lei de Acesso”. (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014, p. 13). Para facilitar o entendimento, os pesquisadores apresentam uma reportagem publicada na *Folha* em julho de 2012: “Assessores pagos pela Câmara atuam em sede de partidos”. Inicialmente, foi obtido a lista de servidores que eram dispensados de registrar o ponto diário na Câmara dos Deputados. Foi apurado que pelo menos 17 deles não atuavam nos setores da

Câmara. A maior parte fazia serviços para partidos e campanhas eleitorais de forma irregular.

Em 69 das 96 reportagens selecionadas, os dados obtidos pela LAI se enquadravam como informação direta. Em outras 23 houve o cruzamento com outras informações. Apenas 4% das reportagens apresentam um dado que foi ampliado. Apesar da situação, os autores frisam pela necessidade de não hierarquizar uma informação frente a outra.

Ainda que do ponto de vista do esforço do repórter uma matéria com um dado ampliado possa ser considerada mais relevante, já que deu mais trabalho e produziu uma informação inédita que nem órgãos públicos detinham, do ponto de vista do leitor uma reportagem baseada somente em um documento obtido por meio da LAI pode ser muito mais importante, dependendo do tipo de revelação que faz. (NASCIMENTO; KRAEMER, 2014, p. 14).

A partir dos resultados obtidos, os pesquisadores entendem que a lei acabou favorecendo reportagens com investigação, com uso de fontes primárias, que acabaram revelando informações que não estavam à mostra. Como o estudo se restringiu aos 20 meses de vigor da lei, Nascimento e Kraemer (2015) esperam, com o passar do tempo, que ocorra uma familiaridade maior de repórteres com a LAI, fazendo com que invistam mais na busca por informações. Entendem que, com isso, pode-se diminuir a diferença entre as matérias feitas por informações diretas das produzidas com apuração ampliada.

Sobre os temas abordados nas reportagens, 50% do material envolvia ética pública e 31% serviços públicos. Para os pesquisadores, o cenário revela continuidade do uso do jornalismo investigativo que, desde a cobertura dos escândalos envolvendo o ex-presidente Fernando Collor de Mello, caracterizou-se por priorizar o monitoramento de autoridades e agentes públicos. Além disso, a incidência maior da lei em assuntos ligados a serviços públicos é considerada como uma espécie de “uso social da lei”.

A pesquisa identificou ainda a assinatura de 65 repórteres nas matérias selecionadas: 25 da *Folha*, 24 do *Estadão* e 16 de *O Globo*. Apenas uma das 96 reportagens não foi assinada. Para Nascimento e Kraemer (2015), os números indicam que o uso da LAI para a produção de reportagens não ficou limitada a um pequeno grupo de jornalistas, especializado na obtenção de documentos públicos.

As mais de seis dezenas de jornalistas que assinam as matérias indicam que a LAI, de certa forma, foi incorporada na rotina jornalística e menos de dois anos depois do início de sua vigência já foi usada por um contingente de repórteres que equivale a uma redação de um grande jornal. (NASCIMENTO; KRAEMER, 2015, p. 8).

Enquanto Nascimento e Kraemer (2015) entendem uma alteração nas rotinas jornalísticas com LAI, Dutra (2015) considera que a lei não “mudou substancialmente” o trabalho desempenhado nas redações a partir dos relatos de jornalistas ouvidos em sua pesquisa. Para ela, houve “mudanças pontuais” no trabalho dos profissionais. Entre elas, a relação com as assessorias de imprensa de órgãos públicos.

Sousa e Geraldles (2016) consideram que um dos impactos da lei, no âmbito da rotina dos jornalistas, é uma maior facilidade na obtenção de dados sem o filtro das assessorias de imprensa ligadas a governos. Para jornalistas de *O Estado de S.Paulo*, entrevistados por Dutra (2015), a diminuição da dependência das assessorias acaba fazendo com que algumas assessorias mudem de postura e deixem de questionar a motivação ou a finalidade do pedido.

Fora os grandes jornais é interessante também trazer pesquisas sobre o uso da LAI em veículos regionais. Detalho abaixo o cenário verificado na Paraíba, Bahia e Maranhão, todos no Nordeste.

Sousa (2017) analisou o uso da LAI em dois impressos paraibanos: Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba. A pesquisa se deteve ao período de três anos de implementação da lei: maio de 2012 a maio de 2015. Ao todo, foram encontradas 18 reportagens: sete no Correio da Paraíba e 11 no Jornal da Paraíba.

Nos dois veículos foram identificados um maior número de matérias na editoria de política e um tamanho médio das reportagens variando entre 2.312 (Correio da Paraíba) e 2.376 (Jornal da Paraíba). Além disso, foram encontrados um número reduzido de matérias referentes à LAI no primeiro ano de vigência em ambos os periódicos. Nos anos seguintes, há um aumento, o que reflete um processo de “maior familiarização dos repórteres e veículos de imprensa com o assunto.” (SOUSA, 2017, p. 77).

Para Sousa, os dois jornais apresentam uma “cobertura superficial” que não abrange uma discussão aprofundada sobre a LAI. Além disso, foi constatado que os profissionais dos dois veículos continuaram recorrendo às assessorias de imprensa e às fontes primárias apesar de considerarem a LAI uma garantia na obtenção de

informações públicas. Foi verificado ainda que as reportagens tratam da transparência ativa, quando os dados são disponibilizados de forma proativa em um site.

Já Mattos (2018) verificou a situação da LAI na Bahia. Diferentemente de outras pesquisas, que focaram em jornalistas, foram aplicados 443 questionários com moradores de sete mesorregiões do estado. Além disso, a autora focou na transparência passiva (quando o solicitante precisa fazer um pedido para obter uma informação), partindo do pressuposto que esta modalidade de acesso a dados não teve eficácia entre cidadãos.

Por outro lado, Barros (2017) comparou o cenário nacional e ainda a realidade do estado do Maranhão no uso da LAI. Para analisar o contexto regional, verificou os discursos políticos da bancada federal maranhense e debruçou-se em três veículos de comunicação: jornal *Imparcial*, jornal *O Estado do Maranhão* e portal *Imirante* (os dois últimos do *Grupo Mirante*). Para a pesquisa, foi tomado o período de maio de 2009 a dezembro de 2014. O início do trabalho começou três anos antes da lei entrar em vigor para verificar a divulgação do processo de discussão no Congresso e implementação da lei. Ao todo, foram identificadas 31 reportagens em *O Estado do Maranhão* (dessas seis são notas), outras 17 matérias no portal *Imirante* e 44 reportagens no jornal *Imparcial*.

Além do catálogo de dissertações e teses da Capes, também foram verificados trabalhos apresentados em congressos de jornalistas. Nas cinco edições do Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, organizado pela Associação de Jornalismo Investigativo (Abraji), foram localizados 10 artigos com estudos sobre a LAI.

Entre eles, está pesquisa realizada em 2018 que retratou o cenário atual da utilização da LAI. O estudo mostrou que, entre maio de 2012 até 31 de dezembro de 2017, 3.307 jornalistas solicitaram informações no e-SIC, sistema eletrônico voltado para pedidos ao Executivo federal (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018). Ainda, segundo a pesquisa, o grupo formulou 16.616 pedidos no site. “Considerando todos os pedidos de cidadãos, o e-SIC contabiliza 567.668 de requisições de informação de maio de 2012 ao final de 2017.” (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018). Só em 2017, 856 profissionais apresentaram 3.386 pedidos.

Para mostrar a frequência das solicitações por autor, os pesquisadores criaram três critérios: baixa intensidade, com até 10 requisições por ano; média, entre 11 e 40

requisições; e de alta intensidade, acima de 40. A maior parte dos jornalistas ficou no primeiro patamar (803 profissionais), enquanto outros 40 ficaram no segundo grupo. Por outro lado, apenas dois profissionais ficaram na última divisão. “O primeiro apresentou 148 pedidos, o equivalente a 12 pedidos por mês ou quase um pedido a cada dois dias e meio durante todo o ano. O segundo apresentou 174 pedidos, com média mensal de 14,5 pedidos.” (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018, p. 135).

A pesquisa ainda verificou se os pedidos de jornalistas passaram por alguma turma recursal. Das 3.386 solicitações de informações feitas em 2017, 459 casos foram novamente avaliados em primeira instância. Na sequência, houve 138 recursos para a segunda instância, sendo que em 107 apelou-se à CGU. Já na CMRI, considerada última instância, chegaram 17 apelações de jornalistas.

Os dados do e-Sic indicam que o caminho dos pedidos de acesso à informação vai se estreitando à medida que os recursos alcançam as instâncias superiores. A possibilidade de ter recurso deferido também vai reduzindo, ao longo do percurso. Dos 459 pedidos de jornalistas analisados em primeira instância, 38,78% foram deferidos. Na segunda instância, o índice de deferimento de recursos interpostos foi de 21,74%. Já na CGU, 13,08% dos recursos levados ao órgão foram atendidos. A CMRI recebeu 17 recursos e julgou 11. Nenhum deles foi deferido. Seis permaneceram em tramitação no período analisado. (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018, p. 137).

Para os pesquisadores, o tempo de resposta dos pedidos, que pode chegar a 90 dias caso a solicitação acabe na CMRI, não coincide com as imposições do *deadline* no jornalismo diário. “Em se tratando de uma ferramenta adicional de apuração, principalmente na apuração investigativa, onde o tempo de apuração pode ser ampliado, a espera pode não ser um problema em si.” (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018, p. 139).

Sousa e Geraldês (2016) destacam que a resposta dos pedidos demora em média 11 dias, o que exige um planejamento nas redações.

Um profissional deve se afastar temporariamente de ações imediatas para se dedicar a uma matéria de maior extensão. Em um momento em que o ethos da profissão está ligado ao imediatismo e à superficialidade, um dos empecilhos para que a LAI renda boas matérias parece ser a rotina produtiva apressada. (SOUSA; GERALDES, 2016, p.16).

O cenário limitado de pesquisas da utilização da LAI no jornalismo acabou motivando o presente trabalho. Uma das primeiras indagações era se a legislação continuava sendo utilizada pelos profissionais passado o furor inicial a partir da criação

da nova legislação. Durante o desenvolvimento da dissertação, ponderou-se se o baixo número de pesquisas era reflexo de um processo de naturalização da lei de acesso pelos jornalistas. Ou seja, quando os profissionais já dominam a técnica e, mesmo obtendo dados por esse caminho, acabam não fazendo menção à lei de acesso à informação nas reportagens. Com isso, o número limitado de matérias encontradas poderia acabar desestimulando pesquisas na área.

A presente pesquisa também verificou ainda nas entrevistas como é manifestado o interesse dos jornalistas de início de carreira com a Lei de Acesso à Informação. É sabido que os novatos na profissão seguem procedimentos observados em outras reportagens, ao acompanhar o trabalho de colegas ou ainda por comentários de seus superiores sobre sua produção (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Para Mathieu (2003), os jornalistas elaboram esquemas de reportagem “que contêm informações de natureza procedimental sobre o modo de coletar, avaliar, processar e formatar a informação que serve à redação das matérias.” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 84).

Com o crescente esvaziamento das redações, devido a uma série de demissões de jornalistas²¹, a preocupação é com a interrupção desse processo de passagem de conhecimento. No caso do Lei de Acesso à Informação, objeto desse estudo, o risco é uma descontinuidade do uso da legislação pelos novos profissionais que ingressam nas redações. Ou mesmo que os iniciantes desistam do uso da lei na primeira negativa, por não terem conhecimento de estratégias para tornar o pedido mais efetivo²², evitando negativa de resposta.

No próximo capítulo, apresento os resultados da pesquisa que verificou o uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) em reportagens de dois jornais de referências — *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Foram analisadas matérias do período de 2017 e 2018, quando a legislação já passa de sete anos em vigor. A partir do levantamento inicial das reportagens, foram identificados os repórteres que mais produziram reportagens com a LAI e, em seguida, foram realizadas entrevistas de profundidade.

²¹ Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/transicao-2017-2018-e-marcada-por-demissoes-na-imprensa/>

²² Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/como-fazer-pedidos-informacao-sucesso/>.

4. A LAI NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

No presente capítulo apresento os resultados da pesquisa, aliando fundamentação teórica construída anteriormente com os resultados obtidos em campo, a fim de responder à pergunta que guia a investigação: após a consolidação da LAI no Brasil, como se dá o uso e a apropriação desta legislação por profissionais de dois jornais de referência no país?

Inicialmente, iremos descrever o percurso metodológico e descrever os caminhos para se chegar até o levantamento inicial: as matérias selecionadas dos dois periódicos de referência — *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Também vamos explicar como se deu a escolha dos quatro jornalistas que foram entrevistados. Ao longo do capítulo, apresento as categorias de leitura obtidas no encontro entre o referencial teórico e os elementos empíricos dados a ver pelos recortes das entrevistas.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Com o objetivo de investigar o uso da Lei de Acesso à Informação por jornalistas, como também verificar possíveis mudanças nas rotinas produtivas dos profissionais passado o interesse inicial pela legislação, o método escolhido para o presente estudo será a Análise de Conteúdo (AC), do tipo categorial, combinada com entrevistas em profundidade.

Bardin (1977) salienta que a Análise de Conteúdo não dispõe de receita pronta, mas de algumas regras básicas. Como ponto de partida, a autora define a AC como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, objetivas e sistemáticas, no qual o campo de aplicação é extremamente vasto — desde provar que objetos da vida cotidiana funcionam como uma linguagem até medir a implicação de um político nos seus discursos. Conforme a autora, a análise de conteúdo envolve um trabalho exaustivo “com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes do métier” (BARDIN, 1977, p. 28).

Para Bardin, usar a AC é dizer não à ilusão da transparência nos fatos sociais e tentar afastar os perigos da compreensão espontânea. É negar a tentação da

sociologia ingênua. Ou seja, um olhar desconfiado sobre o que está à frente do pesquisador. A autora entende haver duas funções primordiais na análise de conteúdo:

- uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo 'para ver o que dá'.
- uma função de 'administração da prova'. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo 'para servir de prova'. (BARDIN, 1977, p. 30)

A presente pesquisa seguiu o roteiro de organização da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) e composto de três etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Quando se sistematiza e operacionaliza as ideias iniciais “de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p. 95). Normalmente é preciso desempenhar três tarefas nesta etapa: a escolha dos documentos que vão passar por análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos; e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

No caso deste trabalho, a escolha dos documentos envolveu a seleção das reportagens da *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* com referência à LAI. A partir dela, foi definido os profissionais a serem ouvidos o que, posteriormente, resultou no *corpus* de análise: as entrevistas. Segundo Bardin (1977), o *corpus* pode ser definido como o conjunto de documentos que serão submetidos a procedimentos analíticos.

Ainda, conforme a autora, a definição do *corpus* implica em escolhas, seleções e regras. Para este trabalho, adapta-se melhor a regra da homogeneidade, quando os documentos selecionados obedecem critérios precisos e não apresentam demasiada singularidade. No caso específico, todas as reportagens trazem a Lei de Acesso à Informação no corpo do texto e, além disso, todos os profissionais ouvidos utilizam a LAI. A presença da palavra Lei de Acesso à Informação indica um traço em comum nas reportagens e um repertório jornalístico diferente para a obtenção dos dados. Isto é, revela as condições de produção do conteúdo.

O trabalho também foi guiado pela regra da pertinência na qual “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 1977, p. 98).

Após a escolha dos documentos, chegou-se à elaboração das hipóteses e dos objetivos. Segundo Bardin (1977), a hipótese é uma afirmação provisória que pretendemos verificar a partir de procedimentos de análise. É uma suposição originária da intuição que precisa ser colocada à prova de dados seguros. Já o objetivo é a finalidade geral que se propõe, o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados serão utilizados.

No caso deste trabalho, a hipótese é como se dá o uso da LAI por repórteres da *Folha* e *Estadão*, após o período de consolidação da lei no país. Já os objetivos específicos são: apurar os motivos que levaram os jornalistas a utilizar a LAI e como entendem esta ferramenta de produção; apontar o quanto a LAI interfere na organização das pautas produzidas pelos jornalistas entrevistados; refletir sobre a temporalidade da produção jornalística com uso da LAI e os recursos tecnológicos utilizados pelos jornalistas para leitura dos dados obtidos; ponderar sobre as dificuldades encontradas no uso cotidiano da legislação.

Na última etapa da pré-análise está a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Segundo Bardin (1977), o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Após a definição do índice, devem ser escolhidos os indicadores precisos e seguros. “Desde a pré-análise devem ser determinadas operações: de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registo dos dados” (BARDIN, 1977, p. 100).

Nesta pesquisa, há dois tipos de indicadores, originários de textos distintos: os encontrados nas reportagens e aqueles reunidos a partir dos relatos das entrevistas. Inicialmente, foi criado um indicador para definir como a LAI foi utilizada no texto: fonte da informação, citação à lei ou recusa de pedido (o detalhamento será visto nas próximas páginas). Em seguida, foram verificados se as informações obtidas pela LAI bastaram para construir a reportagem ou se foi necessário fazer uma solicitação secundária nos sites de transparência. Por último, as respostas dos entrevistados também passaram por categorização. Foram verificados aspectos técnicos, pressão do tempo e finalidade do uso da LAI para os profissionais, além de outros critérios.

Antes de dar sequências nas etapas da análise de conteúdo, devo me ater à discussão teórica da categorização, entendida como um processo de classificação de “elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117). Para esse agrupamento de elementos, é preciso que haja algo em comum entre eles — no caso desta pesquisa, como dito anteriormente, esta semelhança está no uso do termo Lei de Acesso à Informação nas reportagens, enquanto nas entrevistas está o fato de ter sido feita com profissionais que mais usaram a LAI em dois anos específicos.

Ainda, de acordo com a autora, a categorização é um processo de tipo estruturalista, formado por duas etapas. O primeiro é a criação do inventário, que é o processo de isolamento dos elementos; e o outro é a classificação — processo comparado por Bardin (1977) a colocação de produtos em diferentes gavetas.

Para ser considerada boa, as categorias precisam agregar certas características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade (BARDIN, 1977). A homogeneidade, já dita anteriormente, consta neste trabalho. Também recorro à objetividade e à fidelidade, quando as diferentes partes de um material de uma categoria precisam ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.

Voltando ao roteiro da análise de conteúdo, sigo para a exploração do material. Segundo Bardin (1977), a etapa envolve a administração sistemática das decisões tomadas. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Por último, ocorre o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, o que será visto nas páginas a seguir. A autora entende que, nesta etapa, os resultados tornam-se significativos e válidos. Aqui, podem ser empregadas operações estatísticas simples (percentagens) ou mais complexas (análise fatorial). Para Bardin (1977), esses cálculos possibilitam estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que sintetizam e dão visibilidade às informações fornecidas pela análise.

O presente estudo não se deteve apenas em elementos visíveis — verificados em páginas de jornal. Foram feitas entrevistas em profundidade com dois repórteres de cada veículo que, segundo Duarte (2015), podem ser utilizadas para saber os

motivos pelos quais determinadas fontes jornalísticas são as mais (ou menos) utilizadas, como são acessadas, dificuldades, problemas, vantagens e desvantagens. Considerada uma técnica dinâmica e flexível, é adequada para a “apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para a descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido” (DUARTE, 2015, p. 64), como é o caso do uso da Lei de Acesso à Informação na prática jornalística.

Entretanto, o autor faz uma ressalva: “a entrevista em profundidade não deve ser usada para testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno” (DUARTE, 2015, p. 63), o que não é o caso desta pesquisa.

A intenção de ouvir esses profissionais foi identificar semelhanças, diferenças e peculiaridades do uso da LAI no dia a dia nas redações. Também se pretendeu entender por que esses jornalistas constavam no topo da lista — com maior número de reportagens com citação à lei, bem como verificar como a LAI foi introduzida na rotina produtiva deles. Além disso, pretendeu-se identificar dificuldades no uso da legislação — tanto externa ao jornal quanto internamente.

Segundo Duarte (2015), uma boa pesquisa requer fontes capazes de ajudar a responder o problema proposto. O número limitado de entrevistados também ocorre por se tratar de um estudo qualitativo. Os profissionais foram escolhidos após identificação da autoria das reportagens com a citação à lei nas páginas dos dois periódicos.

Como procedimento metodológico seguinte, foi escolhida a entrevista semiaberta, partindo de um roteiro de questões-guia. Duarte (2015) observa que este tipo de entrevista tem entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. É indicado explorar ao máximo cada resposta até esgotar o assunto e, com isso, passar para o próximo questionamento. As perguntas, segundo Duarte (2015), permitem explorar ou aprofundar um assunto, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. É possível ainda identificar “problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada” (DUARTE, 2015, p. 65).

O autor compara o roteiro de questões-guia como um funil, no qual as questões gerais dão origem a específicas. “O roteiro exige poucas questões, mas

suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias” (DUARTE, 2015, p.66).

A vantagem da entrevista semiaberta é a possibilidade de se criar uma estrutura para comparar as respostas e articular resultados, o que auxilia na sistematização das informações fornecidas pelos entrevistados, ou seja, a categorização posterior. “O roteiro de questões-chaves serve, então, como base para a descrição e análise em categorias” (DUARTE, 2015, p. 67). As categorias serão vistas nas próximas páginas.

Também vou recorrer à análise de conteúdo, do tipo categorial, nas entrevistas. Logo após a conversa com os profissionais, fiz anotações de pontos em comum das respostas deles e o que divergia totalmente de um para outro. Isso ajudou na identificação das categorias.

Duarte (2015) entende as categorias como estruturas analíticas que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas pelo fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Para ele, o pesquisador deve tomar como critério principal no momento da construção de cada categoria a coerência interna.

O autor salienta que as categorias, em entrevistas semiabertas, se originam no marco teórico e acabam por serem consolidadas no roteiro de perguntas semiestruturadas. Duarte (2016) alerta que as categorias não podem ser entendidas como “camisas-de-força”. Já Bardin (1977), ao abordar a análise categorial dentro da análise de conteúdo, entende-a como um método “simples”, mas “fastidioso” caso seja feito manualmente. A autora observa que a busca por sentido em meio à confusão inicial ocorre com os critérios de classificação criados.

No próximo tópico, mostro como foi feito o levantamento inicial das reportagens. Desde a escolha dos veículos até a metodologia de filtragem dos resultados. A partir desse levantamento foi possível chegar aos profissionais que mais produziram reportagens com uso da LAI e, que, acabaram sendo entrevistados.

4.2 PRIMEIROS PASSOS: PESQUISA INICIAL DE REPORTAGENS

Para fins de análise, selecionei reportagens com citação à Lei de Acesso à Informação de dois jornais de maior circulação no Brasil: a *Folha de S.Paulo* e O

Estado de S.Paulo. Segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), os referidos jornais ocupam respectivamente, a 1ª e a 3ª colocação no ranking²³.

Além disso, a escolha pelos dois periódicos se deve ao fato de serem jornais de abrangência nacional, com tendência a utilização maior da Lei de Acesso à Informação (LAI). O *Globo*, periódico que está na segunda colocação na lista do IVC, não foi utilizado na análise em razão da dificuldade de acesso a reportagens de 2017 e 2018 no site do jornal.

A consulta foi feita por palavras-chave na seção “acervo” nos sites dos referidos periódicos. A escolha desses jornais ocorreu tanto pela abrangência nacional desses veículos quanto pelo recorrente uso da LAI por seus profissionais (DUTRA, 2015; SOUZA, 2016; BOTTREL, 2016; SOUSA, 2017).

O levantamento considerou reportagens de 2017 a 2018, respectivamente, o quinto e sexto ano de vigor da lei. A intenção de se restringir a esse período ocorre para verificar tendência de uso da LAI entre jornais, passado o “fervor” inicial da nova legislação.

Para a análise foi utilizado o método de busca por palavras-chave a partir do termo Lei de Acesso à Informação nos sites de acervos de *Folha de S.Paulo*²⁴ e *O Estado de S.Paulo*²⁵. No caso da *Folha*, inicialmente foi feita a procura por “palavra exata”: Lei de Acesso à Informação. Por esse percurso, foi possível encontrar reportagens da *Folha* entre 10 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Como o buscador não apresentava resultados anteriores, foi selecionada uma nova palavra-chave “Lei de Acesso”, sem o uso da busca “palavra exata”. Apareceram 5.976 resultados. A coleta dos dados ocorreu entre 7 de fevereiro a 3 de março de 2019, com revisão entre 22 e 23 de abril. No caso do *Estadão*, a procura é mais organizada e, por isso, foi utilizado o recurso da palavra exata “Lei de Acesso à Informação”.

Na busca, foram desconsiderados artigos de opinião, editoriais e cartas de leitores, para limitar o objeto de estudo em matérias jornalísticas. Também foram descartadas notas em colunas, como as de Sonia Racy, em *Estadão*. Além disso, para evitar duplicidade de reportagens no levantamento, foi computada apenas uma matéria por dia analisado — em caso de repetição. Foi constatado que um mesmo

²³ Com crescimento digital, a *Folha* lidera circulação total entre jornais brasileiros. *Folha de São Paulo* [São Paulo], 21 abr. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

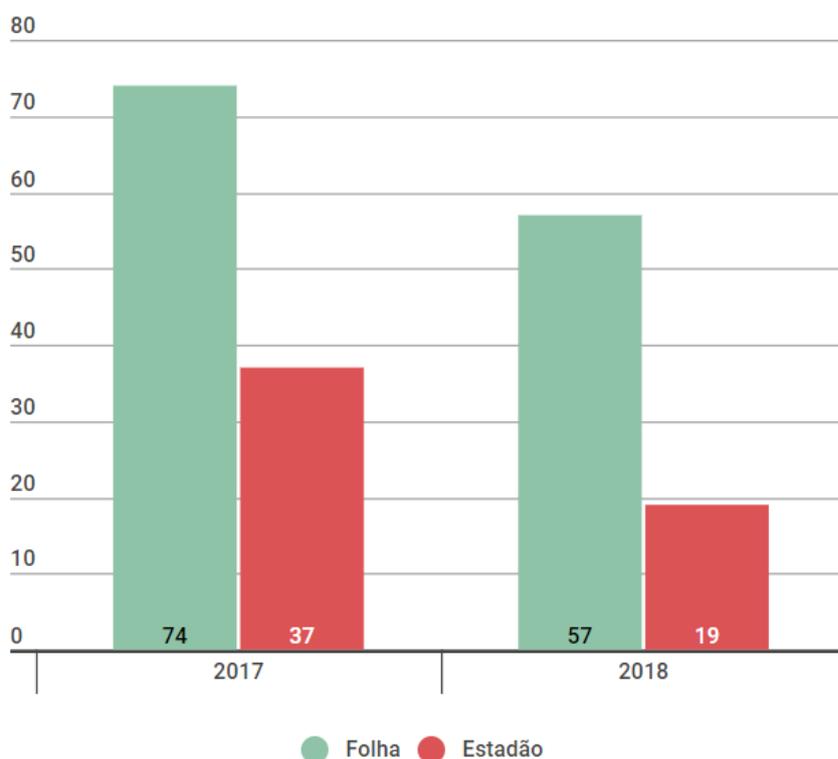
²⁴ <https://acervo.folha.com.br>

²⁵ <https://acervo.estadao.com.br/>

conteúdo aparecia de forma repetida nas buscas, em razão da existência de edições diferentes do jornal — uma nacional e outra local —, principalmente na *Folha de S.Paulo*.

Pelos critérios estabelecidos, foram encontradas 131 reportagens na *Folha* (74 em 2017 e 57 em 2018) e 56 no *Estadão* (37 em 2017 e 19 em 2018). Essas 187 matérias (Gráfico 1) compõem o levantamento inicial da pesquisa. Desse total, foram selecionadas duas reportagens de cada profissional com maior número de matérias publicadas em cada jornal para serem comentadas nas entrevistas.

Gráfico 1 — Reportagens com o termo lei de acesso à informação



Fonte: O autor (2020)

Apesar do período reduzido, pode-se perceber uma queda no uso da Lei de Acesso à Informação na comparação entre os períodos, o que pode indicar mudanças nas rotinas produtivas nas respectivas redações, maior dificuldade para obter os dados, desinteresse no uso da legislação ou apenas um processo de naturalização da LAI pelos jornalistas, deixando de usar o termo nas reportagens, bem como a influência de fatores externos.

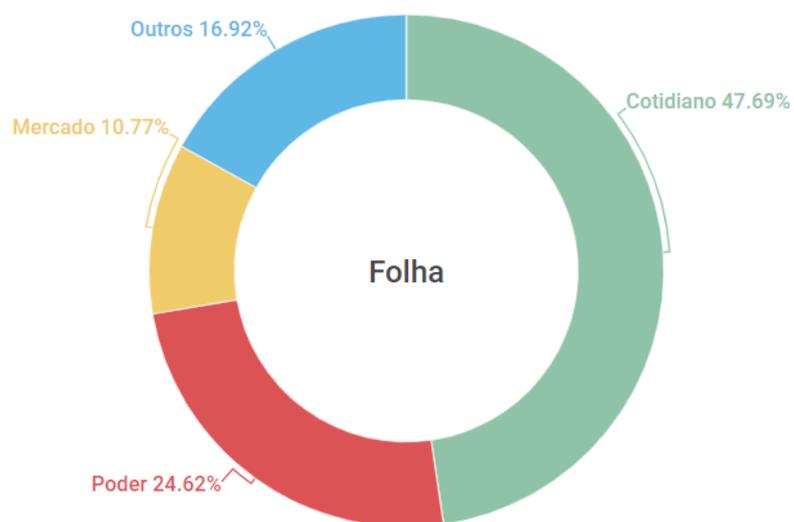
Na *Folha*, o levantamento identificou o uso mais recorrente da LAI em três editorias (Gráfico 2): Cotidiano, com um total de 62 matérias — 34 no ano de 2017 e

28 em 2018; Poder, totalizando 32 reportagens — 23 no ano de 2017 e nove em 2018; e Mercado, com um total de 14 publicações — oito no ano de 2017 contra seis em 2018.

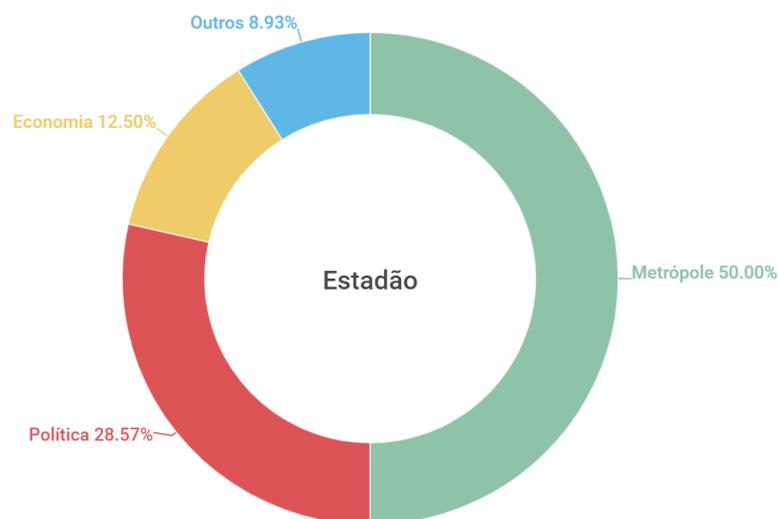
Ainda sobre a *Folha*, é possível perceber uma continuidade de pedidos em duas reportagens, que tratam sobre o roubo de bicicletas. As duas matérias foram publicadas com uma diferença de pouco mais de dois meses e revelam um acompanhamento do jornal sobre o assunto.

Já no *Estadão*, a lei é mais utilizada em três editorias (Gráfico 3): MetrÓpole com um total de 28 matérias — 20 no ano de 2017 e oito em 2018; Política com 16 reportagens — nove no ano de 2017 e sete em 2018; e Economia, totalizando sete publicações — quatro em 2017 e três em 2018.

Gráfico 2 — Divisão das matérias com citação à LAI por editoria na *Folha*



Fonte: O autor (2020)

Gráfico 3 — divisão das matérias com citação à LA por editoria no *Estadão*

Fonte: O autor (2020)

Apesar da diferença de nomenclatura, as editorias nos dois jornais com maior número de referências à LAI tratam sobre os mesmos assuntos: pautas relacionadas à cidade (cotidiano e metrópole), política (poder e política) e economia (mercado e economia). Dutra (2015) identificou situação parecida ao analisar reportagens do primeiro ano da lei em vigor (maio de 2012 a maio de 2013) na *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*.

A respeito disso, importante trazer a pesquisa realizada por Boczkowski e Mitchelstein (2013), citada anteriormente. Ao analisar 20 sites e comparar o que interessava ao público e aos jornalistas, os pesquisadores perceberam que apesar de os veículos de comunicação pretenderem seguir uma “agenda” voltada para assuntos públicos, as audiências se mostram pouco interessadas nessas questões.

Nossas descobertas sugerem que os principais veículos de comunicação podem não cumprir sua função de agendar - pelo menos quando se trata de notícias on-line - porque as preferências de notícias dos consumidores divergem das preferências dos jornalistas. Em outras palavras, a mídia pode muito bem tentar definir uma agenda focada em assuntos públicos, mas uma parcela considerável de seu público parece estar dedicando a maior parte de sua atenção a notícias sobre esportes, clima, crime e entretenimento. O que se pode dizer sobre o poder da mídia de definir a agenda quando existe, em média, um abismo de 18 pontos percentuais entre o que essas mídias dizem e o que seus públicos parecem estar ouvindo? Nesse sentido, a mídia parece estar falando consigo mesma e com as elites políticas e econômicas, e não com sua ampla base de consumidores. Além disso, a capacidade da mídia de influenciar as elites depende um pouco do tamanho e da composição de seu público. (BOCZKOWSKI; MITCHELSTEIN, 2013, p. 46)

Também procuramos situar as reportagens selecionadas dentro de categorias. Bardin (1977), ao discorrer sobre a criação das categorias, usa exemplo da separação de produtos que podem ser catalogados pelo “valor mercantil de cada objeto” ou pela “função dos objetos”. Neste trabalho, a catalogação inicial girou em torno de como a lei de acesso foi citada nas reportagens. A partir disso, foram estabelecidas três categorias bases:

1. Fonte da informação: os dados foram obtidos via LAI, normalmente por transparência passiva, quando é preciso fazer uma solicitação para obtê-los.
2. Citação da lei: a reportagem apenas cita a Lei de Acesso à Informação, inclusive dentro de aspas²⁶.
3. Recusa do pedido: refere-se a reportagens produzidas quando uma informação é negada.

Como a categoria “citação da lei” não é excludente, podendo aparecer junto às demais, estipulou-se duas outras categorias desta junção: fonte da informação e citação à lei; e recusa de pedido e citação à lei.

Na *Folha*, em 96 reportagens, a LAI é fonte da informação. Desse total, 55 foram matérias publicadas em 2017, enquanto outras 41 no ano seguinte. Outras 27 matérias receberam a classificação de citação à lei: 14 em 2017 e outras 13 em 2018. Além disso, outras seis reportagens vieram à tona a partir da recusa de pedidos — três matérias em cada ano. Também foi constatada a presença de duas reportagens com dois tipos diferentes de citações, ambas publicadas em 2017. Nas duas, a lei é a fonte da informação, mas a diferença está em que uma apresenta a recusa a um pedido e outra cita a lei.

No *Estadão*, o critério fonte da informação predominou, com 45 reportagens. Do total, foram produzidas 30 reportagens nesta perspectiva em 2017 e outras 15 no ano seguinte. A citação à lei ocorreu em nove matérias, uma delas fazendo referência

²⁶ Para facilitar o entendimento acerca dessa categoria, vou citar algumas reportagens presentes no levantamento inicial. Na matéria “Procuradoria pede fim de sigilo de preço da Petrobras”, publicada em 5 de fevereiro de 2017 pela *Folha*, a palavra “Lei de Acesso à Informação” consta em uma nota de contraponto da Petrobras, devido ao pedido do Ministério Público Federal cobrando transparência e solicitando mudanças nos processos de licitação da estatal. Já na reportagem “AGU recorre contra divulgação de ‘lista suja’”, publicada no *Estadão* em 4 de março de 2017, o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, comentou - em meio a uma polêmica sobre o fim da divulgação da lista dos empregadores autuados por contratar trabalhadores em condições análogas à escravidão - que a Lei de Acesso à Informação é suficiente para dar transparência.

à legislação estadunidense, a terceira mais antiga do mundo. Do total, cinco matérias com citação à LAI foram publicadas em 2017 e outras quatro no ano posterior. No periódico, há ainda duas produções com dois critérios mesclados “citação da lei e recusa de acesso”, ambas produzidas em novembro de 2017 pelo repórter Luiz Fernando Toledo²⁷.

Também se procurou identificar de que maneira se dava o uso da Lei de Acesso à Informação nas reportagens selecionadas. Para isso, recorreremos às categorias de Nascimento e Kraemer (2014): informação direta, informação cruzada e informação ampliada. Segundo Duarte (2015), as categorias funcionam como estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que possibilitam reunir e organizar o conjunto de informações obtidas.

Iremos utilizar apenas duas das três categorias: a informação direta e a informação cruzada. A última categoria, da informação ampliada, ficou impossibilitada de ser verificada porque é necessário conhecimento aprofundado da produção da reportagem.

É importante reforçar que a identificação do uso da LAI nas reportagens ocorreu, majoritariamente, em matérias nas quais a lei foi a fonte da informação. Nas outras duas categorias — citação à lei e recusa a pedido — a maneira como a legislação foi utilizada não pode ser verificada por duas razões: por não haver dados (em solicitações não atendidas) e por ter sido feito apenas menção à LAI. Por isso, foram enquadradas como descategorizadas, ou seja, não se encaixavam em nenhuma das três classificações apresentadas anteriormente.

Na *Folha de S. Paulo*, 41 reportagens (30,5%) estavam nessa situação. Dessas, 26 matérias se enquadravam no critério citação à lei, sete em fonte da informação, seis em recusa de pedido e outras duas em critérios mesclados (fonte da informação e citação da lei; e fonte da informação e recusa a pedido).

Uma delas é “100 dias de Doria”, na qual a *Agência Lupa* verificou o andamento de promessas de campanha do prefeito de São Paulo. No trecho em que a LAI foi citada, é analisada a frase “Eu vou acabar com a indústria da multa” proferida por Doria (AGÊNCIA LUPA, 2017). Entretanto, após cem dias de governo, a reportagem

²⁷ As duas reportagens tratam do mesmo assunto. Em 8 de novembro de 2011, o *Estadão* publicou a reportagem “Gestão Doria dificulta acesso a dados e viola Lei de Acesso à Informação” (TOLEDO, 2017b). No dia seguinte, o periódico publicou a matéria “Doria demite assessor que dificultava acesso a dados; MP abre inquérito”.

não conseguiu verificar se as multas caíram, pois o site *Mobilidade Urbana* não dispunha dos dados e também não foram respondidos os pedidos pela LAI feitos pela reportagem.

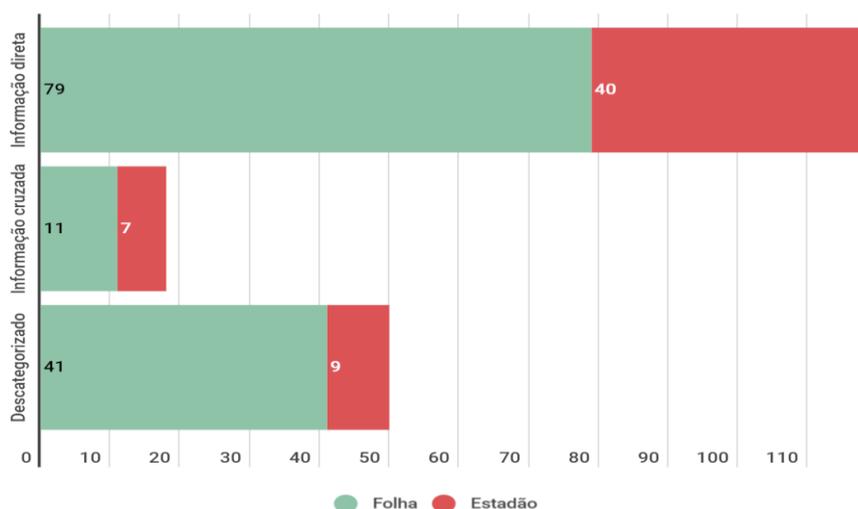
No *Estadão*, nove reportagens não se enquadravam em nenhuma categoria, o que corresponde a 16% do total de matérias. Dessas, seis se encaixam no critério citação à lei e outras duas no mesclado citação da lei e recusa de acesso.

Na matéria “AGU recorre contra divulgação da ‘lista suja’”, a lei de acesso à informação foi citada por um ministro (NOSSA, 2017). Em outras palavras, a LAI não deu forma à reportagem com números e dados. Mesma situação em “Trump abrirá arquivos sobre JFK”, publicada em 22 de outubro de 2017. Neste caso, a lei americana foi utilizada para explicar que a abertura do acesso aos documentos da morte de John Kennedy Junior estava prevista na *Freedom Information Act* (TRUMP..., 2017).

Além das reportagens descategorizadas, foram identificadas 119 matérias com informação direta, ou seja, quando os dados obtidos pela LAI por si só já sustentam a apuração, tendo caráter primordial. Do total, a *Folha de S.Paulo* produziu 79 matérias deste tipo, já o *Estadão* elaborou 40. No caso da *Folha*, foram 48 reportagens em 2017 e outras 31 no ano seguinte. Já o *Estadão* publicou 26 matérias em 2017 e 14 em 2018.

Por outro lado, foi identificado número menor de reportagens com informações cruzadas: 18 no total. Na *Folha* foram 11 matérias: três em 2017 e oito em 2018. Já no *Estadão* foram sete: quatro em 2017 e três no ano posterior.

Gráfico 4 — Separação das reportagens por categorias



Fonte: O autor (2020).

Apesar de Kramer e Nascimento (2014) não reconhecerem a existência de hierarquia entre as categorias, é inegável que uma reportagem com cruzamento de informações é tecnicamente mais trabalhosa — por envolver dois pedidos e conter análise minuciosa da resposta à primeira solicitação para a realização de uma nova — e pode revelar situações contraditórias em relação a um assunto. Para Kraemer e Nascimento (2014), o entendimento da situação varia do ponto de vista de quem analisa.

Ainda que do ponto de vista do esforço do repórter uma matéria com um dado ampliado possa ser considerada mais relevante, já que deu mais trabalho e produziu uma informação inédita que nem órgãos públicos detinham, do ponto de vista do leitor uma reportagem baseada somente em um documento obtido por meio da LAI pode ser muito mais importante, dependendo do tipo de revelação que faz. (KRAEMER; NASCIMENTO, 2014, p.14).

A pesquisa preliminar ainda identificou a presença de assinatura nas reportagens. Na *Folha*, 117 matérias (89,3% do total) levavam o nome do repórter. Já no *Estadão*, ocorreram em 51 produções (91,37%). Foram identificados 59 profissionais diferentes na *Folha*²⁸ e 41 no *Estadão*, totalizando 100 jornalistas. O cenário indica que a legislação teve capilaridade na atividade profissional mesmo que haja variação no número de matérias produzidas por essas pessoas.

Também foi analisada a frequência de produção de reportagens pela LAI por autor durante esse período de dois anos. Apenas um repórter do *Estadão* superou a marca de dez matérias produzidas no período: Luiz Fernando Toledo, com 12 reportagens. Na sequência, está Marcelo Godoy, com nove publicações que fazem referência à LAI. Além de Marco Antônio Carvalho, com quatro reportagens e Fabiana Cambricoli, com três. Outros 10 profissionais produziram duas matérias cada²⁹ e 27 jornalistas fizeram uma matéria cada³⁰.

²⁸ Nesta contagem não foram levados em conta assinaturas para nomes de veículos como: *Agência Lupa*, *Agência Mural*, *Uol* e jornal *Agora*.

²⁹ Os profissionais que produziram duas reportagens com LAI no período entre 2017 e 2018 no *Estadão* são: Fabio Leite, José Maria Tomazela, Alexa Salomão, Bruno Ribeiro, Daniel Bramatti, Marianna Holanda, Júlia Marques, Leonencio Nossa, Alexa Salomão e Raphael Ramos.

³⁰ Os profissionais que produziram uma reportagem com LAI no período entre 2017 e 2018 no *Estadão* são: Adriana Fernandes, Adriana Ferraz, Barbara Souza, Constança Rezende, Anne Warth, Clarissa Thomé, Andrei Netto, Andreza Matais, Bibiana Borba, André Cáceres, Camila Turtelli, Ana Beatriz Assam, Marcio Dolzan, Roberta Pennafort, Renata Cafardo, Ricardo Araújo, Ricardo Galhardo, Priscila Mengue, Matheus Lara, Valmar Hupsel Filho, Teo Cury, Julia Affonso, Igor Gadelha, Elisa Clavery, Fabio Serapião, Juliana Diógenes, Lígia Formenti

Na *Folha*, Artur Rodrigues se aproxima desse patamar, com nove publicações. Na sequência, Camila Mattoso e Rubens Valente aparecem com seis reportagens³¹. Logo após, com cinco matérias, estão Italo Nogueira, Marina Estaque e Laís Alegretti. Outros três profissionais produziram quatro reportagens cada: Ângela Pinho, William Cardoso e Fábio Fabrini. Além desses, 13 profissionais executaram três matérias cada com referência à LAI³² e outros 12 jornalistas produziram duas matérias cada um³³. Ao todo, 26 profissionais da *Folha* produziram apenas uma matéria com Lei de Acesso à Informação³⁴.

4.3 ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A partir da identificação dos profissionais, apresentada no tópico anterior, a pesquisa conseguiu chegar ao nome de quatro repórteres, dois de cada veículo, que mais produziram reportagens com uso da LAI: Luiz Fernando Toledo e Marcelo Godoy, do *Estadão*; e Artur Rodrigues e Camila Mattoso, da *Folha*.

No caso da *Folha*, houve um empate no número de reportagens produzidas entre Camila Mattoso e Rubens Valente. Como a intenção da pesquisa foi observar a LAI dentro das rotinas de diferentes profissionais, com vivências e idades distintas; e como três dos que mais produziram são homens, decidiu-se por Camila Mattoso, para evitar que as entrevistas fossem exclusivamente masculinas.

Na medida em que a pesquisa envolve seres humanos, o projeto foi encaminhado pela plataforma Brasil para análise no Comitê de Ética e Pesquisa

³¹ A Agência Lupa também publicou seis reportagens na *Folha*.

³² Os profissionais que produziram três reportagens com LAI no período entre 2017 e 2018 na *Folha* são: Maeli Prado, Paulo Saldaña, Fabrício Lobel, Gustavo Uribe, Julio Wiziak, Juliana Sayuri, Flávia Faria, Mariana Zylberkan, Maria Cristina Frias, Cláudia Colossi, Juliana Sayuri, Mariana Carneiro e Thiago Amâncio. O jornal *Agora* também consta nesta lista.

³³ Os profissionais que produziram duas reportagens com LAI no período entre 2017 e 2018 na *Folha* são: Giba Bergamin Jr., Leandro Machado, Ana Luiza Albuquerque, Nathália Durval, Marina Dias, Patrícia Campos Mello, José Marques, Raquel Landim, Mônica Bergamo, Natália Cancian, Júlia Barbon e Joelmir Tavares.

³⁴ Os profissionais que produziram apenas uma reportagem com LAI no período entre 2017 e 2018 na *Folha* são: Ricardo Bunduky, Daniel Castro, Paulo Gomes, Gilberto Yoshinaga (*Agora*), Ana Estela de Sousa Pinto, Daniel Carvalho, Ranier Bragon, Luís Adorno (*Uol*), Daniel Martini, Ricardo Balthazar, Catia Seara, Thais Bilenky, Daniel Buarque, Taís Hirata, Fernanda Mena, Filipe Oliveira, Tatiana Cavalcanti, Carolina Vila-Nova, Reynaldo Turolo Jr, Alfredo Henrique, Rogério Pagnan, Cristiano Cipriano Pombo, Patrícia Pamplona, Fabiano Maisonnave e Talita Fernandes. Também há uma reportagem assinada para a *Agência Mural* e outra para o *Uol*.

(CEP)³⁵. Antes, foi submetido à Comissão de Pesquisa (Compesq) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, com aprovação em 29 de julho de 2019. Com esse aval, o projeto foi cadastrado em 20 de agosto do mesmo ano na Plataforma Brasil e aprovado em 10 de outubro de 2019, ou seja, 51 dias depois.

Juntos, os quatro profissionais produziram 29 reportagens, o que corresponde a 15% do total de 187 matérias dos dois veículos. Foram selecionadas duas matérias (Quadro 2) por jornalista a ser comentada nas entrevistas.

Quadro 2 — Reportagens selecionadas

Nº	Título	Data	Repórter	Categoria
1	Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo	19/09/2017	Artur Rodrigues	Fonte da informação
2	Câmara de SP esconde salários de servidores	07/11/2017	Artur Rodrigues	Citação à lei
3	De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse	21/08/2017	Camila Mattoso	Fonte da informação
4	Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas	11/12/2017	Camila Mattoso	Fonte da informação
5	Denúncia contra guardas-civis cresce 138% em 5 anos; maioria é arquivada	27/10/2017	Luiz Fernando Toledo	Fonte da informação
6	Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros	19/06/2018	Luiz Fernando Toledo	Fonte da informação

³⁵ Na documentação encaminhada para o Comitê de Ética e Pesquisa foi anexado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXOS), entregue aos entrevistados no momento da entrevista. No documento são apontados os objetivos da pesquisa, metodologia e detalhes como o uso dos nomes dos participantes e a transcrição das entrevistas - que foi encaminhada para os profissionais.

Entre os possíveis danos levantados no termo está eventual fadiga decorrente da entrevista. Entre os benefícios está possibilitar um maior conhecimento em torno do tema para benefício profissional e social. Como já explicado anteriormente, as obras sobre as implicações da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo ainda são escassas e, por isso, a importância desse trabalho. O termo de consentimento livre e esclarecido especifica que os depoimentos são para fins acadêmicos e, por isso, respalda contra qualquer ação jurídica. A partir da assinatura do termo, os convidados abrem mão da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, pois estão cientes do depoimento e das informações fornecidas. A pesquisa pretende preservar os entrevistados, mantendo-os informados sobre os riscos de sua participação no trabalho. De acordo com resolução 466/2012, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.

Nº	Título	Data	Repórter	Categoria
7	Desde 2011, SP tem 1 denúncia de tortura a cada 15 dias; criança é principal vítima	03/09/2017	Marcelo Godoy	Fonte da informação
8	Sem carros novos há 2 anos, policiais de SP têm de fazer patrulhamentos a pé	11/06/2017	Marcelo Godoy	Fonte da informação

Fonte: o autor (2020)

É importante salientar que não há um padrão de citação da LAI no texto das publicações selecionadas. Na reportagem “Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo” a expressão “Lei de Acesso à Informação” consta no segundo parágrafo e ainda na descrição da fonte no infográfico (RODRIGUES, 2017a). Além disso, a reportagem é marcada com a cartola “Folha Transparência”³⁶. Já na matéria “Câmara de SP esconde salários de servidores” (RODRIGUES, 2017b), a LAI foi citada apenas após o primeiro intertítulo da reportagem quando se explica que a divulgação dos vencimentos pelo governo federal ocorreu depois da Lei de Acesso à Informação, em 2011.

O mesmo ocorre na reportagem “De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde a posse” na qual a LAI consta no quinto parágrafo (MATTOSO; BRAGON, 2017). Na publicação “Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas”, o termo consta já no segundo parágrafo (MATTOSO; FABRINI, 2017).

Na publicação “Denúncia contra guardas-civis cresce 138% em 5 anos; maioria é arquivada” a citação à LAI ocorre no quarto parágrafo, após a história do case ser apresentada, com o desenrolar das investigações (TOLEDO, 2017a). Enquanto na reportagem “Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros”, o termo “Lei de Acesso à Informação” foi citado no final do segundo parágrafo para explicar de onde partiram os dados (TOLEDO; MARQUES, 2018).

Já na reportagem “Desde 2011, SP tem 1 denúncia de tortura a cada 15 dias; criança é principal vítima”, a referência à LAI ocorre no final do primeiro parágrafo (GODOY, 2017). Enquanto em “Sem carros novos há 2 anos, policiais de SP têm de

³⁶ O jornal explica que a “Folha Transparência” é um “conjunto de iniciativas do jornal para divulgar informações e documentos de interesses da sociedade. O projeto reflete não só o trabalho de reportagem da Folha como também ações nas esferas administrativas e judicial para levar o poder público a revelar dados mantidos em sigilo”, segundo o site <http://transparencia.folha.uol.com.br/>.

fazer patrulhamentos a pé”, o termo consta no início do segundo parágrafo e também na explicação da fonte dos dados presente no infográfico (GODOY; TOMAZELA, 2017).

Voltando à questão da escolha dos quatro jornalistas, é preciso salientar que ocorreu de forma intencional devido ao conhecimento específico dos selecionados sobre a LAI. Ao se analisar a importância dos profissionais para a pesquisa, é possível situá-los entre duas categorias (DUARTE, 2015): informante-chave e informante-padrão. Na primeira, a fonte das informações é considerada fundamental por estar profundamente e diretamente envolvida com os aspectos centrais da questão — descartá-la poderia significar grande perda para o trabalho. Já o informante-padrão tem envolvimento com o tema de pesquisa, mas pode ser substituído sem prejuízo ao trabalho.

O autor destaca ainda a necessidade de selecionar pessoas com visões diferentes e com relatos diversificados. No caso deste trabalho, foram escolhidos entrevistados de dois jornais diferentes, com idades distintas — entre 28 e 49 anos.

Os profissionais foram chamados a participar da pesquisa por cartas-convite, encaminhadas por e-mail e com texto padrão. Camila Mattoso, Marcelo Godoy e Luiz Fernando Toledo foram contatados no dia 15 de outubro. Já Artur Rodrigues em 22 de outubro. A demora para envio da carta-convite para este último ocorreu pela dificuldade em conseguir o e-mail do profissional. Os e-mails dos outros três foram obtidos por colegas que trabalham em redações em São Paulo. Entretanto, a mesma facilidade não ocorreu com Artur Rodrigues. Por isso, entrei em contato com a redação da *Folha de S. Paulo* e acabei conseguindo falar com ele, adiantando o assunto. Em seguida, encaminhei a carta-convite.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 4 e 6 de novembro de 2019, todas de forma presencial. A decisão de fazer pessoalmente, ao invés de realizar por chamada de vídeo, foi em função de algumas percepções só serem identificadas no contato face a face. Entre elas, está a possibilidade de sensação de desconforto, irritação ou outro sentimento do entrevistado. Além disso, poderia ocorrer alguma interrupção por problema de conexão ou cancelamento para cumprimento de alguma pauta ou agenda pessoal.

A entrevista por telefone também foi descartada por não permitir observar as “reações do entrevistado, criar proximidade, obter a relação de cumplicidade que a entrevista face a face oferece” (Duarte, 2015, p. 77). Essa opção tem a vantagem da

agilidade e possibilitar o acesso a pessoas distantes. A entrevista pela internet chegou a ser cogitada no início da pesquisa, devido à facilidade. Entretanto, Duarte (2015) salienta que, apesar do benefício da rapidez do contato, é mais difícil para obter boas respostas. “Ela geralmente não permite a discussão, o aprofundamento natural, a discussão do contraditório, essenciais na entrevista em profundidade.” (DUARTE, 2016, p. 78)

Antes do encontro presencial, encaminhei por e-mail o roteiro das perguntas (APÊNDICE A) para os quatro profissionais. Como observado anteriormente, foi utilizada a entrevista semiaberta, que, além dos questionamentos pré-estabelecidos, permite a inclusão de alguma pergunta ao longo da conversa.

Na lista de perguntas constam questionamentos sobre o uso da LAI na rotina dos profissionais e, por último, fiz perguntas específicas relacionadas a duas matérias selecionadas no levantamento inicial, de autoria dos entrevistados. A relação foi feita inicialmente por mim e encaminhada para os professores que orientam esta pesquisa. Em seguida, foram enviadas aos profissionais. As questões giram em torno do uso da LAI nas rotinas desses jornalistas. O roteiro completo das perguntas e as entrevistas podem ser conferidos na íntegra na seção apêndices desta dissertação.

As quatro entrevistas foram gravadas em áudio, por um aplicativo disponível no meu celular. Antes de iniciar cada uma, fiz um rápido teste para simular como ficaria o resultado final. Duarte (2015) entende que a gravação possibilita registro literal e integral e, apesar de divergências de certos autores, o uso do recurso não afeta o resultado e garante mais segurança à fonte. “Embora possa eventualmente levar à desconfiança ou ser inibidor nas primeiras perguntas, em geral a fonte rapidamente responde com naturalidade” (DUARTE, 2015, p. 77).

Entre as vantagens do gravador, está evitar perdas de informação, minimizar distorções, facilitar a condução da entrevista, permitindo fazer anotações sobre aspectos não verbalizados (DUARTE, 2015).

O local das entrevistas foi indicado pelo entrevistado como sugere Duarte (2015). Conforme o autor, o ambiente de trabalho pode ser adequado caso o ajude a se sentir confortável, mas é preciso observar ruídos e interrupções.

No momento das entrevistas foram explicados objetivos do projeto, dinâmica das entrevistas e solicitada a assinatura de um termo de consentimento esclarecido, no qual constam as bases fundamentais a que pesquisador e pesquisado aderem ou concordam para sua realização. A presente pesquisa divulgará os nomes dos

participantes, pois entendo que o anonimato não condiz com o papel desempenhado pelos profissionais, já que os quatro entrevistados assinaram as referidas matérias.

O primeiro a ser entrevistado foi Toledo, em um café na Zona Sul de São Paulo, próximo do prédio da *TV Globo*, onde o profissional trabalhava na época³⁷, no dia 4 de novembro de 2019, por volta das 11h. Foi sugerido fazer a entrevista na própria emissora, mas o jornalista adiantou por mensagem da dificuldade para conseguir autorização. Por isso, o profissional ofereceu duas opções de estabelecimentos, uma na diagonal do outro: um bar e uma padaria.

Cheguei com antecedência e analisei os dois lugares. O primeiro acabou sendo descartado por mim pelo barulho e desconforto térmico no local. Por isso, a entrevista ocorreu na padaria — inicialmente com baixo movimento, mas que teve aumento no número de pessoas no horário do almoço, porém sem comprometimento no entendimento do áudio da entrevista, a qual durou 1h40min.

O segundo a ser ouvido foi Godoy, no mesmo dia, no início da tarde. Diferentemente de Toledo, a entrevista ocorreu na redação do *Estadão*, a pouco mais de 14 quilômetros de distância da padaria onde estava. Iniciamos a conversa em um espaço para funcionários, onde há máquinas de cafés, sofás e espaço com mesas. Entretanto, devido ao ruído do local, pedi para irmos para um lugar mais silencioso e acabamos nos instalando em uma sala envidraçada na lateral da redação. A entrevista durou 1h41min.

No dia seguinte, conversei com Artur Rodrigues na redação da *Folha de S.Paulo*. O local foi indicado pelo próprio profissional. Conversamos em um espaço reservado para realização de lanches pelos funcionários. Devido ao horário, não havia ninguém no local e, por isso, a conversa ocorreu sem interrupções e sem barulho. A entrevista durou 1h08min.

Em 6 de novembro, conversei com Camila Mattoso em um café em Brasília, onde a profissional atua pela *Folha de S.Paulo*. A entrevista durou 1h04min. É preciso observar que a repórter foi a única a não responder a carta-convite. Por isso, entrei em contato pelo aplicativo WhatsApp e, por isso, o aceite da entrevista ocorreu por ali, além do acerto de outros detalhes. O problema é que muitas vezes ela não respondia as mensagens ou não chegava a uma definição de onde poderia ser a entrevista. No dia anterior da conversa, procurei a profissional para verificar se

³⁷ Em janeiro de 2020, dois meses após a entrevista para esta pesquisa, o profissional passou a integrar a *CNN Brasil*, também em São Paulo, deixando assim a *TV Globo*.

poderíamos fazer o encontro na redação da *Folha* em Brasília, ela respondeu: “acho que a *Folha* não vai ser um bom lugar”. Em seguida, a entrevistada me passou o endereço de um café, mas no dia seguinte trocou o local de última hora. Apesar disso, a entrevista ocorreu normalmente.

Durante as quatro entrevistas foram feitas anotações sobre as reações dos entrevistados. Apenas Marcelo Godoy demonstrou cansaço e irritação no final da conversa, evidenciado por respostas mais curtas e diretas, além de suspiros antes de alguns questionamentos. Quando passei para as questões específicas, relacionadas às duas matérias selecionadas por jornalista, o profissional do *Estadão* respondia rapidamente, numa intenção de terminar a conversa. A reação do profissional pode ser entendida pela longa entrevista — que ultrapassou a previsão inicial de duração de 1h30, estimada para cada convidado.

Já Toledo aparentava preocupação com o tempo, pois precisava almoçar e começar a trabalhar na *Globo* após a conversa. Rodrigues também demonstrou preocupação com o relógio, já que precisava iniciar o trabalho na *Folha*. Enquanto a entrevista com Mattoso foi a mais rápida e, por isso, não foram percebidas reações da profissional. Além disso, Rodrigues, Toledo e Mattoso fizeram diversas consultas ao celular durante a conversa, para complementar assuntos relacionados à entrevista, mas não se descarta que estivessem verificando a hora.

As gravações foram decupadas pela *Audiotext*, empresa paranaense reconhecida neste tipo de trabalho³⁸. A entrega do material para transcrição ocorreu em 24 de janeiro de 2020 e, passados dez dias, retornaram a decupagem. Poucos trechos das entrevistas não foram entendidos e, após o recebimento, acabei fazendo os ajustes necessários.

As entrevistas decupadas foram encaminhadas entre os dias 18 e 19 de março de 2020 para os participantes para conferência. Apenas Luiz Fernando Toledo deu o retorno, solicitando alterações na grafia de alguns nomes. Os outros três não responderam.

³⁸ A empresa ficou bastante conhecida pelas transcrições de áudios da operação Lava Jato. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2016/07/18/empresa-que-transcreveu-audios-da-lava-a-jato-fatura-r-700-mil-por-ano.htm?foto=1>.

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Como a pesquisa segue a metodologia da Análise de Conteúdo, também recorro à classificação por categorias no caso das entrevistas. Basicamente, ao analisá-las de forma conjunta, é possível identificar duas categorias relacionadas: à finalidade do uso da LAI e a aspectos técnicos. A última foi subdividida em outras quatro: organização, tempo, relações externas e interação com tecnologia. Entre os critérios utilizados para a definição das categorias estão homogeneidade, pertinência e produtividade — este último quando se fornece resultados pertinentes.

Também se tentou utilizar o critério da exclusão mútua, quando um item não pode existir em mais de uma divisão (BARDIN, 1977). Entretanto, algumas subcategorias acabavam dialogando entre si e, por isso, essa característica foi deixada de lado.

4.4.1 Categoria: finalidade do uso da LAI

Nesta categoria foram reunidos aspectos ligados à motivação do uso da LAI, primeiro contato com os recursos advindos da lei e percepção pessoal sobre a finalidade da LAI para o jornalismo. Esta categoria se difere da outra por não apresentar aspectos técnicos do uso da lei na prática jornalística. Inicialmente vou apresentar informações sobre os profissionais ouvidos.

Como já comentado, os quatro entrevistados têm idades distintas, com uma diferença de 21 anos entre o mais novo e o mais velho. Toledo tem 28 anos, Mattoso, 31; Rodrigues, 38 e Godoy, 49 anos. Toledo se formou justamente no ano em que a LAI entrou em vigor, na Universidade de Sorocaba. Já Mattoso concluiu um ano antes, em 2011, na Cásper Líbero. Enquanto Rodrigues se formou em 2003, na Universidade Metodista de São Paulo, e Godoy em 1991, na Cásper Líbero. Entre as semelhanças entre eles está o regime de contratação: todos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Cada um deles teve um contato inicial diferente com a Lei de Acesso à Informação. Repórter há seis anos na *Folha*, Rodrigues passou a utilizar mais a LAI a partir de 2013, ano seguinte da vigência da lei:

A gente começou aos poucos a cobrar os governos ali, para eles começarem a incluir o sistema do e-SIC, que demorou um pouco pra isso começar ser implementado. Aqui em São Paulo, basicamente, a partir da criação da Controladoria Geral do Município, que foi em 2013, na cidade de São Paulo, começou a ter muito dado, começou a ter muito mais dado do que geralmente tinha, e a gente começou a fazer uso disso. Eu sempre cobri bastante prefeitura, cobri governo estadual também, aqui. E aí, a partir disso, a gente começou a fazer os pedidos para Prefeitura de São Paulo e depois para o governo, assim. (RODRIGUES, 2019).

Já Godoy começou a usar a LAI a partir de 2017, quando se tornou repórter especial no *Estadão*. Antes era chefe de reportagem da editoria Cidades e se familiarizou “lentamente” com a nova legislação: “eu não estava no dia a dia da reportagem, eu estava cuidando da cozinha, e não cuidando das mesas” (GODOY, 2019). Apesar disso, orientava os repórteres a utilizar a legislação para obter dados. Quando se tornou repórter especial, o profissional utilizou a LAI como um diferencial:

Chegando na reportagem especial aqui do jornal, eu pensei: “tenho que fazer minha própria pauta”, e para você fazer sua própria pauta, nada melhor do que você trabalhar com planejamento. E a Lei de Acesso permite isso, permite que você possa planejar a sua produção. De que forma? Você faz o pedido, e você sabe que dali 20 dias, 30 dias, 40, mesmo que demore 60, 90 dias, não interessa, se você se organizar, você sempre vai ter alguma coisa chegando para você. (GODOY, 2019).

Repórter por cinco anos no *Estadão*, Toledo também passou a utilizar a Lei de Acesso à Informação como um diferencial a partir de 2015. O profissional trabalhava em um jornal em Sorocaba, interior de São Paulo, e foi chamado para participar do programa de *trainee* Focas do *Estadão*. Na época da faculdade, Toledo teve pouco contato com o jornalismo profissional e só fez dez meses de estágio. Ao chegar a São Paulo, a preocupação dele era a falta de fontes. Outros colegas de Toledo já haviam trabalhado em grandes jornais, como *Correio Braziliense* e *O Globo*, e tinham mais vivência profissional.

E eu vi que estava muito para trás. E aí quando eu fui contratado, efetivado de fato, eu percebi isso mais ainda, porque toda semana eu tinha que trazer uma pauta, e tinha essa dificuldade, eu conhecia poucas pessoas ainda, e aí eu comecei a pensar: o que eu posso fazer que as pessoas não estão fazendo? O que eu posso ter de diferencial? E aí eu percebi que eu gostava de dados, e mais do que dados, documentos. Eu gostava de ler documentos e achar coisas que ninguém tem paciência, de pegar um documento de 100, 50 páginas e ficar lendo. O que era a Lei de Acesso nesse momento, em 2014, 2015? Você tinha meia dúzia de jornalistas que usavam de fato para fazer matéria, e todo o resto que falava: “essa lei não pegou, essa lei não funciona, eu peço as coisas e a resposta não chega, ou chega pela metade”. Eu falei: “vou fazer um teste, vamos ver o que acontece”. (TOLEDO, 2019).

Entender a LAI como um diferencial à carreira nos remete a criação de técnicas no século XIX, como a pirâmide invertida e o lead, que ajudaram no processo de profissionalização do jornalismo e acrescentaram determinadas habilidades, como saber selecionar o que é uma notícia. No momento atual, no qual o jornalismo é seguidamente questionado sobre seu papel, usar a transparência passiva reafirma a necessidade do profissional, já que exige um repertório de conhecimentos que, como veremos a seguir, exige estratégias para deixar os pedidos mais assertivos. Um conhecimento especializado ou *hard skills* (ANDERSON et al., 2013). De certa maneira, conseguir as informações pela LAI é obter provas auxiliares (TUCHMAN, 1999) para a apuração jornalística.

Há ainda aqui uma relação do uso da LAI com a obtenção de credibilidade, inclusive para o profissional iniciante. Ao obter documentos pela legislação, afasta-se do jornalismo declaratório. Na verdade, a fonte apareceria na reportagem para analisar e interpretar os dados, não mais como fornecedora das informações. Vejamos um exemplo abaixo.

Toledo³⁹ conta que, após meses de tentativa e erro com a LAI, solicitou o estudo que embasava o fechamento de uma série de escolas em São Paulo, que seriam transformadas em creches ou passariam a oferecer outro serviço. A solicitação ocorreu como teste, sem muita expectativa do que viria. No final, foi lhe entregue um documento curto, de pelo menos oito páginas, que Toledo acredita que tenha sido produzido apenas para atender a demanda. A partir dele foi feita uma reportagem, que teve bastante repercussão. Pesquisadores da área questionaram a eficácia do fechamento das escolas, fazendo com que o governo voltasse atrás e engavetasse o projeto.

Acho que foi a primeira grande matéria que eu falei: “caramba, teve um impacto legal”, e é uma coisa que todos os jornalistas, mesmo os que não eram de educação, estavam olhando para esse assunto, e ninguém foi atrás de fazer um mero pedido de LAI para conseguir. É uma coisa que é gratuita, você faz em cinco minutos, e é só você esperar o resultado e ver o que dá. E

³⁹ O envolvimento de Toledo em obter dados extrapola à atividade profissional. Ele é cofundador e vice-presidente da *Fiquem Sabendo*, agência de dados independente especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), que se propõe a revelar informações de interesse social que o poder público não divulga. Em 2018, ajudou a desenvolver um *newsletter* para divulgar dados. “O que foi legal dessa ideia? Porque sempre o trabalho de Lei de Acesso foi uma coisa para dentro, eu peço para mim, faço a matéria, e acabou. Só que primeiro, quem usa sabe disso, de dez pedidos que você faz, dois vão servir. Os outros não vão servir. Só que não servir para você não significa que não vão servir para outras pessoas” (TOLEDO, 2019).

aí eu falei: “e se eu começar a fazer pedido para todo mundo, então?”. E aí eu começava a fazer um teste aqui, um teste ali, para a prefeitura, governo do Estado, governo federal, e eu comecei a ver que chegou um momento em que não só eu tinha algumas pautas, como eu tinha muitas pautas. Os colegas chegavam no dia da reunião de pauta, às vezes estavam sem pauta e eu falava: “eu tenho dez pautas aqui”. (TOLEDO, 2019).

Já Mattoso, que trabalha há quatro anos na *Folha*, conheceu a Lei de Acesso à Informação ainda na faculdade, em 2011, mas passou a usá-la com mais frequência a partir de 2013, após assistir à palestra de um jornalista britânico no Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em São Paulo.

Cada um dos quatro profissionais dá significados diferentes para a utilização da Lei de Acesso à Informação (LAI) no trabalho jornalístico. Rodrigues considera que cobrar dados do governo é uma forma de fiscalizar o poder público e fazê-lo ser mais transparente em relação aos dados.

[...] a gente consegue analisar as políticas públicas e o jeito como os governos agem, de um jeito que a gente não conseguiria sem usar a transparência passiva, então acho que é muito útil pra isso. Os governos, inclusive, depois da Lei de Acesso à Informação, vários deles passaram a ter uma controladoria mais atuante, e tal, porque o nosso trabalho, acho que de certa maneira, forçam eles a tentar fazer isso por parte deles ali. (RODRIGUES, 2019).

Já Mattoso entende que utilizar a LAI é poder ter acesso a dados importantes e levá-los ao conhecimento do público por meio de reportagens.

Acaba que a transparência é um lugar como se você estivesse tendo acesso a alguma coisa que de fato não estava exposta, e o que move é justamente você poder ter a oportunidade de mostrar para as pessoas, e trabalhar com esses dados para informar. (MATTOSO, 2019).

Enquanto Godoy é inicialmente sucinto ao dizer que é motivado a buscar dados através da LAI pela “possibilidade de obtê-los” e seguindo pressupostos da profissão. Entretanto, em outro trecho da entrevista, o profissional salienta que a Lei de Acesso à Informação se presta a discussões importantes.

[...] ou seja, discussão de temas: atuação da polícia federal sobre tráfico de drogas; atuação da polícia federal e inquéritos de corrupção; porte de armas, gastos de órgão públicos, violações aos direitos humanos, e por aí vai. E são coisas que você pode trabalhar devagar, e com muito mais aprofundamento do que se você estivesse pedindo esse dado para publicar no dia seguinte. Então a primeira coisa é isso, ela se presta de forma excepcional para reportagens que a gente chama de reportagens especiais, ou seja, para aquilo que é justamente onde eu estou trabalhando, eu sou um repórter

especial. Ou seja, reportagens que podem levar meses para serem feitas, que não há uma pressão para ela ser publicada no dia seguinte. (GODOY, 2019).

Godoy entende ainda que, ao fazer um pedido, é preciso “ter o mínimo de sensibilidade” e pensar nos tipos de informações que o governo pode ter, mas que não divulga. Segundo o profissional, é preciso capacidade de imaginar possíveis dados e também de análise do que pode ser solicitado:

Depende muito da capacidade de imaginação de cada jornalista em pensar o que ele pode obter em cada órgão, e que tipo de reportagem ele pode ter em cada órgão. Olha esse de doença, olha a infinidade de matérias que você pode ter com um banco de dados desse. Não é só segurança pública, dinheiro, corrupção, etc. Você tem que pensar que o governo tem órgãos e informações que são armazenadas sem que ele conte para as pessoas. E tem mesmo porque eu já tive acesso a coisas que todo mundo falava que não existia e existe. Então eu acho que são interessantes (GODOY, 2019)

O profissional salienta que usar a LAI não é como um passe de mágica:

Se você achar que é um passe de mágica, você vai conseguir 15, 20% do que você conseguiria com a Lei de Acesso, então você precisa estudar, precisa saber como argumentar, precisa saber questionar, ter capacidade de análise para saber que tipo de pergunta você vai fazer e que tipo de dado você pode obter, e imaginar as pautas que você pode obter nos mais diferentes órgãos. (GODOY, 2019)

Por outro lado, Toledo entende que recorrer à LAI é também ser transparente com o leitor sobre o método utilizado para a obtenção dos dados, o que ganha destaque em um momento de descrédito do jornalismo. Para o profissional, a legislação pode melhorar a fiscalização dos agentes públicos caso haja uso contínuo das ferramentas advindas com a lei.

[...] quanto mais a gente cobra, mais eles também têm uma preocupação em sistematizar os dados que eles têm, porque é engraçado isso, às vezes a gente fala: “o governo não é transparente, é ruim”, mas não porque eles não querem ser, mas sim porque eles nunca pensaram que aquilo deveria estar divulgado ou que eles deveriam ter pensado numa forma de digitalizar determinados documentos, então eu sinto que é um processo que ele é bom

para todos os lados. Ele é bom porque ele me ajuda a fazer uma matéria, ele é bom porque ele ajuda a fiscalizar o poder público, ele é bom porque força o poder público a criar formas de se autofiscalizar e criar ferramentas em que ele mesmo divulgue as informações na internet, ele é bom porque incentiva que os cidadãos comuns usem a LAI para perguntar coisas do interesse deles, do próprio bairro, para exercer a própria cidadania, então é uma ferramenta que eu acho que é fundamental hoje para todo mundo, não só para o jornalista. Não vou dizer que é uma revolução, talvez junto com o jornalismo de dados, como um todo, seja uma revolução no jornalismo no sentido de que ele se torna menos aquele jornalismo da exclusividade, da coisa do jornalismo, e mais uma coisa comunitária, do jornalismo colaborativo, e rede, transnacional, uma coisa que todo mundo consegue trabalhar junto. (TOLEDO, 2019).

Informar, fiscalizar e vigiar o governo são algumas motivações para o uso da Lei de Acesso à Informação pelos profissionais. Coincidentemente, essas três funções são algumas das 11 finalidades do jornalismo verificadas por Reginato (2016) em três sujeitos diferentes: veículos, jornalistas e leitores. De forma geral, a autora elenca três finalidades como principais: esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; e informar.

A pesquisadora observa que, para veículos e jornalistas, a finalidade de fiscalização do poder cabe ao jornalismo para “denunciar e também cobrar a tomada de providência por parte das autoridades cabíveis” (REGINATO, 2016, p. 207). Essa cobrança por soluções pelo governo também é percebida no discurso dos quatro entrevistados por esta pesquisa. Rodrigues entende que o trabalho com a LAI acaba induzindo os governos a, de fato, divulgar as informações.

Então, eu acho que o principal benefício é você mudar o costume dos governos de esconder informação, pra eles passarem a divulgar informação por conta própria, eu acho que essa é a principal coisa. Eu acho que o objetivo, na verdade, é que no futuro não precise nem ter muito (e-SIC, tenham muito menos) pedidos, porque eles já vão divulgar todos os dados. Acho que a ideia é essa. Eu acho que o legal é isso, assim, é você mudar um costume e conseguir por meio das matérias e da utilização do sistema de (pedido) de informação, você mudar as práticas dos governos. (RODRIGUES, 2019).

Toledo salienta que, ao cobrar informações do poder público, há a possibilidade daquele dado — antes de acesso restrito aos órgãos governamentais— passar a ser disponibilizado para o grande público, processo conhecido por abertura dos dados ou passagem da transparência passiva para ativa. O profissional observa que a situação já foi percebida por ele na prefeitura de São Paulo desde que passou a utilizar a LAI, a partir de 2015.

Quando muita gente começa a pedir a mesma coisa, eles veem: “isso é de interesse público”, eles produzem uma base e colocam no portal de dados abertos, tem um trabalho bem legal nesse sentido, com algumas exceções, como a Secretaria da Saúde que é péssima em transparência. (TOLEDO, 2019).

A abertura dos dados acaba nos remetendo ao conceito da transparência no sentido de tornar visível e compreensível as ações de servidores públicos e governos. Não que a transparência passiva não faça nisso. Entretanto, quando um cidadão faz um pedido de informação, aquele dado fica restrito àquela pessoa, caso seja respondido, com exceção dos sites que dispõem de serviços para consultar pedidos e respostas de outras pessoas, como faz o governo federal.

4.4.2 Categoria: aspectos técnicos

Nesta categoria foram reunidas características do fazer-jornalístico no contexto da Lei de Acesso à informação (LAI). Questões essenciais das rotinas produtivas como a relação com as fontes, uso de tecnologias na prática jornalística e a dualidade entre o tempo exíguo do cotidiano jornalístico com os prazos estendidos para atendimento de pedidos da LAI, entre outros.

A categoria foi subdividida, considerando a proximidade nos assuntos. A intenção de reunir dessa maneira é facilitar a leitura e a exposição dos resultados alcançados.

Antes de seguir para a descrição dos resultados, é necessário explicar que o uso da palavra “técnico” para esta categoria se deve, em primeiro lugar, pela própria característica que assume a LAI nas rotinas jornalísticas. Saber utilizar a legislação é ter à disposição uma *hard skill* (ANDERSON et al., 2013) ou ainda ser considerado um *expert* (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016), na qual é preciso ter conhecimentos específicos para tirar proveito das ferramentas advindas com a LAI, como veremos nas próximas páginas. Para Lisboa (2012), o conhecimento técnico é uma das noções na qual está ancorada a credibilidade, característica constituinte do campo jornalístico como vimos no segundo capítulo. A situação também remete à introdução de técnicas no jornalismo no século XIX, que garantiu autoridade profissional à categoria e levou a uma profissionalização da área.

Utilizamos a expressão “aspectos técnicos” para também designar a série de peculiaridades a qual o campo jornalístico é composto: a pressão do tempo sobre a produção, a estrutura organizacional a qual a pauta é submetida, à influência ou não da tecnologia nas rotinas, das fontes e de fatores externas — como uma eleição — no uso contínuo da LAI.

4.4.2.1 Categoria: aspectos técnicos — organização da pauta

Nos dois jornais não há uma organização prévia do que será solicitado pela transparência passiva ou um pedido da chefia para solicitar determinada informação. Na *Folha*, “cada repórter faz por conta” (RODRIGUES, 2019), o que pode ocasionar que dois repórteres façam o mesmo pedido, sem que um saiba da solicitação do outro.

Na verdade, existe uma competição interna entre os repórteres, muitas vezes, então corre o risco de as pessoas entrevistarem a mesma pessoa. Corre sempre esse risco, porque o jornal, até de certa maneira, às vezes, dá uma incentivada nisso, e tal, então eu acho que corre esse risco (de dois repórteres fazerem o mesmo pedido), sim. Muitas vezes, o repórter nem quer que o outro repórter saiba a pauta que ele está fazendo, e tal, então eu acho que com certeza corre esse risco. (RODRIGUES, 2019)

No *Estadão*, as solicitações também são de responsabilidade dos repórteres, mas sem comunicação entre eles sobre o que foi pedido devido à concorrência entre os profissionais do próprio veículo. Essa situação de competição interna constatada nos dois jornais pode ser entendida como um novo constrangimento organizacional, conceito desenvolvido por Warren Breed (1955) para designar o conformismo do jornalista frente às normas da política editorial da organização. Não que antes essa competição não existisse, mas estava mais atrelada a veículos diferentes, não tanto a profissionais da mesma mídia.

Entre os fatores para esse conformismo está a ausência de grupos de lealdade em conflito nas redações, sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, aspirações de mobilidade (ser promovido), sanções da autoridade profissional — como alterar um texto, publicar uma matéria nas primeiras páginas ou deixá-la para o final e ainda assiná-la ou não (TRAQUINA, 2005).

No caso específico desta pesquisa, não saberemos qual fator pode influenciar nessa competição, pois não é o foco do trabalho. Entretanto, podemos levantar hipóteses. A primeira delas está relacionada a forma individual de fazer os pedidos

para a LAI aliada à grande quantidade de profissionais que trabalham nas duas redações, apesar da setorização — o que dificulta a comunicação. A segunda é a própria incerteza se o pedido de acesso será ou não respondido pelo órgão, podendo fazer com que o profissional só comunique à chefia quando, de fato, tiver as informações em mãos. A terceira hipótese é que a competição entre profissionais sempre existiu, mas pode ter se acentuado nos últimos anos com a consolidação do jornalismo de comunicação (CHARRON; DE BONVILLE, 2016), favorecendo a disputa. Finalmente, a quarta hipótese estaria relacionada à postura da chefia em coordenar essas demandas. Tanto na *Folha* quanto no *Estadão* os superiores não acompanham esses pedidos ou fazem solicitações iniciais e repassam para os subordinados aprofundar a apuração: “É uma coisa do repórter, o repórter não tem nenhum tipo de orientação de pauta. Dependendo da área que cobre vai atrás do que acha que pode conseguir na LAI. Enfim, não tem nenhuma orientação (superior)” (MATTOSO, 2019). Já Godoy expressa que:

Eventualmente isso pode ser feito. Eu acho até que não seria uma coisa ruim de ser feita, a própria editoria se reunir, fazer uma reunião, fazer os pedidos da editoria, e conforme esses pedidos forem chegando, você ir distribuindo isso como pauta para os jornalistas (GODOY, 2019)

Em relação a esse ponto, Toledo percebeu mudança na forma de trabalho com a LAI ao deixar o *Estadão* e ir para a *TV Globo*, veículo que não está entre os analisados por essa pesquisa, mas cito aqui apenas para exemplificar. No projeto Anda São Paulo, sobre mobilidade na capital paulistana, foram feitos mais de 50 pedidos de Lei de Acesso à Informação para a prefeitura, com combinação prévia com a chefia em reuniões de pauta. Para Toledo, o processo foi mais estruturado. A situação pode ser reflexo da falta nas redações brasileiras da figura do *FOIA Director*, na tradução: diretor de Lei de Acesso à Informação, responsável por analisar os pedidos:

Ele (o *FOIA Director*) que vai definir: “vou pedir desse jeito”. Aí eles têm advogados para ajudar: “vamos entrar com o recurso dessa forma? Vamos perguntar desse outro jeito?”. É uma equipe focada em Lei de Acesso. O *New York Times* tem gente que faz isso, *ProPublica* tem gente que faz isso, tem advogado. E no Brasil não existe essa figura ainda, e deveria ter. (TOLEDO, 2019).

Os entrevistados afirmam que os pedidos à LAI normalmente são feitos já com a pauta previamente estipulada ou com um planejamento mental do que se pretende obter. O processo nos remete à discussão da seleção das notícias, especificamente para a etapa da recolha (WOLF, 1999), quando se vai atrás das informações. Claro que há uma diferença em relação ao processo tradicional, de apurar a pauta, escrever e entregar para a publicação/veiculação. No caso de uma reportagem com uso da LAI, os jornalistas se cercam primeiro de dados, aguardam o recebimento das informações — ou o esgotamento das fases recursais — para só então apresentar a proposta para o editor, que, pode ou não ser aceita. Há casos ainda que o chefe pede uma informação adicional a fim de complementar a matéria.

A recolha do material tem uma relação direta com os recursos disponíveis, como pessoal e de tempo (WOLF, 1999). Nela, identifica-se o uso de fontes estáveis, que forneceriam as informações. No caso da LAI, os profissionais podem receber dicas de fontes sobre o que requerer, como ponto de partida para preparar o pedido, ou fazer uma solicitação para *suitar*⁴⁰ um assunto que está em voga, bem como tentar aprofundar uma pauta que está sendo tratada de forma superficial.

Eu fui para um café com uma mulher, uma fonte, e ela falou que tinha havido algumas demissões, e que no lugar que ela estava houve algumas trocas de pessoas nos cargos e tal. E que tinha entrado vários militares nos cargos específicos. Aí eu pensei nisso. Eu pensei nisso, e eu pedi também na Lei de Acesso o cargo que as pessoas estavam, que os militares estavam sendo colocados. E aí o importante da matéria era mostrar não só que aumentou o número de militares, mas que aumentou os militares em cargos de confiança. Foi a partir disso que eu tive a ideia de pedir pela Lei de Acesso. (MATTOSO, 2019).

Rodrigues conta que no início da gestão de João Doria, na época prefeito de São Paulo, houve uma intensa campanha para limpar a cidade, em 2017. O próprio político, além de secretários, foi às ruas para promover a varrição. Intrigado com a mobilização, o repórter solicitou a quantidade de toneladas varridas na cidade no primeiro mês, auge da propaganda.

A gente viu que os dados desmentiam e que tinha caído a varrição. Foi manchete da *Folha*, na ocasião. (...) eu pedi achando que ia aumentar o número de toneladas varridas, mas tinha caído um pouco, quer dizer, mostrando que era só propaganda o que ele tinha feito, então esse caso foi um caso dirigido (RODRIGUES, 2019).

⁴⁰ Palavra de origem francesa que significa sequência. No jornalismo, é designada para as reportagens que tratam de desdobramentos dos fatos.

Os dados obtidos deram forma à matéria “Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo”⁴¹, que revela que o serviço de zeladoria recolheu 6% menos toneladas nos primeiros seis meses de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado (RODRIGUES, 2017a).

Na época, o jornalista estava de licença paternidade e mesmo assim comunicou o chefe dos dados e da intenção de interromper a licença para fazer a reportagem. “Meu filho tinha acabado de nascer” (RODRIGUES, 2019). A atuação do repórter faz com que ele se enquadre na terceira classificação de Dreyfus (apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016), na qual o jornalista dá provas de competência e tem envolvimento mais pessoal com o trabalho, considera-se responsável pelas consequências de sua atividade e está emocionalmente envolvido. “Ele sente uma gratificação profunda por seus êxitos, e os fracassos ficam gravados na sua memória” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 87).

Entretanto, há solicitações aleatórias que acabam virando pauta. Rodrigues lembra que, em 2015, requereu o projeto executivo da linha do monotrilho em São Paulo. As obras começaram em 2009 com prazo de conclusão em 2012. Entretanto, as duas primeiras estações só foram entregues em 2014 e, ainda hoje, parte da linha não foi concluída.

Rodrigues lembra que solicitou os dados com a pretensão de, caso o pedido fosse atendido, passasse as informações para um especialista na área avaliar. Entretanto, o governo respondeu dizendo que o pedido não poderia ser atendido já que o material era considerado sigiloso.

[...] eles responderam que o dado era ultra secreto, isso foi em 2015, aí quando eu vi, decreto tal, quando eu olhei os decretos, o governo estadual tinha colocado tudo como ultra secreto, secreto, sigiloso, isso em 2015. E aí a gente viu que até a filmagem da banda do Metrô estava como sigiloso, os dados da Sabesp, os dados da polícia, os dados de tudo. [...] aí a gente fez uma série de matérias sobre os dados sigilosos, essa série até ganhou o prêmio Petrobras de Jornalismo, e foi como uma negativa de pedido que virou uma matéria. Foi um pedido que não ia render nada, provavelmente, de matéria (RODRIGUES, 2019).

⁴¹ A matéria foi publicada em seis colunas do jornal - que tem formato standard -, sem a presença de anúncios. No centro da página há uma foto no topo (de quatro colunas), um infográfico (também de quatro colunas) e abaixo outra imagem. No canto à direita, o contraponto da prefeitura.

Nesta pergunta, na qual se questiona como a pauta surgia, Toledo é enfático ao dizer que o uso da expressão *fishing expedition* é usada de forma pejorativa nos Estados Unidos e no Brasil, como forma de dizer “que o jornalista está atirando para todo lado” e, por isso, o órgão pode considerar o pedido genérico e não atendê-lo, o que é visto por Toledo como um movimento para dificultar o acesso à informação.

Eu não sei de que forma o governo armazena as informações, eu não vou saber o número dos documentos. Se eu soubesse o número do documento é porque eu teria uma fonte lá dentro que ia me contar, e provavelmente essa mesma fonte já teria me passado o documento. Então, alguma boa vontade de esforço eles têm que ter para identificar pelo menos onde está. Eu vou perguntar: quero saber quantos alunos evadiram. Isso vai ter no censo, mas um exemplo, aí o cara vai ter que me dizer: “essa informação está no censo escolar no lugar tal e tal”. Não é que eu estou fazendo *fishing expedition* para descobrir se aumentou a evasão ou não. Eu quero analisar os dados. Não interessa o que eu vou fazer com eles. Isso é uma coisa que a lei diz: você não precisa explicar o motivo de você estar pedindo. Ou então, acontece muito de as pessoas pedirem acesso aos telegramas do Itamaraty. Eu sei o que eu vou achar lá? Não sei, mas não é um *fishing expedition* porque como eu não sei, eu preciso analisar para saber. Não é que eu estou jogando para todo lado, eu sei que tem coisas interessantes lá, mas eu preciso ler para saber onde eu vou chegar. (TOLEDO, 2019)

Corroborando com o exposto por Toledo, Godoy também é crítico em relação ao uso da expressão *fishing expedition* para designar os pedidos feitos de forma aleatória:

Não é a torto e a direito. Acho que não é bem isso (...) não é algo aleatório, são dados que você acha que são importantes, que em algum momento isso vai ter de ser alvo de reportagem, que são importantes, para você informar ao leitor. Saber como está a zeladoria urbana em São Paulo, quantas ruas, calçadas foram consertadas, quantas denúncias, por exemplo, de barulho a prefeitura recebeu. (...) a forma dessa prestação de contas ser feita, é a forma própria do jornalismo também de fiscalizar o poder público. Eu não acho que é simplesmente: “vou jogando um monte de coisa”. Não, você tem noção de que aquilo que você está fazendo não é uma coisa meramente aleatória para eu ter pauta. Porque se fosse isso eu ia pegar qualquer porcaria (TOLEDO, 2019).

A contrariedade ao *fishing expedition* pelos profissionais ouvidos difere da situação encontrada por Duarte (2015) ao entrevistar 15 profissionais sobre o primeiro ano de vigência da lei. Na época, a maioria dos profissionais afirmou que costumava adotar este tipo de prática.

Apesar disso, a forma como os profissionais fazem os pedidos indica que eles possuem uma disciplina de verificação — um método altamente pessoal para testar e fornecer a informação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). O próprio uso da Lei de

Acesso à Informação nas rotinas produtivas pode ser considerado mais um dos itens da disciplina de verificação desses profissionais.

Kovach e Rosenstiel, ao elencar cinco conceitos-bases da disciplina da verificação⁴², salientam a necessidade da transparência do método de apuração aos leitores. Para eles, este conceito permite ao público julgar a validade da informação, o processo para obtê-la e ainda os motivos e os preconceitos do jornalista que a fornece. “Isto faz com que a transparência seja a melhor proteção contra erros e enganos das fontes.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 84). Os autores entendem que, ao deixar claro como se obteve a informação, os jornalistas aproximam-se do método científico.

Além disso, os autores recomendam chegar o mais próximo da fonte primária para confirmar as informações, trazendo o modelo de círculos concêntricos elaborado pelo professor de jornalismo David Protess, em 1999. Para facilitar o entendimento, é preciso pensar em uma cebola, a qual é formada por várias camadas. Ao se cortar ao meio, nota-se uma organização por círculos, que compartilham do mesmo centro. O aro exterior é formado por documentos secundários, como relatos da imprensa. Na camada seguinte estão os documentos das fontes primárias, documentos do julgamento, como testemunhos e depoimentos. É aqui que se enquadram as informações obtidas pela LAI. No próximo círculo estão as “pessoas de carne e osso”, as testemunhas, ouvidas para verificar se o que está nos documentos corresponde à realidade. Por último estão os “alvos”: os advogados, outros suspeitos e o prisioneiro.

Trago esse modelo para observar que, mesmo com os dados da LAI, é preciso ir atrás da “vida real”, as informações obtidas pela legislação não bastam, como salientou Godoy ao falar da produção da reportagem: “Sem carros novos há dois anos, policiais de SP têm de fazer patrulhamentos a pé” (GODOY; TOMAZELA, 2017). As informações obtidas com a legislação foram o primeiro passo no processo de apuração e, com os dados em mãos, o profissional foi até os batalhões da Polícia Militar.

[...] e daí a gente encontrou esse caso de gente que estava fazendo patrulhamento a pé, por falta de carro. Esse caso aí, a Secretaria de Segurança Pública ainda tentou jogar com os dados, uma coisa muito feia: “não, nós compramos, não é verdade que nós não compramos. Compramos

⁴² Os cinco conceitos são: 1) nunca acrescente nada que não estivesse lá; 2) nunca engane o público; 3) seja o mais transparente possível sobre os seus métodos e motivos; 4) confie no seu próprio estilo de relato; 5) seja humilde.

não sei quantos veículos”, só que eu tinha tudo discriminado, coisa que eles não sabiam. Os veículos eram motos. Carro, que era o que a gente estava falando, eles não tinham comprado nenhum mesmo. (GODOY, 2019)

Ao ser questionado sobre uma incidência maior do “jornalismo sentado”, quando se sai menos para a rua e se apura mais da redação, Toledo observa que mesmo com uma infinidade de dados que se pode obter com a LAI, para uma matéria ser boa é preciso personagens.

Existe uma tendência preguiçosa, mas acho que é todo jornalista, não é só por causa da LAI. Quando você começa a ter coisa chegando para você, seja pela LAI, seja porque a fonte te liga, você tende a pensar: “está mais cômodo aqui, então vou resolver daqui”, mas quando você pensa de fato na matéria, e você tem que fazer uma boa matéria, você percebe que não é suficiente. Não adianta você ter os dados sem ter os personagens. Não adianta você ter os dados se você não tiver as histórias. 99% das vezes em que eu vou para a rua fazer, ouvir um especialista, ler um inquérito, eu descubro uma coisa muito mais legal do que aquilo que eu tinha. Então a LAI é um caminho às vezes até para fazer outros pedidos de LAI a partir daquilo que eu descobri. É sempre o começo da pauta, nunca vai ser o trabalho completo. (TOLEDO, 2019).

Devido aos prazos, os profissionais admitem que se planejam para tirar maior proveito dos recursos da LAI na produção de reportagens. Godoy aposta em uma organização anual, fazendo uma série de solicitações já no início de cada ano, garantindo que nas respostas tenha períodos fechados, o que facilita na comparação com anos anteriores. Antes de fazer os pedidos, o profissional leva em conta o critério da relevância: assuntos pouco explorados pelo jornal, que tiveram uma cobertura sem profundidade ou pautas feitas no passado que podem passar por uma releitura, ou melhor, serem atualizadas.

(A Lei de Acesso à Informação) permite que você planeje as reportagens que você vai fazer durante o ano, e trabalhar com planejamento nessa hora, que você está fora da pauta do dia a dia, é fundamental, para você não se perder, e para principalmente você não ficar sem pauta. Então é importante você ser muito organizado. No jornalismo eu acredito em organização. Você precisa ser muito organizado para você ter sempre uma produção razoável. E para as coisas irem adiante. Então a Lei de Acesso garante isso, ela não substitui a reportagem. O recebimento do dado é o primeiro passo para o restante da apuração. E no meu caso, especificamente, isso é uma questão de método (GODOY, 2019).

Rodrigues entende que é possível criar um banco de pautas a partir dos retornos das solicitações e, com isso, gerenciar a rotina diária. O profissional reconhece que, para isso, é preciso ter disciplina. Ele ressalta, assim como Godoy,

que faz pedidos no início do ano, costuma registrar as solicitações antes de períodos de férias. Com isso, o repórter acaba evitando não ter pautas na volta do período de descanso.

É uma coisa que depende da sua necessidade. Assim, tem gente que é muito disciplinada, todo dia faz pedido de Lei de Acesso. Eu, na verdade, não. Eu faço ou quando eu acho que isso vai virar uma pauta ou quando eu estou com pouca pauta, então eu faço muitos pedidos de Lei de Acesso à Informação, que é aquele sistema de pescaria ali, que você falou. (RODRIGUES, 2019).

Toledo também aposta no planejamento para conseguir se desvencilhar de pautas do dia e dos pedidos de reportagens da chefia.

O repórter que não se planeja, ele fica muito preso aos acontecimentos, ao que a chefia dele quer que ele faça. Ele não é dono da própria carreira de certa forma, então ele fica meio: “vou para a manifestação hoje, para o Copom amanhã”. A partir do momento em que você se planeja e fala: “eu quero cobrir esse assunto, eu quero falar sobre tal coisa”, e você faz um monte de pedido, fala com um monte de fonte, você estrutura o seu trabalho para as histórias chegarem até você. E quando uma história boa chega até você, sua chefia vai te dar prioridade. Você vai ser um cara que vai poder entrar mais tarde, você vai ser a pessoa que vai poder ter mais tempo para apurar aquela história. (TOLEDO, 2019).

Mattoso aproveita momentos de ócio na redação para fazer pedidos de Lei de Acesso. Foi uma dessas situações que surgiu a pauta “De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse” (MATTOSO; BRAGON, 2017). “Nesses dias idiotas: ‘o que pedir na Lei de Acesso?’ Vamos pensar em alguma coisa” (MATTOSO, 2019). A profissional explica que foi motivada por uma discussão sobre o acervo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] eu queria saber se ele tinha recebido algum presente da JBS, daí eu fiz o pedido da lista de presentes dele. É isso, uma aposta, então poderia ter lá que ele ganhou uma coisa cara de uma empresa que depois ele fez uma coisa que poderia ter beneficiado. É uma aposta. E nesse caso virou uma matéria engraadinha de que tipo de presente ele recebe. [...] Aí eu pensei: “vou tentar, vai que eles respondem” e também respondeu no prazo, e bem legal a resposta, com todos os dados, e mais dados do que a gente imaginou que eles poderiam responder. (MATTOSO, 2019).

Os quatro jornalistas criaram estratégias próprias para tornar os pedidos de transparência mais efetivos, ou seja, para conseguir o dado solicitado, sem necessidade de recursos. Mattoso procura fazer a solicitação mais específica

possível, para não dar margem para uma negativa. Godoy compartilha do mesmo entendimento e aposta em “perguntas claras” e “bem definidas”, e tem em mente que a solicitação não vai provocar um trabalho gigantesco para o órgão, o que poderia gerar negativa.

Já Toledo constrói o pedido pensando em qual argumento o órgão vai utilizar para não atender a demanda. O profissional exemplifica que entre as desculpas apresentadas está o destinatário errado do pedido:

A coisa mais comum é você pedir para o lugar errado. Eu quero saber dado de BO e eu pedi para a Polícia Militar, mas na verdade é a SSP que responde. Então duas coisas que eu faço: primeiro, eu mando para todo mundo que eu acho que pode responder. Então, eu quero esse dado, mas eu não sei se é o Ministério da Educação, se é o FNDE ou se é o INEP. Mando para os três. Eles que se virem. Ou se eu não estiver com tempo, eu escrevo no pedido: “caso essa informação não seja de competência deste órgão, favor encaminhar ao órgão competente”. Em tese, eles deveriam ter obrigação de fazer isso por conta própria, mas é muito comum que chegue nos 30 dias e a resposta seja: “não somos os responsáveis pelo dado, o órgão é o tal”. E aí você tem que abrir um novo pedido. (TOLEDO, 2019).

Na descrição do pedido, ao invés de delimitar período de tempo, Toledo costuma incluir a frase “enviar os dados na maior série histórica possível”. Entretanto, o profissional observa que alguns órgãos têm negado pedidos do gênero por considerarem genéricos, já que não há especificação do período de tempo.

Já Rodrigues segue um pedido padronizado — sempre “o mais específico possível”, nas palavras dele — e com referências a solicitações anteriores como se fossem precedentes.

[...] porque aí você já elimina um recurso que você ia ter que entrar. Você, tipo, faz o pedido, aí você cita o precedente ali, fala: “Olha, eu estou fazendo o pedido da informação tal, período tal”, cita o máximo de dados específicos dessa informação e, ao mesmo tempo, citar: “essa informação já foi fornecida no (pedido tal), informação similar já foi fornecida no pedido tal, tal e tal”. Ou senão eu cito ainda, tipo assim: “essa informação existe, fica em tal lugar”, porque eu olho lá (no mapa, dicionário de dados), sempre tem uma planilha que diz os dados que existem. Eu entro nessa planilha e cito o mesmo nome, exatamente o que está ali, cito qual é o sistema que ele está, todas as coisas que ele está, período e cidade, porque você já mostra que você sabe que o dado existe. O dado existe, ele já foi informado alguma vez pra alguém, então você diminui os argumentos que alguém possa ter para indeferir esse dado. Então, aí você responde. Eu acho que isso ajuda bastante a você ter pedidos positivos. (RODRIGUES, 2019).

Mesmo que em menor número, as reportagens feitas a partir de recusas a pedidos de informação também constam no levantamento inicial de publicações com

referência à LAI. A matéria⁴³ “Câmara de SP esconde salários de servidores” (RODRIGUES, 2017b) foi feita após a retirada no site do Legislativo Municipal de parte de informações sobre o vencimento dos servidores, no caso, os nomes deles deixaram de constar para dar lugar à matrícula.

Rodrigues (2019) explica que esse processo motivou a reportagem, que não exigiu a confecção de um pedido pelo portal da transparência: “[...] a gente já utilizava esses dados, e aí eles dificultaram, eles botaram só as matrículas dos servidores, não tinham mais os nomes. E aí isso dificultou bastante o nosso trabalho”.

4.4.2.2 Categoria: aspectos técnicos - temporalidade da produção

Devido aos prazos da LAI para atendimento de solicitações por transparência passiva, os jornalistas afirmam que não dependem exclusivamente da legislação para a produção diária. Entretanto, é prudente observar que os quatro profissionais não atuam diretamente com *hard news*. Artur Rodrigues é responsável por acompanhar o prefeito de São Paulo, Marcelo Godoy é repórter especial, Camila Mattoso cobre matérias de política — já que está em Brasília —, enquanto Luiz Fernando Toledo também era repórter especial no *Estadão*. Eventualmente são chamados para atender a um pedido do dia ou a uma demanda maior e precisam deixar as pautas em andamento de lado, como exemplifica Godoy:

Eu tive algumas encomendas aqui dentro que fizeram com que eu paralisasse um pouco esse trabalho com a Lei de Acesso, que são trabalhos especiais, específicos aqui do jornal. Estou meio desesperado, como você está vendo. [...] Eu não estou aqui só fazendo LAI, eu não sou um repórter de LAI. Então você de repente tem uma crise, caso Queiroz. Larga tudo o que você estiver fazendo, vamos investir no caso Queiroz. Aquilo você deixa em *stand-by*, você vai deixando. Está guardado, você já tem o dado. Uma hora você vai usar. É mais ou menos assim que funciona. Se não tiver nada, não acontecer nenhuma crise, não te pedirem nenhum projeto especial, no meu caso, para fazer, eu vou abrir minhas gavetas, abrir ali e começar. (GODOY, 2019).

Godoy (2019) observa que só deixa seu trabalho de lado como repórter especial por um pedido específico da direção do *Estadão*: “daí eu paro tudo o que eu estou fazendo e vou fazer aquela cobertura, vou fazer aquele material especial”.

⁴³ A publicação foi abre de página e, além de uma foto de três colunas, contou com uma reprodução do site da Câmara, mostrando como aparecia a nova informação dos vencimentos. Abaixo desta reportagem, segue outra matéria secundária e um anúncio.

Rodrigues entende a LAI como um “instrumento de checagem” ou “instrumento inicial de reportagem”. Mattoso segue a mesma linha de entendimento e classifica as ferramentas surgidas pela legislação como “complemento” à produção diária.

Eu nunca dependi só disso para fazer matéria, ninguém depende só disso pra fazer matéria. Você aprende que não pode se planejar esperando isso porque é uma coisa super que você não sabe se vai ser cumprida exatamente, se vai dar matéria exatamente, você não sabe o que vai chegar e tal (MATTOSO, 2019).

Já Toledo percebe alteração na rotina diária para a produção dessas reportagens. Não por apenas reunir dados obtidos pela LAI, mas por ser uma matéria especial, o que requer mais tempo para apuração. Nessas situações, o repórter acaba se deparando com uma encruzilhada: por um lado valorizar o tempo extra para a produção dessas reportagens, de outro reconhecer que o contato diário com diferentes pessoas em matérias na rua acaba trazendo *insights* a novos pedidos pela LAI:

[...] para fazer uma determinada matéria, é bom você ficar fora do dia mesmo, para você ter tempo de apuração e tal. Mas, por outro lado, quando você está no dia, às vezes você se depara com determinadas situações que te fazem pensar sobre pedidos de LAI, sobre pautas especiais. Então eu estou fazendo uma matéria sobre greve dos professores, que é o factual, e aí os professores falam: “a gente está há tantos anos sem reajuste pela inflação”. Aí eu pego: e se eu fizer uma matéria mostrando quanto o salário dos professores deveria ser se tivesse sido reajustado pela inflação? Ou qual é a média salarial dos professores? Dificilmente viria de forma abstrata na minha cabeça, eu preciso estar exposto de alguma forma. Ou eu estou lendo jornal o tempo todo ou eu estou de fato conversando com as pessoas na rua. E nada melhor do que estar numa pauta para você ter o motivo para estar ali conversando com as pessoas à toa. Estou na manifestação falando com várias pessoas e descobrindo pautas. (TOLEDO, 2019).

Assim como Mattoso e Rodrigues, Toledo entende que a LAI atua de forma acessória ao trabalho do repórter. É interessante observar que esse papel secundário da Lei de Acesso à Informação (LAI) no dia a dia dos jornalistas já havia sido identificado por Dutra (2015), ao analisar matérias de *Folha*, *Estadão* e *O Globo* no primeiro ano de implantação da legislação. Na época, a pesquisadora entrevistou 15 jornalistas que relataram que a LAI “não mudou substancialmente as rotinas produtivas nas redações” (DUTRA, 2015), apesar de reconhecerem que a legislação abriu um novo canal para obter informações. Naquele momento, os profissionais ouvidos pela pesquisadora afirmaram que utilizavam os dados obtidos pela lei na

produção de matérias de fôlego, com prazo maior, já que as informações podem demorar para chegar.

Dois anos depois, Sousa (2017) também identificou a mesma situação ao analisar reportagens e entrevistas de dois veículos impressos da Paraíba, no Nordeste. Entre as razões levantadas estão a baixa prática do jornalismo investigativo no estado, redução nas equipes e tempo escasso de produção, além da estreita relação dos veículos de comunicação com o meio político.

Apesar da diferença dos veículos analisados por Dutra (2015) e Sousa (2017) e tendo em vista os resultados obtidos na presente pesquisa, é salutar dizer que a transparência passiva ainda é utilizada de maneira esparsa pelos profissionais, por uma série de peculiaridades, inclusive a questão temporal, objeto deste tópico. As 187 reportagens que integram o levantamento inicial desta pesquisa correspondem a uma média de quatro reportagens por mês para cada veículo com uso da LAI. Aparentemente, o número pode ser considerado baixo, mas a produção dessas reportagens tende a tomar mais tempo, devido ao prazo para atendimento das demandas, de 20 dias e prorrogáveis por mais 10 dias, caso não haja recursos. A situação pode ainda estar relacionada a dois fatores, de difícil constatação: houve uma queda nos pedidos ou um maior número de negativas de acesso? Responder a esta pergunta só ocorreria por um levantamento pormenorizado de cada repórter, o que não é o objetivo desta pesquisa.

Voltando à relação com o tempo, os profissionais foram questionados sobre a demora no atendimento das demandas de duas reportagens previamente selecionadas. Rodrigues observa que em “Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo” (RODRIGUES, 2017a) o pedido de informação para a prefeitura de São Paulo foi atendido em cerca de 10 dias, o que é consideravelmente rápido, já que os governos podem levar inicialmente 30 dias para responder uma solicitação. O profissional acredita que o retorno rápido ocorreu pelo fato de o pedido ser de um período reduzido.

[...] era uma coisa bem simples, que eu já tinha os dados passados. Eu já tinha pedido isso na gestão Haddad, eu já tinha pedido, já tinha feito matéria sobre isso, só que na época não era tão importante, porque era uma gestão que não tinha foco em zeladoria (RODRIGUES, 2019).

Mattoso também se deparou com atendimento rápido de seu pedido que originou a matéria “De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse”⁴⁴ (MATTOSO; BRAGON, 2017). Para conseguir as informações, a jornalista ingressou com um pedido no e-SIC, direcionada à presidência da República. Mattoso estima que a solicitação tenha sido atendida em 15 dias. Entretanto, a reportagem ficou guardada por cerca de dois meses. “É o tipo de matéria fria que não tem pressa.” (MATTOSO, 2019). Para complementar a publicação, a repórter fez um novo pedido, solicitando os valores dos presentes dados a Temer. Porém, a nova solicitação não foi atendida e nem mencionada na reportagem.

Por outro lado, a jornalista percebeu demora para atendimentos das demandas na reportagem “Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas”⁴⁵ (MATTOSO; FABRINI, 2017). Mattoso conta que inicialmente solicitou os dados para a Força Aérea Brasileira (FAB), mas cerca de 15 dias depois, o órgão respondeu que as informações deveriam ser solicitadas por Ministério e que a FAB não era o destinatário correto.

É um processo que acaba durando dois meses pelo menos, porque até você receber todas as respostas, se organizar de novo, sentar de novo, pedir de novo, para o lugar certo, porque eu pedi pela FAB, aí a FAB respondeu que tinha que ser órgão a órgão. (MATTOSO, 2019).

Ela relata ainda que em alguns casos não obteve retorno ou teve que ingressar com recursos. “Tem coisa em tramitação até hoje” (MATTOSO, 2019). Segundo a profissional, entre o primeiro pedido até a publicação da reportagem se passaram quatro meses.

Toledo também verificou demora para retorno dos pedidos que embasaram a reportagem “Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros”⁴⁶ (TOLEDO; MARQUES, 2018). Para obter os dados, foram feitas solicitações a 63 universidades federais e, pelo volume de pedidos, o processo acabou

⁴⁴ A matéria é relativamente pequena, tem duas colunas de texto e outras duas com uma ilustração.

⁴⁵ A reportagem abre a página e ocupa quatro colunas. Ao centro da matéria, uma arte resume os históricos de viagens em aviões da FAB de seis ministros (identificados em fotos 3x4) - e seus acompanhantes. No canto direito, a reportagem apresenta uma seção de contrapontos, chamada de “outro lado”. Ao lado da reportagem, em duas colunas, consta a coluna Painel, assinada por Daniela Lima. Não há anúncios na página.

⁴⁶ A reportagem é abre de página e ocupa seis colunas. Fora a foto de dois intercambistas, não há outros elementos visuais, apenas texto. No pé da página, há uma matéria secundária, sem ligação com a reportagem anterior. Não há anúncios na página.

sendo mais demorado. Da primeira solicitação até a publicação da reportagem, passaram-se quatro meses.

[...] tinha caso que não respondia, tinha que abrir de novo, tinha caso que eu tive que ficar esperando até chegar na CGU, tinha caso que simplesmente não respondeu, aí eu tentei recorrer por outros caminhos, conversar com o servidor. E no fim das contas se você for ver no texto da matéria, eu falo que de tantas universidades procuradas, só 30 responderam, e o levantamento foi com base nessas 30. (TOLEDO, 2019).

Enquanto Godoy levou mais tempo para a apuração da matéria⁴⁷ “Desde 2011, SP tem uma denúncia de tortura a cada 15 dias; criança é principal vítima” (GODOY, 2017) por situações criadas pelo governo. Godoy explica que, inicialmente, o governo se negou a passar parte dos dados. Por isso, ele acabou recorrendo e conseguiu ter acesso aos boletins de ocorrência na própria delegacia, onde as informações foram tabuladas.

Os dados dos casos específicos eu fui buscar nos departamentos da polícia. Lá eu consegui então filtrar melhor as informações, que a Secretaria de Segurança Pública não havia me fornecido, naquela coisa de fornecerem pela metade os dados. Aí foi uma das coisas que eu recorri, alegando que os casos que envolviam agentes públicos eram violação dos direitos humanos, inegavelmente, casos envolvendo tortura, portanto, não eram passíveis de sigilo. Portanto, eu tinha que ter acesso aos boletins de ocorrência, e aí consegui com recurso obter esses dados, e ter acesso a eles. (GODOY, 2019).

Contando o tempo de recursos, o profissional conseguiu os dados após pouco mais de um mês e meio. Com as informações em mãos, a reportagem foi finalizada em uma semana.

É interessante observar que o fator tempo sempre permeou a produção jornalística, com menor ou maior intensidade. Na época atual, chamada de jornalismo de comunicação (CHARRON; DE BONVILLE, 2016), o volume de informações supera a capacidade de acompanhamento, o que dá mais força à seleção das notícias. Entretanto, no caso dos quatro entrevistados selecionados, devido ao cargo que ocupam e como encaram a LAI de maneira acessória, a pressão do tempo pode ser considerada menor. Não que eles deixem de produzir as reportagens dentro do tempo estipulado, mas observa-se um certo entendimento de que as pautas produzidas com dados obtidos pela legislação podem levar dias e até meses para serem produzidas.

⁴⁷ A reportagem é abre de página e, além do texto, contém um infográfico com detalhes das ocorrências. Há um anúncio grande na página, que não dispõe de outras publicações.

É compreensível a necessidade de uma organização para tirar proveito da lei, como faz Godoy, ao fazer pedidos no começo do ano; Rodrigues, ao solicitar dados antes das férias, e Toledo ao fazer uma série de pedidos ao mesmo tempo. Ou ainda aproveitando períodos de ócio, como é o caso de Mattoso.

4.4.2.3 Categoria: aspectos técnicos — relação com a tecnologia

Apesar das estratégias citadas na categoria “organização”, os profissionais não utilizam planilhas próprias para o acompanhamento dos pedidos. Rodrigues afirma que monitora pelo próprio sistema — já que faz a maior parte das solicitações à prefeitura de São Paulo — e pelo e-mail pessoal, no qual recebe as atualizações. Godoy também utiliza um e-mail pessoal para acompanhamento e costuma reencaminhar a correspondência, alterando o assunto com a palavra “LAI” para facilitar na busca futura.

Já Toledo utilizou por cerca de dois meses uma planilha para acompanhamento, mas deixou de usá-la por considerá-la “inútil”. Desde então passou a monitorar os pedidos por um e-mail específico. O profissional explica que na *Rede Globo* tem uma tabela compartilhada com os colegas, que também ajudam a abastecê-la.

Eu tinha uma tabela antes, depois eu comecei a ver que tabela me atrapalhava, porque toda vez eu tinha que jogar para uma tabela. Aí o que eu fiz foi criar um e-mail separado, é o e-mail de LAI. Inclusive é o e-mail mais idiota porque tenho LAI no nome do e-mail, é Luiz Fernando Toledo LAI, então as pessoas sabem quem sou eu. Mas é bom, porque aí tudo o que eu pedi fica registrado nesse e-mail, então todo dia eu olho lá para ver o que foi respondido, o que eu tenho que entrar com recurso. E como em geral os sites te dão alerta por e-mail quando o pedido foi respondido, eu vejo por lá também. E aí se eu for criar um projeto específico, sei lá, eu estou fazendo um levantamento sobre feminicídio por estado, então eu sei que vão chegar 27 respostas diferentes, aí eu crio um e-mail só para esse projeto, para as respostas chegarem só lá. (TOLEDO, 2019).

Dos quatro entrevistados, Mattoso é a única que utiliza planilhas para controle, mas em apenas duas situações: para acompanhar informações desclassificadas e quando a reportagem envolve muitos pedidos e é preciso reunir os dados.

Eu tenho uma planilha que é principalmente para informações desclassificadas, porque às vezes a gente pede alguma coisa de um número, e se eu não sei onde eu peguei esse número, eu me perco um pouco. E

quando você pega a tabela de informações desclassificadas, é uma tabela. Chega uma tabela com um monte de número, e você não sabe se você já pegou esse, se pediu esse e tal. Então eu faço uma planilha, que eu pedi tal número, tal órgão, e se chegou ou não chegou. O restante, como são coisas muito específicas, eu só faço planilha quando é um levantamento e eu preciso planilhar isso. Mas assim, não para acompanhamento, porque eu não consigo acompanhar. No meu e-mail, Lei de Acesso ele taggeia. (MATTOSO, 2019).

Além disso, os quatro jornalistas não utilizam linguagem de programação para a análise dos dados recebidos. Rodrigues e Toledo sabem usar SQL⁴⁸, mas não o empregam em seu trabalho. O primeiro profissional diz que, quando necessita, recorre ao setor de dados da *Folha*. Em um dos casos, ele pediu ajuda para outro profissional, que utilizou Python⁴⁹ na análise de ocorrências em um caso de transparência ativa.

[...] você tinha que baixar mês a mês todos os dados, e aí eram mês a mês as planilhas, e aí eram vários anos que a gente estava analisando. No programa do Python, ele conseguiu pegar e juntar todas as planilhas pra gente, e aí a gente analisava o dado bruto. Aí, a partir daí a gente tinha que fazer várias coisas, do tipo, tirar duplicidade. Tem muita duplicidade, a gente tinha que analisar um jeito de tirar duplicidade e fazer os dados, daí os dados chegaram, olhando a estatística oficial, nos dados estavam ali com uma margem de 5% de diferença, uma margem bem pequena. (RODRIGUES, 2019).

Toledo observa que normalmente não precisa utilizar linguagem de programação para as análises: “quase sempre são dados já estruturados, já simplificados” (TOLEDO, 2019). O profissional identifica um “fetiche” no uso de ferramentas de dados por jornalistas.

[...] de dizer: “analisamos oito milhões de linhas com a ferramenta tal”, só que para o dia a dia não é isso que vai resolver seu problema. Pode ser legal, pode ser inovador, mas pode também não dar em nada. No projeto Anda São Paulo a gente fez um levantamento depois. Das 50 matérias que a gente publicou em dois meses, 34 usavam Lei de Acesso, e acho que só oito ou nove usavam os dados que eles usavam com programação. Então, óbvio, essas oito ou nove são matérias muito diferentes, mas eu acho que as matérias mais impactantes, as matérias de furo, vieram de Lei de Acesso. (TOLEDO, 2019).

⁴⁸ SQL significa “Structured Query Language”, ou “Linguagem de Consulta Estruturada”, na tradução para o português. É uma linguagem de programação para ser usada para lidar com bancos de dados relacional (baseado em tabelas). Foi criado para que vários desenvolvedores pudessem acessar e modificar dados de uma empresa simultaneamente, de maneira descomplicada e unificada. (O QUE..., 2019)

⁴⁹ Python também é uma linguagem de programação utilizada para a construção de sistemas web; análise de dados, inteligência artificial e machine learning; construção de aplicativos e construção de sistemas desktop (PYTHON..., s/d)

Já Mattoso e Godoy não usam nenhuma linguagem de programação. Godoy afirma que quando precisa pede ajuda para o *Estadão Dados*. “Quando tem um banco de dados muito pesado, eu peço socorro para o *Estadão Dados*. Quando o número de informações é mais restrito, e 99% das vezes é, que dá para organizar aquilo numa planilha e já resolve, eu uso a planilha dinâmica”. (GODOY, 2019). Enquanto Mattoso informa que nunca necessitou desse auxílio: “eu nunca pedi nada que eu não tenha conseguido analisar, que fosse um tipo de arquivo que eu não conseguisse. No final são tabelas, números, respostas mesmo”. (MATTOSO, 2019).

O não uso de linguagem de programação por Rodrigues e Toledo também pode ser explicado pelo próprio computador disponibilizado para os repórteres nas redações. Normalmente, os equipamentos travam ou não há autorização para instalação de programas específicos. Rodrigues e Mattoso utilizam computadores próprios — esta última se justifica pela facilidade de sincronizar com o celular Iphone.

Eu trago meu notebook de casa, porque o computador aqui do jornal geralmente não abre isso. A *Folha* tem um departamento ali, que é o Delta *Folha*, os caras têm os computadores bons e o trabalho deles é só ficar fazendo matéria de dados, e tal. Em geral, como eu já sei mexer um pouco, eu mesmo faço minhas próprias matérias e não recorro muito a eles, e aí eu trago meu próprio computador, porque o computador que a gente tem, não tem condições de abrir ele [...] os computadores das redações, no geral, são muito ruins. (MATTOSO, 2019).

Sobre o armazenamento dos dados obtidos, três dos quatro profissionais afirmam que mantêm as informações na nuvem⁵⁰. Rodrigues recorre ao Google Drive e observa que este tipo de armazenamento auxilia a construir séries históricas e identificar contradições nos balanços divulgados pelo governo:

Eu tenho muitas coisas que eu pedi por Lei de Acesso, que aí depois eu só peço o do período que eu estou. Como é um período pequeno, você consegue um dado mais rápido, às vezes. Então eu respondo, e até porque, às vezes, eles mudam os dados do passado para se favorecer, e eu já tenho esse dado. Então, às vezes, isso mesmo já vai gerar uma matéria. Tipo, eles falam: “A gente aumentou muito”, aí você olha e vê o dado de uma gestão para outra, aí você olha, vê o dado, fala: “Mas como vocês aumentaram? Aqui não estava com esse dado aqui”. “Não, é que a gente reviu esses dados, que estavam errados, eles estavam inflando os dados”, então é uma coisa que você consegue pegar essas incongruências, assim. (RODRIGUES, 2019)

⁵⁰ Google Drive ou iCloud.

Já Mattoso utiliza o iCloud⁵¹, enquanto Toledo recorre ao Google Drive⁵² — tanto no diretório pessoal quanto da empresa. Por outro lado, Godoy afirma que deixa as informações no e-mail, sem utilizar a nuvem.

Sobre a análise dos dados, os profissionais reconhecem que não se limitam a fazê-la no ambiente do trabalho. Mas Godoy e Toledo frisam que essas situações são pontuais. Rodrigues explica que ocorre de acordo com a relevância do material obtido.

Quando é uma coisa muito importante. Assim, não só pedidos via LAI, mas, às vezes, dados abertos, e tal. Recentemente eu fiz uma matéria analisando toda a base de IPTU de São Paulo, saiu uma série chamada Concreto Sem Fim, sobre como a cidade cresceu nos últimos 25 anos, olhando as metragens dos IPTU's da cidade inteira. Aí era uma coisa que dava tanto trabalho, que eu começava a fazer em casa, chegava aqui e continuava, então não parava nunca, na verdade. Quando você está envolvido em algum tema, e é um negócio assim, você acaba ficando envolvido e acaba trabalhando em casa também. (RODRIGUES, 2019).

Como dito nas páginas anteriores, a linguagem de programação não é utilizada pelos profissionais no dia a dia de trabalho, apesar de alguns terem conhecimento. Anderson et al. (2013) entende que esta é uma das barreiras que precisam ser superadas pelos jornalistas, apesar das limitações tecnológicas. É nítido que há restrições do uso dessas ferramentas, como dificuldade para instalar programas e ainda a presença de equipamentos defasados. Entretanto, ao que parece, o não uso pouco interfere no andamento das pautas aos quatro entrevistados.

É provável que os jornalistas consultados já estejam na última categoria de competência: de *expert* (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE). Nela, os profissionais comparam automaticamente e em tempo recorde diferentes informações sem demonstrar que estão atrelados às regras, já assimiladas por eles. Isto é, um processo orgânico. No caso da LAI, o grau de *expert* se dá pela prática: pelos inúmeros pedidos, dos erros e acertos, e pela derrubada de negativa de acesso.

4.4.2.4 Categoria: Aspectos técnicos - relações externas

⁵¹ O iCloud é um serviço de armazenamento em nuvem da empresa *Apple*. É o espaço virtual no qual se pode gerenciar arquivos, entre eles, fotos, vídeos e documentos. (TILLMAN, 2020).

⁵² Lançado em 2012, o Google Drive também é um sistema de armazenamento em nuvem da empresa *Google*.

Nesta categoria serão reunidas questões que indiretamente estão relacionadas à produção da pauta, mas que acabam interferindo no andamento desta. Entre elas, a elaboração de recursos nos pedidos de transparência passiva, solicitações de forma anônima, uso do banco de pauta da CGU, entre outros.

Nas entrevistas, os profissionais foram questionados sobre o órgão de destino dos pedidos. Por cobrir questões relacionadas à prefeitura de São Paulo, Rodrigues geralmente faz solicitações destinadas ao Executivo municipal, mas também encaminha para o governo estadual — principalmente para Secretaria de Segurança Pública. Toledo faz mais pedidos para órgãos ligados à educação, das três esferas — federal, do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo.

Enquanto Godoy tem prevalência por pedidos ao governo federal, entre os órgãos estão o Ministério da Justiça, Polícia Federal e Forças Armadas. “Acho que essas três áreas foram as principais, mas eu fiz também pedidos para o Ministério da Fazenda” (GODOY, 2019). Em menor número, o profissional já fez solicitações para áreas de infraestrutura, saúde, meio ambiente e raros pedidos para educação.

Mattoso também utiliza mais o serviço de órgãos ligados à esfera federal. “Essa foi uma coisa que eu percebi assim, que federal sempre funcionava muito bem. Até pelo tipo de cobertura que eu faço, sempre fez mais sentido pedir federal. Então eu uso muito governo federal, Ministério Público, que é o pior, inclusive” (MATTOSO, 2019). A eficácia maior no atendimento aos pedidos do governo federal não é percepção apenas da profissional, mas foi apontado na análise dos cinco anos de transparência, feita pela ONG Artigo 19 (ARTIGO 19, 2017).

Como dito no terceiro capítulo, é possível recorrer quando o pedido é negado. Godoy é categórico ao dizer que sempre utiliza esse artifício. “Não deixo um sem recorrer [...] A lei só funciona com você recorrendo” (GODOY, 2019). Enquanto Rodrigues, Mattoso e Toledo avaliam o retorno ao pedido antes de recorrer.

Não vou dizer que eu nunca deixei, já deixei vários, mas eu tenho como um lema recorrer. Sempre que eu consigo, eu recorro, até a última instância. É porque várias vezes eu começo a pressionar os caras de outro jeito pra conseguir os dados, tipo assim, e é verdade, eu faço a matéria mesmo. Eu falo: “Olha, vocês não estão dando esses dados, esses dados são públicos, eu vou fazer uma matéria sobre isso, e eu já fiz várias matérias”, e aí várias vezes eles cedem os dados. Porque tem algumas coisas que o fato deles negarem e não informarem pra mim, já é notícia, entendeu? Se é um dado sensível. (RODRIGUES, 2019).

Às vezes (eu não recorro) porque eu acho que não vai valer a pena. Foi um pedido que você fez 15, 30 dias antes, aí às vezes é um pedido que você está

fazendo concomitantemente com outro. Então, assim, na hora, se avalia que não faz muito sentido para tua pauta, e também dependendo da resposta que eles dão, às vezes considera-se suficiente a resposta [...] O processo de recurso é meio rígido vamos dizer assim. Fica mais fácil você pedir um outro que você pedir o recurso. (MATTOSO, 2019).

Eu sempre penso assim, se faltou alguma coisa ou se eu acho que pode melhorar, eu vou entrar com recurso, porque eu acho que no mínimo eu vou fazer o servidor ter um pouco mais de esforço e fazer o servidor perceber que ele não pode me dar uma resposta qualquer. (TOLEDO, 2019).

Um dos órgãos externos que poderia fiscalizar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e, conseqüentemente, os recursos apresentados, é o Ministério Público. Entretanto, os profissionais criticam a atuação deste. De forma geral, Godoy considera o Ministério Público omissivo em relação a descumprimentos da LAI.

Eu acho que se tem um grande culpado pela Lei de Acesso à Informação não funcionar no Brasil da forma como deveria funcionar, é o Ministério Público. Os Ministérios Públicos em geral. É inaceitável. Eu só posso achar que isso é assim, porque em larga medida o Ministério Público faz parte de uma casta de funcionários privilegiados que mantêm privilégios indecentes em uma República como a nossa, como auxílio moradia e outros, etc. Então, quanto mais transparente você é, mais você expõe as suas mazelas, e é isso que eles não querem. [...] o Ministério Público também é um dos órgãos menos transparentes que existem na administração pública aqui em São Paulo, principalmente com Lei de Acesso à Informação. Então, se eles são assim dentro da própria casa, dificilmente eles vão ter uma atuação que busque, a não ser uma atuação individual de um promotor que busque forçar os demais órgãos a serem transparentes. Acho que o que funciona na maior parte das vezes, ainda é a argumentação legal. [...] O Ministério Público faz pouco caso disso. Eu não conheço uma ação do Ministério Público contra um gestor público que tenha demorado para fornecer um dado com base na Lei de Acesso à Informação. (GODOY, 2019).

Toledo relata que já tentou acionar o Ministério Público de São Paulo em relação a um pedido feito em outro órgão e que não estava sendo atendido. Entretanto, houve pouco resultado.

Eu já tentei várias vezes acionar o Ministério Público, não é efetivo. O Ministério Público, pelo menos o de São Paulo, não se importa com esse assunto, é um assunto novo, eles não entendem muito. Já escutei isso de boca de promotor: “isso é problema de jornalista, não dá para entrar com uma ação civil pública porque isso é do interesse de vocês, não é de interesse público”. Como não é interesse público? É informação pública. Eu vou usar porque eu sou jornalista, justamente porque o jornalista trabalha com informações de interesse público. Mas é óbvio que se a universidade não está divulgando o orçamento é função de vocês. Eu tive algumas brigas, tentei marcar reunião no Ministério Público para explicar e eles simplesmente ignoram. Eu conheço gente do Ministério Público que me falou: “já falaram que você está enchendo o saco, que não vai adiantar você ficar insistindo”, e aí eu meio que deixei quieto. (TOLEDO, 2019).

Mattoso observa que o Ministério Público Federal nega pedidos ou responde às solicitações de maneira incompleta, sem apresentar os dados. “[...] tem N exemplos desses que eles descumprem prazos ou não respondem recursos. De fato é o lugar mais complicado.” (MATTOSO, 2019). A profissional lembra que solicitou os acessos ao prédio do MPF do ex-procurador Marcelo Miller, para uma delação premiada envolvendo a JBS⁵³. O pedido só foi atendido após a matéria ser publicada, relatando descumprimento da Lei de Acesso à Informação. “Só me responderam, primeiro depois de muita insistência no telefone. Até que veio um e-mail, apareceu um PDF assim na minha frente.” (MATTOSO, 2019).

Os profissionais também foram questionados se, antes de fazer solicitações para o Executivo federal, costumam acessar o “banco de pedidos e respostas”, que armazena as solicitações a partir de 1º de julho de 2015⁵⁴.

O trabalho que você teria de ficar pedindo e esperando, às vezes você fica só fuçando ali que você arruma um monte de coisa legal. [...] Como a gente é muito imediatista como jornalista, várias vezes você acaba querendo pular etapa, assim. Tem gente que é muito disciplinado na questão do pedido, mas aí vai do foco do trabalho. Como eu no trabalho busco tentar fazer uma coisa mais investigativa, e muitas vezes isso só vai ser o ponto inicial ali, várias vezes eu vou tentando ver se tem na transparência ativa ou se tem nesses pedidos respondidos, mas ainda faço pedidos rotineiramente, e tal. (RODRIGUES, 2019).

Toledo reconhece que utiliza as informações obtidas em pedidos de outras pessoas disponibilizados no “banco de pedidos e respostas”. Entretanto, para evitar que “fure” o outro profissional, criou o critério de aguardar no mínimo 30 dias até poder usar os dados.

[...] para ninguém reclamar: “mas era minha matéria”. Então, a gente espera 30 dias e aí usa, para garantir exclusividade de quem pediu. Mas passou 30 dias, a gente entende que já está disponível. Então, basicamente, foi isso, surgiu como site, virou uma associação, e agora a gente faz um monte de coisa. (TOLEDO, 2019).

⁵³ Miller era procurador da República, mas passou a trabalhar para o escritório de advocacia que auxiliou os irmãos Joesley e Wesley Batista, da JBS, a assinar acordo de delação com a Procuradoria. A contratação repentina levantou suspeitas da atuação do ex-procurador.

⁵⁴ Com exceção dos pedidos que contenham informações restritas (pessoais ou sigilosas).

A reportagem⁵⁵ “Denúncia contra guardas-civis cresce 138% em 5 anos; maioria é arquivada” (TOLEDO, 2017a) é exemplo dessa situação. As informações foram solicitadas por outra pessoa, desconhecida dele, para a prefeitura de São Paulo.

Eu nem sei quem pediu isso, estava jogado no site há meses. Aí eu tinha pesquisado, não tinha saído nenhuma matéria, eu falei: “acho que tem uma matéria legal aí”. Aí foi um caso que casou aquele dado com o factual, porque o que aconteceu? Na mesma semana em que eu achei esse dado, ia ter uma reunião na câmara municipal, de uma comissão que estava tendo justamente sobre moradores de rua denunciando agressões de guardas civis. Eu falei: “caramba, tem tudo a ver, eu vou usar essa base de dados que eu achei no site da prefeitura, e vou fazer a entrevista com os caras lá, com o vereador”. Foi bem na mesma semana, e a matéria saiu juntando as duas coisas. (TOLEDO, 2019).

O profissional conta que uso de respostas a pedidos de terceiros, disponibilizadas em sites de governo, já virou tema de discussão entre colegas da *Rede Globo*, que temem estarem roubando dados alheios.

[...] tem gente que tem uma percepção de que: “então você usou o dado de alguém?”. Não, eu usei um dado público. [...] já me perguntaram várias vezes (na Globo): “se eu pegar o pedido tal, eu não vou estar roubando pauta da *Folha*?”. Não, óbvio que não. Eu não estou invadindo o computador do repórter da *Folha* e pegando dado dele. Eu estou entrando no site oficial do governo, que o governo colocou aquele dado. Foi o repórter da *Folha* que perguntou? Foi. Mas eu também pergunto coisas que vão estar lá. Todo mundo pergunta coisas que vão estar lá. [...] Então é um entendimento que eu acho que vai demorar algum tempo para que aconteça, mas é um entendimento que para mim é natural, é óbvio. E pelo contrário, a dificuldade do jornalista é que ele sempre quer: “isso é meu dado, é meu dado, é meu documento”. Não é, esse dado é público. Você pode ter conseguido antes, então, parabéns, vai lá e faz sua matéria. Mas não é seu dado, o dado é público. (TOLEDO, 2019).

O profissional explica que o requerente recorreu até a última instância e, no final, a prefeitura decidiu disponibilizar as informações em formato aberto. Toledo estima que a solicitação tenha ficado em tramitação por três meses. Já Mattoso é categórica ao dizer que não utiliza a funcionalidade.

É uma questão pessoal. É uma questão que eu posso estar totalmente errada nisso, mas eu acho que o pedido tem que ser meu. A informação é pública.

⁵⁵ A reportagem abre a página em seis colunas. Além da imagem de um case, a publicação apresenta um infográfico com as investigações instauradas e detalhamento nas acusações mais comuns. Abaixo da matéria principal, há uma entrevista com corregedor-geral da Guarda Civil Metropolitana (GCM), Luiz Augusto Aguiar. No pé da página, constam três notas pequenas de assuntos não relacionados à matéria principal.

Concordo com isso, mas acharei ruim alguém utilizar alguma coisa que eu pedi. Mas para uma questão minha, eu faço o meu pedido e espero a resposta do meu pedido. (MATTOSO, 2019)

Os profissionais foram questionados ainda se já fizeram algum pedido no anonimato⁵⁶. Toledo foi o único que já utilizou do artifício, porém, observa que, dependendo do volume de pedidos, o órgão pode acabar descobrindo quem está fazendo a solicitação:

No meu caso, era só porque eu achava que talvez não sendo jornalista melhorasse a minha vida, a resposta seria melhor. Mas eu descobri recentemente que não funciona tão bem esse negócio do sigilo, por que o que acontece? Quando eles te dão um pedido, eles te dão um código único, então não aparece seu nome, mas aparece: usuário 004502, e se eu fizer muitos pedidos para o mesmo órgão, vai aparecer aquele mesmo número, e aí do mesmo jeito que com o tempo eles vão descobrindo quem é a pessoa que faz o pedido, com o tempo eles também vão descobrir quem sou eu. Porque se eu faço 500 pedidos e dez viram matéria, eles vão ver: “esse dado que a gente passou para essa pessoa virou matéria em algum lugar, então é esse cara”. Então, toda vez que tiver um pedido com jeito de escrever meio parecido, os caras já batem o olho. Então funciona, mas não é 100%. Mas ajuda.

Mesmo sem ter usado, Rodrigues é favorável com o anonimato nos pedidos. Para o profissional, a opção de colocar ou não o nome é uma “evolução” no processo de transparência passiva. Já Godoy é contrário: “Da mesma forma que eu acho que o governo tem que ser impessoal, eu também acho que não é o caso eu fazer de forma anônima.” (GODOY, 2019). Mattoso avalia que não deva usar o recurso:

[...] por dois motivos, porque quando você usa muito a Lei de Acesso você percebe que eles ligam muito para você para tirar alguma dúvida, para qualquer coisa. Então assim eu acho importante. Eu não quero que isso seja um entrave pra mim. Que eles digam que por não ter conseguido contato para esclarecer alguma dúvida sobre o pedido, eles não respondam. É uma postura até do jornal. O manual da *Folha* é muito claro em relação a você se apresentar como quem você é de fato. A não ser que tenha algum motivo pra você não fazer isso, e isso é discutido internamente, como isso não aconteceu em nenhum caso, não teria por que fazer pedido anônimo. (MATTOSO, 2019)

Três dos quatro entrevistados afirmam que o uso frequente da Lei de Acesso à Informação nas rotinas produtivas alterou a relação com as fontes. Rodrigues vê economia de tempo gasto com elas, já que é possível encontrar histórias pela LAI. Toledo entende que depende menos das fontes e ainda faz uso diferente delas. “Eu

⁵⁶ Apenas o executivo federal e alguns governos estaduais permitem a realização de pedidos no anonimato.

falo: ‘eu não quero que você vaze nada para mim, eu só quero que você me conte, onde está esse documento? Porque aí eu peço por LAI. Me conta que tipo de documentos essa secretaria tem’. Cria uma relação mais legal.” (TOLEDO, 2019).

Já Godoy percebe uma inversão no momento de contatar a fonte. Ao invés de procurá-la primeiro para obter o dado, deixa para contatá-la em um segundo momento.

Altera a rotina de trabalho, porque em suma, quando eu estava na reportagem anteriormente, meu trabalho todo de obtenção de informação era na conversa com fontes. Era sempre procurar as pessoas, telefonar, etc. Agora, minha rotina de trabalho, eu primeiro imagino quais são as matérias, em vez de procurar as fontes primeiro, eu estou pedindo o dado primeiro, e depois eu procuro a fonte. Então, quando eu vou procurar a fonte, eu já tenho um retrato do que está se passando. Então, às vezes eu sei mais do que a fonte. (GODOY, 2019)

Mattoso é a única que nega mudanças na relação com as fontes. Entretanto, admite que negocia com elas o fornecimento de número de processos, que futuramente serão pedidos nos portais da transparência. “A LAI virou minha grande fonte” (MATTOSO, 2019).

Para Traquina (2005), a relação com as fontes é “sagrada” para o jornalismo. Dependendo do grau de hierarquia do informante, ouvi-la irá trazer credibilidade à notícia e ao próprio veículo. Há um jogo de interesses entre as duas partes, mesmo com os recursos advindos com a Lei de Acesso. Hall (2016) já dizia que os veículos de comunicação reproduziam a ideologia dominante e, por isso, eram considerados definidores secundários em relação aos poderosos. No caso da LAI, o jornalista continua recorrendo a fontes governamentais, mas, de outra forma, não mais como fonte primária — aquela que iria passar as informações iniciais — e sem precisar justificar o motivo da solicitação, segundo a legislação brasileira.

Além das fontes, os profissionais também perceberam mudanças na relação com as assessorias de imprensa. Rodrigues vê uma menor dependência e uma maior exigência com as informações repassadas por elas:

Eu acho que, na verdade, a Lei de Acesso poupa tempo do jornalista, mais do que você gasta tempo com a Lei de Acesso, porque você passa a ter acesso a vários dados que te dariam muito trabalho, do tipo, ter que ficar pedindo pra assessoria de imprensa há semanas um dado e eles falam que não está pronto, isso e aquilo. (...) Você sabe que existe uma base de dados mais completa, você passa a exigir as coisas de um jeito que não vinham antes. Antigamente você pedia um dado, aí eles mandavam, escreviam um texto, assim; e botava um dado ali, outro dado ali, mas obviamente o seu trabalho ia ficar muito melhor se você pudesse analisar uma planilha. Então,

eu acho que os jornalistas passam a ser mais exigentes. (RODRIGUES, 2019).

Toledo diz que não costuma procurar as assessorias de imprensa e, por isso, não vê mudanças. Em novembro de 2017, o profissional teve acesso ao áudio da Comissão Municipal de Acesso à Informação de São Paulo, em que o chefe de gabinete Lucas Tavares, número dois da Secretaria Especial de Comunicação, chegou a afirmar que iria “botar para dificultar” e se a resposta demorar a chegar o jornalista vai “desistir da matéria”. O áudio virou matéria (TOLEDO, 2017b) e teve tanta repercussão que o assessor acabou perdendo o cargo.

Inclusive, ele deu uma entrevista (...) para a Agência Pública, o que é muito interessante porque ele é muito sincero, e ele fala: a função do assessor é dificultar, porque ele quer proteger a imagem daquele que ele está assessorando. Só que isso faz muito sentido para empresas privadas. Empresa privada não tem obrigação de prestar contas para o público. Em tese, se ela quiser trazer isso como imagem, ela até pode, mas não tem obrigação legal. Agora, o governo tem obrigação de divulgar. Então, não existe proteger a imagem ao dificultar acesso aos dados públicos. (TOLEDO, 2019).

[...] acho que você tem que dosar de quem é o interesse em publicar isso? É da assessoria, não é? Não é da assessoria o interesse? Então eu não tenho que depender da assessoria. Até porque se você depende da assessoria para publicar alguma coisa, é porque você não tem a matéria ainda. A assessoria tem que ser o outro lado, é a coisa oficial (TOLEDO, 2019).

Godoy também tenta evitar assessorias de imprensa e dá preferência ao contato direto com a fonte. O profissional diz que desacredita nas informações repassadas pela assessoria, dita por ele como um serviço de propaganda. “Eu falo realmente das coisas ruins, porque quem fala de coisa boa é publicitário, e esse cara é bem remunerado, muito melhor do que eu, aliás” (GODOY, 2019). Neste ponto da entrevista, o profissional volta a se referir sobre o papel social do jornalismo, de fiscalizar o governo, referida na primeira categoria:

Eu vou falar dos problemas, porque eu tenho que fiscalizar o governo, eu tenho que mostrar para a população o que está acontecendo, e aquilo que não se quer que seja publicado, porque as coisas boas o governo já faz a propaganda dele e gasta milhões com isso. Então, deixe que ele faça a propaganda dele, informe, é um direito dele, o cidadão tem que ser informado também. Evidente que isso não é um jornalismo de mau humor, eu estou deixando bem claro que não é uma impossibilidade. Evidente que às vezes você vai publicar coisas que o governo vai julgar que sejam favoráveis a ele. (GODOY, 2019).

Por outro lado, Mattoso segue recorrendo à assessoria de imprensa apesar dos recursos advindos com a LAI. A profissional vai por este caminho quando percebe que a informação pode ser “respondida rapidamente” (MATTOSO, 2019).

Na análise do primeiro ano da legislação em vigor, Dutra (2015) observou que as assessorias ainda constavam como fonte de informação para pautas do dia a dia. Entretanto, para assuntos mais densos — que envolvem pesquisa aprofundada — ou delicados, a LAI aparecia como alternativa. Na época, os profissionais entrevistados identificaram mudanças na postura das assessorias de determinados órgãos, como não questionar a motivação ou a finalidade da informação. Agora, as assessorias parecem ter encontrado na LAI uma forma de deixar de passar informações sistematizadas, salienta Mattoso (2019):

Hoje em dia inclusive assessoria, muitas vezes, fala “não” já logo no começo, diz: “vai pela lei de acesso nisso porque não vou conseguir te responder essa demanda”. (...) já aconteceu de você ligar e pedir alguma coisa e a pessoa falar: “não, mas já entrou na Lei de Acesso, por que você está pedindo isso aqui?” (MATTOSO, 2019)

Os profissionais foram questionados ainda sobre a redução no número de reportagens de um ano para outro com LAI — constatado tanto nos dois veículos quanto em produções dos quatro repórteres selecionados (Quadro 3).

Quadro 3 - Reportagens por profissional e por veículo

Profissional	2017	2018	Total
Godoy	5	0	5
Mattoso	5	1	6
Rodrigues	7	1	8
Toledo	7	3	10
Veículo	2017	2018	Total
Folha	74	57	131
Estadão	37	19	56

Fonte: O autor (2020)

A principal explicação para a queda de um ano para outro decorre das eleições em 2018 — para presidente, governadores, senadores e deputados estaduais e federais. Nessa época, é comum os jornalistas utilizarem dados abertos, disponíveis no site da transparência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵⁷ e não fazerem citação à LAI, ou fazerem perfis dos candidatos, além de outras reportagens especiais.

A queda também está relacionada com as funções que os profissionais desempenham nos jornais. Rodrigues é setorista de política, focado em questões envolvendo o prefeito, já Mattoso é repórter da área, com atuação em Brasília. Rodrigues explica que naquela época foi remanejado para a editoria de poder e ficou sem tempo para fazer os pedidos pela LAI. O profissional esclarece que o número maior em 2017 pode ser em decorrência ainda da mudança no governo municipal, que gerou um maior número de reportagens naquele ano.

[...] então você tem um script maior, aqui na prefeitura era o Doria, e era um cara que ele fazia muita propaganda, e aí as políticas públicas nem sempre condiziam com o que ele fazia de propaganda, então o jeito dele de governar, era uma coisa que instigava você a buscar os dados para saber se realmente ele estava fazendo o que ele estava prometendo. Assim, se você fosse olhar 2015, 2016, eu acho que eu tinha feito muito mais matéria de Lei de Acesso. (RODRIGUES, 2019)

Mattoso justifica a redução com as eleições. “Foi um ano muito específico de eleições que acaba que a sua agenda fica comprometida toda para isso. Então, provavelmente não consegui ter tempo para pensar em outra coisa.” (MATTOSO, 2019). A profissional lembra que, em pelo menos duas matérias, fez uso da LAI, mas acabou não citando no texto. Uma delas é sobre uma funcionária fantasma contratada por Jair Bolsonaro que vende açaí em Angra dos Reis (MATTOSO; NOGUEIRA; BRAGON, 2018). Segundo Mattoso, a LAI foi usada neste caso para a obtenção de informações complementares da mulher, sem sucesso. “(Por) quatro meses praticamente eu fiquei com isso.” (MATTOSO, 2019).

A mesma situação aconteceu em outra apuração da profissional da *Folha*: “Decretos de Alckmin no governo de SP renderam R\$ 3,8 milhões a familiares” (MATTOSO; BRAGON, 2018). Segundo Mattoso, a LAI foi utilizada para ter acesso a

⁵⁷ O site Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais apresenta informações desde as eleições de 2004. É possível saber o total de candidaturas por cargo, doadores e fornecedores, limite de gastos, comparativo entre candidatos, estatísticas de candidaturas, entre outras informações. É possível obter dados de âmbito nacional, estadual e municipal. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>

questões burocráticas da construção de um viaduto, porém, a citação à lei não ocorreu porque “não era o mais importante”.

Além de Rodrigues e Mattoso, Toledo e Godoy também foram deslocados para trabalhar com as eleições em 2018, o que explica a redução nas matérias nesse ano. Toledo explica melhor a situação:

Em 2017 eu trabalhava no caderno Metrópole e, em 2018, eu fui trabalhar no *Estadão Dados* cobrindo política. [...] Eu fiquei dois meses fora em 2018 fazendo esse trabalho. Janeiro, fevereiro, março e abril eu trabalhei no Metrópole. Em abril eu saí, voltei em julho, aí de julho a dezembro fiquei cobrindo política e aí eu comecei a descobrir outras ferramentas que naquele momento eram mais úteis do que a LAI, principalmente pelo fato de que cobrir política é legal porque já tem muita coisa na internet. (TOLEDO, 2019).

De certa maneira, a produção de matérias pela LAI acaba sendo afetada por fatores externos, mas diretamente ligados ao acompanhamento jornalístico, como é o caso das eleições. Duarte (2015) também percebeu queda de publicações com referência à lei no primeiro ano de vigência da norma, entretanto, a pesquisadora pondera que é difícil afirmar se a diminuição se deve a uma redução nos pedidos dos jornalistas, ou se é decorrente de um aumento nas negativas dos órgãos públicos às solicitações.

4.5 PERCEPÇÕES DAS ENTREVISTAS

Nas entrevistas, os profissionais relataram que dispõem de técnicas específicas para tornar os pedidos de transparência mais efetivos, cada um à sua maneira. O mais comum é usar um repertório discursivo preciso na solicitação (GODOY; MATTOSO, 2019) que passa inclusive em pensar no argumento que o órgão vai utilizar para não atender ao pedido (TOLEDO, 2019) ou seguir um pedido padronizado (RODRIGUES, 2019). Devido aos prazos extensos, os profissionais também procuram se organizar e fazer os pedidos no começo do ano (GODOY, 2019), antes das férias (RODRIGUES, 2019) ou em momentos de ócio (MATTOSO, 2019). Além disso, não deixam de recorrer a um pedido (GODOY, 2019) ou avaliam a necessidade deste (MATTOSO; RODRIGUES; TOLEDO, 2019).

Todo esse repertório em relação aos pedidos de Lei de Acesso à Informação nos remete a necessidade do jornalista deter altas habilidades ou *hard skills*

(ANDERSON et al., 2013), ou dispor de conhecimentos específicos, como é o caso do *expert* (DREYFUS apud CHARRON; DE BONVILLE, 2016), discutido no referencial teórico. De certa maneira, as habilidades técnicas do jornalismo ganharam uma nova roupagem com a LAI, permitindo que esta seja “diferencial” para o repórter (GODOY; TOLEDO, 2019).

Apesar disso, os profissionais afirmam que a Lei de Acesso à Informação ainda é utilizada de maneira acessória e secundária nas rotinas produtivas. O tempo reduzido para produção das reportagens *versus* os prazos dilatados da lei acabam interferindo no uso mais recorrente. Mesmo assim, é importante destacar que foram identificados 100 profissionais que utilizaram da LAI para a produção das reportagens, o que é um indicativo que a técnica esteja se disseminando nesta categoria profissional, caminhando em direção a um processo de naturalização.

Também percebemos que fatores externos, como eleições presidenciais, acabaram interferindo na quantidade de reportagens produzidas pelos profissionais em 2018, na comparação com o ano anterior. Nesta situação específica, os jornalistas consultados passaram a utilizar mais de dados de transparência ativa — quando são disponíveis de forma aberta pelos órgãos — e, por isso, não ocorre citação à lei. Há, ainda, questões pessoais, como uma bolsa de estudos recebida por Toledo, que o manteve fora da redação por dois meses. Apesar da queda no número de matérias de um ano para outro, é prudente observar que não é possível saber se essa situação é decorrente de uma redução dos pedidos ou se está relacionada a uma maior recusa no atendimento às solicitações dos jornalistas.

A pesquisa identificou também que o uso da tecnologia, mais especificamente a linguagem de programação, é pouco utilizada pelos jornalistas. Dois deles tinham conhecimento na área, mas não aplicavam no cotidiano. Aqui é importante salientar que o próprio equipamento disponibilizado pelo jornal ou restrições para a instalação de aplicativos são apontados como limitadores para o uso desta tecnologia. Na categoria “organização” também percebemos que os jornalistas, apesar de utilizarem planilhas para análise dos dados, não as usam para organização dos pedidos — com exceção de Mattoso, que o faz para situações específicas.

Além disso, vale ressaltar que a maior parte das 131 reportagens foram categorizadas como “informação direta”, ou seja, quando os dados obtidos pela LAI foram suficientes para elaborar as reportagens. Poucas foram feitas com o cruzamento de informações, quando constam na matéria informações de dois pedidos

diferentes. A situação pode novamente estar relacionada ao tempo curto para apuração das matérias ou pode ser consequência da estratégia dos profissionais para ter resultados mais efetivos nas solicitações que, com isso, conseguem a informação sem muita demora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi norteadada pela seguinte pergunta problematizadora: após a consolidação da LAI no Brasil, como se dá o uso desta legislação nas rotinas produtivas de dois jornais de referência no país? Para respondê-la foi necessário percorrer um longo caminho, iniciado em uma discussão teórica, passando por uma análise de reportagens e entrevistas com profissionais.

No segundo capítulo, situo o jornalismo dentro de um campo, marcado por características próprias. Traquina (2005) entende o jornalismo como “altamente condicionado” pela pressão das horas de fechamento e das fontes, pela brutal competitividade e, inclusive, pela imprensa ser um negócio. Além dessas, está a seleção das notícias, bastante criticada pela versão da realidade fragmentada, editada e selecionada pelo jornalista (SCHUDSON, 2003).

A credibilidade e a objetividade são outras duas características consideradas bases do campo jornalístico. A primeira faz o leitor acreditar no que está sendo dito enquanto a outra, apesar de bastante contestada, tenta apresentar os fatos deixando de lado preconceitos pessoais ou juízos de valor. O próprio uso da LAI pelos jornalistas se ancora na credibilidade e na objetividade. Ao usar a legislação, o profissional recorre a uma fonte documental — normalmente de um órgão público — e não apenas reproduz o que alguém está falando. Além disso, ao solicitar informações por um sistema e ainda ingressar com recursos caso o pedido não seja atendido, o repórter acaba seguindo uma série de procedimentos para atingir a objetividade (TRAQUINA, 2005).

No terceiro capítulo, volto-me à história a fim de contextualizar o tema de investigação e trazer para essas páginas a primeira Lei de Acesso à Informação, criada na Suécia em 1766. Outras legislações similares também foram citadas, como foi o caso da norma brasileira, em vigor desde 2012. Neste trecho, detenho-me a explicar detalhes da legislação, como prazos e a possibilidade de ingressar com recursos. Também faço um resgate científico sobre pesquisas acerca da Lei de Acesso à Informação no jornalismo nos últimos anos.

Durante o percurso para responder a pergunta inicial, discuto também sobre transparência. Interessante ver que as indagações do filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) sobre os motivos que levam políticos a serem contrários à publicidade de informações ainda são atuais, mesmo após três séculos, a ponto de ser constatada

pelos entrevistados ouvidos nesta pesquisa. Os quatro profissionais já se depararam com pedidos de acesso negado ou mesmo respostas com informações incompletas, além de outras dificuldades.

No quarto capítulo, trouxe os resultados da pesquisa. Inicialmente, apresento os procedimentos metodológicos: desde como foi feita a seleção das reportagens e dos entrevistados. Para a pesquisa foram utilizados a Análise de Conteúdo do tipo categorial, na análise das matérias selecionadas e nas entrevistas. Ainda, a técnica de entrevista em profundidade para a conversa com os profissionais.

Foram encontradas 187 reportagens com a referência à LAI entre 2017 e 2018 —131 na *Folha* e 56 no *Estadão*. A partir deste levantamento, conseguiu-se chegar na lista dos profissionais que mais produziram reportagem com a LAI nos dois veículos. Foram selecionados dois repórteres por veículo para serem ouvidos, o que resultou em mais de cinco horas de gravação.

Ao final da pesquisa, é possível afirmar que a Lei de Acesso à Informação (LAI) é utilizada pelos profissionais de maneira individual, pois não há uma organização coletiva dos pedidos em *Folha* e *Estadão*. Por isso, uma mesma solicitação pode ser feita por dois repórteres diferentes, já que não há comunicação interna sobre o que está sendo pedido.

Apesar de valorizarem a legislação, os profissionais afirmam que a norma ainda tem papel secundário dentro das rotinas produtivas e é utilizada mais em reportagens especiais ou matérias de fôlego. Para tirar maior proveito da legislação, os entrevistados dispõem de estratégias próprias — como fazer pedido com linguagem clara e precisa em relação ao que é solicitado — e procuram recorrer de negativas de acesso.

Além disso, mesmo sabendo das facilidades criadas com a LAI, os repórteres salientam a necessidade de buscar a “vida real” atrás dos números (GODOY, 2019) ou os “personagens das histórias” (TOLEDO, 2019).

Apesar do tempo reger a atividade jornalística, os profissionais admitem que gerenciam bem o uso da LAI, conhecida pelos prazos extensos para atendimento das demandas, na produção diária. Um pouco dessa situação se deve pelo cargo que ocupam nos jornais (setoristas ou repórteres especiais), não precisando lidar diariamente com o factual. Por outro lado, o uso de linguagem de programação para a análise dos dados é ainda limitado entre os profissionais, o que se deve à desconhecimento dessas ferramentas ou a questões de infraestrutura na redação,

como impedimento para instalar os programas ou computadores antigos. Os repórteres entrevistados também não fazem uso de planilhas para organizar a produção de pedidos, o que pode gerar problemas no acompanhamento de um número grande de demandas.

A maior parte dos profissionais notou alteração na relação com as fontes devido ao uso da LAI, uma menor dependência delas ou um contato mais secundário, para repercussão dos fatos e não mais como fonte primária. Lembrando que, para Traquina (1999), a relação das fontes é sagrada para o jornalismo. Além das fontes, as assessorias deixaram de ser tão contatadas pelos profissionais devido aos recursos advindos com a legislação. Antes, para conseguir levantamentos, os repórteres precisavam procurá-las, processo que acabou passando para os sistemas de transparência.

A partir dos resultados obtidos, espera-se ter alcançado os objetivos propostos para este trabalho. A análise inicial das reportagens, somada às entrevistas com os profissionais, auxiliaram-nos a ter uma visão ampla da utilização da Lei de Acesso à Informação em *Folha e Estadão*. As conversas com profissionais trouxeram uma riqueza de detalhes que ajudaram a responder a pergunta problematizadora da pesquisa e o próprio cenário atual do uso da legislação.

Entendo que a pesquisa contribui para o entendimento da LAI nas rotinas produtivas e fornece informações pormenorizadas de como os profissionais têm utilizado a lei. Considero que, ao compartilharmos as estratégias desses repórteres para tirar maior proveito da norma, também se possibilita que outras pessoas possam fazer o mesmo, incentivando um maior uso da Lei de Acesso à Informação. Além disso, a pesquisa também permite, mesmo para leigos, um entendimento da LAI, o que é mais um fator de incentivo ao uso.

Pessoalmente, o contato com os profissionais pelas entrevistas me trouxe novas técnicas e caminhos para obtenção dos dados no meu trabalho como repórter. Uma dessas novas possibilidades é o de procurar o Ministério Público e Tribunal de Contas dos Estados em caso de negativa de acesso à informação e denunciar a situação. Também percebi que outros profissionais passavam por dificuldades parecidas com as minhas para obter informações, o que me deu ainda mais vontade de seguir tentando conseguir dados por esse caminho.

Entretanto, confesso que esperava encontrar um maior uso de linguagem de programação nos retornos aos pedidos pela LAI, ainda mais por se tratar de repórteres

que fazem grande uso da legislação e por entender que esses programas podem diminuir o tempo de análise. É uma das barreiras que os jornalistas vão ter que superar, segundo Anderson et al. (2013). Também imaginava uma estrutura mais organizada nas redações para gerenciar os pedidos de Lei de Acesso — o que talvez ainda possa vir a acontecer, a exemplo dos EUA.

É preciso salientar que a pesquisa tem suas limitações. O número reduzido de participantes — de veículos com abrangência nacional — pode gerar falsas impressões sobre a utilização do uso da Lei de Acesso à Informação na prática jornalística. A primeira é de a LAI ser amplamente usada pela categoria, o que não é possível afirmar, já que esta pesquisa está focada em dois jornais em um período específico. A outra percepção equivocada que se pode tirar é de que o baixo uso de linguagem de programação pelos profissionais aqui entrevistados, é algo generalizado. Na verdade, também não temos como atestar, dado que a pesquisa não teve esse propósito. Os relatos dos profissionais devem ser encarados como percepções individuais que, podem ou não, apresentar semelhanças entre si — como relacionado no último capítulo. Profissionais de outros veículos podem fazer maior uso da legislação em suas rotinas de trabalho, porém, devido às escolhas iniciais restringiu-se aos jornais, profissionais e períodos delimitados.

É evidente que a discussão do uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo não se esgota aqui. Como dito anteriormente, ainda há poucas pesquisas na área. Por isso, tenciona-se que seria interessante investigar como jornais regionais têm utilizado a legislação neste período de 2017 e 2018 — visto que esta pesquisa ficou focada em jornais nacionais; como se dá o ensino da LAI nas faculdades de jornalismo do país; de que maneira a pandemia do coronavírus afetou o atendimento de demandas da LAI; entre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA LUPA. 100 dias de Doria. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 12 abr. 2017. Cotidiano, p. B3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. O jornalismo pós-industrial. **Revista de Jornalismo ESPM**, p. 32-89, abr./jun. 2013. Disponível em: https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=anderson-c-w-bell-emilly-shirky-clay-jornalismo-pos-industrial-in-revista-de-jornalismo-espn-sao-paulo-p-32-89-maijun-2003-pdf&utm_campaign=download. Acesso em: 20 jul. 2019.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) — Escola de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012.

ARTIGO 19. **A Organização**. Disponível em: <https://artigo19.org/a-organizacao/>. Acesso em: 4 jun. 2019.

_____. **Os cinco anos da Lei de Acesso à Informação Pública**. 2017. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-%C3%A0-Infoma%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-de-casos-de-transpar%C3%Aancia-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transinformação**, v. 22, n. 3, p. 225-231, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862010000300003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 8 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Dirlene Santos. **A lei brasileira de acesso à informação: uma análise da sua construção, do contexto nacional ao contexto político oligárquico do estado do Maranhão (2009-2014)**. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24009>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BENTHAM, Jeremy. Da publicidade. Tradução: Francisco Paulo Jamil Marques. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 6, p. 277-294, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a11.pdf>.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

BOCZKOWSKI, Pablo Javier; MITCHELSTEIN, Eugenia. (2013). **The News Gap: When the Information Preferences of the Media and the Public Diverge**. MIT Press.

BOTTREL, Rachel do Monte. **Uma análise dos usos da lei de acesso à informação no Brasil em notícias do período de 2013 a 2015**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7724, 16 maio de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, 16 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. **Lei no 12.527, 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRADSHAW, Paul. 6 ways of communicating data journalism (the inverted pyramid of data journalism part 2). **Online Journalism Blog**, 13 jul. 2011b. Disponível em: <http://onlinejournalismblog.com/2011/07/13/the-inverted-pyramid-of-data-journalism-part-2-6-ways-of-communicating-data-journalism>. Acesso: 16 ago. 2018.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. Natureza e transformação do jornalismo. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DUTRA, Luma Poletti. **Direito à informação em pauta: os usos da lei de acesso por jornalistas**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programação de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

_____. Análise da trajetória da Lei de Acesso à Informação à luz do modelo Advocacy Coalition Framework. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPJor, 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/720/434>. Acesso em: 14 mai. 2019.

EIRAO, Thiago Gomes. **Acesso à informação pública nos países do Cone Sul: estudo sobre a adesão às diretrizes de acesso à informação**. 2018. 164 f. Tese

(Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da informação, Universidade de Brasília, Brasília. 2018.

FRARE, Marcilene Aparecida Mangini. **A amplitude da lei de acesso à informação (LAI) analisada sob os interesses do Estadão**. 2014, 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Paulista, São Paulo, 2014.

FRANZONI, Sabrina. **A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo**. 2013, 217 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

GEHRKE, Marília. **O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1991. 177 p.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Tradução: Maria do Carmo Cary. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

GODOY, Marcelo. Desde 2011, SP tem 1 denúncia de tortura a cada 15 dias; criança é principal vítima. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 03 set. 2017. Metrôpole, p. A15. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

GODOY, Marcelo; TOMAZELA, José Maria. Sem carros novos há 2 anos, policiais de SP têm de fazer patrulhamento a pé. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 11 jun. 2017. Metrôpole, p. 20-20. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Compólitica, 2015.

GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 130-140, 2019.

GOVERNO FEDERAL. O que é pedido desproporcional, desarrazoado ou genérico? LAI para cidadãos. [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/assuntos/pedidos/excecoes/o-que-e-pedido-desproporcional-desarrazoado-ou-generico>.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **A produção social das notícias: o mugging nos media**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

KRAEMER, Luciana; NASCIMENTO, Solano. A utilização da Lei de Acesso pela imprensa: análise dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. In: Seminário de pesquisa em Jornalismo Investigativo, 1, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABRAJI, 2014. Disponível em: http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/1/luciana_kraemer.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

LIPPMANN, Walter. A natureza da notícia. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. **Jornalismo e credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54507>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MATTOS, Francisca. **A lei de acesso à informação na Bahia: Cidadania e eficácia social**. 2018, 203 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25796>: Acesso em: 10 maio 2019.

MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 21 ago. 2017. Poder, p. A9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____, Ranier. Decretos de Alckmin no governo de SP renderam R\$ 3,8 milhões a familiares. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, s/p. 16 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/decretos-de-alckmin-no-governo-de-sp-renderam-r-38-milhoes-a-familiares.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2020.

MATTOSO, Camila; FABRINI, Fábio. Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 11 dez. 2017. Poder, p. A4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MATTOSO, Camila; NOGUEIRA, Italo; BRAGON, Rainer. Bolsonaro emprega servidora fantasma que vende açai em Angra. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, s/p. 11

jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949719-bolsonaro-emprega-servidora-fantasma-que-vende-acai-em-angra.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2019.

MEYER, Philip. **Precision Journalism**: a reporter's introduction to social science methods. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

MIGUEL, Luis Felipe. **O jornalismo como sistema perito**. Revista Tempo Social, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999. NIZET, Jean. A sociologia de Anthony Giddens. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2005. 143 p.

NOSSA, Leonencio. AGU recorre contra divulgação de 'lista suja'. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 04 mar. 2017. Economia, p. 6-6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2019.

O QUE é SQL e para que ele serve? **Tecmundo**, [2019]. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/software/146482-sql-que-ele-serve.htm>. Acesso em: 24 maio 2020.

PYTHON para quem está começando. **Python**, [s.d.]. Disponível em: <https://python.org.br/introducao/>. Acesso em: 24 maio 2020.

RIKSDAGENS OMBUDSMÄN. **Annual report 2017/2018**. Disponível em: http://www.jo.se/Global/%C3%84mbetsber%C3%A4ttelser/Annual_Report_2017-18_web_light.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

RODRIGUES, Artur. Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 19 set. 2017a. Cotidiano, p. B1. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RODRIGUES, Artur. Câmara de SP esconde salários de servidores. **Folha de S.Paulo**, 7 nov. 2017b. Cotidiano, p. B3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROSEGRANT, Susan. Revealing the roots of a riot. **ISR Sampler**, Ann Arbor, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://isr.umich.edu/news-events/news-releases/revealing-the-roots-of-a-riot-2/>. Acesso: 6 jun. 2019.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. New York: Norton, 2002. 261 p.

STEINBECK, John. **Vinhas da Ira**. São Paulo: Editora Record, 2013. Disponível em: <https://elivros.online/livro/baixar-as-vinhas-da-ira-john-steinbeck-epub-pdf-mobi-ou-ler-online#DownloadePDF>. Acesso em: 18 maio 2020.

SITE OFICIAL DA SUÉCIA. Disponível em: <https://sweden.se/society/history-of-sweden/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do jornalismo brasileiro. **Revista Eptic**, v. 18, 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/5799/4808>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SOUZA, Rose Mara Vidal de Souza. **Lei de Acesso à Informação: um canal à fonte de notícia**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

SOUSA, Verônica Maria Rufino de. **Jornalismo e Acesso à Informação: a experiência dos jornalistas do Correio da Paraíba e do Jornal da Paraíba**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

THE RTI RATING. [s.d.]. Disponível em: <https://www.rti-rating.org/country-data/>.

TILLMAN, Maggie. **O que é o Apple iCloud Drive e como ele funciona?** [2020]. Disponível em: <https://www.pocket-lint.com/pt-br/aplicativos/noticias/apple/131058-o-que-e-o-apple-icloud-drive-e-como-ele-funciona>. Acesso em: 24 mai. 2020.

TOLEDO, Luiz Fernando. Denúncia contra guardas-civis cresce 138% em 5 anos; maioria é arquivada. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 27 out. 2017a. MetrÓpole, p. A14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

TOLEDO, Luiz Fernando. Gestão Doria dificulta acesso a dados e viola Lei de Acesso à Informação. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 8 nov. 2017b. MetrÓpole, p. A12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

TOLEDO, Luiz Fernando. Gestão Doria dificulta acesso a dados e viola Lei de Acesso à Informação. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 8 nov. 2017b. MetrÓpole, p. A12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

TOLEDO, Luiz Fernando; MARQUES, Júlia. Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 19 jun. 2018. MetrÓpole, p. A14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. [s.d.]. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/quem-somos/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TRUMP abrirá arquivos sobre JFK. **Estado de S.Paulo**, São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 8 fev. 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

UNIVERSITY COLLEGE LONGON (UCL). Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/constitution-unit/research/research-archive/foi-archive/international-focus/sweden>. Acesso em: 30 abr. 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

ZUCATTO, Andreza Caroline Possenti. **Modelo de processo para geração de informações públicas sob a ótica da lei de acesso à informação**. 2015. 239 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

APÊNDICE A — ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JORNALISTAS

Perguntas gerais para os quatro entrevistados

1) Inicialmente, queria que me falasse sobre a trajetória profissional no jornalismo - ano em formou, se fez algum curso de pós-graduação e o tipo de vínculo de trabalho atual no trabalho (celetista, PJ, entre outros).

2) Como foi o contato inicial com a Lei de Acesso à Informação? De onde surgiu o interesse?

2) No Estadão/Folha como era a definição do que seria solicitado via Lei de Acesso à Informação? Havia uma definição prévia da chefia ou cada repórter solicitava por conta?

3) Como a pauta surgia? Era algo que estava em voga na época ou era um pedido aleatório, a partir da técnica de fishing- expedition?

4) Alguma vez teve que fazer uma pauta a partir de um pedido de transparência passiva solicitada por uma pessoa de fora do jornal?

5) Qual era o principal órgão ou esfera (municipal, estadual, federal) dos teus pedidos? Qual eram os principais entraves/facilidades nesses órgãos?

6) Já fez algum pedido no anonimato? Para qual órgão? Por quê?

7) Sobre o retorno dos pedidos. A maior parte era respondido ou havia muitos pedidos negados? Em qual órgão havia mais negativas?

8) E sobre os recursos. Costumava recorrer a pedidos negados?

9) Há uma técnica que segue para fazer que os retornos aos pedidos sejam mais efetivos?

10) Com os dados em mãos, como se definia o que viraria pauta na redação?

11) Eram feitos pedidos secundários - inclusive para outros órgãos - para cruzar e complementar informações

12) Em alguma dessas reportagens, o pedido inicial foi apenas o ponto de partida?

(Exemplo: “Assessores pagos pela Câmara atuam em sede de partidos”.

Inicialmente, foi obtido a lista de servidores que eram dispensados de registrar o ponto diário na Câmara dos Deputados. Foi apurado que pelo menos 17 deles não atuavam nos setores da Câmara. A maior parte fazia serviços para partidos e campanhas eleitorais de forma irregular.)

13) Como era a produção dessas pautas? A produção de uma reportagem com dados da LAI alterava tua rotina diária, por exemplo, deixando de fazer matérias do dia a dia?

14) Percebe que deixa de ir tanto para apurações in loco devido aos dados obtidos pela LAI? Ou seja, sai menos para a rua?

15) Percebe que a relação com as fontes se alterou a introduzir a LAI nas rotinas produtivas?

16) Percebe uma mudança na relação com as assessorias de imprensa com os pedidos feitos pela LAI?

17) Como faz o acompanhamento a tantos pedidos? chega a elaborar planilhas de monitoramento?

18) para a análise dos dados recorre a algum programador do jornal ou usa linguagem de programação por conta própria?

19) para a análise usa computador próprio ou do jornal? Onde os dados são armazenados? Nuvem, em um servidor do jornal?

20) caso saiba utilizar linguagem de programação para analisar os dados, o interesse para o aprendizado surgiu por conta própria ou por incentivo da empresa?

21) O que te move a buscar esses dados?

22) Esses prazos da LAI te angustiam ou tu consegues gerenciar bem no teu dia a dia?

23) Como percebe o interesse dos jornalistas novatos pela Lei de Acesso à Informação? Havia algum processo interno na redação para passagem de conhecimento?

Perguntas específicas Artur Rodrigues

24) Percebi uma diferença grande entre o número de matérias entre 2017 e 2018. Foram sete contra uma. Há algum fator para essa variação grande?

Na reportagem “Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?

- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?

- para qual órgão foi feito o pedido?

- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?
- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Na reportagem “Câmara de SP esconde salários de servidores”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?
- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?
- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Perguntas específicas Camila Mattoso

24) Percebi uma diferença grande entre o número de matérias entre 2017 e 2018. Foram cinco contra uma. Há algum fator para essa variação grande?

Na reportagem “De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?
- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?
- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Na reportagem “Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?
- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?

- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Perguntas específicas Luiz Fernando Toledo

Na reportagem “Denúncia contra guardas-civis cresce 138% em 5 anos; maioria é arquivada”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?
- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?
- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Na reportagem “Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros”

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?
- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?
- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Perguntas específicas Marcelo Godoy

24) Percebi que foram feitas matérias com uso da LAI apenas em 2017. Há alguma explicação para isso?

Na reportagem “Desde 2011, SP tem 1 denúncia de tortura a cada 15 dias; criança é principal vítima”:

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?
- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?
- para qual órgão foi feito o pedido?

- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?

- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

Na reportagem "Sem carros novos há 2 anos, policiais de SP têm de fazer patrulhamentos a pé":

- foram utilizados apenas dados via transparência ativa ou também transparência passiva?

- no caso de transparência passiva, quanto tempo levou para o pedido ser respondido?

- para qual órgão foi feito o pedido?

- teve algum pedido de recurso? se sim, quantos?

- depois de receber a resposta, chegou a fazer um pedido secundário?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM ARTUR RODRIGUES

Hygino Vasconcellos: Eu queria primeiro que tu me falaste sobre a tua trajetória profissional, o ano que você se formou, se fez algum curso de pós-graduação.

Artur Rodrigues: Bom, eu me formei em 2003, na Universidade Metodista de São Paulo. Eu já trabalhei como jornalista profissional, comecei trabalhando no Jornal Diário do Grande ABC, que é um lugar (não regional) na região do ABC aqui de São Paulo, aí depois eu trabalhei no jornal Agora São Paulo, que é aqui do Grupo Folha. Eu tive um período de dois anos trabalhando no jornal do Comércio, em Pernambuco, que eu mudei pra lá, depois voltei pra cá, trabalhei no Estadão. Faz seis anos que eu estou na Folha.

Vasconcellos: A sua função aqui é repórter especial, repórter?

Rodrigues: Repórter normal.

Vasconcellos: Repórter normal. E seu vínculo de trabalho? Celetista?

Rodrigues: CLT.

Vasconcellos: CLT? Sua idade?

Rodrigues: Eu tenho 38.

Vasconcellos: 38. Como é que foi o seu contato inicial com a Lei de Acesso? De onde surgiu o seu interesse?

Rodrigues: Bom, a partir de 2012, acho que já teve. A gente começou aos poucos a cobrar os governos ali, pra eles começarem a incluir o sistema do e-SIC, que demorou um pouco pra isso começar ser implementado. Aqui em São Paulo, basicamente, a partir da criação da Controladoria Geral do Município, que foi em 2013, na cidade de São Paulo, começou a ter muito dado, começou a ter muito mais dado do que geralmente tinha, e a gente começou a fazer uso disso. Eu sempre cobri bastante prefeitura, cobri governo Estadual também, aqui. E aí, a partir disso, a gente começou a fazer os pedidos pra Prefeitura de São Paulo e depois para o governo, assim. Sempre a prefeitura, na verdade, tem muito mais transparência (nos casos) do que o governo, mas a gente faz bastante, e algumas coisas com o governo federal. É porque eu trabalho (no Caderno de Cotidiano, e quem cobre o governo federal em várias áreas é o Caderno de Poder, mas tem várias coisas também que são em Cotidiano,

tipo saúde, educação, então, às vezes, tem coisa nessas áreas (que) a gente também pede.

Vasconcellos: Mas de cara assim, você já se interessou pela Lei de Acesso, ou é uma coisa que os colegas estavam falando?

Rodrigues: Na verdade, antigamente, o que acontecia é que os governos usavam muito como ferramenta (“vou te passar esse dado”, e tal), e aí é uma coisa que a gente percebeu ali, que era uma coisa nova que estava acontecendo, que pela primeira vez a gente não dependia de assessor de imprensa, de governo, pra passar um dado que deveria ser público. A partir dali, eu falei, eu vi vantagem nessa relação, porque isso gerou uma situação em que você não tem nenhuma suposta dívida de fonte assim. Às vezes a pessoa te passa uma coisa, e a pessoa pra não se queimar, talvez ela, não que ela não vá ser crítica, mas às vezes ela não vai ser tão crítica quanto ela poderia ser se você tivesse obtido dado por conta própria, então acho que isso é a melhor coisa que aconteceu, porque eliminou isso, assim. Tem meio que uma coisa que a gente nem sempre cumpre, mas quando a fonte, geralmente, espera que quando ela passa uma informação, a informação não vá se virar contra ela. E assim, como o nosso trabalho é fiscalizar, eu acho que a partir de Lei de Acesso, a gente fica mais livre pra ser crítico, assim, 100% crítico, não ter essa coisa, essa pressão pra você aliviar uma coisa ou outra., você pode simplesmente fazer o seu trabalho sem nenhuma amarra, digamos assim.

Vasconcellos: Aqui na Folha, como é que é a definição do que vai ser solicitado pela Lei de Acesso? Tem alguma definição prévia da chefia, ou cada repórter faz por conta?

Rodrigues: Não, cada repórter faz por conta. Eu não vejo muita gente fazendo muito o pedido de Lei de Acesso, mas cada repórter faz por conta. Geralmente, a gente vai por tentativa e erro, assim, a gente vai tentando pedir um monte de coisa e, às vezes, a gente acerta uma coisa que vira uma pauta, mas a maioria das coisas não vira nada. Mas é isso assim, eu acho que os repórteres mais novos que chegam, já chegam fazendo bastante pedido de Lei de Acesso. Assim, do pessoal mais antigo, eu acho que eu era um dos que mais fazia, mas mesmo assim não chega nem perto do que, por exemplo, você falou que o Toledo faz 200 pedidos por dia, muito mais que eu. Eu fiz muito mais no passado, e agora eu faço menos, porque vários dos dados já

existiam e aí a matéria passa a não ser mais inédita, e aí a quantidade de tipo de dados é finita, então, às vezes, agora o que eu estou tentando buscar é mais usar isso como base de apoio do que no começo, isso era a matéria em si. Agora eu acho que muitos desses dados já são tão públicos, e os governos já estão até botando online pra gente não ficar pedindo, que eles servem mais como o início da apuração.

Vasconcellos: É de passar da transparência passiva para a ativa, o governo acaba disponibilizando em dado aberto.

Rodrigues: Exato, porque ele não tem que ficar respondendo. No caso aqui da Prefeitura de São Paulo, (a coisa) de dados aberto é grande, do governo federal também. Do governo do estado é meia boca, mas assim, se você olhar no ranking lá do Brasil, até está bom, apesar de ser ruim o do governo do estado. Mas é isso, a partir do momento que eles vão disponibilizando mais dados, a gente acaba fazendo menos pedidos de Lei de Acesso, isso é o que vem acontecendo assim, o processo, cada vez menos eu faço pedido, porque cada vez mais os dados estão disponíveis.

Vasconcellos: Isso também na instância federal, no caso?

Rodrigues: Na instância federal também. E a instância federal ainda tem aquele serviço de pedidos respondidos, que na verdade, às vezes, o trabalho que você teria de ficar pedindo e esperando, às vezes você fica só fuçando ali que você arruma um monte de coisa legal.

Vasconcellos: E, às vezes, a pessoa já recorreu ali.

Rodrigues: Exato.

Vasconcellos: Já está tudo encaminhado ali.

Rodrigues: Como a gente é muito imediatista como jornalista, várias vezes você acaba querendo pular etapa, assim. Tem gente que é muito disciplinado na questão do pedido, mas aí vai do foco do trabalho. Como eu no trabalho busco tentar fazer uma coisa mais investigativa, e muitas vezes isso só vai ser o ponto inicial ali, várias vezes eu vou tentando ver se tem na transparência ativa ou se tem nesses pedidos respondidos, mas ainda faço pedidos rotineiramente, e tal.

Vasconcellos: Das pautas aí que você faz por esses pedidos de transparência passiva, você lembra como é que surgia? Era algo que estava (em voga) e daí você

queria se aprofundar? Ou era um pedido aleatório? Até tem uma expressão que eles usam *fishing expedition*.

Rodrigues: Tem uns que são pedidos aleatórios, por exemplo, uma das matérias que foi mais importantes que eu fiz, que era sobre LAI, era um pedido completamente aleatório, que eu pedi os dados do projeto executivo da linha do monotrilho do Metrô, que era uma coisa que eu nem sabia o que ia fazer com isso, eu só vi que tinha vários problemas nessa linha, eu pensei em dar isso pra analisar, algum especialista, algum engenheiro, ver se tem algum problema. Aí eles responderam que o dado era ultra secreto, isso foi em 2015, aí quando eu vi, decreto tal, quando eu olhei os decretos, o governo estadual tinha colocado tudo como ultra secreto, secreto, sigiloso, isso em 2015. E aí a gente viu que até a filmagem da banda do Metrô estava como sigiloso, os dados da Sabesp, os dados da polícia, os dados de tudo. Quer dizer, após surgir a Lei de Acesso à Informação, o governo Alckmin, na ocasião, simplesmente pegou e botou todos os dados sob sigilo, pra eles não terem que passar pra gente, aí a gente fez uma série de matérias sobre os dados sigilosos, essa série até ganhou o prêmio Petrobras de Jornalismo, e foi como uma negativa de pedido que virou uma matéria, e foi um pedido que não ia render nada, provavelmente, de matéria.

Vasconcellos: Vocês mostraram tudo que estava?

Rodrigues: A gente começou a ver no diário oficial todas as coisas que estavam sob sigilo, e aí o governo depois retirou o sigilo de tudo, voltou atrás, a gente viu que também tinham uns dados na Prefeitura de São Paulo sob sigilo, eles voltaram atrás também, então na prática com essas matérias a gente derrubou a maioria dos sigilos que existiam, só pelas matérias, por causa de um pedido aleatório que a gente fez, então foi bem bacana isso, aí até rendeu esse prêmio aí.

Vasconcellos: A maioria é aleatória então, (mas alguns você tem).

Rodrigues: Sim, às vezes você recebe uma dica, ou às vezes você imagina uma coisa. Por exemplo, no começo da gestão Doria, o Doria ficou falando que ia limpar a cidade inteira, que São Paulo era um lixo vivo, e aí ele botou um monte de gente pra limpar a cidade, ele mesmo foi limpar a cidade, os secretários foram limpar a cidade, aí eu pedi a quantidade de toneladas varridas na cidade naquele mês, que era o primeiro mês dele, que era auge da propaganda e tal, um jeito diferente de governar que a gente ainda não tinha visto, que hoje em dia se tornou meio comum essa

performance, e aí a gente viu que os dados desmentiam e que tinha caído a varrição. Foi manchete da Folha, na ocasião. Os dados chegaram, até eu estava de licença paternidade, meu filho tinha acabado de nascer, mas quando chegaram os dados eu vi, eu pedi achando que ia aumentar o número de toneladas varridas, mas tinha caído um pouco, quer dizer, mostrando que era só propaganda o que ele tinha feito, então esse caso foi um caso dirigido, assim, eu falei: “Vou checar essa política pública pra ver se estava funcionando”. No começo desse ano, porém, eu recebi um e-mail anônimo de uma pessoa falando assim: “Peça os dados das pessoas que são contratadas via terceirizadas na Prefeitura de São Paulo, na Secretaria de Habitação, porque são muitas pessoas, elas ganham altos salários”.

Vasconcellos: (Uma reclamação).

Rodrigues: É, só que não parecia grande coisa, mas eu pedi. Aí quando chegou os dados, a Secretaria de Habitação é dominada pelo PRB aqui, que é o partido lá da Igreja Universal, quando chegou os dados eu comecei a digitar o nome das pessoas no Google, e vi que as pessoas eram todas pastores ou pessoas que eram ligadas à Igreja Universal, que eram parentes das pessoas chefes do partido político, quer dizer, a gente por meio dessa Lei de Acesso e depois um trabalho (que foi) muito maior, adicional, de checagem de quem eram as pessoas e tal, a gente descobriu que o governo municipal aqui de São Paulo usava as empresas terceirizadas que não tinham nada a ver com ele, como uma folha de pagamento paralela ali, como um cabide de emprego pra gente da Igreja Universal. Então, quer dizer, foi um pedido que a gente fez, de um negócio que era um negócio simples ali, que a gente foi checar e aí se revelou um negócio muito maior, que era essa folha de pagamento ali de loteamento de empresa, assim, de contratada, de prestadora de serviço, até ali estava havendo loteamento, então acho que foi um negócio que foi ali dirigido também, mas que (se revelou) um negócio bem maior depois.

Vasconcellos: Sim.

Rodrigues: Aí essa mesma matéria depois acabou rendendo uma outra matéria, que os caras eram funcionários fantasmas em um partido e tal, que era do PRB, (na saída do partido, que eles não trabalhavam) então rendeu bastante coisa, só um pedido de Lei de Informação a gente conseguiu fazer um trabalho investigativo bem grande em cima disso.

Vasconcellos: Foi um pedido só? Não teve que fazer um secundário, alguma coisa assim?

Rodrigues: Não, eles responderam, e a matéria, essa matéria aqui, deixa eu ver. (Cadê a matéria? Deixa eu pegar aqui). Abriu uma investigação sobre isso tudo.

Vasconcellos: O MP abriu?

Rodrigues: O MP e a própria controladoria.

Vasconcellos: Nossa.

Rodrigues: Essa matéria aqui. Gestão Covas loteia cargos e empresas entre PRB e religiosos. (Política de pagamento paralela).

Vasconcellos: Matéria de 2019.

Rodrigues: É, nesse ano. E aí isso aqui foi um trabalho que começou com um pedido de Lei de Acesso, mas aí virou uma investigação, assim. Acho que foi um negócio que rendeu legal.

Vasconcellos: Bacana isso. Essa da relação eu vou falar contigo mais pra frente. São duas que a gente separou assim, pra perguntar mais coisas pra ti. Queria ver uma coisa. Qual o principal órgão que você pede, ou esfera, municipal ou federal?

Rodrigues: Municipal, provavelmente.

Vasconcellos: Municipal? Órgão bem genérico assim?

Rodrigues: Não, órgão pode ser qualquer órgão, a gente pega aleatoriamente ali.

Vasconcellos: No seu caso também?

Rodrigues: Sim, o principal, prefeitura. Talvez secretarias de subprefeituras, que é aonde tem as coisas de zeladoria, talvez seja o que eu pedi mais. Mas também tem bastante coisa no estado, Secretaria de Segurança Pública, que os (B.O.'s) a gente consegue (via Lei de Acesso à) Informação também.

Vasconcellos: Mas aí eles mandam, ou vocês têm que ir no local?

Rodrigues: Na verdade, agora eles passam. A gente tinha que ir no local, e a gente ia lá no local e era uma coisa bizarra que acontecia, que a gente tinha que anotar as coisas e não podia nem copiar os arquivos. Então, às vezes, você pedia uma planilha que tinha, sei lá, um milhão de nomes, eles não deixavam nem você botar um Pen

Drive e tirar. Só que aí o pessoal ficou brigando com eles e tal, acho que até foi o Toledo que ficou e tal. Sei lá quem foi.

Vasconcellos: Ele comentou.

Rodrigues: E aí agora eles estão dando, você leva um Pen Drive lá, e eles botam no seu Pen Drive, mas geralmente não vem o histórico do boletim de ocorrência. Eles tiram, então você tem que fazer um outro pedido adicional pra conseguir esse histórico, que é um histórico que eles poderiam muito bem passar pra gente.

Vasconcellos: Com tarjas...

Rodrigues: Porque não tem o nome das pessoas. E na verdade, isso vem já em um arquivo de Excel, e eles têm um sistema que tira o nome das pessoas, só que mesmo assim eles dificultam e botam sem o histórico pra gente. Então é muito difícil você trabalhar com base nos boletins, sem histórico, então, às vezes, tem que ficar recorrendo. Algumas vezes eles deixam você ver o histórico, outras não.

Vasconcellos: E em relação a entraves, assim, mas nesses órgãos que você pede, que você verifica aí nos seus pedidos.

Rodrigues: Não, a coisa mais bizarra era isso que acontecia na Secretaria de Segurança, de você, eles concederem o acesso, mas ao mesmo tempo, não concederem, porque eles faziam você assinar um termo e você não podia nem copiar, em tese, só podia olhar. Não podia fazer nada. Nem copiar, nem copiar o arquivo, nem copiar com a mão, nem fotografar, nem nada. E aí, obviamente que a gente não conseguia copiar, porque é um computador que não tinha nada, mas a gente tentava fotografar as coisas e tal, pra agilizar o nosso trabalho.

Vasconcellos: (Mas dava pra fotografar)?

Rodrigues: Então, eles não deixavam, mas em vez de você anotar uma planilha, você fotografava a planilha, é a mesma coisa, só que eles não deixavam fotografar. Só que você estava em uma sala lá, às vezes você fotografava. Porque é uma ordem que não tem sentido, não é lei, não é nada. É uma idiossincrasia deles, que você pode anotar, mas não pode fotografar. É a mesma informação. Quer dizer, era uma coisa que era pra dificultar sua vida.

Vasconcellos: Pra não ter acesso.

Rodrigues: Exatamente. Era um negócio, tipo, (kafkiano) que eles faziam ali, e aí agora eles tiraram isso um pouco, e eles estão dando um Pen Drive. Ou eles te mandam pelo próprio sistema, ou quando o arquivo é muito grande, eles mandam você ir lá, mas você retira com um Pen Drive, então é tranquilo.

Vasconcellos: Lá em Porto Alegre eles fazem a mesma coisa. A Secretaria de Segurança, porque antes eu trabalhava como repórter de segurança na Zero Hora, e a gente conseguiu acesso em vários documentos e ocorrências. Teve uma que era 2 mil e poucas ocorrências, a gente teve que ver uma por uma. Eles bloquearam até o filtro. É que com filtro você pode ver a cidade e tal. Daí o cara, eu falei: “Desbloqueia o filtro aí, porque vai ficar impossível”.

Rodrigues: Nossa, o filtro? Meu Deus.

Vasconcellos: É.

Rodrigues: Então, era um negócio que os caras, a Secretaria de Segurança, eles fazem de tudo pra não cumprir a lei. Porque é uma grande vitrine política, então, às vezes, a matéria de segurança vira contra o governo, então eles fazem de tudo pra atrapalhar. E, às vezes, você se vê fazendo isso, e quem olha os dados são as assessorias de imprensa, e são assessorias de imprensa que são empresas contratadas, entendeu? Não tem um interesse público nenhum, porque uma empresa que é contratada, muitas vezes sem que obviamente você saiba, mas lá dentro eles analisam os dados que vão ser repassados antes, quando eles reconhecem seu nome. E aí é uma empresa contratada, que em tese, ela não tem nenhum interesse público, além de agradar o empregador dela, que está filtrando dados de interesse público, que deveriam ir para a imprensa, então é tipo uma completa distorção. Na verdade, pra mim, isso aí deveria ser até improbidade administrativa, porque eles estão dando acesso a uma empresa que não deveria ter acesso a isso, porque assessoria de comunicação não deveria ter acesso a dado público, que ela tem que filtrar os dados assim.

Vasconcellos: O que você considera como facilidade da Lei de Acesso?

Rodrigues: Eu acho que a facilidade é que você consegue fazer muitos pedidos e consegue fazer muitas pautas com isso. Assim, você tem um banco de pautas, você faz um banco de pedidos e vai trabalhando com base nisso, assim. Você tem que ter disciplina. Ultimamente eu não ando fazendo muito, na verdade, mas você tem que

ter disciplina. Eu acho isso bom, acho bom que você acaba induzindo os governos a passarem a divulgar as informações. Por exemplo, a SSP, de tanto a gente pedir os dados, ela incluiu os dados de homicídios, dos (B.O.'s), vários dados, incluiu no site dela, e aí eu consegui fazer uma série bem grande sobre os homicídios na cidade de São Paulo, com os dados que estavam lá, que era tipo todos os detalhes de todos os homicídios da cidade de São Paulo. Chamava Mapa da Morte, essa série, aí até a gente comparou com países do mundo, assim, mostrando que São Paulo variava, desde a segurança do México, até a da Bélgica, por exemplo, dependendo da região da cidade onde você estivesse. Então a gente conseguiu fazer uma matéria bem bacana, acho que saiu em 2018, ou 2017, essa matéria. Acho que foi em 2017 que saiu. É, 2017, saiu, e foi com base em um dado de transparência ativa, que só passou a ser publicado depois que a Lei de Acesso à Informação. Então eu acho que o principal benefício é você mudar o costume dos governos de esconder informação, pra eles passarem a divulgar informação por conta própria, eu acho que essa é a principal coisa. Eu acho que o objetivo, na verdade, é que no futuro não precise nem ter muito (e-SIC, tenham muito menos) pedidos, porque eles já vão divulgar todos os dados. Acho que a ideia é essa. Eu acho que o legal é isso, assim, é você mudar um costume e conseguir por meio das matérias e da utilização do sistema de (pedido) de informação, você mudar as práticas dos governos.

Vasconcellos: Você já fez algum pedido no anonimato? O governo federal agora está permitindo isso.

Rodrigues: Não comecei a fazer ainda, não cheguei a fazer. E só o governo federal que tem, e quando eu pedi eu não achei que era nenhum dado sensível, então eu pedi com o meu nome mesmo, mas eventualmente vou utilizar sim, acho uma evolução. Tanto é que aqui aonde ainda não tem, aqui em São Paulo, no estado, por causa disso que existe essa prática dos assessores de imprensa analisarem os pedidos, obviamente que por debaixo dos panos ali. Então eu acho que isso aí é muito útil, assim, pra mim. Eu usaria.

Vasconcellos: Pra se preservar como pessoa?

Rodrigues: Eu acho que por vários motivos. Por exemplo, pra mim, como eu sou jornalista, é para que o meu pedido não seja vetado ou dificultado só pelo fato de eu ser jornalista. Mas uma pessoa, eventualmente, que quer saber algum dado sensível

do governo, e ela tem algum interesse que pode ser prejudicado e tal, eu acho útil também, pra pessoa se preservar. Nunca se sabe, hoje em dia, quem vai estar no governo ali. Não sabe se esse pedido vai ser usado contra você. Às vezes é o próprio funcionário público que quer saber uma informação e pede o dado, e por exemplo, ele poderia sofrer uma represália por pedir um dado do governo que ele trabalha, por exemplo. Então eu acho que é um grande avanço, assim, é um dos principais avanços que teve nos últimos tempos.

Vasconcellos: Sobre o retorno dos pedidos, a maioria eram respondidos ou vinham muitas negativas?

Rodrigues: Então, no começo vinham muitas negativas, agora vem muitas respostas mal feitas. Assim, eles tentam responder outras coisas.

Vasconcellos: Respostas pela metade.

Rodrigues: Respostas pela metade. Respostas que não vem o dado. Eles respondem como se tivessem respondido, mas na verdade é um outro jeito de negar informação pra, às vezes, postergar a resposta. Por exemplo, os governos parecem que já adiam o dado. Mesmo que eles tenham o dado, eles já adiam ali o período possível da resposta, que eles estão descumprindo a lei, geralmente. Que é, eles têm o dado, o dado já está ali com eles, em vez deles responderem imediatamente como diz a lei, já que o dado está ali, principalmente se for jornalista, eles prorrogam o prazo ali, no período da primeira instância, o máximo que eles podem, até te responder. É um jeito de atrapalhar você.

Vasconcellos: Mas tem algum órgão que mais nega pedido? Que você lembra.

Rodrigues: Bom, deixa eu ver. Por exemplo, agora eu estou tendo vários problemas com a Secretaria Municipal de Educação, aqui em São Paulo, que tem não negado, mas tem respondido os pedidos. Agora, eu acho assim, dá até pra ver nos próprios sites quais são os órgãos que mais negam, mas eu não me lembro nenhum órgão, especificamente, que nega muito assim. Geralmente eles procuram não negar, eles respondem muito mal, eu acho. Não vejo muito essa política.

Vasconcellos: Não negam de cara, mas respondem pela metade. (Vai enrolando).

Rodrigues: Exato. Eu acho que tem uma prática de não ficar negando as coisas, só quando é uma coisa muito sensível, porque quando tem alguma coisa relacionada a

privacidade, a Secretaria de Segurança costuma responder: “A privacidade da pessoa”, e não sei o quê, mas ela geralmente não nega, ela responde algum negócio pela metade. Eu acho que tem essa prática dentro do serviço público, de evitar indeferir os pedidos logo de cara e tentar responder. Até porque se eles indeferirem, se eles responderem pela metade, muitas vezes eles param por ali, a pessoa se dá por satisfeita e não pede acesso aos dados inteiros. Se indeferir, a pessoa vai recorrer.

Vasconcellos: Sim. E sobre recursos, assim, você costuma sempre recorrer pedidos negados?

Rodrigues: Sim.

Vasconcellos: Nunca deixou de recorrer a nenhum?

Rodrigues: Não vou dizer que eu nunca deixei, já deixei vários, mas eu tenho como um lema recorrer. Sempre que eu consigo, eu recorro, até a última instância. É porque várias vezes eu começo a pressionar os caras de outro jeito pra conseguir os dados, tipo assim, e é verdade, eu faço a matéria mesmo. Eu falo: “Olha, vocês não estão dando esses dados, esses dados são públicos, eu vou fazer uma matéria sobre isso, e eu já fiz várias matérias”, e aí várias vezes eles cedem os dados. Porque tem algumas coisas que o fato deles negarem e não informarem pra mim, já é notícia, entendeu? Se é um dado sensível. Por exemplo, eu lembro que há um tempo atrás eu pedi as viagens de helicóptero do prefeito, aí eles negaram, eu falei: “Tudo bem, então eu vou pedir um outro lado pra vocês, agora falando que vocês estão escondendo as viagens de helicóptero do prefeito, que é verdade”, aí eles falaram: “Não, vamos responder você”, e não sei o quê. Aí a assessoria de imprensa me respondeu, e esse pedido ficou rolando um tempão, e eles responderam: “Já foi respondido pela assessoria de imprensa”. Eles nem deveriam saber, eles deveriam me responder, o e-SIC não deveria nem saber isso.

Vasconcellos: Por que é todo um sistema...

Rodrigues: Exatamente.

Vasconcellos: Querem furar o sistema, praticamente.

Rodrigues: Então, eles não respeitam a isonomia desses sistemas, é um negócio que é a mesma coisa. Eu acho que um problema do serviço público é que o e-SIC não é uma coisa blindada, os próprios caras do órgão ali, ficam respondendo, quando

deveria ser, talvez, uma pessoa do órgão que só trabalhasse com isso ali, e tal, mas não tem.

Vasconcellos: Mas te responderam?

Rodrigues: Me responderam depois, falando que já tinha sido respondido pela assessoria de imprensa. A assessoria de imprensa que me passou, na verdade.

Vasconcellos: Mas daí ela passou o que...?

Rodrigues: Por e-mail.

Vasconcellos: Questão de quilômetros percorridos? Horas?

Rodrigues: Passou os roteiros e as horas de voo.

Vasconcellos: Despesa, assim, não passaram?

Rodrigues: Na verdade, o que eu tinha pedido. Não, eu acho que eles me passaram tudo que eu pedi, mas depois, via assessoria de imprensa, não via e-SIC, entendeu?

Vasconcellos: Não deveria acontecer isso.

Rodrigues: É, então, assim, não deveria. E uma vez uma assessora, inclusive, me acusou de querer interferir no e-SIC, porque eu fiz isso na Secretaria de Segurança Pública. Até eu ia fazer uma matéria, eu liguei pra eles: "Vocês querem moleza?", e não sei o quê, eu falei: "Não, quero só informação pública e tal", mas dessa vez acabou não saindo matéria. Mas eles fazem isso, eles confundem uma coisa com a outra, assim. É como se fosse tudo a mesma coisa e não deveria ser, deveria ser um sistema separado.

Vasconcellos: Sim, sim. Você usou alguma técnica específica pra melhorar o retorno aos pedidos?

Rodrigues: Sim. Eu tenho um pedido padronizado que eu faço, já, e eu tento ser o mais específico possível, e também utilizar, citar casos de respostas anteriores que já foram feitas nesse sentido.

Vasconcellos: Como se fosse um precedente?

Rodrigues: Exatamente, porque aí você já elimina um recurso que você ia ter que entrar. Você, tipo, faz o pedido, aí você cita o precedente ali, fala: "Olha, eu estou fazendo o pedido da informação tal, período tal", cita o máximo de dados específicos dessa informação, e ao mesmo tempo, citar: "Essa informação já foi fornecida no

(pedido tal), informação similar já foi fornecida no pedido tal, tal e tal”. Ou senão eu cito ainda, tipo assim: “Essa informação existe, fica em tal lugar”, porque eu olho lá (no mapa, dicionário de dados, não), sempre tem uma planilha que diz os dados que existem. Eu entro nessa planilha e cito o mesmo nome, exatamente o que está ali, cito qual é o sistema que ele está, todas as coisas que ele está, período e cidade, porque você já mostra que você sabe que o dado existe. O dado existe, ele já foi informado alguma vez pra alguém, então você diminui os argumentos que alguém possa ter pra indeferir esse dado. Então aí você responde. Eu acho que isso ajuda bastante a você ter pedidos positivos.

Vasconcellos: No caso dos recursos é caso a caso, você não tem um modelo específico?

Rodrigues: Não, recurso caso a caso. No recurso, é onde eu mais faço essa questão de citar o precedente, porque eu acho que é uma coisa, às vezes, eles indeferem um pedido porque eles já responderam para outra pessoa, por exemplo.

Vasconcellos: Sim.

Rodrigues: Ou que na planilha deles lá, com os dados disponíveis, cita que o dado é público, então não tem como eles contradizerem uma coisa que eles mesmos dizem que é pública, entendeu? Então eu acho que isso é uma estratégia que costuma funcionar várias vezes.

Vasconcellos: Sim. Com os dados em mãos, como é que você definia o que ia virar pauta na redação?

Rodrigues: Bom, eu acho assim, em geral, quando não tem uma grande variação, por exemplo, você pediu um dado quantitativo de alguma coisa, de algum serviço, se o serviço piorou muito, é pauta. Se o serviço melhorou um pouco, eu acho que é obrigação dele. Se melhorou radicalmente, também pode ser pauta, porque pode ter alguma coisa. Ou eles estão maquiando o número, ou eles mudaram o critério, muitas vezes acontece isso. Ou, de fato, melhorou absurdamente, e também é notícia, embora também seja obrigação deles. Isso é um dos critérios, avaliação de serviços públicos, como a gente pega aqui, avaliação de dados de gastos públicos. Geralmente os gastos estão na transparência ativa, mas quando não estão, a gente pede. Avaliação de coisas de cruzamento de interesse público, tipo, você tem interesse público e privado, você pede os dados, relação do governo com as empresas, relação

dos governantes com as empresas. Agora, por exemplo, a gente pedia bastante coisa, porque o Doria é muito ligado as empresas. Ele tem uma empresa, na prática, é uma empresa que faz um lobby disfarçado, que é o Lide, uma empresa que serve pra reunir ali políticos e empresários. Então assim, não tem até achado grandes coisas nessa área, mas era uma coisa que a gente checava porque ele era um cara ligado à muitas empresas, então a gente pedia várias coisas relacionadas a isso também. Eu acho que vai muito, às vezes, da situação política também.

Vasconcellos: E a definição muito também do dado que vem, do dado que chega desse pedido.

Rodrigues: Você tem que ver se tem notícia naquele dado, você tem que saber ler o dado. Eu já vi muita gente pegar o dado e publicar uns dados, tipo, eu acho que o dado (puro, e simplesmente) não é notícia, você tem que saber ler o dado. Então às vezes a coisa não está tão aparente ali, e você tem que saber, sei lá, decifrar isso. Você tem que olhar bastante naquele dicionário de dados também, pra não cometer erro também, mas eu acho que basicamente o que vira notícia é a mesma coisa que viraria notícia se não tivesse chegado (via LAI), então você acaba tendo um feeling, sendo jornalista, sobre o que é notícia e o que não é.

Vasconcellos: Dentro desse processo aí, você fazia pedidos secundários? Recebia, não está suficiente pra fechar uma matéria, faz um outro pedido?

Rodrigues: Sim, faço.

Vasconcellos: Você lembra em que situação?

Rodrigues: Eu acho que eu já pedi dados, por exemplo, aqui em São Paulo, sobre presos que morriam nas prisões por causa de doença, aí eu pedi os dados: “Quantas mortes são? ”, aí depois pedi, por exemplo, se eles tinham que doença que era que os presos morriam e tal. Então assim, a partir do momento, às vezes, que você descobre que existe um dado, você descobre que provavelmente deve existir um dado mais específico, a partir do qual eles estão te informando, ou então você tenta se aprofundar. Acho que é uma coisa que a gente tenta fazer, assim, bastante, quando dá.

Vasconcellos: Mas muitos casos, recebe e já dá a matéria?

Rodrigues: Muitos casos, recebe e já dá a matéria. Assim, se não for uma coisa investigativa, uma coisa que por si só já é uma notícia. Várias vezes você dá a matéria sim, até porque cada vez tem menos gente na redação, então você precisa dar as matérias mais rápido, então é um jeito de você ter uma matéria rápida pra dar, que não é o ideal. O ideal é você ter o dado mais preciso possível de alguma coisa, mas várias vezes o que acontece é que você pensa assim: “Preciso dar uma matéria, que eu (preciso) produzir, quando chegar esse outro dado eu dou outra matéria”.

Vasconcellos: Daí faz meio que uma suíte, no caso?

Rodrigues: É, exatamente.

Vasconcellos: Em alguma dessas reportagens que você fez nos últimos anos, o pedido inicial foi apenas como um ponto de partida pra fazer uma outra matéria?

Rodrigues: Então, eu acho que esse caso que eu te citei aí, por exemplo, é um caso que aconteceu isso.

Vasconcellos: Tem um caso específico que a Folha deu, deixa eu só achar aqui. Que é pra ficar um pouco mais claro essa explicação. A matéria (é: “Assessores pagos pela câmara atua em sede de partidos”). Não sei se você lembra dessa matéria da Folha.

Rodrigues: Foi esse ano.

Vasconcellos: Foi esse ano? Acho que foi ano passado isso, não?

Rodrigues: Foi ano passado?

Vasconcellos: Eu posso estar enganado, mas tudo bem. Eles obtiveram uma lista de servidores que eram dispensados até o ponto Câmara dos Deputados. Daí foi apurado, pelo menos 17 não atuavam em setores da câmara, e a maior parte faziam serviços para partidos e campanhas eleitorais. Se algum caso específico assim.

Rodrigues: É que eu acho que esse aí não foi eu que fiz.

Vasconcellos: Não, assim, é só pra explicar um pouco essa questão do ponto de partida, tem categorias...

Rodrigues: Sim. Por exemplo, essa matéria que eu te falei dos servidores que trabalhavam na Igreja Universal foi isso, foi uma matéria que foi um ponto de partida. Eu pedi a lista de pedi a lista de funcionários, e a partir da lista de funcionários eu

descobri quem eles eram e quais eram as conexões desses funcionários. Essa matéria, por exemplo, que eu pedi dos dados do Metrô, que eram sigilosos, aquilo ali foi um ponto de partida para uma outra matéria, falando sobre o sigilo dos dados. Então a partir daí a gente foi buscando os decretos do sigilo no diário oficial, e descobriu que os principais dados do Estado estavam em sigilo.

Vasconcellos: Esperava uma coisa e veio outra, e partiu por esse caminho?

Rodrigues: É, muitas vezes você espera uma coisa e vem outra, e você vai atrás dos dados. Eu acho que as melhores matérias são assim, na verdade. Eu tenho até uma lista de matérias que eu já fiz. Deixa eu só ver se eu acho aqui.

Vasconcellos: Você diz pela LAI?

Rodrigues: É, não. É porque uma vez eu tinha feito uma apresentação para uns estudantes aqui da Folha, que eram os focas lá. Apresentando, eu acho que vai aparecer aqui, deixa eu ver. Apresentações. Deixa eu ver se tem algumas matérias aqui. Entrou, aí eu te digo. Tem várias matérias que eu fiz com base nisso. Deixa eu ver. Bom, algumas coisas. Por exemplo, eu fiz essa matéria aqui que foi manchete da folha: “Números mostram baixa eficácia da polícia paulista”, aí o que eu pedi eram os números de inqueritos, os números de pessoas presas, e a partir disso, eu fui falar com os policiais, e tal, e a gente foi atrás, e os policiais falaram de todas as dificuldades deles, que eles não tinham nem carro pra fazer as investigações, e por isso que tinha um índice baixo ali. Eles não tinham dinheiro, não tinham gente, então acho que o dado foi só um dado inicial. Diferente dessa matéria que eu fiz da varrição, por exemplo, que isso aí por si só, era. Teve uma outra matéria que eu fiz aqui sobre os roubos e furtos no Minhocão aqui.

Vasconcellos: Sim.

Rodrigues: E aí eu peguei os dados, tinha aumentado muito roubos e furtos no Minhocão, mas a gente foi atrás de muitas pessoas, falamos com os policiais, e a gente viu como se dava a dinâmica desses roubos. Eu acho que, assim, o trabalho quando é só o trabalho de você ir lá e pegar a Lei de Acesso e publicar, geralmente fica um trabalho que soa incompleto. Eu acho que você tem que falar com gente, de preferência tem que ir pra rua. Tem que falar com gente da área também. Ir atrás, porque, às vezes, tem uma matéria muito maior que você publica, às vezes você está

dando uma dica pra um concorrente mais esperto do que você, ir atrás e publicar o dado.

Vasconcellos: Sim, sim. Essa relação você consegue me passar de novo?

Rodrigues: Sim, essa apresentação? Passo. É uma apresentação que eu tinha feito que tem algumas matérias. e tem umas matérias minhas, umas matérias da Folha, mas eu te passo sim.

Vasconcellos: Beleza. E queria ver contigo em relação a produção dessas pautas. A produção de uma reportagem com uso de dados da LAI, ela altera sua rotina de trabalho e você deixa de fazer matérias do dia, ou você consegue conciliar as duas ?

Rodrigues: Então, eu faço poucas matérias do dia, na verdade. Em tese, eu fico geralmente meio solto pra ir atrás das histórias, assim. Aqui eu sou responsável, oficialmente, eu sou a pessoa que cobre o prefeito, mas as coisas cotidianas assim, besteiras, geralmente eu não vou atrás, muito. Então eu não faço muita matéria do dia, eu fico indo atrás de coisas que podem ser um diferencial. Meio que corro solto. Hoje em dia, muita gente em jornais estão assim, porque tem que dar o diferencial (porque já) está saindo nos sites, o Hard News, então a gente corre atrás disso. Então eu acho que não muda, porque isso é mais uma das coisas, porque, às vezes, por exemplo, do mesmo jeito que eu ia olhar os dados no Diário Oficial, ou que eu vou tentar caçar os dados. Às vezes, por exemplo, uma queda em um investimento em tal coisa pode ser uma matéria muito maior. Eu acho que é mais **um instrumento de checagem, instrumento inicial de reportagem, assim. Eu acho que o ideal é isso, que você utilize a Lei de Acesso como um instrumento inicial.** Obviamente que às vezes a coisa é tão grande, que você consegue, que isso por si só já vai ser a notícia, não tem como você ficar segurando, até porque algum concorrente pode ter a mesma ideia, pedir o mesmo dado e dar a matéria. Mas muitas vezes é um negócio do dia a dia: “Vou fazer uns pedidos aqui, e tal”. Geralmente, o repórter, costuma antes de sair de férias, fazer um monte de pedido de Lei de Acesso, porque quando chega, chega um monte de respostas, você já tem matéria pra dar. Então assim, não muda quando eu estou com pouca matéria. Geralmente eu faço bastante pedido de Lei de Acesso. Quando eu estou em alguma investigação também. Por exemplo, agora eu tenho feito várias matérias, desde o ano passado, que é de uma máfia das creches terceirizadas aqui na cidade de São Paulo, e são várias empresas, ONGs, que são

ligadas aos políticos. Temos suspeita que elas têm relação com o crime organizado. Recentemente, o governo, a prefeitura descredenciou a gestões de mais de 100 creches, até por conta dessas matérias que a gente está fazendo aí, e aí eu fico pedindo por Lei de Acesso, dados relativos a isso. Por exemplo, agora eu estou pedindo gastos, quem são os fornecedores dessas creches, aí o governo está me respondendo que ele não sabe, que os dados ficam com as creches. Então assim, provavelmente isso já vai render uma outra matéria falando: governo não sabe com que as creches gastam dinheiro, apesar de dar dinheiro vivo para as creches gastarem”, então não tem prestação de contas das creches. Então é uma coisa que depende da sua necessidade. Assim, tem gente que é muita disciplinada, todo dia faz pedido de Lei de Acesso. Eu, na verdade, não. Eu faço ou quando eu acho que isso vai virar uma pauta, ou quando eu estou com pouca pauta, então eu faço muitos pedidos de Lei de Acesso à Informação, que é aquele sistema de pescaria ali, que você falou.

Vasconcellos: O tempo de folga, assim. Tipo, fez uma pauta, está esperando um outro retorno e faz alguns pedidos.

Rodrigues: Exato. não muda muito, porque você provavelmente não ia fazer nada nesse período, ou você ia ficar fazendo alguma coisa desimportante, você aproveita e faz os pedidos, porque sempre rende matéria.

Vasconcellos: E os recursos, no caso, costuma sempre fazer aqui na Folha, ou às vezes faz em casa?

Rodrigues: Geralmente eu faço aqui, mas se eu estiver em casa e vir, mas eu prefiro fazer aqui.

Vasconcellos: Sim.

Rodrigues: Eu acho que, na verdade, a Lei de Acesso poupa tempo do jornalista, mais do que você gasta tempo com a Lei de Acesso, porque você passa a ter acesso a vários dados que te dariam muito trabalho, do tipo, ter que ficar pedindo pra assessoria de imprensa há semanas um dado, e eles falam que não está pronto, isso e aquilo. Aí eles te mandam um dado recortado pelo jeito que eles querem, então eu acho que em vez de te roubar tempo, ela te poupa tempo, porque você tem acesso aos dados completos das coisas, então eu acho que ela mais ajuda do que atrapalha.

Vasconcellos: Você percebe que com essa sua rotina de pedir informações pela LAI, você deixa de ir tanto pra rua, ou não te altera em nada?

Rodrigues: Não, não me altera. Eu vejo...Eu acho que tem gente até que sai, e tem gente que já começa na carreira fazendo muitos pedidos de Lei de Acesso e já vai pouco pra rua, mas como eu sempre fui um repórter que ainda ia pra rua e tal, apesar de eu fazer matéria investigativa muito com documento e tal, eu vou bastante pra rua, até pra tomar café com as fontes. Eu acho que isso vai mudar as próximas gerações, que tem gerações aí que não acreditam em fonte, por exemplo. A pessoa já acha que ela vai conseguir todos os dados por meio disso, sendo que eu discordo, porque, às vezes, a fonte é a pessoa que te diz. Todo mundo tem acesso ao mesmo dado, mas a fonte fala; “Olha isso aqui que tem nesse dado”, e que vocês destreinado não ia saber.

Vasconcellos: Às vezes é um inquérito muito grande, (daí ela) te aponta: “Olha, você vai conseguir encontrar isso e aquele outro”, alguma coisa assim.

Rodrigues: Exato. Eu acho que isso aí talvez gere uma preguiça nas novas gerações, mas quem veio de antigamente, que tinha que fazer. Eu não saio menos pra rua. Eu acho que as pessoas saem menos pra rua nos jornais, porque os jornais tem menos pessoas trabalhando, e porque como tem menos pessoas, as pessoas tem que fazer as pautas mais rápido e aí tem que fazer por telefone, WhatsApp, internet, e-mail, e tal, mas a Lei de Acesso não me faz sair menos, não. (Várias informações, inclusive). Tipo assim, quando eu peguei as informações da varrição, a gente foi pra rua depois, ver se os lugares estavam tendo varrição ou não, então acho que uma coisa não substitui a outra. É um trabalho a mais que você tem que fazer, e não um outro trabalho que substitui ir pra rua.

Vasconcellos: E em relação a relação com as fontes, você acha que com essa introdução da LAI nas suas rotinas produtivas, ela se alterou, ou não?

Rodrigues: Eu acho que as pessoas tendem a gastar menos tempo com as fontes, porque como você consegue fazer uma matéria se tirar histórias via LAI, às vezes você acaba negligenciando suas fontes, que também é um erro, acho que você tem que dar atenção para as fontes, embora eu acho que é uma coisa que ajudou você voltar a aprofundar a relação com as fontes é o WhatsApp, porque o WhatsApp é uma coisa que você pode mandar mensagem para a pessoa e não incomoda a pessoa, e

tal. Então eu acho que, talvez, se por um lado isso aí tenha feito você, às vezes, fazer menos ligações, depois que surgiu o WhatsApp, eu acho que, talvez, é uma coisa que tem um contato mais direto. Então eu acho que está acontecendo um balanço, assim.

Vasconcellos: Quando a gente fala em fonte, a gente também fala em questão de assessoria. Você acha que a sua proximidade com a LAI também mudou um pouco a relação com as assessorias?

Rodrigues: Sim. Sim, porque eu acho que está mais exigente. Você sabe que existe uma base de dados mais completa, você passa a exigir as coisas de um jeito que não vinham antes. Antigamente você pedia um dado, aí eles mandavam, escreviam um texto, assim. E botava um dado ali, outro dado ali, mas obviamente o seu trabalho ia ficar muito melhor se você pudesse analisar uma planilha, então eu acho que os jornalistas passam a ser mais exigentes. E, às vezes, a relação um pouco tensa também, porque tem essa circunferência que acha que, por exemplo, se você pedir alguma coisa via LAI, você não pode falar com ele. (As pessoas falam: “Então não está bom, espera aí responder via LAI”). Eu acho que você já deve ter ouvido isso, que os assessores fazem isso. Muda? Muda, porque eu acho que também a gente passa a depender menos deles. Na verdade, na minha opinião, eu acho que a assessoria de imprensa deveria ser reduzida ao mínimo, eles deveriam trabalhar todos na LAI, na transparência ativa, em vez de ficarem respondendo coisas para os jornalistas. Assim, sei lá, eu acho que 80% desses caras deviam estar colocando informação no ar, em vez de ficar ali respondendo a demanda. Eu acho que essas demandas, o ideal seria que você voluntariamente incluísse as informações na internet, não umas pessoas que ficam lá esperando pra responder os nossos pedidos. Até porque aí, eles iam, inclusive, não só responder as coisas que a gente pede, mas iam estar sendo mais úteis para os cidadãos, no geral, que quisessem. Hoje em dia tem muito descrédito em relação a mídia, e tal, e eu acho que as pessoas vão poder checar os dados nos próprios órgãos e rebater a gente. Eu acho válido que aconteça isso. Acho até que no final vai ser bom pra mídia, porque eles não veem que a gente segue esses dados. Mas nesse momento, se a população quiser ter acesso aos dados puros, ela não vai ficar pedindo para a assessoria de imprensa, ela nem sabe que a assessoria de imprensa existe. Então eu acho que seria muito mais útil diminuir o gasto com assessoria de imprensa e gastar em transparência ativa. Eu acho que os assessores, às vezes, sentem isso, essa disposição da gente, assim, e eu acho que eles ficam, às

vezes, até meio chateados. Porque o assessor de imprensa tende muitas vezes a achar: “Eu sou jornalista, eu sou um colega”, e não é. Não é um colega, assim. Você é um ser humano de respeito, um ser humano como profissional, mas você não é um colega jornalista, sendo que o seu trabalho, muitas vezes, é impedir o meu trabalho, então isso não é ser meu colega, nem ser jornalista. Jornalista, o trabalho é informar, não desinformar.

Vasconcellos: Sim.

Rodrigues: Então acho que mudou a relação e piorou com os assessores de imprensa, embora as assessorias de imprensa, hoje em dia, sejam muito mais numerosas do que as redações.

Vasconcellos: Parece que absorve.

Rodrigues: Exato. Eu acho que, hoje em dia, esses caras, assessores de imprensa, estão fazendo outras coisas, inclusive. Muitas vezes eles estão fazendo lobby, estão fazendo coisas de relações pessoais, estão fazendo outras coisas. O cara entra pra ser assessor de imprensa, mas não fica mais só respondendo e-mail de jornalista, então acho que muito, assim, a relação, e a gente passou a ser menos dependente e mais crítico.

Vasconcellos: Você tem uma ideia de quantos pedidos você já fez?

Rodrigues: Sei lá. Não sei dizer. Eu fiz, sei lá, uns 600 pedidos. Não foi tanto assim.

Vasconcellos: Desde 2012, você diz?

Rodrigues: Sei lá, eu acho que não cheguei a fazer mil pedidos, não.

Vasconcellos: Porque o que eu ia te perguntar é em relação a acompanhamentos. Você faz uma planilha pra acompanhar esses pedidos, ou acompanhando e-mail mesmo?

Rodrigues: Eu acompanho no sistema. Por exemplo, a prefeitura de São Paulo tem um sistema, então (o sistema) faz um login lá, aí você olha as coisas que estão e que não estão. Mas outros não fazem, então eu sou bem indisciplinado em relação a isso, na verdade. Eu vejo os e-mails, e aí eu entro com recurso ou não, mas não tenho esse acompanhamento.

Vasconcellos: Faz o acompanhamento pelo e-mail mesmo?

Rodrigues: Pelo e-mail, ou pelo próprio sistema e-SIC, porque às vezes você entra lá no sistema e mostra todos os seus pedidos, e qual foi respondido, qual não foi, em que fase que está.

Vasconcellos: Sim. É um e-mail próprio pra isso, ou é um outro?

Rodrigues: Não, é o meu e-mail mesmo. Meu e-mail pessoal.

Vasconcellos: Seu e-mail. Você não se perde um pouco, assim, quanto as coisas?

Rodrigues: Então, mas não é o meu e-mail do trabalho, eu boto no meu e-mail pessoal, que tem muito menos gente mandando coisa. Eu acho que é mais tranquilo, porque não tem muita gente me mandando mensagens no meu e-mail.

Vasconcellos: E pra análise dos dados, você recorre a algum programador, ou usa a linguagem de programação por conta própria?

Rodrigues: Então, eu sei mexer no SQL, agora, programação, quando exige isso, a gente tem um setor aqui de dados da Folha. Eu não cheguei a precisar, não, na verdade. Quando é dado numérico, geralmente eu consigo ter acesso, só quando você tem que fazer aquelas APIs, coisas assim, aí eu vou ter que recorrer a eles, mas eu não cheguei a pegar um dado tão difícil assim, nesse ponto.

Vasconcellos: E nessa sua análise das ocorrências, você chegou a pedir alguma coisa pra eles, ou não?

Rodrigues: Não. Eu chamei um rapaz aí, da Folha, que entendia bastante. Por exemplo, ele fez um programa via Python, e ajudou bastante a gente.

Vasconcellos: Mas aí o quê o Python ajudou nesse sentido?

Rodrigues: Por exemplo, nesse caso aí das ocorrências, que era transparência ativa, você tinha que baixar mês a mês todos os dados, e aí eram mês a mês as planilhas, e aí eram vários anos que a gente estava analisando. No programa do Python, ele conseguiu pegar e juntar todas as planilhas pra gente, e aí a gente analisava o dado bruto. Aí, a partir daí a gente tinha que fazer várias coisas, do tipo, tirar duplicidade. Tem muita duplicidade, a gente tinha que analisar um jeito de tirar duplicidade e fazer os dados, daí os dados chegaram, olhando a estatística oficial, nos dados estavam ali com uma margem de 5% de diferença, uma margem bem pequena. Como a gente queria pegar dados muito mais localizados, que é estatística e (estatística só tem o número), o nosso dado estava muito perto do que o governo conseguiu fazer, assim.

Então a gente conseguiu utilizar, a gente viu que o nosso dado, de fato, batia. A análise final que a gente fez não passava de 5% de diferença, os dados ali.

Vasconcellos: Mas e aquela que você falou que tiravam fotos?

Rodrigues: Essas aí, por exemplo, eu acabei tirando fotos e depois.... A verdade é que no final minhas pautas não viraram quando aconteceu isso, porque era uma luta tão grande, que no final a gente pegava os dados do jeito que dava, e acabava desistindo, os dados ficavam velhos. Assim, eles conseguiam muitas vezes impedir a gente de fazer as matérias, por mais que a gente tentasse.

Vasconcellos: Sim, sim. Você falou que conhece um pouco de linguagem de programação. Na verdade, eu pulei a pergunta, mas.... Esse interesse seu no SQL foi interesse próprio, ou algum incentivo aqui da empresa?

Rodrigues: Na verdade, foi um incentivo à partir da Lei de Acesso, começou a ter acesso a dados, e aí a gente começou a pegar aqueles dados, falamos: "Putz, o que eu vou fazer? ", aí você abria no Excel, o Excel fechava, não abria, aí à partir disso eu fiz um curso.

Vasconcellos: Mas por conta, assim?

Rodrigues: Sim, fiz na Abraji.

Vasconcellos: Sim, sim.

Rodrigues: A empresa subsidiava uma parte do valor.

Vasconcellos: Pra desses dados você usa computador próprio, ou o do jornal?

Rodrigues: Computador próprio.

Vasconcellos: Mas aqui dentro?

Rodrigues: Eu trago meu notebook de casa, porque o computador aqui do jornal geralmente não abre isso. A Folha tem um departamento ali, que é o Delta Folha, os caras têm os computadores bons e o trabalho deles é só ficar fazendo matéria de dados, e tal. Em geral, como eu já sei mexer um pouco, eu mesmo faço minhas próprias matérias e não recorro muito a eles, e aí eu trago meu próprio computador, porque o computador que a gente tem, não tem condições de abrir ele.

Vasconcellos: Mas ele trava?

Rodrigues: Sempre trava.

Vasconcellos: Não liberam para instalar o programa?

Rodrigues: Exato, sempre trava. Todo mundo que eu conheço que faz matéria disso, geralmente usa o próprio computador, porque os computadores das redações, no geral, são muito ruins.

Vasconcellos: Você sempre analisa aqui, nunca faz trabalho em casa?

Rodrigues: Às vezes eu faço em casa também.

Vasconcellos: Quando você vê que a demanda é muito grande?

Rodrigues: Assim, quando é uma coisa muito importante, e tal. Assim, não só pedidos via LAI, mas, às vezes, dados abertos, e tal. Recentemente eu fiz uma matéria analisando toda a base de IPTU de São Paulo, saiu uma série chamada Concreto Sem Fim, sobre como a cidade cresceu nos últimos 25 anos, olhando as metragens dos IPTU's da cidade inteira. Aí era uma coisa que dava tanto trabalho, que eu começava a fazer em casa, chegava aqui e continuava, então não parava nunca, na verdade. Quando você está envolvido em algum tema, e é um negócio assim, você acaba ficando envolvido e acaba trabalhando em casa também.

Vasconcellos: E daí você costuma deixar esses dados na nuvem? No seu próprio desktop?

Rodrigues: Deixo no meu computador.

Vasconcellos: No seu computador?

Rodrigues: É. Não na nuvem.

Vasconcellos: Eu ia te perguntar isso antes, mas decidi deixar mais pra depois. O quê que te move a buscar esses dados pela transparência passiva, vamos dizer assim?

Rodrigues: Eu acho que o que move é uma coisa de tentar fiscalizar o poder público mesmo. Eu acho que é uma coisa de você fiscalizar o poder público e tentar forçar o poder público a ser mais transparente em relação a esses dados. Eu acho que a principal contribuição é essa, assim, a gente consegue analisar as políticas públicas e o jeito como os governos agem, de um jeito que a gente não conseguiria sem usar a transparência passiva, então acho que é muito útil pra isso. Os governos, inclusive, depois da Lei de Acesso à Informação, vários deles passaram a ter uma controladoria

mais atuante, e tal, porque o nosso trabalho, acho que de certa maneira, forçam eles a tentar fazer isso por parte deles ali, no sistema interno de Compliance, essas coisas. Então eu acho que o objetivo é esse, assim, o objetivo é a gente tentar fiscalizar eles da melhor maneira possível.

Vasconcellos: Em relação aos prazos, é uma coisa que te angustia saber desses prazos? Porque não é prazo como o de redação, sabe? Que, às vezes, no dia a dia, você tem que fechar as coisas. Ou é uma coisa que você consegue gerenciar no seu dia a dia?

Rodrigues: Então, eu consigo, porque eu já não conto com essa coisa. Tipo, eu faço e espero a resposta chegar, mas eu não fico preocupado: "Vai chegar à resposta?". Tipo, eu peço e esqueço, e aí quando chega, eu falo: "Ótimo", aí sempre é bom assim, chegou uma coisa aqui. Então eu não fico angustiado, não. Se eu tiver pressa, eu tento forçar o governo a me informar.

Vasconcellos: Mas o seu trabalho é mais focado em acompanhar o prefeito, no caso?

Rodrigues: É mais focado em acompanhar o prefeito e o governo.

Vasconcellos: E os seus pedidos ficam mais focados nisso?

Rodrigues: Sim, ficam mais focados nas esferas municipal e estadual.

Vasconcellos: Essa é a última pergunta das gerais. Inclusive você já tinha comentado antes. Como é que você percebe o interesse dos jornalistas novatos na Lei de Acesso? Aqui na Folha tem algum processo interno de passagem de conhecimento, ou não?

Rodrigues: Olha, eu não sei como é que funciona. Eu, por exemplo, dei uma palestra para os focas da Folha, e expliquei bastante sobre Lei de Acesso pra eles, e tal. Assim, acho que de certa maneira teve, mas a molecada já chega sabendo bastante de Lei de Acesso. E é uma coisa que, antigamente, quando você chegava na redação, você chegava sem nenhuma fonte, você ia ter que ficar correndo atrás das coisas. Agora a molecada chega e já pode fazer vários pedidos de Lei de Acesso e já tem matéria, então eu acho que eles vão muito por isso, porque eles cortam caminho em relação a antigamente, quando eu entrei na redação, você dependia das rebarbas ali, do que sobrava das matérias dos repórteres mais experientes. Você ia fazer uma coisa ou outra, mas, às vezes, eles entram em coberturas importantes, porque eles fazem

pedido de Lei de Acesso, por exemplo, de um assunto que está bombando e fazem matéria. Então, é isso. Por exemplo, eu fiz algumas matérias com o pessoal mais novo esse ano, o Bolsonaro em relação a armas, por exemplo, roubo de armas, essas coisas, então o pessoal lá, ia lá e pedia, e a gente fazia junto então.

Vasconcellos: As perguntas específicas. Eu percebi um número maior de reportagens em 2017 contra 2018. Foram sete em 2017, contra três. Teve alguma relação? Como é que dá pra explicar? Eleições, alguma coisa nesse sentido)?

Rodrigues: Eu acho que aconteceu isso. Em 2018 foi um ano que eu trabalhei nas eleições, e na eleição, muitas vezes você não tem tempo de fazer pedido de Lei de Acesso, fiquei trabalhando, eu fui movido para a editoria de poder pra trabalhar nas eleições. Não tem tempo de fazer pedido de Lei de Acesso, juntou o fato de que em 2017 tinha começado um governo novo, então você tem um script maior, aqui na prefeitura era o Doria, e era um cara que ele fazia muita propaganda, e aí as políticas públicas nem sempre condiziam com o que ele fazia de propaganda, então o jeito dele de governar, era uma coisa que instigava você a buscar os dados pra saber se realmente ele estava fazendo o que ele estava prometendo. Assim, se você fosse olhar 2015, 2016, eu acho que eu tinha feito muito mais matéria de Lei de Acesso. Mas o que acontece, por exemplo, tem jornalista que só faz a mesma matéria, mas o jornalista em geral, se você já fez uma matéria sobre uns dados em 2015, obviamente esses dados novos são matéria, mas você fica menos empolgado em fazer uma matéria de uma coisa que não te parece mais tão inédita. Então quanto mais você faz os pedidos de Lei de Acesso, às vezes você acaba deixando de fazer outros pedidos, porque é um tipo de matéria que você já fez, entendeu? Então, eu acho isso assim. Eu acho que uma coisa que eu admiro na molecada nova, é que muitas vezes eles descobrem tipos de dados que eu não sabia que existiam, que eles pedem e fazem matéria. Eu admiro isso. Mas eu acho que o que aconteceu comigo foi um pouco isso, assim. Tipo, no começo da Lei de Acesso tinham vários dados inéditos que existiam e que a gente nem sabia que esses dados existiam, então foi uma coisa, assim, a gente ficou muito extasiado com isso, porque a gente passou a ter acesso a dados que a gente nunca teve acesso. Aí depois que você já sabe que existe esse dado, pra você tirar uma matéria nova dali que não seja só uma atualização desse dado, é mais difícil. Então eu acho que o que rolou comigo foi um pouco isso, assim, foi mais eu

tentar descobrir novos jeitos. Hoje em dia, o que tem mais me instigado é analisar essas grandes bases de dados que estão disponíveis na transparência ativa.

Vasconcellos: Agora das reportagens. Não sei se você lembra dessa aqui: “Símbolo de Dória, varrição de rua...”, que a gente tinha comentado. Você lembra se foi utilizado só dados de transparência passiva, ou também tinha alguma coisa de ativa?

Rodrigues: Não, só passiva.

Vasconcellos: Só passiva. Você lembra quanto tempo levou pra ser respondido esses pedidos?

Rodrigues: Eu acho que eles responderam ali no prazo de dez dias.

Vasconcellos: É?

Rodrigues: Foi uma coisa bem rápida.

Vasconcellos: Dez dias. Sem recurso?

Rodrigues: Sem recurso. Eles responderam, porque eu, na verdade, só tinha pedido os dados de um mês, então era uma coisa bem simples, que eu já tinha os dados passados. Eu já tinha pedido isso na gestão Haddad, eu já tinha pedido, já tinha feito matéria sobre isso, só que na época não era tão importante, porque era uma gestão que não tinha foco em zeladoria, e aí você cobrava, aí eles falavam: “Temos outras prioridades”. O Doria, não. O Doria dizia que essa era a prioridade dele.

Vasconcellos: Limpar a cidade?

Rodrigues: Então por isso que isso, por exemplo, foi manchete da Folha, porque a gente estava mostrando, na verdade, era uma ação que era, basicamente, propaganda, que ele estava fazendo.

Vasconcellos: Você lembra quanto tempo levou pra ser publicada a matéria, do pedido inicial até a aplicação?

Rodrigues: Acho que no máximo demorou uns 15 dias.

Vasconcellos: 15 dias? Dez pra ser respondido, e mais uns 15?

Rodrigues: Mais uns cinco pra sair a matéria.

Vasconcellos: (Contando).

Rodrigues: É. Na verdade, assim que esse dado chegou, eu estava de licença paternidade, meu filho tinha acabado de nascer, mas eu falei: “Nossa, eu tenho que fazer essa matéria”. E eu mandei, falei para o meu editor, ele falou: “Não, vamos fazer”. Eu mandei a minha parte da matéria, eles botaram outro repórter pra circular pela cidade, pra ver o lixo na cidade, pra pedir o outro lado para o governo, e a matéria saiu muito rápido porque era um assunto que estava muito quente.

Vasconcellos: Qual o órgão mesmo que pediu?

Rodrigues: Era a secretaria da subprefeitura.

Vasconcellos: Você não chegou a fazer um pedido secundário nesse caso?

Rodrigues: Não, só um pedido.

Vasconcellos: Só um. Tem uma outra matéria também que a gente selecionou. “Câmara de São Paulo esconde salários de servidores”. Você lembra dessa?

Rodrigues: Lembro.

Vasconcellos: Lembra os dados que foram utilizados? Era transparência passiva, ou tinha ativa também?

Rodrigues: Na verdade, o que aconteceu foi, quando eles tiraram os dados que estavam na transparência ativa, a gente fez a matéria.

Vasconcellos: Sim. Estava lá disponível e eles acabaram tirando?

Rodrigues: Exato, que é um dado que a gente já contava com ele, a gente já utilizava esses dados, e aí eles dificultaram, eles botaram só as matrículas dos servidores, não tinham mais os nomes. E aí isso dificultou bastante o nosso trabalho, e vários grupos, inclusive, criaram uns plugins que transformavam os dados. Era bem legal até, bem interessante, que a pessoa entrava com esse plugin, e dava pra ver o nome dos servidores, e tal. Gerou uns hackers aí, fizeram várias coisas legais, assim, esses hackers da transparência, e tal.

Vasconcellos: Você não chegou a fazer pedido, propriamente dito?

Rodrigues: Não, não cheguei a fazer pedido.

Vasconcellos: Só mostrou a situação ali pra eles.

Rodrigues: Exato

Vasconcellos: E nem um pedido secundário? Alguma coisa pra complementar.

Rodrigues: Não.

Vasconcellos: Não?

Rodrigues: Não. Esse aí, não. Mas esse aí a gente tratou direto com eles, a gente questionou: “Cadê os dados?”, e tal, e eles deram a resposta deles, mas até hoje os dados não foram disponibilizados.

Vasconcellos: Você comentou antes, de banco de dados. Você chega a fazer banco de dados com dados com a série histórica?

Rodrigues: Sim. Faço.

Vasconcellos: Aí deixa tudo armazenado no seu computador?

Rodrigues: Deixo no Google Drive. Eu deixo armazenado lá, e isso aí já me ajuda bastante. Esses dados de varrição da cidade, eu tenho, dados de coleta de lixo. Eu tenho dado de autuações de multas, por exemplo. Eu tenho muitas coisas que eu pedi por Lei de Acesso, que aí depois eu só peço o do período que eu estou. Como é um período pequeno, você consegue um dado mais rápido, às vezes. Então eu respondo, e até porque, às vezes, eles mudam os dados do passado para se favorecer, e eu já tenho esse dado. Então, às vezes, isso mesmo já vai gerar uma matéria. Tipo, eles falam: “A gente aumentou muito”, aí você olha e vê o dado de uma gestão pra outra, aí você olha, vê o dado, fala: “Mas como vocês aumentaram? Aqui não estava com esse dado aqui”. “Não, é que a gente reviu esses dados, que estavam errados, eles estavam inflando os dados”, então é uma coisa que você consegue pegar essas incongruências, assim.

Vasconcellos: E como que é a questão aqui na Folha? Provavelmente tem um sistema que aponta o que cada um pediu, ou é individual?

Rodrigues: Não, é individual.

Vasconcellos: Então, às vezes, corre o risco de dois repórteres fazerem o mesmo pedido?

Rodrigues: Corre. Corre o risco, sim. Na verdade, existe uma competição interna entre os repórteres, muitas vezes, então corre o risco de as pessoas entrevistarem a mesma pessoa. Corre sempre esse risco, porque o jornal, até de certa maneira, às

vezes, dá uma incentivada nisso, e tal, então eu acho que corre esse risco, sim. Muitas vezes, o repórter nem quer que o outro repórter saiba a pauta que ele está fazendo, e tal, então eu acho que com certeza corre esse risco.

Vasconcellos: Acho que é mais ou menos isso. Qualquer coisa daí. Eu queria te explicar uma coisa. Deixa eu desligar aqui. Que eu tenho a lista das matérias.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM CAMILA MATTOSO

Hygino Vasconcellos: Camila, primeiro queria que me falasse sobre sua trajetória profissional. Queria que você falasse o ano que você se formou, se você fez algum curso de pós-graduação, teu vínculo de trabalho na empresa.

Camila Mattoso: Eu me formei em 2011 na Cásper Líbero e fui morar em Londres durante 8 meses. Foi quando eu comecei a trabalhar com jornalismo esportivo. É quando eu voltei comecei a trabalhar no Lance, trabalhei um ano no Lance, depois trabalhei dois anos na “ESPN” e aí fui para a Folha e estou há 4 anos na Folha e 3 anos em Brasília. Então, eu fiquei um ano no esporte da Folha e 3 anos agora na Política.

Vasconcellos: Que idade tu tens?

Mattoso: Tenho 31

Vasconcellos: Teu vínculo de trabalho lá, celetista?

Mattoso: Sim

Vasconcellos: Como foi teu contato inicial com a LAI? Tu lembra de onde surgiu seu interesse?

Mattoso: É, quando eu fui morar em Londres, na verdade eu conheci a Lei de Acesso na faculdade e etc. Quando eu fui morar em Londres eu fui trabalhar com um jornalista que se chama “Andrew Janes”, que ele fez, reportagem informativas pra BBC numa época. E ele fazia reportagens sobre escândalos no futebol, esquemas de corrupção no futebol etc. E aí quando eu conheci ele, na vida e tal, mas conheci ele pessoalmente na Abraji. Eu comecei a ter mais contato com a Lei de acesso. Ai eu me lembro de ter participado de uma das palestras da Abraji, que era assim os resultados da Lei de Acesso, o que eles conseguiam com a Lei de Acesso etc. E a partir da aí eu tive mais esse contato e aí quando eu voltei pro Brasil eu comecei a trabalhar a utilização.

Vasconcellos: Lá em Londres você não chegou a usar a lei deles?

Mattoso: Não.

Vasconcellos: Tu lembra o ano que tu participaste nessa palestra na Abraji?

Mattoso: Eu acho que foi 2011, por que foi o ano, antes de eu ir pra Londres.

Vasconcellos: É. E a LAI foi aprovado em 2011 e entrou em vigor em 2012

Mattoso: Eu acho que na verdade assim. É, foi isso em 2011, foi uma palestra pra falar sobre isso, e em 2013 eu participo de novo da Abraji, que daí sim tem uma palestra pra falar dos resultados que tinham sido obtidos com a LAI. É foi isso

Hygino Na folha tem alguma definição do que é solicitado pela LAI? Ou não é uma coisa própria?

Mattoso: É uma coisa do repórter, o repórter não tem nenhum tipo de orientação de pauta. Dependendo da área que cobre vai atrás do que acha que pode conseguir na LAI, enfim não tem nenhuma orientação.

Vasconcellos: Pode ser que dois repórteres tenham feito o mesmo pedido?

Mattoso: Pode, pode ser.

Vasconcellos: Sobre a pauta. Queria que você me falasse como surgia a pauta? Era algo que estava em voga na época? Ou era um pedido aleatório? Até tem uma expressão que usam *fishing expedition*.

Mattoso: Faço dos dois tipos. Tem coisa que já foi matéria e, a partir disso, a gente pensa nessa pauta. E têm algumas coisas que surgem assim, não é nem que está no momento. É, às vezes é alguma coisa que você está procurando, é no meio da apuração, o que te resta é pedir pela Lei de Acesso, então não...

Vasconcellos: Daí você fica sem caminho, daí pensa “vou pedir pra ver”...

Mattoso: É pra ver o que o que vem e tem pedido que para uma organização minha. Tipo, estou fazendo uma matéria de agora, mas eu sei que depois de dois meses não vou ta mais fazendo isso, então para um planejamento meu, eu faço alguns pedidos de coisa que eu sei que pode render mais pra frente.

Último exemplo recente disso foi uma matéria sobre os militares: o número de militares no governo Bolsonaro. Foi um pedido que eu fiz há uns quatro meses. Eu fui começar

pedir Ministério a Ministério qual era o número de militares comparando com final de 2018, pra mostrar se tinha aumentado ou diminuído entre, o governo Temer e o governo Bolsonaro.

Esse é um pedido mega aleatório. Claro que sempre se falou disso desde o início do governo, mas não tinha nenhuma coisa acontecendo naquele momento para ter feito o pedido. Por que ali eu achei que podia render alguma matéria, mesmo sem saber se eu ia conseguir obter as respostas. A gente faz pedido sem saber se vai obter a resposta, ainda mais quando são coisas de números, para comparar e tal. A gente nunca sabe se a gente vai conseguir.

Então tem esse tipo. Tem outro tipo que é no meio da apuração. Para te dar um exemplo super recente a questão do porteiro do Bolsonaro, tem uma passagem dele de avião, emitida no dia 14 de março que é o dia em que o porteiro diz ter ligado para ele etc, e que ele registrou presença na votação da Câmara. E aí a gente quer saber pra onde ele voou, se essa passagem foi emitida, qual a data da passagem de fato que ele utilizou, é horário e se ele utilizou? Isso a gente pediu pela Lei de Acesso e não sabe quando a gente vai receber, e se a gente vai receber. Então assim são dois exemplos de uma coisa que está acontecendo agora, de algo que a gente precisava saber e o outro é uma aposta de uma matéria.

Vasconcellos: Queria ver contigo, dos principais órgãos ou esferas que tu fazes seus pedidos. Mais municipal, estadual ou federal?

Mattoso: Mais federal. Essa foi uma coisa que eu percebi assim, que federal sempre funcionava muito bem. Até pelo tipo de cobertura que eu faço, sempre fez mais sentido pedir federal. Então eu uso muito governo federal, Ministério Público, que é o pior inclusive. Basicamente são esses dois. Os dois que mais uso.

Vasconcellos: E em relação a entraves que tu encontras ao usar a Lei de Acesso para fazer esses pedidos? Os principais assim...

Mattoso: O principal entrave é quando não te respondem. E quando você tem certeza que você está fazendo o pedido da maneira correta e eles não respondem. E aí vem o recurso, mas muitas vezes não funciona. O principal entrave é esse mesmo, e o período, o tempo que é grande. Então assim, acho até legítimo que se tenha tempo

para responder, mas do ponto de vista jornalístico é um entrave porque a informação que a gente precisava era para agora, a gente gostaria pra ontem, então acho que esse é um entrave também.

Vasconcellos: Até tem uns jornalistas que eu conversei que recorrem bastante àquele sistema do governo federal que tu podes consultar outros pedidos. Tu chegas a usar?

Mattoso: Não.

Vasconcellos: Não? Porque?

Mattoso: É uma questão pessoal. É uma questão que eu posso estar totalmente errada nisso, mas eu acho que o pedido tem que ser meu. A informação é pública. Concordo com isso, mas acharei ruim alguém utilizar alguma coisa que eu pedi. Mas pra uma questão minha, eu faço o meu pedido e espero a resposta do meu pedido.

Vasconcellos: A gente falou antes da questão de entraves. E em relação a facilidades da lei de acesso para a tua rotina. O que tu percebes que te facilita?

Mattoso: Me permite ter informações que eu não teria se ela não existisse, então é essa praticidade que ela me traz assim, a possibilidade que ela me traz, porque assessoria muitas vezes não faria esse trabalho. Hoje em dia inclusive assessoria muitas vezes fala “não” já logo no começo, diz: “vai pela lei de acesso nisso porque não vou conseguir te responder essa demanda”. E tem uma questão também que ajuda, ela é institucional. Então quanto tem alguma coisa delicada acaba sendo maneira de você preservar sua fonte, então alguém te passa uma informação. Olha dentro tem isso, mas eu não posso passar isso pra você. E pela Lei de Acesso acaba sendo obrigado a passar vamos dizer assim e preservando a fonte. Então hoje são essas facilidades.

Vasconcellos: Ultimamente o governo federal tem permitido que se faça pedidos no anonimato. Tu já fizeste algum?

Mattoso: Cara, acho que não. A gente estava conversando sobre isso na redação outro dia, eu acho que por que eu não me recordo de ter feito e todas as matérias que

eu fiz elas foram... nem essa que poderia ter sido feita, porque já tinha o anonimato. Nenhuma eu fiz com anonimato.

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: E é isso, por dois motivos, por que quando você usa muito a Lei de Acesso você percebe que eles ligam muito para você para tirar alguma dúvida, para qualquer coisa. Então assim eu acho importante. Eu não quero isso seja um entrave pra mim. Que eles digam que por não ter conseguido contato para esclarecer alguma dúvida sobre o pedido, eles não respondam. É uma postura até do jornal. O manual da Folha é muito claro em relação a você se apresentar como quem você é de fato. A não ser que tenha algum motivo pra você não fazer isso, e isso é discutido internamente, como isso não aconteceu em nenhum caso, não teria por que fazer pedido anônimo.

Vasconcellos: Eu te confesso que não sei muito bem, o Toledo me falou dessa possibilidade, mas eu não sei se não aparece o telefone da pessoa. Se não aparece nenhum e-mail.

Mattoso: Se não me engano fica o e-mail. Não sei também.

Vasconcellos: Vou dar uma olhadinha depois porque eu não sei. Lá na Zero Hora sempre pedia tudo aberto, assim não colocava anonimato nem nada, e é recente essa questão do anonimato.

Mattoso: É.

Vasconcellos: Queria ver contigo em relação ao retorno dos teus pedidos. A maioria e respondido? A pesquisa concentra nesse período de 2017-2018. SE você conseguisse lembrar nesse período se a maioria era respondido? Ou se há muitos pedidos negados?

Mattoso: Só uma coisa que eu lembrei, eu também solicito para Câmara e Senado também. E Supremo funciona também

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: Eu acho que a maioria dos pedidos foram atendidos. Para falar desse período, me lembro de uma coisa que não foi respondida, são os voos do presidente

da Câmara. É uma pauta histórica, assim quem são os acompanhantes do presidente da câmara, até é uma coisa que a gente sempre dá e fazer uma coisa maior sobre isso, porque a gente nunca conseguiu ter acesso a isso é. Mas fora isso assim, claro tem, a gente pediu muito telegrama. E tem alguns que eles não respondem por dizer que é pelo trabalho que vai dar.

Vasconcellos: Trabalho adicional e tal

Mattoso: Mas assim no geral a maioria é atendido.

Vasconcellos: Nesse caso que tu comentou da Câmara, do presidente da Câmara. Tu lembra se eles já negaram de cara, ou se responderam pela metade?

Mattoso: Negaram de cara

Vasconcellos: De cara. Tu fez todo o caminho, recorreu, recorreu e recorreu?

Mattoso: Uhum não consegui

Vasconcellos: Não rolou?

Mattoso: Não rolou

Vasconcellos: Em relação às negativas, eu queria ver contigo qual órgão ocorrem essas negativas? Tu percebes se dá pra identificar se tem mais negativas de acesso?

Mattoso: O Ministério Público é uma mistura de negativas com falta de respostas. Então assim tem N exemplos desses que eles descumprem prazos ou não respondem recurso. De fato, é o lugar mais complicado.

Vasconcellos: Mas você diz MPF? Ou Estadual?

Mattoso: MPF. Então assim para dar dois exemplos desse período. No caso do Janot, Marcelo Miller da JBL. Teve uma polêmica sobre se ele não sabia ou não, que o Marcelo Miller tinha participado do acordo de colaboração premiada pra JBL. E eu pedi as datas, as entradas do Marcelo Miller na PGR e as datas.

Mattoso: Eles só me responderam quando trocou do Jarbas pra Dodge. A gente faz matéria falando que o Ministério Público descumpe o prazo da Lei de Acesso. Se não

me engano tenho essa matéria, devo ter. Só me responderam, primeiro depois de muita insistência no telefone. Até que vem um e-mail, apareceu um PDF assim na minha frente.

Vasconcellos: Ahh... não foi pelo sistema?

Mattoso: Não foi exatamente pelo sistema, depois o sistema disse que já tido uma resposta, foi uma semana uma bagunça assim. Teve outro caso que a gente pediu pela Lei de Acesso. Foi recente, esse ano, que eles também descumpriram completamente o prazo e a gente escreveu isso na matéria também, uma investigação que a gente fez lá atrás uma matéria e a gente queria saber qual o andamento do processo. O processo era sigiloso, mas estava público na PGE, e a gente tentou ter acesso a ele e eles não responderam e depois quando responderam com muito atraso, não deram. E assim, a resposta era completamente dúbia, não dava pra entender qual era a resposta, eles davam acesso mas não davam, coisa assim. Enfim, o fato é que a gente nunca teve acesso a isso...

Vasconcellos: Sim.

Mattoso: A resposta foi bem ruim assim...

Vasconcellos: Quanto tu fala Ministério Público, é mais federal, não é?

Mattoso: Sempre federal. Uma vez eu pedi para o estadual, mas me responderam. Então não, assim

Vasconcellos: Daqui, de São Paulo?

Mattoso: Daqui de São Paulo, o problema mesmo é federal

Vasconcellos: E sobre recurso. Eu queria ver se você sempre recorre a pedidos negados ou tu avalia e pensa “aí não...”

Mattoso: Às vezes eu não recorro...

Vasconcellos: Por quê?

Mattoso: Às vezes por que eu acho que não vai valer a pena. Foi um pedido que você fez 15, 30 dias antes, aí às vezes é um pedido que você está fazendo

concomitantemente com outro. Então assim na hora, se avalia que não faz muito sentido para tua pauta, e também dependendo da resposta que eles dão, às vezes considera-se suficiente a resposta.

Vasconcellos: Sim.

Mattoso: O processo de recurso é meio rígido vamos dizer assim. Fica mais fácil você pedir um outro que você pedir o recurso.

Vasconcellos: Ou modificar um pouco o pedido pra tentar ver se fica mais efetivo

Mattoso: Isso

Vasconcellos: Pra obter um retorno, ou alguma assim?

Mattoso: Exatamente

Vasconcellos: O que eu queria ver contigo é justamente isso, para deixar um pouco mais efetivo os retornos, tu tens um técnica, ou um planejamento para na hora de fazer os pedidos?

Mattoso: O que se percebe com a utilização mais frequente, é que quanto mais específico você é, menor a chance de negarem, então a técnica principal é você ser muito, muito específico no que você quer. É. Dando menos margem para eles. Não dizerem que não podem atender e para eventualmente para se você quiser fazer matéria da negativa ou da não resposta, ser muito específico. Então acho que é a principal técnica assim

Vasconcellos: Às vezes o próprio embasamento do recurso ser citado na matéria, que isso acontece né?

Mattoso: Uhum.

Vasconcellos: É negado e é uma coisa que está em voga é precisa, e pode render matéria da negativa.

Mattoso: Sim

Vasconcellos: Tu fez o pedido, obtive os dados, está com os dados todos em mãos. Como é que tu defines o que ia virar pauta? Parava, dava uma analisada? O que tu fazias ali na hora?

Mattoso: Depende. Quando a pauta é uma coisa mais aberta, tipo o exemplo dos militares, que fui fazendo. Eu fui fazendo mais de cem pedidos, nesse caso dos militares. Então pra você se organizar, fui recebendo essas repostas e tal, e eu fui planilhando isso. É e o pedido era quantos militares tem no órgão em novembro e em outubro de 2019, quantos tinham em outubro de 2018, quantos da reserva e quantos da ativa? Então, eu fiz uma planilha exatamente com isso. A partir dos números que estão chegando que vai sendo melhor qual a pauta que você tem. Por que esse é o tipo de pauta que você não tem certeza se vai, se a sua hipótese vai se concretizada. A única hipótese de você não ter matéria é se você não tiver resposta, nesse caso. Por que se fica igual, se aumenta ou se diminui todos eles são matérias. Claro que depende qual destaque para isso. Se aumentou muito, já é manchete de jornal, virou manchete do jornal, se aumento pouco é página tal, se diminui muito pode ser manchete do jornal também, enfim então assim o peso disso vai depender do resultado de fato. No caso aí de uma informação muito específica, é no caso de uma muito específica de algo que você está é procurando. Enfim, vou dar outro exemplo. Eu pedi pela Lei de Acesso os telegramas que envolvessem o nome do Neymar, eu fui para o esporte e tal, fui fazer a Copa. Eu não usei até hoje. Também foi esse processo, analisar os documentos que recebe, ver o que tem de interessante e vê se vale fazer matéria.

Vasconcellos: Mas tu chegas a fazer esse processo: recebeu, chega ali e chama o chefe e diz pra ele: olha tenho isso, isso e aquilo outro, tu achas que dá pra fazer isso?

Mattoso: Acho que com exemplo é melhor pra explicar. O dos militares foi começou a chegar. Em um período de um mês começou a chegar. Foi assim um período de um mês entre chegar o primeiro e o último. É, embora eu tenha feito no mesmo dia. Quando começou a chegar eu comecei a ver que quase todos estavam com aumento, eu cheguei na minha chefia e falei: “oh eu acho que daqui um tempo vai ter uma matéria legal, que subiu o número de militares, aparentemente que eu tenho recebido é que está aumentando muito, então eu acho que a gente vai ter essa matéria, mas tem que esperar chegar e tal”. E aí os chefes falaram então: “não, ótimo! Legal pô! Se

for isso ótimo tal, temos uma matéria”. Na Folha tem um processo de você vender a matéria, como todos os jornais, você praticamente passa um retorno do que é a matéria, então tipo o resumo daquilo que você tem. É, as vezes você vai ter alguma divergência, vão dizer: “não, a gente não acha que isso é importante, então não faz”, daí você tem que convencer eles.

Vasconcellos: Sim

Mattoso: Pauta normal.

Vasconcellos: Tu comentou dos telegramas do Neymar. Tu recebeu retorno, ou não?

Mattoso: Recebi, recebi

Vasconcellos: Tu avaliou não fazer?

Mattoso: Avaliei não fazer porque não tinha nada relevante, assim. Tinha a participação dele em eventos, é, não era notícia de jornal.

Vasconcellos: Mas quem te encaminhou em específico?

Mattoso: Ministério das Relações Exteriores. Não tinha algo que rendesse matéria. Nada relevante, assim. É, nada relevante.

Vasconcellos: Eu te perguntei desse andamento da avaliação da pauta para saber se tu por acaso em algum desses pedidos chega a fazer um pedido secundário? Analisa ali e, para dar uma engordada na matéria, faz um pedido secundário.

Mattoso: Deixa eu pensar. Vou dar outro exemplo: Esse ano pedi... Eu fiz uma matéria do, Ernesto (Ministro), ele levou a mulher dele de carona, e num voo da FAB pra Paris. Ela estava de férias e aí ele levou ela, e aí depois dessa matéria, depois de receber essa resposta, eu fiz um novo pedido, pra saber quais foram os custos que isso teve, que hotéis eles ficaram e que custo isso teve também. E o meu pedido tinha contemplado uma data e aí fiz um novo pedido com outras datas para ver se, nessas outras datas, ele tinha levado alguém também. Nesse sentido complementar nisso assim.

Vasconcellos: Sim, porque daí conseguiu uma informação. Talvez peço mais uma outra para dar uma complementada nos dados...

Mattoso: É...

Vasconcellos: Tu costumavas então fazer?

Mattoso: Costumo.

Vasconcellos: Mas analisa caso a caso?

Mattoso: Caso a caso.

Vasconcellos: Que às vezes não precisa, né?

Mattoso: Não, às vezes não tem necessidade. A matéria já está ali.

Vasconcellos: Só para te explicar, tem certas categorias, por isso que te perguntei justamente disso, que uma delas é, a “informação cruzada”, tá, tu recebes o pedido e já faz a matéria. A outra e “cruzada”, tu recebes o pedido faz um outro e cruza. Tem uma terceira categoria, que é a ampliada, “informação ampliada”: quando tu, a recebeu o pedido, mas a resposta daquele pedido é só um ponto de partida para uma outra apuração.

Eu queria ver contigo se alguma vez tu já fez algum pedido assim, nesse gênero? Tem até um exemplo aqui se tu quiseres, eu te mostro. Foi a Folha que fez. Não sei se você lembra dessa matéria? “Assessores pagos pela Câmara atuam em sede de partidos”

Mattoso: Não.

Vasconcellos: E, eles obtiveram a lista de servidores que eram dispensados de bater o ponto diário, lá na Câmara dos Deputados. E daí foi apurado, pelo menos dezessete deles não atuavam nos setores lá da Câmara, a maior parte fazia serviços para partidos e campanhas eleitorais. Então, o ponto inicial ali é a lista dos servidores que não batiam ponto.

Mattoso: Aham

Vasconcellos: Daí a partir daquilo ali, eles verificaram indo além que...

Mattoso: Deixa eu pensar em alguma...

Vasconcellos: Se tu lembrar, depois a gente pode. Nesse caso específico analisaram um por um, tanto que eles conseguiram identificar os que não ficaram na Câmara e ainda foram fazer uma marcação, coisa mais ou menos assim

Mattoso: Aham, é... eu tenho uma lista de coisas que eu fiz de pedido.

Vasconcellos: Se quiser ver depois não tem problema.

Mattoso: Se quiser ir para outra pergunta vou vendo aqui.

Vasconcellos: Beleza. Eu queria saber contigo. Em relação a produção das pautas. A produção de uma reportagem com dados da LAI alterava a sua rotina de trabalho diária? Ou não, tu conseguias lidar muito bem com matérias do dia e as matérias desses pedidos?

Mattoso: Desde que eu passei a usar mais, pra mim eu sempre tratei a LAI como um complemento do meu dia, assim eu nunca dependi só disso para fazer matéria, ninguém depende só disso pra fazer matéria. Aprendi que não pode se planejar esperando isso porque é uma coisa super que você não sabe se vai ser cumprida exatamente, se vai dá matéria exatamente, você não sabe o que vai chegar e tal. **Então assim sempre foi uma coisa muito complementar, e assim eu sempre deixei pedidos, assim eu tenho praticamente uma agenda na minha cabeça que assim de quinze em quinze dias, eu sento e penso. O que eu posso pedir de Lei de Acesso?**

É isso que eu faço. Lido tranquilamente com isso então por exemplo tem duas matérias que estou esperando para sair, que são coisas de Lei de Acesso, que estão lá, estão respondidas, já são matérias, estão praticamente escritas as matérias. Mas no dia a dia eu não estou conseguindo tocar elas, entendeu?

Vasconcellos: Sim.

Mattoso: Ela não é uma pauta quente, uma pauta de “levantamento” e tal, então não precisa sair correndo, mas ela tá lá esperando. Enfim...

Vasconcellos: Vai levando conforme têm as demandas do hard ali que tem que fazer...

Mattoso: Isso...

Vasconcellos: As matérias do dia...

Mattoso: Aham, ou de uma pauta específica que a gente está tocando, que não é nem digamos assim uma coisa que é outro tipo de apuração e essa fica de lado até então ter tempo pra tocar.

Vasconcellos: Uma coisa em relação às tuas saídas à rua. Tu percebes que usando a LAI, tu deixas de ir para a rua ou para ti não muda em nada?

Mattoso: Não muda em nada. Nada, nada e nada. Muitas vezes o ir pra rua é o que me faz pedir a LAI, entendeu?

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: Porque é tipo assim, numa conversa com alguém que a pessoa fala: “cara você já notou que...”. Esse caso dos militares é um exemplo. Eu fui pra um café com uma mulher, uma fonte e ela falou que tinha havido algumas demissões, e que no lugar que ela estava houve algumas trocas de pessoas nos cargos e tal. E que tinha entrado vários militares nos cargos específicos. Aí eu pensei nisso. Falei “uai, mas...a”, enfim, eu pensei nisso, é... porque eu pedi também na Lei de Acesso o cargo que as pessoas estavam, que os militares estavam sendo colocados. E aí é que o importante da matéria era mostrar não só que aumentou o número de militares, mas que aumentou os militares em cargos de confiança. Foi a partir disso que eu tive a ideia de pedir pela Lei de Acesso isso, entendeu?

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: Então assim, é... fora alguns pedidos muito frios, frios no sentido de não ser nada muito... o restante é quase sempre, é alguma coisa que, de alguma dica que você tem e que você usa isso pra complementar o que você está procurando assim.

Vasconcellos: Por exemplo coisas das conversas, sai lá, você toma um café com um promotor, te fala um número ali, e tu “oh faz esse pedido que vai encontrar alguma coisa”.

Mattoso: Aham, também.

Vasconcellos: Surge esse caminho. Tu percebes que a tua relação com as fontes se alterou ao introduzir a LAI, cada vez mais na tua rotina? Ou não?

Mattoso: Não. Acaba assim, às vezes é o recurso que eu tenho de convencer a pessoa de alguma coisa, tipo: “cara eu preciso muito saber esse número? Me passe esse número?” e a mina, “não tem como”, e eu, “mas eu faço pela LAI”. A LAI, e assim cara se você tem domínio disso é muito mais fácil você convencer, ne?

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: Cara pela LAI é super fácil eu entro lá não preciso dizer nada, é só não sei o que e tal... Me fala mais ou menos, o que pode ser e tal. Que eu vou fazer um pedido e tal. Beleza. Tipo assim, acaba sendo um recurso, e não no sentido de deixar de falar por que tipo a LAI, virou minha grande fonte.

Vasconcellos: Uhum

Mattoso: É... não isso não muda.

Vasconcellos: Sobre assessorias, você tinha comentado antes, percebeu uma mudança na tua relação com as assessorias ao fazer cada vez mais pedidos, ou não?

Mattoso: Não. Ainda uso a assessoria quando eu acho que é possível, quando eu acho que é uma coisa que vai ser respondida rapidamente, e que não tem necessidade de entrar pela Lei de Acesso, mas não tem uma mudança.

Vasconcellos: Tem alguns casos, para ficar um pouco mais claro, às vezes pedia um dado para a assessoria, aí para não passar aquela coisa toda de ficar mendigando para a assessoria, pede pela LAI?

Mattoso: Acho que tem um pouco isso, mas não diria: "nossa, mudou". Tem uma coisa, quando você pede com o seu nome, em muitos órgãos, isso acaba chegando na assessoria de imprensa mesmo que não devesse chegar. Então já aconteceu de

você ligar e pedir alguma coisa, e a pessoa falar: "não, mas já entrou na Lei de Acesso, por que você está pedindo isso aqui?" Ou alguém ligar e falar: "você é repórter, né? Você quer isso? Por que você não pediu pela assessoria?" Alguma coisa assim. Mas não tem uma mudança efetiva. Eu talvez tenha procurado um pouco menos a assessoria de imprensa, e talvez essa seja a maior diferença, eu parei de tentar a assessoria e depois ir para a Lei de Acesso. A não ser uma coisa que eu realmente preciso tentar, para o dia, senão eu vou direto na Lei de Acesso.

Vasconcellos: Tu tens uma ideia de quantos pedidos tu já fez?

Mattoso: Não. Só esse foram 100 pedidos. Uns 300 pedidos.

Vasconcellos: Desde que tu começou a usar de forma mais...

Mattoso: Não faço ideia, na verdade.

Vasconcellos: O que eu queria ver contigo, com relação ao número de pedidos, como é que tu faz esse acompanhamento. Se tu criou uma planilha, se tu tem um e-mail só para isso, ou é uma coisa de recebeu a notificação e ver como está?

Mattoso: Eu tenho uma planilha que é principalmente para informações desclassificadas, porque às vezes a gente pede alguma coisa de um número, e se eu não sei onde eu peguei esse número, eu me perco um pouco. E quando você pega a tabela de informações desclassificadas, é uma tabela. Chega uma tabela com um monte de número, e você não sabe se você já pegou esse, se pediu esse e tal. Então eu faço uma planilha, que eu pedi tal número, tal órgão, e se chegou ou não chegou. O restante, como são coisas muito específicas, eu só faço planilha quando é um levantamento e eu preciso planilhar isso. Mas assim, não para acompanhamento, porque eu não consigo acompanhar. No meu e-mail, Lei de Acesso ele taggeia.

Vasconcellos: E na análise dos dados, eu não sei como funciona aqui na Folha em Brasília, mas tem um programador que te auxilia para fazer essa análise, ou tu própria manja de linguagem de programação e faz? Ou tu achas que não precisa?

Mattoso: Eu nunca pedi nada que eu não tenha conseguido analisar, que fosse um tipo de arquivo que eu não conseguisse. No final são tabelas, números, respostas mesmo.

Vasconcellos: Uma tabela dinâmica te ajuda no caso, nunca precisou passar por um programador para usar Python, alguma coisa assim?

Mattoso: Não. Nunca precisei.

Vasconcellos: Na análise dos dados, tu usas o teu computador ou o do jornal? Às vezes fica um pouco pesado, e às vezes têm repórteres que gostam de ter o próprio, porque fica mais fácil.

Mattoso: Eu só uso o meu computador, eu não uso o computador da Folha. Porque você vai abrindo tanta coisa no dia, e eu achei que era importante ter tudo no mesmo lugar, e meu. Eu uso Mac, gosto de trabalhar com ele, e faço tudo nele. Tenho uma pasta específica, Lei de Acesso.

Vasconcellos: Fica tudo então numa pasta, não é na nuvem?

Mattoso: Fica na nuvem e no computador. As coisas passadas ficam na nuvem, e eu tenho uma pasta das coisas mais atuais que eu preciso acompanhar.

Vasconcellos: Mas tu usas mais o teu computador pessoal por ser mais fácil de gerenciar e também porque o da empresa pode travar na hora de estar mexendo nessas coisas?

Mattoso: Não, é porque fica mais fácil de me organizar. Tem algumas facilidades da Apple que me facilitam a vida enormemente, tipo, você dá um CTRL+C no Mac e dá um CTRL+V no iPhone, salva minha vida em vários momentos. Eu uso muito o Bloco de Notas que é do iPhone, que se eu coloco alguma coisa aqui já cai direto. Então é mais por isso, e por eu ter certeza que tudo o que eu abrir vai estar lá no meu computador. E às vezes você está na correria, abre um negócio, fecha o outro, mas eu sei que vai estar lá. Mais por isso, questão de organização, e eu acho que meu computador funciona melhor também, mas não é o principal.

Vasconcellos: Tu manja de linguagem de programação?

Mattoso: Não.

Vasconcellos: E na Folha eles não te incentivaram: faz algum curso de SQL ou alguma coisa assim?

Mattoso: Não, eu cheguei a fazer. Fiz em Londres mesmo, e depois eu fiz aqui também, mas sempre achei difícil e nunca priorizei isso. É um investimento que vale muito, mas acabou que não priorizei.

Vasconcellos: Acaba conseguindo fazer as análises com uma planilha, usando filtro na tabela dinâmica, né?

Mattoso: Aham.

Vasconcellos: Eu ia te perguntar isso mais para a frente, que foi uma das perguntas que eu recebi depois, eu queria saber o que te move como jornalista para buscar esses dados, pela transparência.

Mattoso: Acho que o que move é você poder ter acesso a informações importantes e poder levar isso ao conhecimento das pessoas. Acaba que a transparência é um lugar como se você estivesse tendo acesso a alguma coisa que de fato não estava exposta, e o que move é justamente você poder ter a oportunidade de mostrar para as pessoas, e trabalhar com esses dados para informar.

Vasconcellos: Tu lembra de algum pedido mais demorado que tu fez, que levou muito tempo?

Mattoso: Acho que o pedido mais demorado foi esse do Ministério Público do Marcelo Miller, na época era bem importante isso, era um caso muito importante para a continuação do governo Temer.

Vasconcellos: Quanto tempo levou?

Mattoso: 90 dias.

Vasconcellos: Tem alguns que demoram, são três meses de qualquer forma.

Mattoso: Eu pego essas duas coisas depois e te mando.

Vasconcellos: De qualquer maneira eu estou anotando, caso a gente se esqueça. Em relação a prazos da LAI, você sabe que tem alguns prazos específicos. Tem alguns prazos que não são cumpridos. Na tua rotina, essa questão de ter um prazo bem maior do que uma coisa do dia, é uma coisa que te angustia ou tu consegue lidar muito bem?

Mattoso: Hoje já lido bem. É uma coisa de você realmente não contar com isso, porque não é uma coisa que você tem como saber. E é isso, a Lei de Acesso não é uma coisa que você liga e fala, é um negócio que muitas vezes você não vai conseguir cobrar, pressionar e etc. Hoje eu lido completamente tranquilo com isso. Eu fico muito

feliz quando chega, basicamente isso. Mas não me programo em cima de datas que estão ali, porque não são as datas.

Vasconcellos: Essa é a último das genéricas, que é em relação aos novatos. Como tu percebe, ainda mais agora que tu estás aqui em Brasília, o interesse de jornalistas novatos pela Lei de Acesso? Percebe nos teus colegas que trabalham ali?

Mattoso: Eu acho que quando sai uma matéria com Lei de Acesso, as pessoas que estão a menos tempo ou que não costumam usar, elas perguntam: "é tudo pela Lei de Acesso?" "É, pela Lei de Acesso." "Mas como faz então?" Eu acho que tem um desconhecimento da Lei de Acesso, de como ela pode ser utilizada, tem também um trabalho grande de fazer, não é uma coisa 100% legal. É chato, burocrático, você vai lá, entra. Mas eu acho que as pessoas têm se interessado mais em fazer. Mas eu acho que ao mesmo tempo teve um boom, mas de impressão. Talvez você tenha muito melhor uma estatística sobre isso, mas eu acho que ela poderia ser muito mais usada do que ela é.

Vasconcellos: Na Folha tem alguma capacitação para passar esse conhecimento para os novatos?

Mattoso: Não. Tem um chapéu, que eles chamam, que é a Folha Transparência, e isso acaba sendo um incentivo.

Vasconcellos: Algumas das tuas caem nessa Folha Transparência. Também identifiquei que algumas vezes é usada Folha Transparência.

Mattoso: Também não sei o critério para ser sincera. Posso até perguntar lá dentro, mas eu acho que quando é baseado única e exclusivamente na Lei de Acesso, pode ser que caia. Não sei, vou perguntar.

Vasconcellos: Agora em relação a questões específicas. Uma coisa que eu percebi é uma diferença grande de produção de matérias tuas, no teu caso, entre 2017 e 2018. Em 2017 foram cinco, contra uma. Eu queria entender os fatores para isso, é um pouco de eleições que afetou em 2018, ou tu foi para fora?

Mattoso: Em 2018 foi uma?

Vasconcellos: É, por esses filtros que eu fiz.

Mattoso: Eu acho que não foi uma. Pode ser. Essa do Ministério Público eu fiz mais ou menos em 2017. Foi ano de eleição com certeza a explicação para isso. A gente ficou muito principalmente fazendo levantamento sobre os candidatos.

Vasconcellos: E esse consegue com transparência ativa, estava disponível ali nos sites.

Mattoso: Agora me lembrei de um negócio, que em 2018, no começo do ano a gente fez uma matéria sobre o Bolsonaro, que a gente usou várias vezes a Lei de Acesso, mas a gente não precisou colocar isso na matéria. Então a questão de submoradia e etc., a gente precisou usar. Da funcionária fantasma dele, a gente também usou a Lei de Acesso, para informações complementares. Não foi a Lei de Acesso que nos deu a matéria, mas assim, a gente tentou obter informações complementares do ponto dela, e a gente não conseguiu. Quatro meses praticamente eu fiquei com isso. Depois eu entreguei uma outra matéria que demorou mais ou menos uns três meses, do Alckmin, e essa matéria do Alckmin, a gente também usou a Lei de Acesso para caramba, que foi o caso de um viaduto que ele construiu numa cidade em São Paulo e tal, e para isso a gente precisava ter acesso a todas as questões burocráticas dessa construção, e a gente usou a Lei de Acesso para isso também, mas a gente não precisou falar disso na matéria porque não era o mais importante. Então foi um ano muito específico de eleições que acaba que a sua agenda fica comprometida toda para isso. Então provavelmente não consegui ter tempo para pensar em outra coisa.

Vasconcellos: Eu vou voltar um pouquinho, eu queria ver contigo se por acaso teve algum pedido que tu teves que ir no local para fazer a consulta. Porque tem uma brecha, quando envolve trabalho adicional de análise.

Mattoso: Não. Nunca fui no local. Teve um caso do Padilha que a gente pediu em 2017 ou 2016, eu estava fazendo com um colega, com o Rubens, e eu acho que o Rubens foi lá para ver, mas eu pessoalmente nunca fui.

Vasconcellos: Alguns outros jornalistas comentaram um pouco de constrangimento, mais em São Paulo.

Mattoso: De ter que ir?

Vasconcellos: Ter que ir, às vezes vinha um assessor, não tinha cota. Mais nesse sentido. Não sei se tu lembras nessa reportagem, a gente selecionou duas, se tu

quiser depois, a gente amplia, de Pijama a cortador de unhas, Temer ganhou 185 presentes. O que motivou vocês a fazerem?

Mattoso: Nesses dias idiotas de: "o que pedir na Lei de Acesso? Vamos pensar em alguma coisa" etc., era uma época que tinha acontecido alguma coisa sobre o acervo do Lula, de presentes do Lula, e isso estava por algum motivo sendo falado. Era isso, e era a questão da JBS, e eu queria saber se ele tinha recebido algum presente da JBS, daí eu fiz o pedido da lista de presentes dele. É isso, uma aposta, então poderia ter lá que ele ganhou uma coisa cara de uma empresa que depois ele fez uma coisa que poderia ter beneficiado. É uma aposta. E nesse caso virou uma matéria engraçadinha de que tipo de presente ele recebe.

Vasconcellos: Fizeram uma com o Lula?

Mattoso: Não fizeram com o Lula. O que tinha com o Lula era a polêmica do acervo dele.

Vasconcellos: Sim, que ia para o Instituto Lula.

Mattoso: Então as pessoas tiveram acesso ao acervo quando isso virou investigação. Então eles colocaram lá o caso da Laece, não me lembro direito, então tinha na investigação as coisas que tinham no acervo. Aí eu pensei: "vou tentar, vai que eles respondem" e também respondeu no prazo, e bem legal a resposta, com todos os dados, e mais dados do que a gente imaginou que eles poderiam responder.

Vasconcellos: E ali foi transparência passiva no caso? Vocês fizeram o pedido pelo sistema e veio o retorno?

Mattoso: Aham.

Vasconcellos: Tu tens uma ideia de quanto tempo levou para ser respondido neste caso?

Mattoso: Foi dentro do prazo. Eu não me lembro, posso até ver para você depois, mas acho que foi uns 15 dias. Acho que não passou disso.

Vasconcellos: Quanto tempo levou para a matéria ser publicada? O pedido até.

Mattoso: Essa deve ter demorado. Eu também posso ver, mas deve ter sido uns dois meses mais ou menos.

Vasconcellos: Meio que fica na gaveta, e aí: vamos mandar hoje.

Mattoso: É o tipo de matéria fria que não tem pressa.

Vasconcellos: Para qual órgão foi pedido?

Mattoso: Para a presidência.

Vasconcellos: E aí não teve recurso?

Mattoso: Não precisou.

Vasconcellos: E nem tu fez um pedido secundário para complementar?

Mattoso: Eu acho que fiz um pedido secundário, só que eu não vou me lembrar o que é. Mas ele não foi usado na matéria, e não foi usado para nada. Se não me engano acho que não tinha valor, e acho que fiz um pedido sobre valor. Mas eu não usei, e não me lembro se responderam. Porque tem isso também, às vezes você pede um negócio que você acha que vai usar, aí a matéria acaba saindo antes, e aquilo mesmo que fosse importante, passou.

Vasconcellos: Tem uma matéria, que tu comentou: "Ministros usam FAB para dar carona para parentes lobistas". Foi só transparência passiva ou também teve alguma coisa de ativa? A passiva é quando tu tens que fazer o pedido, a ativa é quando tu encontra esse dado aberto.

Mattoso: Não encontrei esse dado aberto, porque a gente olhava na FAB os registros dos voos, número de ocupantes, e tipo assim, quem são essas pessoas que estão andando? E nunca tinha sido feito uma matéria dessas. Essa eu achei legal mais por causa disso, e por isso eu lembro muito bem dela, porque na verdade, essa demorou bastante tempo. Porque primeiro eu fiz os pedidos para a FAB, e aí essa é a chatice do negócio, porque se você errou o pedido, para quem você tem que fazer, isso te leva praticamente dois meses. Errei o pedido, eles respondem 15 dias depois, só, dizendo: "não é aqui". E não: "não é aqui, estamos reencaminhando". É tipo assim: "não, não é aqui." Eles deviam reencaminhar. Aí eles não reencaminham, você esperou 15 dias, e aí você vai abrir os novos pedidos. É um processo que acaba durando dois meses pelo menos, porque até você receber todas as respostas, se organizar de novo, sentar de novo, pedir de novo, para o lugar certo, porque eu pedi pela FAB, aí a FAB respondeu que tinha que ser órgão a órgão. Na verdade, ela fala assim: "eu não tenho esses dados. Quem pode ter esses dados são as pastas". Aí você vai pasta a pasta, e aí eu pedi, e aí demorou mais o tempo da Lei de Acesso

para responderem, alguns não responderam, aí eu entrei com recurso, e aí eles responderam. E é um trabalho chato, porque você tem que pegar todas as listas da FAB, dia a dia, planilhar isso, é uma coisa chata para cacete, e aí você manda detalhadamente assim: "eu gostaria de saber quem foram os ocupantes dos voos da FAB nesses dias, nessas datas, para esses destinos". Então você tem que colocar o voo de ida, o voo de volta, se não eles não respondem. Se você responder pela metade eles vão responder que não, porque não tem as informações completas que você quer, é genérico. Aí eles responderam, e foi legal, porque deu para mostrar que um monte de gente estava indo nos aviões.

Vasconcellos: Foi um pedido só?

Mattoso: Fiz pasta a pasta. Ministério por Ministério.

Vasconcellos: Tu lembra quantos foram?

Mattoso: Acho que foram uns 20 pedidos. 40, porque fiz 20 errados, e depois os 20.

Vasconcellos: A resposta dos pedidos variou conforme Ministério?

Mattoso: Variou.

Vasconcellos: Teve algum que passou do prazo regulamentar?

Mattoso: Acho que teve, e teve quem não respondeu. A gente até colocou isso na matéria, que falou que não ia responder. Aí começou a coisa do Maia, o Maia falou que não ia responder, porque não guardava os registros de quem tinha entrado no avião.

Vasconcellos: E para a matéria ser publicada, tu lembra se do dia que tu fez o primeiro pedido até a publicação, quanto tempo levou?

Mattoso: Eu acho que deve ter levado uns quatro meses.

Vasconcellos: Eu acho que está na matéria, se eu não me engano.

Mattoso: Eu acho que não.

Vasconcellos: Está na matéria o tempo que levou para os pedidos, alguma coisa assim.

Mattoso: Tem coisa em tramitação até hoje.

Vasconcellos: Se quiser eu também posso te pedir depois. Tu tens todo o encaminhamento?

Mattoso: Eu te passo depois também.

Vasconcellos: Anotei aqui. Tu falou que foram vários pedidos, teve algum que teve recurso ou responderam de cara?

Mattoso: Acho que só o que a gente não conseguiu mesmo, e nem com recurso. No caso do Maia, a gente pediu recurso e não conseguiu, e eu não me lembro se teve mais algum, mas acho que não.

Vasconcellos: Não fez pedido secundário?

Mattoso: Não.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM LUIZ FERNANDO TOLEDO

Hygino Vasconcellos: Eu queria primeiro que tu falaste tua trajetória profissional no jornalismo. Primeiro o ano em que tu se formou, se fez algum curso de pós-graduação e o teu vínculo de trabalho na Globo.

Toledo: Me formei em 2012 na Universidade de Sorocaba, vim para São Paulo para estudar Ciência Política, na escola de Sociologia e Política, numa pós-graduação lato sensu, e durante esse período em que eu estava aqui, em 2013, mais ou menos, então foi um ano entre sair da faculdade e vir para São Paulo, eu fiquei sabendo do trainee do Estadão, que é o Focas, que é um curso conhecido, e tentei. Fiz o curso, acabei passando, e fiquei lá por cinco anos. O Estadão foi minha escola de praticamente tudo, aprender apuração, jeito de escrever, jeito de achar leads rápidos, porque jornalismo diário é uma coisa meio corrida, e foi lá que eu tive o primeiro contato com a Lei de Acesso à Informação. E aí vim para a Globo justamente por causa disso. Teve uma história que eu publiquei lá que envolvia o nome de uma repórter da Globo, que não era uma matéria exatamente com dados obtidos por LAI, e sim sobre a LAI, porque tem uma comissão da Prefeitura de São Paulo, que chama Comissão Municipal de Acesso à Informação. Ela é a última instância dos casos de pedidos de Lei de Acesso feitos aqui na Prefeitura de São Paulo em que há vários membros de órgãos diferentes da Prefeitura, Secretaria de Comunicação, Saúde, enfim, em que eles discutem se vão ou não fornecer determinados dados para os cidadãos.

Vasconcellos: Uma comissão de reavaliação?

Toledo: Isso. É como se fosse a comissão mista do governo federal, a CMRI. Aqui chama CMAI, Comissão Municipal de Acesso à Informação. E aí uma fonte me contou que nessas reuniões eles falavam muito sobre jornalistas, eles faziam piadinha, eles falavam: “esse jornalista pede muita informação”, e aí eu comecei a correr atrás, eu lembro que teve uma troca de gestão na época, e eu comecei a correr atrás porque me falavam que essas reuniões eram gravadas, que tinham áudios de todas as reuniões, e aí eu consegui, e de fato mostrava que o cara que era o número dois da comunicação, era o chefe de gabinete da Secretaria de Comunicação da Prefeitura tinha várias estratégias para deliberadamente dificultar o acesso. Era uma informação que estava dividida por subprefeitura, então ao invés de ele mandar toda a resposta, ele pedia para que você pedisse para cada uma das 32 subprefeituras. Você ia ficar

meses tentando. Ou então ele falava: “vai dificultando porque aí passam dois meses, essa pessoa vai desistir de fazer essa matéria e vai para outra, e você sabe que a cidade de São Paulo tem problema, tem muito buraco, tudo isso é matéria para os jornalistas”. O cara falando várias coisas desse tipo. E uma das pessoas me citava nesse áudio, e citava uma produtora da Globo, que é a Roberta Giacomoni, e aí para eu publicar a matéria, eu tive que pedir o outro lado para a Globo, e aí nesse pedido de outro lado, acabei ficando conhecido lá, as pessoas acharam engraçado, a própria Roberta ficou muito mais conhecida, porque o negócio saiu no Jornal Nacional, teve uma repercussão grande. No mesmo ano a Globo chegou a me ligar, fez uma proposta, mas naquele ano eu achei que não era o momento, e no ano seguinte fizeram outra proposta, e aí eu acabei vindo para cá. Aqui é contratação normal, CLT, registrado comum. Vai fazer um ano agora, entrei dia seis ou sete de janeiro.

Vasconcellos: Então a Lei de Acesso te...

Toledo: Não tanto a Lei de Acesso, mas o meu trabalho com isso. Por que falaram sobre mim nessa reunião? Porque tinham três pessoas que eram as conhecidas como as mais chatas na Prefeitura, que eram eu, a Robert Jacomori, e o William Cardoso, que é o cara do Jornal Agora. Se você fizer um pedido para a Prefeitura: “eu quero os dez CPFs das pessoas que mais pedem LAI”, vai estar lá, primeiro é a Roberta, segundo sou eu, terceiro é o William. Por isso que a gente ficou conhecido e deu todo esse rolo.

Vasconcellos: Que idade tu tens hoje?

Toledo: 28.

Vasconcellos: Em relação a esse teu contato inicial com a LAI, da onde surgiu interesse? Eu vi uma entrevista tua que tu comentou um pouco, mas eu quero que tu me fale.

Toledo: Eu cheguei em São Paulo meio perdido, eu trabalhava num jornal no interior de Sorocaba. Na faculdade eu tive pouco contato com jornalismo profissional, eu fiz dez meses de estágio, porque na época estava difícil de arrumar, e quando você vem para São Paulo, você fica muito preocupado com questão de fonte, você não tem nenhuma fonte. Eu via que meus colegas, principalmente no trainee do Estadão, que é bem competitivo, tinha gente que já tinha trabalhado com o Correio Braziliense, tinha trabalhado em jornais grandes, O Globo, pessoas que tinham alguma experiência. Se

não em jornal grande, pelo menos cobrindo cidades. Tinha alguma noção, tinha algumas fontes. E eu vi que estava muito para trás. E aí quando eu fui contratado, efetivado de fato, eu percebi isso mais ainda, porque toda semana eu tinha que trazer uma pauta, e tinha essa dificuldade, eu conhecia poucas pessoas ainda, e aí eu comecei a pensar: o que eu posso fazer que as pessoas não estão fazendo? O que eu posso ter de diferencial? E aí eu percebi que eu gostava de dados, e mais do que dados, documentos. Eu gostava de ler documentos e achar coisas que ninguém tem paciência, de pegar um documento de 100, 50 páginas e ficar lendo. O que era a Lei de Acesso nesse momento, em 2014, 2015? Você tinha meia dúzia de jornalistas que usavam de fato para fazer matéria, e todo o resto que falava: “essa lei não pegou, essa lei não funciona, eu peço as coisas e a resposta não chega, ou chega pela metade”. Eu falei: “vou fazer um teste, vamos ver o que acontece”. E aí em 2015, eu cheguei a fazer algumas coisas antes, mas nenhuma significativa, eu tive uns meses de tentativa e erro. Em 2015 estava rolando um negócio chamado reorganização do ensino aqui em São Paulo, porque o Alckmin, que era o Governador na época, queria fechar um grupo de se não me engano 94 escolas, e ele dizia que elas seriam transformadas em creche, seriam transformadas em outro equipamento. E aí gerou uma série de protestos, todo mundo estava reclamando, falando que não ia dar certo, e eles diziam em todas as coletivas que essa reforma era baseada em um estudo. E toda vez a gente pedia na coletiva: “cadê esse estudo?”. Não divulgavam. Aí eu decidi fazer esse teste: vamos ver, se eu pedir pela LAI, o que acontece? E eu pedi, e chegou uma resposta. Era um documento de umas oito, nove páginas. Um documento curtinho. E eu tive até a impressão de que eles produziram o documento para me responder, e que aparentemente não tinha nada antes, e a gente publicou a matéria, e teve uma repercussão gigantesca. Teve pesquisadores da USP, da UFABC, várias universidades, que pegaram esse estudo, destrincharam e falaram: “de acordo com o que vocês estão mostrando nesse estudo, a política não é adequada, vocês não comprovaram que ela de fato vai trazer alguma melhoria para a educação”. Foi uma das coisas, teve protesto, um monte de coisa, que fez com que o governador desistisse depois e voltasse atrás, não fechasse mais as escolas. Então acho que foi a primeira grande matéria que eu falei: “caramba, teve um impacto legal”, e é uma coisa que todos os jornalistas, mesmo os que não eram de educação, estavam olhando para esse assunto, e ninguém foi atrás de fazer um mero pedido de LAI para conseguir. É uma coisa que é gratuita, você faz em cinco minutos, e é só você esperar

o resultado e ver o que dá. E aí eu falei: “e se eu começar a fazer pedido para todo mundo, então?”. E aí eu começava a fazer um teste aqui, um teste ali, para a prefeitura, governo do estado, governo federal, e eu comecei a ver que chegou um momento em que não só eu tinha algumas pautas, como eu tinha muitas pautas. Os colegas chegavam no dia da reunião de pauta, às vezes estavam sem pauta e eu falava: “eu tenho dez pautas aqui”. Claro que é aquela coisa, eu tenho uma ideia de pauta, você vai ter que correr atrás depois, identificar se você consegue achar um caso concreto que se encaixe, mas em termos de lead, de ideias, tipo: “aumenta o número de apreensão de armas em São Paulo, aumenta o número de alunos que evadiram a escola”, sempre tinha alguma coisa em mente já. E isso foi facilitando o meu trabalho, porque quando você tem dez ideias de pauta, provavelmente você vai ter uma ótima, umas três boas, algumas mais ou menos, e as outras você vai jogar fora, mas você sempre vai ter uma ideia boa. É melhor do que você ter só uma ou duas ideias. E aí eu comecei a fazer isso de forma massiva. E aí eu comecei a fazer isso de forma massiva: “todo dia eu vou fazer um pedido, todo dia eu vou fazer dois pedidos”. Quando eu vi, eu estava com mais de mil pedidos para a prefeitura, governo do estado eu tenho uns 1200, governo federal eu tenho quase 2000. E fez muita diferença, porque o que aconteceu nesse processo? Além de eu conseguir matérias, eu meio que fui fazendo uma espécie de estudo, vendo de que forma o governo responde, diferentes ministérios, diferentes secretarias, o que funciona, o que não funciona, o que dá errado, como eu consigo evitar uma negativa? E aí eu comecei meio que a criar na minha cabeça ferramentas de como melhorar o jeito de usar a LAI. E como ninguém usava, eu comecei a tentar transformar isso em algo mais coletivo. Então no começo do Estadão, eu consegui um documento, uma base de dados que eu não vou usar, mas eu sei que tem um fulano ali que está fazendo uma matéria que é exatamente sobre isso, então eu chegava para ele: “vamos fazer juntos? Está aqui”. E aí dava certo, funcionou. Aí com o tempo, eu comecei a pensar: “então talvez eu devesse não só fazer isso só para mim, ou só aqui para a redação, mas abrir isso para todo mundo”, e aí veio a ideia do Fiquem Sabendo, da newsletter. E aí a coisa foi crescendo e acabou virando uma coisa além de servir para matérias, e sim quase uma área do jornalismo. Assim como tem o jornalismo de dados, o jornalismo de transparência.

Vasconcellos: O Fiquem Sabendo começou quando?

Toledo: Começou em 2016, era só o Léo Arcoverde antes, que era uma proposta parecida com a de hoje, mas diferente, porque em 2016, o Leo trabalhava só ele, ele criou o site, pagou, mas ele basicamente fazia notícias no site. Era como se fosse uma extensão do trabalho dele. Então ele descobria uma história por meio da Lei de Acesso, publicava no site, às vezes ouvia um especialista, colocava um personagem e era isso. E ele sempre permitiu que as pessoas pudessem reproduzir gratuitamente o conteúdo. Só que aí ele começou a não ter braço, porque ele estava sozinho, e aí arrumou emprego pela Globo News. Pelo que eu entendi, o emprego que ele conseguiu aqui foi porque ele chamou a atenção por causa do site Fiquem Sabendo. Gostavam das pautas dele, e aí ele veio para cá. Só que aí ele não estava mais conseguindo dar conta de ter as duas coisas, e aí ele chamou a Maria Vitória Ramos, que na época, estava se formando na Cásper Líbero, para ajudar no site. No fim, ela se mostrou muito prestativa, competente, versátil, no fim ela acabou me chamando, e juntos a gente montou outra coisa. Antes era um site, não tinha CNPJ, e aí em 2018, a gente montou um CNPJ de associação, e aí deixou de ser um site para ser uma associação de dados abertos. Então ao invés de ser um trabalho de um site de notícias, virou uma associação que divulga dados abertos, faz palestras sobre dados abertos. Aí veio essa ideia da newsletter, que desde o ano passado, eu queria criar alguma coisa que ajudasse as pessoas a entender como usar a LAI melhor. Aí eu lembro que eu ganhei uma bolsa do ICFJ, daquele Internacional Center for Journalists, tem muita gente da Zero Hora que vai, e eu fiquei dois meses tanto fazendo o curso deles de empreendedorismo e jornalismo digital, quanto trabalhando na ProPublica, que é aquela redação de Nova York, e tendo insights. O que os caras fazem aqui? A ProPublica tem um sistema interno em que quando eles fazem o pedido, eles sobem esse pedido no sistema, e outros jornalistas podem ver o que as pessoas estão perguntando. Aí comecei a conversar com as pessoas, o que funciona, o que não funciona, e aí conversando com o pessoal do Fiquem Sabendo veio essa ideia, a newsletter. O que foi legal dessa ideia? Porque sempre o trabalho de Lei de Acesso foi uma coisa para dentro, eu peço para mim, faço a matéria, e acabou. Só que primeiro, quem usa sabe disso, de dez pedidos que você faz, dois vão servir. Os outros não vão servir. Só que não servir para você não significa que não vão servir para outras pessoas. Então, o governo federal teve uma super sacada que abriu todos os pedidos no site para você poder pesquisar lá. Criei até um critério para o pessoal, de no mínimo ter 30 dias estar publicado, para ninguém reclamar: “mas era minha

matéria”. Então, a gente espera 30 dias e aí usa, para garantir exclusividade de quem pediu. Mas passou 30 dias, a gente entende que já está disponível. Então basicamente foi isso, surgiu como site, virou uma associação, e agora a gente faz um monte de coisa.

Vasconcellos: Tu tinhas comentado antes da relação dessas matérias, porque depois ele foi exonerado. Eu quero entender, no Estadão, como era essa definição do que ia ser solicitado, se tinha uma definição prévia da chefia, ou se cada repórter solicitava por conta.

Toledo: No Estadão eu não me lembro de algum caso em que o chefe pediu que eu pedisse uma determinada informação. Até porque é uma forma de trabalho como outras, então em geral o jornalista que tinha essa ideia, ia lá e fazia o pedido. Eu criei essa rotina quase pragmática, sistemática, de sempre fazer o pedido, porque eu tinha essa ideia de que eu não queria só a resposta ao pedido, e sim entender o que dava para perguntar, o que não dava, como determinado órgão respondia, se demorava ou não demorava, se dava para confiar nos dados ou não dava. Era quase uma pesquisa sem ser uma pesquisa. Então eu fazia mais. Mas em geral não tinha isso. O que na Globo, por exemplo, eu já senti uma diferença. Porque na Globo, eu acho que por ter mais gente, a Globo trabalha com projetos especiais. O Estadão também tem isso, mas a Globo é um negócio maior. Então, por exemplo, no começo do ano a gente fez um projeto chamado Anda São Paulo, é a terceira edição já, que basicamente é um projeto que trabalha com mobilidade urbana. O que mudou na mobilidade de São Paulo nos últimos anos? Eles começaram isso em 2013, por causa das manifestações de junho, aí teve uma segunda edição, não me lembro em que ano, e agora teve a terceira, só que essa terceira eles quiseram fazer algo diferente, que é a entrada de jornalismo de dados nesse núcleo. Então era uma equipe de umas 25 pessoas, entre produtor, editor, repórter, microfone, e a equipe de cientistas de dados. Então o que tinha de diferente nesse projeto? Além das pautas comuns, a ideia era que a gente pegasse todos os microdados que existem dessa área de mobilidade urbana, e achasse pautas ali. Então a primeira coisa, entramos em contato com as empresas: Waze, Uber, 99, Yellow, para eles passarem as bases de dados deles. A SPTrans também, que é empresa de ônibus aqui. No fim acabou se revelando que as empresas passavam dados bem fracos, com exceção do Waze, que deu muita coisa. Passavam dados somente daquilo que interessava para elas, então não foi tão legal assim. Mas

o SPTrans mandou a base inteira do GPS dos ônibus da cidade, então a equipe de cientistas de dados montou um sistema em que eu consegui fazer uma consulta no SQL, numa base que é atualizada duas vezes por dia, e eu consigo saber quantos ônibus circularam na cidade de São Paulo nas últimas 24 horas. Então, por exemplo, quando teve paralisação de ônibus aqui, eu consegui ver em quantos por cento diminuiu a circulação de ônibus, qual foi o ônibus que parou de circular, qual circulou menos, em que região da cidade. Enfim, uma base que só a própria Prefeitura teria, se fizesse todo esse levantamento que a gente fez. Então foi um projeto que além de servir para as matérias, ainda virou uma ferramenta para uso depois. E por que nesse caso foi diferente do que era no Estadão? Porque a gente teve reuniões antes de começar o projeto, e aí a gente definiu: vamos perguntar 50 coisas para o governo pela Lei de Acesso sobre mobilidade. E aí eu fiz 50 pedidos de LAI para o governo já combinado com a chefia, definido em reuniões de pauta, já foi uma coisa mais estruturada. E uma coisa que é interessante é que no Brasil hoje, embora você tenha equipes de jornalismo de dados, você não tem jornalistas que trabalhem especificamente com transparência. Então é uma coisa interessante que nos Estados Unidos recentemente o Washington Post contratou um cara, que o cargo dele chama FOIA Director, é o cara que vai ficar responsável por analisando os pedidos de FOIA, que é a *Freedom of Information Act*, a legislação americana, e ele que vai definir: “vou pedir desse jeito”. Aí eles têm advogados para ajudar: “vamos entrar com o recurso dessa forma? Vamos perguntar desse outro jeito?”. É uma equipe focada em Lei de Acesso. O New York Times tem gente que faz isso, ProPublica tem gente que faz isso, tem advogado. E no Brasil não existe essa figura ainda, e deveria ter, porque o que eu percebo é que a Lei de Acesso, se você tiver alguém trabalhando sistematicamente nos pedidos, funciona muito melhor, porque aí a pessoa já vai se programar: janeiro é um mês que tem muita chuva, então eu vou fazer vários pedidos já pensando em problemas que a chuva causa, obras contra enchente, quantas árvores caíram, quantas podas de árvore teve, quantidade de acidentes que teve no ano anterior. Estatísticas que vão ajudar na cobertura. Então se tiver alguém planejando, é sempre melhor, mas no Brasil não tem isso. O mais perto que eu vi chegar disso foi esse projeto que a gente fez na Globo, que a gente planejou um mês antes que pedidos a gente faria, mas só para aquele projeto. Acabou o projeto, acabou esse planejamento.

Vasconcellos: Lá no Estadão também tem cientista de dados ou só na Globo tem?

Toledo: Tem, mas não trabalhando diretamente na redação. Tem fazendo outras ações. Às vezes eles entram, por exemplo, quando tem eleição. Aí eles produzem o sistema que pega o dado do TSE e já coloca no site. Mas cientistas de dados, que eu saiba, não tem. Tem designer, tem jornalistas de dados. Tem um cara que trabalha na área, ele é do design, mas ele é formado em jornalismo, ele é contratado como designer, que é o Rodrigo Menegat. E ele fez o curso de Jornalismo de dados em Columbia, ele entende muito desse assunto, mas ele não é cientista de dados nem programador, ele é jornalista.

Vasconcellos: Os que têm na Globo são programadores ou são formados como cientista de dados?

Toledo: Tem as duas coisas. Tem programadores, tem uma equipe grande no Rio, que eles fazem de tudo também, várias atividades, e entre elas, o jornalismo. Então é quase como se fosse uma empresa prestando serviço para a Globo. Acho que eles são funcionários da Globo, mas tem um projeto aqui, então a gente vai prestar serviço para esse projeto. Aí eles ficam com a gente por um tempo, e depois eles saem. Então eles não participam da rotina da redação. Eles não estão sugerindo pautas ou pensando pautas com a gente. Eles são chamados sob demanda. Eu não sei se eles são contratados ou se eles são uma empresa terceirizada, porque eles ficam o tempo inteiro na Globo. Eu não sei se é como se fosse um TI a parte. Eu só sei que tem um cara nessa equipe que é da Globo, que é o Rodolfo Viana, que era o cara que estava no meu cargo antes, que é o que eu estou hoje, e ele foi trabalhar na área dele, cientista de dados. É o único jornalista que trabalha com eles. Ele estudou mais essa área de dados.

Vasconcellos: Na tua carteira tu estás como jornalista de dados, produtor?

Toledo: Produtor de reportagem. É difícil ter esse cargo oficial. Quando eu fiz a entrevista eles falaram: “a gente quer um produtor especializado em dados”. E dados em TV é uma coisa um pouco diferente. Porque você vai pensar em dados para um jornal, em geral, as pessoas querem alguém que faça infográficos, coisas mais visuais, uma coisa mais big data. Em TV é muito mais simples do que isso. Jornalista de dados é basicamente alguém que trabalhe com dados não necessariamente para a visualização. Eu vou produzir estatísticas para as reportagens. Uma matéria sobre criminalidade, eu vou tentar trazer dados sobre aquele tipo de crime. Uma matéria

sobre multa, vou tentar achar dados sobre aquilo e traduzir aquilo para as pessoas. É uma coisa que em tese qualquer pessoa poderia fazer, se tiver um domínio de Excel com um pouco de SQL, mas é importante você ter alguma noção básica, mediana, como fazer fórmulas no Excel. Essa é a compreensão de dados para TV. Você não precisa programar, não precisa de um robô para raspar dado do Twitter, não tem essa necessidade.

Vasconcellos: A gente já comentou um pouco disso, mas só para reforçar, como a pauta surgia? Era algo que estava em voga na época, ou era um pedido aleatória? Tem até uma expressão que eles usam, *fishing expedition*, faz pedido para todo mundo, vamos ver o que vai vir e vai cair na rede.

Toledo: Quando eu vi essa pergunta, eu lembrei que essa expressão, curiosamente, ela é muito usada de forma pejorativa pelo governo. Tanto no governo americano quando no brasileiro. Quando eles desconfiam que você está fazendo uma busca sem saber exatamente onde você vai chegar, eles chamam de *fishing expedition* para negar o acesso ao pedido, porque eles dizem que a Lei de Acesso determina que você precisa perguntar algo específico, então: “eu quero ter acesso a esse documento que foi produzido em tal período, que tem tal informação”, só que isso é uma estratégia para você dificultar o acesso, porque o que acontece? Eu não trabalho no governo, eu não sei de que forma o governo armazena as informações, eu não vou saber o número dos documentos. Se eu soubesse o número do documento é porque eu teria uma fonte lá dentro que ia me contar, e provavelmente essa mesma fonte já teria me passado o documento. Então alguma boa vontade de esforço eles têm que ter para identificar pelo menos onde está. Eu vou perguntar: quero saber quantos alunos evadiram. Isso vai ter no censo, mas um exemplo, aí o cara vai ter que me dizer: “essa informação está no censo escolar no lugar tal e tal”. Não é que eu estou fazendo *fishing expedition* para descobrir se aumentou a evasão ou não. Eu quero analisar os dados. Não interessa o que eu vou fazer com eles. Isso é uma coisa que a lei diz: você não precisa explicar o motivo de você estar pedindo. Ou então, acontece muito de as pessoas pedirem acesso aos telegramas do Itamaraty. Eu sei o que eu vou achar lá? Não sei, mas não é um *fishing expedition* porque como eu não sei, eu preciso analisar para saber. Não é que eu estou jogando para todo lado, eu sei que tem coisas interessantes lá, mas eu preciso ler para saber onde eu vou chegar. Então é um termo que é muito usado de forma pejorativa para dizer que o jornalista está atirando para

todo lado, porque na verdade ele tem um foco, mas como ele não é o proprietário daquele documento, ele precisa analisar. Do mesmo jeito que quando, sei lá, o Ministério Público entra com uma ação civil contra determinado órgão, tem 200 páginas. Está fazendo *fishing expedition* nas 200 páginas? Não. Você está lendo para ver onde tem algo relevante para você divulgar para as pessoas. Isso é um termo que eu acho complicado de usar. Eu não sei se ele significa uma coisa e foi apropriado pelo governo diferente, mas sobre a pauta, tem as duas coisas. Tem momentos em que tem alguma coisa acontecendo e aí você traz um dado diferente. Hoje, por exemplo, na edição da newsletter, a gente achou uma base de dados que era sobre episódios de derramamento de óleo no Brasil. Eu falei: está acontecendo esse negócio no Nordeste, acho que tem todo o sentido a gente divulgar isso. A pessoa pode pegar aquilo e produzir uma matéria que tem gancho factual. Mas ao mesmo tempo tem casos em que simplesmente pensei aquele negócio. Teve uma vez que eu acho que assisti na TV algum caso de maus tratos com cachorro, e aí eu pensei: “tem uma delegacia de crimes contra animais”, não lembro, é uma delegacia que tem em São Paulo. Aí eu pedi para ver todos os B.O.s deles. Tem várias coisas, acho que é contra natureza, não lembro qual é a delegacia.

Vasconcellos: Você pediu pela LAI?

Toledo: Pela LAI. E aí você tem dados, por exemplo, sobre crimes de sequestro de animais silvestres, tem sobre maus tratos aos animais especificamente, tem várias tipificações. E aí não tinha gancho nenhum, mas a gente fez uma matéria: por dia, São Paulo tem três casos de maus tratos aos animais. E aí a gente começou a resgatar uns casos mais emblemáticos, uns vídeos, e aí lembro que surgiu uma segunda pauta que veio disso, porque eu via que tinha vários sites que ganhavam grana divulgando esses vídeos, tipo: “veja fulano dando paulada em cachorro”, aí tem cinco milhões de visualizações e a pessoa ganha dinheiro com aquilo, com propaganda. E a gente fez uma segunda matéria mostrando esse lucro com o absurdo. Então não tinha porquê fazer aquela matéria, a gente só achou que era legal, interessante e fez. Então tem os dois tipos.

Vasconcellos: Principal órgão ou esfera municipal, estadual, nos teus pedidos? O que tu vê de principais entraves? A gente está falando de forma geral. Principais entraves e facilidades nesses órgãos.

Toledo: O que eu mais peço são os de educação, porque é a área que eu cobria no Estadão, que eu acabei conhecendo mais. Então secretaria Municipal, Estadual, e o Ministério da Educação, INEP, FDE, que é o órgão que repassa os recursos dos municípios. É o mais comum. O que tem mais problema é Saúde. Quase sempre, Saúde tem muito problema. Teria que estudar mais a fundo, porque o que acontece? O SIC, Serviço de Informação ao Cidadão, ele tem diferentes estruturas. Alguns órgãos têm servidores que trabalham exclusivamente com isso, costumam funcionar melhor. Alguns órgãos têm o assessor de imprensa que divide a tarefa dele entre ser assessor e responder, que eu já acho que é um conflito de interesses gigantesco, porque assessor tem outra função, mas na prefeitura de São Paulo, quase todos os SICs é um assessor respondendo. O governo federal, como tem uma estrutura melhor, o SIC costuma funcionar melhor, responde no prazo. A grande maioria responde bem, com exceção das universidades federais que têm um problemão. E aí tem um segundo problema, que é inclusive o que eu estou estudando no mestrado agora, que são os órgãos das forças armadas. Eles têm uma dificuldade tremenda em responder praticamente qualquer assunto. E não é uma coisa específica do Brasil, você pega literatura de outros países, eu peguei um livro de 2004, *Blacked Out*, que é um livro que fala sobre a questão do sigilo, da dificuldade de conseguir dados públicos nos Estados Unidos, e ele pega exemplo de outros países também. Em 2004 o cara já falava de como as forças armadas dos Estados Unidos, porque a Lei de Acesso americana é da década de 60, eles não divulgam nada, você não consegue nenhuma informação. Tudo é sigiloso, tudo é secreto. Porque o que acontece? Se puxar pelo caso da lei brasileira, você tem uma legislação que diz que informações que coloquem em risco a proteção do Estado, essas coisas, são sigilosas. Mas como você vai saber se o cara está falando a verdade ou se ele está usando isso de forma genérica? Uma vez eu pedi acesso a uma troca de e-mails entre a equipe do Michel Temer e o empresário para dizer quem tinha marcado a reunião, como ela foi marcada, qual era o interesse da reunião. Não tem nada a ver com o interesse do estado, era marcar uma reunião. Não queriam divulgar, e aí eu tive que recorrer até a última instância para deferirem e mandarem, era uma troca de e-mails estúpida. Era: “podemos marcar no dia tal?”, “Sim”, “Marcado, obrigado”. Mas não queriam divulgar. Então essa desculpa é muito usada. Uma das coisas que eu vi na pesquisa é que tem mais de 100 mil documentos classificados como sigilosos nos últimos dois anos, 2016 a 2018, 97% são das forças armadas, marinha, aeronáutica e exército. E aí tem alguma coisa

da polícia federal também, ministério da justiça, banco central, mas quase tudo é das forças armadas, porque tudo eles colocam sob sigilo. É um negócio bizarro. Então aí é uma outra dificuldade. Tem a dificuldade que é problema de resposta, que é a secretaria de saúde, mal organizada, não estrutura bem os dados que têm, não tem servidor, e isso é um problema. Mas tem o outro tipo que é um sigilo profundo, é um sigilo que a gente nem sabe o que eles não querem mostrar. Nem sei que tipo de informações os caras têm, e aí são as forças armadas.

Vasconcellos: Mas na Globo tu ampliou teu leque de pedidos? Que no Estadão fazia mais a educação?

Toledo: Quase a mesma coisa, porque no Estadão eu cobria a educação, mas como eu trabalhava no caderno de cidades, era muito comum eu fazer pedido sobre zeladoria para a Prefeitura, alguma coisa de saúde para ajudar outro colega, misturava as pautas. Educação era o assunto que eu entendia mais, mas quando eu comecei a fazer esse trabalho com a Lei de Acesso, eu comecei a fazer matéria de tudo. Acho que teve uma que você colocou na lista sobre pancadão, fiz assunto de polícia, que era matéria sobre pancadão, teve matéria sobre maus tratos aos animais, qualquer assunto.

Vasconcellos: Eu vi tu comentando isso e eu mais ou menos sei tua resposta, tu já fez algum pedido no anonimato? Para qual órgão, por que tu fez isso?

Toledo: Eu já fiz alguns, principalmente para o governo federal quando eles passaram a permitir, porque eu entendia que alguns casos, quando eles veem que você é jornalista, eles davam uma resposta mais enxuta, ou eles editorializavam a resposta, colocam de uma forma positiva e deixam de te passar a totalidade das informações. Tem inclusive uma pesquisa feita por um mestrando ou doutorando na FGV do Rio, orientado pelo Gregory Michener, que fala exatamente sobre como existe um tratamento diferenciado para pessoas de formação diferente. A pesquisa dele era fazer os mesmos pedidos de informação, um com CPF e nome de um porteiro e uma faxineira da FGV que consentiram, e outro em nome dos pesquisadores, e aí eles mudavam o jeito de escrever e tudo. As respostas eram totalmente diferentes. E uma percepção que eu tenho, que eu não pesquisei, mas dos mais de quatro mil pedidos que eu fiz, é que esses dados, quanto menos você demonstra entender a lei, você não cita o trecho da lei, você escreve de um jeito mais direto, eles tendem a te dar

uma resposta mais conservadora, uma resposta mais: “é isso aqui”. Se você fala: “mas o artigo 7 diz que você tem que dar informação originária, o artigo tal diz que se você não puder mandar o documento inteiro, você tem que classificar a parte sigilosa e mandar o restante”. Aí eles percebem: “talvez esse cara eu tenha que responder direito”, então eles vão te mandar mais coisas. Tem uma pesquisa que foi feita pela AP nos Estados Unidos, e eu tentei reproduzir aqui, só os dados mesmo, e 44% dos pedidos para o governo federal em que você entra com recurso, resultam em uma nova informação. Ou seja, toda vez que você reclama da resposta, é praticamente jogar cara ou coroa, se der cara eles vão te dar mais informação. Porque eles percebem: “essa pessoa entrou com recurso, essa pessoa entende um pouco da lei, então acho que vou ter que fazer um esforço a mais para responder”. É uma coisa muito errada, porque desestimula as pessoas a usarem, mas demonstra que sim, tem uma predisposição a não passar informação a não ser que você insista.

Vasconcellos: De certa forma pedir o recurso é filtrar, ainda mais o número grande de solicitações que eles recebem.

Toledo: E poucas pessoas entram, o recurso entra em acho que 12% dos pedidos, do Brasil, no governo federal. É bem pouco, então você pensa que nove em cada dez pessoas que pediram podem ter ficado frustradas com as respostas e desistiram. E toda vez que eu fazia alguma matéria mais impactante, eu escutava de colegas: “eu desisto, eu mando lá e não chega nada, eu deixo quieto, vou começar a entrar com mais recurso”, porque de fato é uma coisa chata, demanda tempo, você tem que ficar fuçando. São duas estratégias, primeiro você vê a lei, e segundo você vê que forma um pedido semelhante foi respondido no passado. Porque aí é quase como se fosse no direito: se existe precedente para aquilo, em tese o juiz tem que julgar igual. Então é a mesma coisa. Respondeu exatamente igual, então por que você está respondendo diferente para mim agora?

Vasconcellos: Tu tinhas comentado do anonimato antes, que algumas vezes tu fez o pedido em anonimato, por que isso? É para assegurar?

Toledo: No meu caso era só porque eu achava que talvez não sendo jornalista melhorasse a minha vida, a resposta seria melhor. Mas eu descobri recentemente que não funciona tão bem esse negócio do sigilo, porque o que acontece? Quando eles te dão um pedido, eles te dão um código único, então não aparece seu nome, mas

aparece: usuário 004502, e se eu fizer muitos pedidos para o mesmo órgão, vai aparecer aquele mesmo número, e aí do mesmo jeito que com o tempo eles vão descobrindo quem é a pessoa que faz o pedido, com o tempo eles também vão descobrir quem sou eu. Porque se eu faço 500 pedidos e dez viram matéria, eles vão ver: “esse dado que a gente passou para essa pessoa virou matéria em lugar em tal, então é esse cara”. Então toda vez que tiver um pedido com jeito de escrever meio parecido, os caras já batem o olho. Então funciona, mas não é 100%. Mas ajuda. E tem um projeto que chama Queremos Saber que também é uma forma de fazer pedidos anonimizados, só que um pouco mais complicado porque você registra o seu pedido no site deles, e aí eles mesmos fazem o pedido no nome da Open Knowledge e devolvem a resposta para você. Então na verdade não é um pedido anônimo, ele vai aparecer no nome da Open Knowledge, mas você não vai aparecer nesse processo. Tem alguns problemas, como por exemplo, você não vai conseguir entrar com recurso, você vai ter a resposta que chegar. É interessante de ver que em São Paulo as coisas funcionam um pouco melhor. É muito difícil ter alguém que vai te ameaçar, te intimidar. Nunca aconteceu comigo. No máximo, o assessor te ligando e falando: “eu vi que você pediu tal coisa. Que matéria você está fazendo?”. Agora, quanto mais eu vou conversando com pessoas que fazem pedidos em outros estados, eu vou vendo que às vezes é um negócio um pouco mais problemático. Tem uma pesquisa do artigo 19 que chama Identidade Revelada, saiu em 2017, que eles falam sobre os casos em que as pessoas foram intimidadas pelo uso da LAI. Então você faz o pedido, começam a te ligar e encher o saco, o cara começa a falar meio grosso com você. Principalmente coisa relacionada à polícia. Eles te ligam e começam a falar: “por que você quer saber isso?”. Então nesses casos eu acho que é importante ter esse anonimato. E de fato, se você está fazendo uma pesquisa sobre letalidade policial em um estado em que as coisas não são muito boas, é bom que você tenha pelo menos a possibilidade. Até porque, o jornalista ainda tem uma certa retaguarda. Ele vai publicar matéria, ele tem como comprovar que aquilo é para uma reportagem. Possivelmente, mas não em todos os casos, ele vai ter o sindicato do lado, a Abraji do lado, a empresa do lado, jurídico. Nem sempre, mas em geral tem. Agora, um cidadão comum, teve um caso, mataram meu vizinho, eu quero conseguir o boletim de ocorrência, eu quero descobrir uma informação. Você tem esse direito, e se você tem esse direito, você tem que ter o direito resguardado também de se proteger. Porque imagina, você pede, aí descobrem que foi você, e aí vão lá na sua casa. Às

vezes a gente pensa muito na LAI para o jornalismo, mas em tese ela é uma lei como qualquer outra para qualquer cidadão. Infelizmente as pesquisas mostram que o uso da LAI hoje é muito comercial, quase todo feito por empresas ou por servidores, então ou por interesse de melhorar a própria carreira, ou descobrir uma sindicância contra você, ou com interesse comercial mesmo: “eu quero descobrir uma informação da ANVISA que vai me facilitar o registro de uma patente”. E jornalista usa pouco também, é um 1% dos pedidos que estão como jornalista. Mas o cidadão também tem que usar, então acho que o anonimato é importante tanto para a gente, no caso de uma matéria mais específica, numa região mais complicada, quanto para o cidadão comum também.

Vasconcellos: A Lei de Acesso permite que, em determinados casos, faça consulta no local. Você provavelmente já seguiu esse caminho. Quando tu ia no local, comentavam alguma coisa?

Toledo: Em geral, sempre atrapalha. Inclusive, tem casos em que eu entendo que não haveria outro jeito, por exemplo, duas mil páginas de um documento físico que eles não conseguem escanear porque daria muito trabalho, e aí eu tenho que ir lá. Ok, nesse caso tudo bem, mas tem muitos casos em que claramente o objetivo é dificultar a sua vida. Teve um caso esse ano com a UNESP em que eles imprimiram mais de mil páginas para me mandar sendo que eles podiam ter mandado o arquivo digital, e aí eu entrei com um novo pedido falando: “se vocês imprimiram, vocês têm o digital, eu quero o digital”, e não quiseram mandar, falando que a lei diz que o órgão pode disponibilizar do jeito que ele tiver. Foi uma pedalada, porque o jeito que ele estiver, porque o fato deles terem imprimido foi para me responder. O arquivo original era o PDF. Como a universidade tem a autonomia administrativa, não dá para você reclamar muito porque no fim das contas eles meio que se julgam. Só se eu entrasse com uma ação contra eles, ia ser mais difícil. Então dificulta, principalmente quando é o caso de pedir um documento para Brasília e os caras: “vem buscar pessoalmente”. Eu não tenho como ir para Brasília buscar o documento. E não é muito incomum, acontece com uma certa frequência.

Vasconcellos: Mas eu digo mais no sentido de chegar no local, e falarem: “o chato da LAI está vindo”.

Toledo: Tem uma assessora da Secretaria de Segurança Pública, ela não fala para mim, mas toda vez que vai alguém lá, ela pergunta se a pessoa me conhece, porque eu vou muito lá. E ela já reclamou que fala que acha que eu sou o dono do SIC, que eu fico fazendo pergunta, que ela tem que ficar trabalhando para mim. O que é um absurdo, se eu fizer 15 pedidos num mês é muito. Aquela pessoa vai responder um negocinho, e nem é ela que responde. Ela só vai encaminhar o pedido para mim, sendo que o SIC recebe sei lá dois mil, então eu correspondo a menos de 1% do pedido. Fora que aí você vai percebendo que eles vão pegando birra de você e nesse caso do SSP é muito isso, eles começam a dificultar. Então a SSP, quando o arquivo tem 50MB, o SIC não permite que você faça upload, só que todo mundo coloca no Google Drive, todo mundo coloca no WeTransfer e te manda o link. A SSP não: “o arquivo excede o limite do eSIC, venha buscar pessoalmente”. Ainda que eu moro em São Paulo, se eu não morasse, estava ferrado. Sair do interior e ir lá na Líbero Badaró para buscar o documento, é para dificultar mesmo. Não deveria ter esse formato. Fora outras coisas, antes eles davam acesso ao histórico de BO, hoje não dão mais. Às vezes, para fins de pesquisa, eles dão acesso no local, então você tem que ir lá no computador. Fora que no caso da SSP você está no computador aqui, tem um policial militar na sua frente aqui, e a servidora aqui, então você não pode tirar foto, não pode fazer nada. Não pode usar pen drive. É horrível.

Vasconcellos: Lá em Porto Alegre tem o mesmo esquema, tem uma sala gigante, seis PM à nossa volta. E daí até a questão do filtro, eles bloqueavam com senha o filtro. O retorno dos pedidos, a maioria era respondido ou havia muitos pedidos negados, e em qual órgão tinha mais negativas?

Toledo: A maioria tem resposta. Tem alguns casos que de forma sistemática negam ou demoram para responder, que é o caso da Secretaria de Saúde em geral, municipal e estadual. Os únicos órgãos que têm uma certa dificuldade em responder LAI são as universidades federais. Curiosamente, a federal do Rio Grande do Sul que é grande e estruturada tem uma dificuldade tremenda. Eu lembro que a média de resposta deles era 50 dias. Tem uma base da CGU que você consegue ver essas estatísticas, média de tempo de resposta, pedido que ficou sem resposta, e a federal do Rio Grande do Sul era uma das que mais demorava. E também órgãos que são pouco demandados, então a FUNAI, que não tem tanto pedido, então quando você pede costuma demorar. Ou tem alguns que não estão acostumados a responder, então eles estão no passado.

Por exemplo, o IBAMA tem vários problemas porque você pede acesso a um documento, e a LAI diz que você não precisa justificar e que você só tem que dar o seu nome, CPF. Só que o IBAMA entende que para te mandar o documento, você tem que se registrar no sistema, e o sistema pede todos os seus documentos possíveis, seu nome completo, endereço, eles pedem que você vá fisicamente num lugar assinar um protocolo. Isso não existe, a lei não prevê isso. Então alguns caras têm problemas. Mas eu diria que é exceção hoje em dia. A parte boa da LAI no Brasil é que as respostas, em geral, costumam chegar. Muitas vezes não chegam corretas, então você tem que ficar recorrendo, mas pelo menos a resposta chega, tem alguém que vai analisar o seu pedido e vai te responder.

Vasconcellos: Normalmente dentro do prazo?

Toledo: Dentro do prazo. Estou falando de um lugar muito bom, que é São Paulo, governo municipal e estadual, e o governo federal. O federal responde bem, dentro do prazo, muitas vezes antes do prazo, a prefeitura de São Paulo, se não for a melhor do Brasil, é uma das melhores de transparência. Tem muita coisa que eles já colocam na internet. Quando muita gente começa a pedir a mesma coisa, eles veem: “isso é de interesse público”, eles produzem uma base e colocam no portal de dados abertos, tem um trabalho bem legal nesse sentido, com algumas exceções, como a Secretaria da Saúde que é péssima em transparência.

Vasconcellos: Mas alguns pedidos provavelmente passou o prazo?

Toledo: Tem vários. Tem pedido que ficou um ano parado.

Vasconcellos: E o que tu fez? Acionou o CNJ?

Toledo: Não tem muito o que fazer. Eu já tentei várias vezes acionar o Ministério Público, não é efetivo. O Ministério Público, pelo menos o de São Paulo, não se importa com esse assunto, é um assunto novo, eles não entendem muito. Já escutei isso de boca de promotor: “isso é problema de jornalista, não dá para entrar com uma ação civil pública porque isso é do interesse de vocês, não é de interesse público”. Como não é interesse público? É informação pública. Eu vou usar porque eu sou jornalista, justamente porque o jornalista trabalha com informações de interesse público. Mas é óbvio que se a universidade não está divulgando o orçamento é função de vocês. Eu tive algumas brigas, tentei marcar reunião no Ministério Público para explicar e eles simplesmente ignoram. Eu conheço gente do Ministério Público que

me falou: “já falaram que você está enchendo o saco, que não vai adiantar você ficar insistindo”, e aí eu meio que deixei quieto.

Vasconcellos: Mas e os pedidos que não foram atendidos?

Toledo: Às vezes eu refaço o pedido. O ideal que eu indico para as pessoas fazerem, é fazer matéria mostrando que não foi respondido, porque isso causa um certo constrangimento. Com a USP funcionou. Eu fiz uma matéria, e não foi nem na Globo, foi no Fiquem Sabendo, que nem tem uma repercussão grande em termos de audiência, é um site independente, mas mostrando que a USP era o pior órgão de transparência no Estado de São Paulo inteiro, a média de resposta deles era de 200 dias, e tinham pedidos deles feitos em 2013 que nunca tiveram resposta. O sistema está lá 1500 dias aguardando resposta. E aí a gente fez essa matéria comparando com a UNESP, com a UNICAMP. A UNICAMP responde em 12 dias, a UNESP em 15, e a USP 200, e é a maior universidade do Brasil, da América Latina. Aí eles meio que se readequaram, e agora estão respondendo meio ruim, mas pelo menos está no prazo.

Vasconcellos: A gente tinha falado, normalmente tu costuma recorrer aos pedidos negados?

Toledo: Eu sempre penso assim, se faltou alguma coisa ou se eu acho que pode melhorar, eu vou entrar com recurso, porque eu acho que no mínimo eu vou fazer o servidor ter um pouco mais de esforço e fazer o servidor perceber que ele não pode me dar uma resposta qualquer.

Vasconcellos: Tu segue alguma técnica específica para fazer com que os retornos aos pedidos sejam mais efetivos?

Toledo: Não sei se dá para chamar de técnica, mas como eu falei, como eu fui fazendo muito pedido, eu fui descobrindo atalhos que fazem sentido para mim. Um desses é esse de olhar o que já foi respondido, primeiro para ver se já não está na internet, e segundo para ver se o que eu vou perguntar vai ser uma perda de tempo, que eles vão negar, vão dizer que é sigiloso, ou se a partir da negativa eu consigo pensar em pedir de outra forma para conseguir a resposta. E outra coisa é sempre pensar o que vai fazer esse pedido dar problema. A coisa mais comum é você pedir para o lugar errado. Eu quero saber dado de BO e eu pedi para a Polícia Militar, mas na verdade é a SSP que responde. Então duas coisas que eu faço: primeiro, eu mando para todo

mundo que eu acho que pode responder. Então eu quero esse dado, mas eu não sei se é o Ministério da Educação, se é o FNDE ou se é o INEP. Mando para os três. Eles que se virem. Ou se eu não estiver com tempo, eu escrevo no pedido: “caso essa informação não seja de competência deste órgão, favor encaminhar ao órgão competente”. Em tese, eles deveriam ter obrigação de fazer isso por conta própria, mas é muito comum que chegue nos 30 dias e a resposta seja: “não somos os responsáveis pelo dado, o órgão é o tal”. E aí você tem que abrir um novo pedido. E outras coisas, olhar se já não está na transparência ativa o dado.

Vasconcellos: Ser o mais claro e objetivo possível é uma das técnicas, né?

Toledo: É. Uma coisa que eu gosto de escrever, mas tem dado problema, escrever assim: “enviar os dados na maior série histórica possível”. Porque é muito comum: “eu quero dado de 2004 a 2019”, aí eles falam “não tem” e aí não manda nada. Então falo a maior série histórica possível, então se você tiver só 2018 e 2019, manda esse. Se tiver de 2015 a 2019, manda esse. Por que está dando problema? Porque alguns órgãos entendem que quando você escreve maior série histórica possível, você não está delimitando o tempo, e aí eles não podem te responder porque eles não têm obrigação de adivinhar.

Vasconcellos: Com os dados em mãos, como tu define o que vai virar pauta na redação?

Toledo: Fazer uma boa lida nos documentos, nos dados que chegam, para ver o que tem de novo, o jornalista sempre está procurando o que é novo. Então em caso de maus tratos com animais, o que eu tenho nessas estatísticas que são interessantes? Tem algum bairro que tem mais casos? Com a criação da delegacia aumentou o número de estatísticas? Teve uma outra matéria que a gente fez sobre roubo e furto a motoristas de Uber, e aí o recorte que a gente fez é que no mês tal, em 2016, a Uber passou a aceitar dinheiro, e todo mundo estava reclamando que ao aceitar dinheiro, o número de roubos aumentou, e eu fiz esse recorte, de fato, do mês em que eles passaram a aceitar dinheiro para a frente, o número de roubos aumentou muito, X por cento. Então sempre tentando olhar o que tem de diferente. E quase sempre o dado é o ponto inicial. A partir do dado eu vou fazer a pesquisa, vou falar com as fontes. Tem muita gente que reclama que a LAI não serve para nada, porque a pessoa acha que é milagre, que você vai pedir o negócio: “pronto, a matéria está fechada”. Não é

assim. Tem dois caminhos que eu costumo fazer, um é pedir o dado e começar a pauta a partir dele, e o outro é, você não precisa deixar de ter fonte para fazer isso. Pelo contrário, as fontes vão te dizer: “estou sabendo que o Ministério da Educação vai produzir um estudo sobre tal coisa. Pede lá para eles”. Aí você entra com o pedido de lá e eles te dão o documento. Porque além de tudo, não tem esse risco de falar que a fonte vazou. Você conseguiu de forma oficial, só que como você ficou sabendo que existe? Porque a fonte te passou.

Vasconcellos: Às vezes passa o número do protocolo.

Toledo: Exatamente. Já aconteceu: “pede esse número, esse documento”, aí chega um puta negócio legal, porque o cara.... Então são duas estratégias. E também tem uma coisa que eu acho bem legal, que é assim: eu não tenho muito contato com determinada fonte, não sei como chegar nessa fonte, mas eu queria muito fazer contato com essa pessoa. Então eu descubro um dado, alguma coisa que pode render uma matéria, e que aquela fonte é a pessoa que eu preciso falar para falar para falar desse assunto, então você já tem um assunto para chegar para ela: “eu tenho um levantamento que mostra isso, você pode comentar?”. E aí o cara te passa mil outras coisas. Eu faço muito isso com o Ministério Público. Eu faço um levantamento simples, chego no promotor e falo: “fiz esse levantamento aqui”, aí ele te mostra inquérito, te mostra um monte de coisa. É quase uma troca. Você mostra para ele o levantamento que você fez, e ele te passa outras informações.

Vasconcellos: Não necessariamente do Ministério Público, coisas de fora que tu apresenta para ele?

Toledo: Teve um caso recente que era eleição de conselho tutelar. Sempre teve a crítica de que os conselheiros tutelares não têm formação boa, que em alguns casos são até analfabetos, e eu fiquei me perguntando: apesar de ser uma eleição com urna eletrônica e tudo mais, não existe um repositório de dados eleitorais como o TSE. Então se eu quiser saber alguma coisa sobre o conselheiro em que eu quero votar, eu tenho que confiar nele. Não tem nada. E se eu pedir por LAI o currículo dos caras? Porque para se candidatas você tem que entregar o currículo e tem que descrever suas experiências na área de proteção à criança e ao adolescente, sua formação, várias coisas, sua experiência profissional. Aí eu lembro que pedi por LAI, a primeira foi negada. Falou: “esse documento é pessoal, não pode fornecer”. Aí eu falei: “não é

documento pessoal, porque se o pré-requisito para você participar desse cargo é que você tenha determinada formação, ao não fornecer esse documento ou ao não permitir que a sociedade fiscalize, essa pessoa pode estar fraudando esse processo seletivo”, e aí os caras forneceram 1400 currículos. Eu esperei passar a eleição, e peguei o currículo dos eleitos. Aí dividi, eu e mais duas pessoas da Globo, e a gente fez uma análise para dizer X% tem ensino superior, idade média tal, tantos são mulheres, X% não tem formação na área. E a gente montou uma grande planilha, fez uma matéria, e eu mandei isso para uma promotora, porque eles queriam saber isso, queriam até para propor para a Prefeitura que eles criassem uma base que tivessem esses dados, então foi quase uma troca. A gente produziu uma coisa que foi útil para eles, e eles ajudaram a gente com informação de inquérito. Então às vezes acaba rolando uma troca.

Vasconcellos: Para essa análise maior, vocês fazem mutirão na Globo e no Estadão também?

Toledo: Dependendo do caso, sim. Uma matéria grande que você acha que precisa de outras pessoas. O Estadão ainda tinha o Estadão dados, que acontecia muito, principalmente no fim do ano que tem trainee para ajudar a gente, então a gente juntava dois, três, e fazia um levantamento maior. A gente fez um ano passado que era sobre dívida de deputado com a União. Tinha que pegar um por um no site da procuradoria geral da Fazenda Nacional, dá um puta trabalho, e depois eu descobri que dava para pedir por LAI, que era mais fácil. Mas enfim, foi um trabalho que a gente fez em conjunto, várias pessoas.

Vasconcellos: Tu já comentou um pouco, mas recebe um retorno, chega a fazer pedidos secundários para complementar melhor a reportagem, ou não?

Toledo: Sim. Inclusive, é interessante porque tem uma interpretação da LAI que vai e volta. Tem muita gente que entende que a LAI só serve para mandar documentos ou coisas que já estão prontas, então não serve para que o órgão formule uma resposta para você. Então, por exemplo, se eu perguntar: por que tal coisa aconteceu? Em tese eles não deveriam responder, segundo essa interpretação, porque o por que demanda uma interpretação do que foi perguntado para a produção de uma resposta, não vai ter aquilo pronto num documento. Mas essa interpretação, cada hora eles entendem de um jeito. Tem órgão que entende que não, que se você perguntar por que, ele

também tem que responder. Ministério da Educação é um caso desse. Então o que eu faço? Eu meio que faço uma entrevista com o servidor, é uma coisa bem interessante. Saiu a coisa das escolas cívico-militares no Brasil, aí eu tinha várias dúvidas que todo mundo estava querendo saber, mas que o Ministro não respondia, então por exemplo, policial vai poder usar arma dentro da escola ou não? Policial vai poder prender um aluno se ele estiver fumando maconha, vendendo droga? O policial vai poder usar a força policial dele, ele vai poder pegar alguém e levar para a delegacia? Esse dinheiro que vai para as escolas vai servir para infraestrutura? Qual vai ser o salário dos caras? Em tese, seriam perguntas que eu faria para o Ministro, mas ninguém estava respondendo isso, então cada uma dessas perguntas que eu comentei agora, eu fiz um pedido de LAI separado, e aí conforme chegava a resposta, eu fazia outro pedido. Chegava resposta, fazia outro. Então eu fui descobrindo várias coisas, dei vários furos na newsletter sobre isso, sendo que eram pedidos feitos pela LAI, e eram respondidos rápido. Coisa de cinco dias, estava respondido. Então tem muitos órgãos que respondem às perguntas. Então sei lá, eu peço acesso a um determinado conjunto dados. Teve um caso que foi multa por queimada, o IBAMA tem um banco de dados que é sobre multas de queimadas irregulares. Aí eu descobri que tinham algumas queimadas que eu queria ver o relatório que multou aquela empresa, aquele órgão, então eu via a tabela do pedido anterior, escolhia algumas multas que me interessavam mais e fiz um novo pedido só para aqueles relatórios. Isso acontece com trabalho escravo, por exemplo. Se você pegar relatório de trabalho escravo, você pede uma seleção de todos, vê o resumo: “isso aqui me interessa mais”. Aí eu faço um novo pedido, geralmente até fazendo referência: “no pedido tal eu pedi tal, agora eu quero tal”. Em geral funciona. Até porque você dá mais tempo para o servidor responder. Se eu entrasse com recurso, ele ia negar porque ia falar: “você está pedindo uma coisa nova, não tenho tempo”.

Vasconcellos: E às vezes o primeiro retorno não é suficiente para segurar a matéria. Precisa de uma informação adicional.

Toledo: Tem coisas que você fica meses pedindo para você ter um monte de coisa e fazer uma matéria legal.

Vasconcellos: Em alguma dessas reportagens o teu pedido inicial foi apenas um ponto de partida? Porque tem algumas categorias, não sei se você já ouviu falar, que é a informação direta, quando tu recebe o pedido e já dá matéria, a cruzada quando

tu pega um primeiro pedido, pega um outro para cruzar, e a ampliada, que é o ponto de partida que tu consegue ter um insight para um outro pedido.

Toledo: Tem de tudo. Tem o caso em que determinado fenômeno já é conhecido, muitas vezes até já fizeram reportagens, mas eu quero quantificar esse fenômeno. Por exemplo, caso de racismo em escolas. Todo mundo sabe que acontece, tem várias matérias contando casos específicos, mas eu quero contar essa história diferente, eu quero dizer que tem determinadas regiões da cidade em que as escolas têm mais casos de racismo, quero dizer quantas vezes isso acontece por ano, se aumentou, se diminuiu. Então eu tenho uma ideia, o dado vai servir para estruturar uma matéria nova. Tem outros casos em que eu sei de uma história e eu preciso comprovar aquela história, preciso de um documento. Então o ponto de partida foi eu saber que aquela história existe, mas eu precisava da LAI. Tem um outro caso que eu meio que achei que fosse interessante saber aquilo, aí o dado é o ponto de partida, mas que se fosse só o dado, seria uma coisa meio idiota. Teve uma matéria que eu fiz que foi muito legal, porque foi uma matéria completa, foi tudo. Saia muita matéria sobre pancadão, e é sempre sobre pancadão na periferia. Aí eu queria saber onde na cidade de São Paulo tinha denúncia de pancadão, porque o que é o pancadão? Existe uma lei de pancadão inclusive. O pancadão é configurado quando você tem uma rua fechada com som alto e bebida alcoólica. Tem que ter essas três coisas. Aí eu pensei: isso aí não é só na periferia que acontece, você vai em bairro nobre e muitas vezes acontece também. Aí eu pedi para a Polícia Militar me mandar um levantamento de todos os pontos em que houve denúncia de pancadão, eles mandaram por distrito policial, se não me engano. E aí eu vi que tinham vários pontos em Moema, bairro nobre de São Paulo. A partir disso, eu decidi fazer uma matéria comparando. Eu acompanhei uma ação da polícia em Moema, e uma ação em Cidade Tiradentes que é um bairro de periferia em São Paulo, comparando como é a reação da polícia nos dois. Então essa podia ser uma matéria por si, mas eu parti dos dados para mostrar que, embora o senso comum diga que pancadão é só na periferia, os dados mostram que na região central da cidade, 30% das ocorrências estão lá. Isso é muito legal, porque tinha foto, tinha vídeo, mostrando que a polícia na periferia era muito mais violenta, tinha momentos até do subprefeito pegando o cara pelo pescoço. Enquanto em Moema, as pessoas provocavam a polícia, xingavam, subiam no caminhão da subprefeitura para dançar, e ninguém fazia nada. Então foi um ciclo. Tive uma ideia

abstrata, fui atrás dos dados, os dados mostraram uma coisa que eu não sabia que era verdade, e fui na realidade procurar onde estavam esses dados.

Vasconcellos: Mas normalmente esse tipo de apuração, entre todos os pedidos que tu faz é o menor?

Toledo: É difícil também o dado sozinho servir para alguma coisa. Em geral, o dado sozinho só serve para usar na newsletter, porque a newsletter é justamente um repositório de dados para que as pessoas peguem aqueles dados e transformem em reportagens, mas nunca ela vai ser uma matéria sozinha. Teve uma que a gente publicou há um mês, mais ou menos, que era uma base de dados mostrando os gastos dos governos Temer, Dilma e Bolsonaro com restaurante. Se você fizesse uma tabela dinâmica, você ia ver que um restaurante concentrava 500 mil reais em gasto dos presidentes. Aí eu achei que tinha alguma irregularidade, mas eu não estava fazendo uma matéria, então eu só publiquei. Aí teve um cara do UOL que falou: “vou fazer um perfil do dono desse restaurante”, aí ele foi lá, entrevistou o cara, e fez uma matéria grande sobre o perfil do restaurante que atendia os presidentes. Então não tem como você fazer uma matéria só com os dados, você vai ter que ter uma apuração, porque você vai ter que ter um personagem, um especialista. E muitas vezes o dado te dá uma versão abstrata, generalizante sobre aquele assunto, mas muitas vezes, não é o mais interessante. O mais interessante você vai descobrir vendo, entrevistando, procurando. Já teve um caso, por exemplo, de que eu fiz uma matéria sobre abrigos de crianças e adolescentes vulneráveis aqui em São Paulo, e que os dados da LAI mostravam que várias ONGs tinham sido condenadas por não cumprir as exigências da Prefeitura, e mesmo assim, continuavam mantendo contratos com a Prefeitura. Só que aí durante as pesquisas, entrevistas e tal, a gente conseguiu imagens de dentro de um abrigo em que os caras dormiam no chão, dentro de carro, em cima de mesa, que não tinha cama, travesseiro, cobertor. Então se fosse só o dado, ia ser um negócio muito abstrato. “Empresas cometem irregularidades”, e daí? Quando a gente começa a ver os dados concretos vira uma reportagem de fato. Eu fiquei até curioso, porque os jornalistas mais antigos, não todos, mas muitos deles têm umas críticas ridículas ao jornalismo de dados falando: “porque jornalismo de dados é uma coisa da moda, passageiro, isso vai acabar”. Sendo que eles entendem que é uma coisa oposta à outra, que o dado é aqui, e a apuração é aqui, e pelo contrário. Quem faz isso muito bem, é agência pública. Eles conseguem coisas pela

LAI, fazem tabulações, e depois eles vão atrás da história. E aí você tem uma matéria muito mais completa, porque você deixa de citar a exceção, você vira a regra, porque você está mostrando todo o universo de dados, e além disso, é quase uma pesquisa acadêmica. Você traz um estudo e vai mostrar o estudo de caso depois, trazer exemplos. Então uma coisa complementa a outra. Eu acho muito difícil você fazer hoje em dia uma matéria completa sem ter dados. Você pode fazer, mas eu acho que vai faltar alguma coisa. E ao mesmo só os dados, também não fazem uma matéria completa, você precisa ter uma apuração.

Vasconcellos: Como era a produção dessas pautas? A produção de uma reportagem com dados da LAI, principalmente no Estadão, alterava tua rotina diária? Tu deixou de fazer matérias do dia, ou tu conciliava as coisas?

Toledo: Altera não necessariamente por ser LAI, mas por ser uma matéria exclusiva e que eles querem que você dê mais atenção para ela. Em geral quando você traz uma matéria que não é a que está no dia, se eles gostam, eles vão fazer você ficar fora. É interessante também porque para fazer uma determinada matéria, é bom você ficar fora do dia mesmo, para você ter tempo de apuração e tal. Mas por outro lado, quando você está no dia, às vezes você se depara com determinadas situações que te fazem pensar sobre pedidos de LAI, sobre pautas especiais. Então eu estou fazendo uma matéria sobre greve dos professores, que é o factual, e aí os professores falam: “a gente está há tantos anos sem reajuste pela inflação”. Aí eu pego: e se eu fizer uma matéria mostrando quanto o salário dos professores deveria ser se tivesse sido reajustado pela inflação? Ou qual é a média salarial dos professores? Dificilmente viria de forma abstrata na minha cabeça, eu preciso estar exposto de alguma forma. Ou eu estou lendo jornal o tempo todo, ou eu estou de fato conversando com as pessoas na rua. E nada melhor do que estar numa pauta para você ter o motivo para estar ali conversando com as pessoas à toa. Estou na manifestação falando com várias pessoas e descobrindo pautas. Então dá para você ficar parte do dia a dia, mas o ideal é que você tente dar uma misturada, que você fique um pouco na rua.

Vasconcellos: Tu vais pouco para a rua?

Toledo: Aqui eu fico muito mais na redação, porque aqui tem essa separação do produtor e do repórter. Então quem vai na rua entrevistar, quem vai gravar, é o repórter. Se for uma pauta muito específica, uma pauta que eu estou muito

interessado em fazer, eu vou junto com o repórter. Seja porque eu quero fazer uma pergunta que talvez eu ache que o repórter não vai fazer, ou porque eu estou muito interessado em acessar um documento. No Ministério Público eu faço muito isso. O repórter vai gravar, mas eu quero estar lá para ler os inquéritos, descobrir as informações. Na Globo eu vou bem menos para a rua, no Estadão eu estava toda semana na rua. Aqui eu estou uma vez por mês, mas gostaria de estar mais. Minha ideia é voltar a ir mais para a rua, até porque a própria Globo está com uma ideia mais de produtores na rua, do próprio produtor gravar entrevista, às vezes o próprio produtor grava a passagem. Tem uma produtora que chama Ane, que teve um especial sobre educação, e várias matérias ela fez a matéria completa, só não editou. Mas ela apesar de ser a produtora, ela apareceu como repórter, entrevistou, apareceu no vídeo. Então a Globo está tentando tornar o profissional mais versátil, porque tradicionalmente eles são uma TV que tem produtor, repórter, editor, separadas. Eu ouvi dizer que tem uma tendência que está acontecendo nas TVs agora que é de você fazer o profissional mais completo. Assim como no jornal já acontece. O Estadão, por exemplo, eu produzia para o site, para o jornal impresso, eventualmente eu produzia para a rádio e falava ao vivo na rádio, e às vezes, se era um caso visual, manifestação e tal, tinha que gravar live, gravar vídeo, então você meio que já faz tudo.

Vasconcellos: Tu percebes, tanto no Estadão quanto na Globo, que os repórteres devido à Lei de Acesso, deixam de ir tanto para a rua, deixa de ir para apurações in loco ou não?

Toledo: Acho que não. Existe uma tendência preguiçosa, mas acho que é todo jornalista, não é só por causa da LAI. Quando você começa a ter coisa chegando para você, seja pela LAI, seja porque a fonte te liga, você tende a pensar: “está mais cômodo aqui, então vou resolver daqui”, mas quando você pensa de fato na matéria, e você tem que fazer uma boa matéria, você percebe que não é suficiente. Não adianta você ter os dados sem ter os personagens. Não adianta você ter os dados se você não tiver as histórias. 99% das vezes em que eu vou para a rua fazer, ouvir um especialista, ler um inquérito, eu descubro uma coisa muito mais legal do que aquilo que eu tinha. Então a LAI é um caminho às vezes até para fazer outros pedidos de LAI a partir daquilo que eu descobri. É sempre o começo da pauta, nunca vai ser o trabalho completo. Você tende a ficar mais confortável porque as coisas chegam para você, mas não é isso que você tem que fazer, você tem que ir mais para a rua. Porque

o que acontece? **O repórter que não se planeja, ele fica muito preso aos acontecimentos, ao que a chefia dele quer que ele faça. Ele não é dono da própria carreira de certa forma, então ele fica meio: “vou para a manifestação hoje, para o Copom amanhã”.** A partir do momento em que você se planeja e fala: “eu quero cobrir esse assunto, eu quero falar sobre tal coisa”, e você faz um monte de pedido, fala com um monte de fonte, você estrutura o seu trabalho para as histórias chegarem até você. E quando uma história boa chega até você, sua chefia vai te dar prioridade. Você vai ser um cara que vai poder entrar mais tarde, você vai ser a pessoa que vai poder ter mais tempo para apurar aquela história. Então eu acho que não existe ficar na redação. Nesse caso específico da Globo acontece porque a gente divide o trabalho, então eu passo para um repórter, ele vai na rua e me traz a história e a gente junta, mas se for uma reportagem em que eu estou sozinho, como no jornal, que dificilmente vai ter alguém comigo, no máximo um fotógrafo, aí eu vou ter que pensar em todas as estratégias para liberar a pauta.

Vasconcellos: Tu lembra de uma apuração mais demorada que tu fez?

Toledo: Acho que foi uma que acabou saindo e eu não fiquei sabendo, nem chegou a sair na imprensa, que foi uma história sobre a UNESP, demorou mais ou menos um ano, e isso foi tudo com pedido de LAI, e algumas conversas com fonte. A história começou assim, a UNESP está em crise até hoje, e estava sem pagar o 13º dos funcionários. Aí tinham algumas pessoas que estavam meio revoltadas, eu fiz alguma matéria sobre a crise da UNESP, e alguém me falou: “você já foi olhar no portal de transparência as diárias que esses caras recebem da reitoria?”. Eu falei: “nunca olhei”. Aí eu fui ver, e de fato tinha uma coisa bem interessante, que o que acontece? As universidades têm campus no interior, e aí o reitor da USP, até a gestão passada, era um cara que era professor em Ribeirão Preto, só que ele mora em São Paulo há mais de dez anos, porque ele ocupava o cargo de pró-reitor, e depois ele virou reitor. Então o cara tem residência em São Paulo, ele está aqui há muito tempo. Só que pelo fato dele ser funcionário de Ribeirão, a USP paga diárias todo dia para ele. Então ele ganhava 700 reais de diária todo dia, como se ele usasse essa diária para pagar hotel, transporte de ida e volta, alimentação. Aí você vai somar isso do ano, dava 90 mil reais por ano de diária. Sei lá quantos mil salários a mais. Aí fui fazer isso para a UNESP, 60 funcionários da UNESP recebiam uma bolada com isso. E aí eu fiz uma matéria mostrando: apesar dos caras terem residência em São Paulo, eles ganham

tantos mil a mais de diárias, que na prática acaba funcionando quase como auxílio moradia, e essa matéria repercutiu e mais gente começou a vir falar comigo. E aí uma das pessoas que veio falar comigo falou: “tem um outro negócio que você devia pesquisar, que são as bolsas que esses caras recebem”, que é um puta esquema por baixo dos panos que é o que? A UNESP tem um contrato gigante com uma fundação chamada FUNDUNESP, basicamente uma fundação que presta serviço para a UNESP, para outros lugares, mas se você for pegar o orçamento deles, de 40 milhões, 25 vem da UNESP. Então eles são da UNESP praticamente. Aí o que acontece? A UNESP repassa o dinheiro para eles, e eles contratam funcionários da reitoria da UNESP para produzir pesquisa, e pagam bolsas de dois, três, quatro mil reais por mês, chegando até 12 mil, se não me engano, que era o que o reitor recebia. Só que essas bolsas não têm edital, o valor não está em nenhum lugar, não tem concorrência, eles escolhem quem eles querem pagar, e curiosamente, só vai para gente da reitoria. Aí eu comecei a pesquisar e descobri que isso era uma forma dos caras aumentarem o salário artificialmente dos membros da reitoria por causa do teto salarial de São Paulo que é baixo, porque o teto do Governador é tipo 24 mil, enquanto o de uma Universidade Federal é o teto do Supremo, então o cara ganha 30 e poucos na federal. Então o professor ficava revoltado: “como eu sou pró-reitor de não sei o que e ganho menos do que um professor de Universidade Federal?”. E aí eles ficam criando esses negocinhos assim. Só que por mais que se pode dizer, é justo? É justo. O cara é melhor da área dele no Brasil, da América Latina, merece ganhar? Claro que merece, mas a lei não permite. Só que o que aconteceu? Eu comecei a pedir para a UNESP os dados, e eles foram recusando, cada hora com uma desculpa. “A FUNDUNESP é uma fundação de direito privado, então eles não têm obrigação”. Só que a LAI diz que fundação de direito privado que recebe recurso público tem que dar transparência. Aí eles respondiam: “está bom, tem que dar transparência, mas quem vai responder é a FUNDUNESP e não a UNESP, porque a UNESP não é responsável”. Só que a lei também diz, quem tem que responder, é quem repassa o dinheiro, e não quem recebe. Enfim, eu fiquei nessa briga por sete meses, até que eles me mandaram parte dos dados. Aí eu descobri outras coisas, fiz novos pedidos, e aí a coisa foi rolando.

Vasconcellos: Foi esse caso das duas mil páginas?

Toledo: Foi esse caso. Aí demorou mais ou menos um ano até eu conseguir ler tudo, mas como era uma matéria muito de LAI, que o foco era mais na transparência do que

nos dados em si, aí eu publiquei no Fiquem Sabendo, e era alguma coisa: por tantos anos, membros da reitoria da UNESP receberam X milhões em bolsa nunca divulgada, alguma coisa assim. E é interessante porque o Fiquem Sabendo é um site independente, não tem muita divulgação, mas a CPI das universidades que está rolando na Assembleia Legislativa agora usou o nosso material e uns deputados lá falam que a principal descoberta deles até agora foi isso, que os caras usam bolsa de forma irregular, então teve um impacto legal a matéria. Pelo que eu entendi, eles falaram que não fazem mais isso agora, mas foi uma coisa independente, usando LAI, que foi para o site. Não foi para a Globo, não foi para o G1. Acho que foi a mais demorada.

Vasconcellos: Foi mais ou menos um ano de tu começar a fazer o pedido até...

Toledo: ...lá no Estadão eu comecei a fazer e terminei aqui.

Vasconcellos: Tu percebes uma mudança na relação com as fontes depois dessa introdução da LAI cada vez maior nas tuas rotinas?

Toledo: Eu acho que sim para os dois lados. Sim para o lado de que eu dependo menos delas, porque eu vou pedir muita coisa. Então por exemplo, tem muito jornalista que gosta de manter assessor como fonte, vira amigo do assessor, o assessor passa umas histórias e tal. Eu acho isso meio complicado, porque ao mesmo tempo que o assessor te ajuda com uma coisa que não vale muito, umas pautas meio positivas, chatas, que provavelmente o próprio governo divulgaria um release, ele fica querendo ser seu amigo, depois ele cobra isso de alguma forma. Ou: “lembra aquele dia?”, ou então te ferrando, dificultando sua vida. Então eu não gosto muito dessa relação. Agora, por outro lado, mudou no sentido de que facilita de certa forma eu falar com as fontes, porque eu falo: “eu não quero que você vaze nada para mim, eu só quero que você me conte, onde está esse documento? Porque aí eu peço por LAI. Me conta que tipo de documentos essa secretaria tem”. Cria uma relação mais legal. E eu acho que uma terceira vantagem que surge é uma transparência minha enquanto jornalista para o público que lê as coisas que eu publico, porque é aquela coisa: você não precisa confiar que eu estou dizendo a verdade. É só você abrir esse link que vai ter os dados da matéria que eu fiz, e aí você mesmo tira suas conclusões se você achar que minha matéria está errada. Então acho que só tem vantagem.

Vasconcellos: Tu percebes uma mudança nessa relação com as assessorias de não precisar tanto ficar pedindo dados para elas?

Toledo: Eu não falo com assessoria já há um bom tempo, eu não gosto de assessoria. Eu nunca achei muito legal essa relação, para mim ficou mais explícito quando eu fiz essa matéria sobre o áudio do assessor dizendo tudo o que ele fazia para dificultar.

Vasconcellos: Ele era assessor?

Toledo: O segundo é o chefe de gabinete da Secretaria de Comunicação, que é um assessor de imprensa também. Ele acompanha secretário. E por ser da SeCom, ele era o cara que orientava outros assessores. E com o tempo eu comecei a ver que isso não era uma coisa dele, é uma coisa sistemática de assessores de imprensa. Inclusive ele deu uma entrevista, que ele foi demitido quase um ano depois para agência pública, o que é muito interessante porque ele é muito sincero. E ele fala: a função do assessor é dificultar, porque ele quer proteger a imagem daquele que ele está assessorando. Só que isso faz muito sentido para empresas privadas. Empresa privada não tem obrigação de prestar contas para o público. Em tese, se ela quiser trazer isso como imagem, ela até pode, mas não tem obrigação legal. Agora, o governo, tem obrigação de divulgar. Então não existe proteger a imagem ao dificultar acesso aos dados públicos. Você pode proteger dizendo, por exemplo: aumentou o número de buracos de rua de fato na cidade, mas a gente está com esse programa, essa ação. Só que não é isso que eles fazem, eles escondem os dados, interpretam de um jeito favorável, então em geral eu prefiro não falar com assessores. A não ser que seja algo muito simples, um dado que seja positivo para eles, sei lá. Teve um caso em que eu fiz uma matéria grande que foi só com dados de assessoria; na verdade, não era nem da assessoria, acho que foi a própria fonte que me passou, com intermediação do assessor, que era sobre presídios em São Paulo que aceitavam a redução de pena por meio da leitura. Só que era uma matéria superpositiva, porque era uma ação da corregedoria do Tribunal de Justiça, então é óbvio que eles queriam passar. Então acho que você tem que dosar de quem é o interesse em publicar isso? É da assessoria, não é? Não é da assessoria o interesse? Então eu não tenho que depender da assessoria. Até porque se você depende da assessoria para publicar alguma coisa, é porque você não tem a matéria ainda. A assessoria tem que ser o outro lado, é a coisa oficial: eu preciso do posicionamento porque precisa. Mas se eu depender de um dado, depender de um resultado para que aquela matéria exista, a

matéria não existe. Eu acho que isso ficou mais forte para mim por causa dessa matéria, mas porque em geral eu acho que as funções são diferentes. A função do cara de fato eu acho que é dificultar nosso trabalho, então por que eu vou depender de alguém que quer dificultar meu trabalho? Não faz sentido.

Vasconcellos: Mas hoje provavelmente tu consegues identificar se é a assessoria ou não que retorna.

Toledo: No fim das contas eu acabo sendo iludido também com a ideia de que se eu pedir por lá eu vou ter uma resposta mais isenta, e em muitos casos é o assessor que me responde pela LAI também. A única diferença é que pela LAI, caso eu perceba em algum momento da resposta que ela não é completa, eu posso entrar com um recurso dizendo: “você está me respondendo, está faltando pedaço, você só está me dando um lado da história, cadê o outro?”. E em algum momento vai chegar em um servidor que não é ele. A ouvidoria do estado, ou a CGU, no caso do governo federal, e aí ele vai ter a obrigação de dar uma resposta um pouco mais isenta. Então alguma vantagem em relação a resposta direto com a assessoria tem.

Vasconcellos: Tu já fez quatro mil pedidos?

Toledo: Foram 1100 para a prefeitura, 1400 para o governo do estado, então 2500, e 1800 para o governo federal.

Vasconcellos: Como tu faz o acompanhamento desses pedidos? Porque é uma demanda grande.

Toledo: Eu tinha uma tabela antes, depois eu comecei a ver que tabela me atrapalhava, porque toda vez eu tinha que jogar para uma tabela. Aí o que eu fiz foi criar um e-mail separado, é o e-mail de LAI. Inclusive é o e-mail mais idiota porque tenho LAI no nome do e-mail, é Luiz Fernando Toledo LAI, então as pessoas sabem quem sou eu. Mas é bom, porque aí tudo o que eu pedi fica registrado nesse e-mail, então todo dia eu olho lá para ver o que foi respondido, o que eu tenho que entrar com recurso. E como em geral os sites te dão alerta por e-mail quando o pedido foi respondido, eu vejo por lá também. E aí se eu for criar um projeto específico, sei lá, eu estou fazendo um levantamento sobre feminicídio por estado, então eu sei que vão chegar 27 respostas diferentes, aí eu crio um e-mail só para esse projeto, para as respostas chegarem só lá. Eu estou fazendo um artigo agora sobre Lei de Acesso, com um pesquisador de Brasília. Eu criei um e-mail só para esse projeto. Eu acho que

a melhor forma de organizar é com e-mails específicos, porque planilha, toda hora você tem que alimentar, dá trabalho.

Vasconcellos: Por quanto tempo tu usou a planilha, mais ou menos?

Toledo: Tempo suficiente para perceber que era inútil, uns dois meses. Tem uma planilha que eu tenho na Globo, que aí tem outra utilidade, que é pedidos que eu acho que outras pessoas podem achar legal, e fica dentro do escopo do que a gente trabalha na Globo, então muito dado municipal de Prefeitura de São Paulo: zeladoria, saúde, educação, segurança. Aí eu coloco o protocolo e o pedido numa tabela que todo mundo lá dentro tem acesso, e outros colegas também alimentam essa tabela. Não está dando muito certo por enquanto, vejo que poucas pessoas usam, mas acho que com o tempo vai ser uma coisa legal. É muito parecido com o que os jornalistas da ProPublica fazem, só que eles fazem num sistema, e a gente faz numa tabela. O sistema é melhor porque você busca, mas é um começo.

Vasconcellos: Aí no caso tem o pedido, o número do pedido, para qual órgão.

Toledo: A data. No caso da Prefeitura não tem como você dar acesso direto, então só tem o protocolo, a pessoa me pergunta, eu abro para ela. No caso do governo federal tem o link para a pessoa acessar direto o arquivo. No caso do governo do estado tem um protocolo que a pessoa só cola e já consegue acessar.

Vasconcellos: Então dois meses tu usou a planilha, depois e-mail?

Toledo: Depois eu vi que só o e-mail funcionava melhor.

Vasconcellos: Para a análise desses dados, tu recorres a algum programador do jornal ou da TV ou tu usas linguagem de programação por conta própria?

Toledo: Quando é pedido de LAI raramente precisa, porque quase sempre são dados já estruturados, já simplificados. Geralmente vem em CSV, Excel. Um caso ou outro que eu uso SQL, que é a única ferramenta de dados que eu entendo, que eu sei bem como usar. Eu não sei programar, então se eu precisar de alguma coisa nesse sentido eu peço ajuda de um programador.

Vasconcellos: Python tu não usas?

Toledo: Não. Eu mexo só com SQL. Comecei a estudar Python agora, eu fiz oficinas algumas no ano passado, de jornalismo de dados, e eu estou pagando o Code Academy, aquele site, e fazendo aula. Mas eu sei o básico para fazer um filtrozinho.

Coisas que ainda não me são úteis no dia a dia. Eu sei fazer, mas não serve para nada. São noções que eu vou usar para futuramente ter um uso mais prático. Mas é uma coisa que eu tenho em mente porque tem coisas que no SQL não funcionam tão bem, e já me falaram que com Python eu vou fazer melhor.

Vasconcellos: Normalmente tu faz alguma coisa, tu analisa com SQL?

Toledo: Com SQL, é. Mas é muito raro. Em geral, não precisa. É muito engraçado isso também. Eu sinto que tem um certo fetiche pelas ferramentas de dados, de dizer: “analisamos oito milhões de linhas com a ferramenta tal”, só que para o dia a dia não é isso que vai resolver seu problema. Pode ser legal, pode ser inovador, mas pode também não dar em nada. O projeto anda São Paulo, a gente fez um levantamento depois. Das 50 matérias que a gente publicou em dois meses, 34 usavam Lei de Acesso, e acho que só oito ou nove usavam os dados que eles usavam com programação. Então óbvio, essas oito ou nove são matérias muito diferentes, mas eu acho que as matérias mais impactantes, as matérias de furo, vieram de Lei de Acesso. Então se eu achar que precisa eu vou pedir, mas quase sempre as bases de dados que precisam de programação, precisam de alguma coisa, já estão na internet. Microdados do ENEM, por exemplo, estão todos na internet. Microdados de educação, em geral, que eu uso mais, está tudo na internet. Boletim de ocorrência do SSP, os dados mais básicos estão na internet, então é mais fácil.

Vasconcellos: Para essas análises, tu usas computador teu, ou é um computador da TV ou lá do Estadão?

Toledo: Geralmente o computador da TV.

Vasconcellos: Esses dados tu deixas armazenado num servidor, no Google Drive?

Toledo: Tem o Google Drive da empresa, algumas coisas eu deixo lá, e algumas coisas eu deixo no meu Google Drive também.

Vasconcellos: Tu falou que tu conhece um pouco de linguagem de programação de SQL. Esse interesse surgiu por conta própria, ou a empresa ofereceu um curso e tu resolveu: “vou atrás”?

Toledo: Conta própria. Muito difícil a empresa... daqui para a frente eu acho que eles vão perceber mais isso, por exemplo, para o Estadão, eu já sei que eles vão dar ingresso para vários funcionários participarem do Congresso de Jornalismo de Dados,

o CODA. O jornalista tem a ideia de que é importante formação, não especificamente uma em dados, mas cada vez mais eles estão indo atrás. A Globo pagou recentemente uma parceria, um curso de big data para os funcionários, então tem o interesse sim. Acho que cada vez mais isso vai aparecer. Mas no meu caso e no caso de todo mundo que eu conheço, a pessoa se interessou por conta própria. Em geral, é quase sempre quando você se depara com uma pauta que você não consegue resolver sozinho, aí você sempre recorre a alguém para resolver para você, até que você fala: “chega, eu mesmo vou resolver isso aqui”. E aí você começa a aprender.

Vasconcellos: O que te move a buscar esses dados por Lei de acesso e transparência?

Toledo: Primeiro eu acho que a transparência com o leitor, porque eu vejo que o jornalismo tem essa coisa da crise de identidade, as pessoas não confiam mais na gente, então acho que cada vez mais é importante a gente mostrar qual é a fonte, de onde veio isso que eu estou usando como fonte de informação? E segundo porque eu acho que quanto mais a gente cobra a transparência do governo, melhor a *accountability*, melhor a fiscalização dos agentes públicos. E quanto mais a gente cobra, mais eles também têm uma preocupação em sistematizar os dados que eles têm, porque é engraçado isso, às vezes a gente fala: “o governo não é transparente, é ruim”, mas não porque eles não querem ser, mas sim porque eles nunca pensaram que aquilo deveria estar divulgado ou que eles deveriam ter pensado numa forma de digitalizar determinados documentos, então eu sinto que é um processo que ele é bom para todos os lados. Ele é bom porque ele me ajuda a fazer uma matéria, ele é bom porque ele ajuda a fiscalizar o poder público, ele é bom porque força o poder público a criar formas de se autofiscalizar e criar ferramentas em que ele mesmo divulgue as informações na internet, ele é bom porque incentiva que os cidadãos comuns usem a LAI para perguntar coisas do interesse deles, do próprio bairro, para exercer a própria cidadania, então é uma ferramenta que eu acho que é fundamental hoje para todo mundo, não só para o jornalista. Não vou dizer que é uma revolução, talvez junto com o jornalismo de dados como um todo seja uma revolução no jornalismo no sentido de que ele se torna menos aquele jornalismo da exclusividade, da coisa do jornalismo, e mais uma coisa comunitária, do jornalismo colaborativo, e rede, translacional, uma coisa que todo mundo consegue trabalhar junto.

Vasconcellos: Em relação aos prazos da LAI, tu sabes os prazos específicos, é uma coisa que no dia a dia, te angustia ou tu consegues lidar bem com esses dados para a rotina de trabalho?

Toledo: Eu acho que tendo um planejamento não é um problema, então determinados assuntos sempre estão na pauta, então eu preciso ter dados sobre eles sempre. Vai voltar aula em agosto, eu quero saber o índice de evasão dos alunos; eu vou pedir esse dado antes, eu vou pesquisar antes. Janeiro tem chuva, vou pedir dados relacionados a problemas da chuva antes. Estou fazendo uma pauta especial que vai sair daqui um mês sobre tal assunto, já vou pedir um monte de dado pela LAI antes. Estou sabendo que o governo vai anunciar medida tal, vou ficar mandando um monte de pedido sobre esse assunto. Em geral, os assuntos do jornalismo são muito repetitivos: vaga em creche, multa de trânsito, crime. São assuntos que se repetem, então se eu me planejar eu consigo pedir LAI antes e ter os dados antes. Outra coisa é que cada vez mais tem essa coisa do próprio governo em transparência ativa divulgar coisas que eles já responderam por LAI, então é muito comum a pessoa precisar de um dado: “vou pedir por LAI”, não. Vai olhar primeiro se já não está na internet, e é muito comum que já esteja. Aconteceu com o recorte de bolsas da CAPES. Todo mundo: “como a gente acha dados?”. A CAPES tem um portal de dados abertos, e que lá tem a série histórica inteira de processão de bolsas, dividido por categoria, por município, por estado, por curso, tem tudo. Eu só abri, tabulei, mandei para o editor, e ele fez a matéria. Então os prazos podem ser um problema se você cair de paraquedas. Mas se você for se planejando, pelo contrário, vai ter um momento em que você vai ter tanta coisa, que você vai precisar filtrar onde você vai olhar, onde você vai ignorar, porque você tem muito conteúdo na mão.

Vasconcellos: Como tu percebe tanto no Estadão quanto na Globo o interesse dos jornalistas novatos pela LAI? Tu achas que eles se interessam? E nessas empresas que tu trabalhou, se tinha algum processo interno para passar esse conhecimento.

Toledo: Acho que é um interesse bem pequeno, mas crescente. Poucos jornalistas usam, poucos jornalistas sabem usar, e é interessante porque às vezes é uma coisa tão fácil, tão simples. Às vezes eu escuto conversa das pessoas falando: “eu queria dado tal, mas os caras me enrolam”. Eu falo: “esse dado é tão simples, já está no site”. Mas tem uma preocupação de formação até. No Estadão, há dois anos eu faço uma oficina de LAI lá. Inclusive, trabalhando aqui eu vou lá fazer, que é uma oficina para

os focas, para os trainees. Aqui na Globo, algumas semanas eu fiz uma palestra sobre LAI para os funcionários, então tinha gente de todos os jornais. Então sim, eles têm uma preocupação, mas eu acho que até pela forma como as pessoas trabalham, muito atribulado, voltado ao dia, a TV tem uma preocupação gigantesca com imagens boas, então às vezes o dado acaba ficando secundário porque eu preciso mais de uma imagem legal da criança brincando com cachorrinho, ou do posto de saúde que está sem remédio. Então até por isso eles me contrataram, para eu tomar conta disso enquanto os outros produtores tomam conta das outras coisas. Mas sim, tem uma preocupação, tanto é que se eles criaram essa vaga é porque eles queriam criar mais essa coisa. E por isso eu acho também que deveria acontecer no Brasil o que acontece em outros países, que é uma cultura de transparência que não seja uma coisa que cada jornalista se vira com o seu, e sim que você tem uma pessoa focada ou uma equipe de pessoas focadas em fazer esse trabalho para os outros, assim como existe uma equipe de jornalista de dados para você não precisar que todos os repórteres da redação saibam programar, por exemplo, que seria uma coisa impossível.

Vasconcellos: A gente encontrou dez reportagens, aí eu separei duas. Quando a gente faz a análise dessas dez reportagens, a gente percebe que tem um número muito grande de matérias em 2017 e em 2018 o número diminui bastante. Foram sete em 2017, contra três em 2018. Queria entender se tem algum fator para explicar essa diferença, de um ano para o outro. Se é a tua ida para a Globo.

Toledo: É porque em 2017 eu trabalhava no caderno Metrópole, e em 2018 eu fui trabalhar no Estadão dados cobrindo política, e aí eu comecei a descobrir outras ferramentas que naquele momento eram mais úteis do que a LAI, principalmente pelo fato de que cobrir política é legal porque já tem muita coisa na internet. Então, por exemplo, o repositório do TSE, um milhão de pautas lá, um monte de coisa legal que não precisa de LAI, embora eu tenha publicado matérias com LAI. A gente começou a usar muito aquela ferramenta CrowdTangle, porque foi o ano da eleição na internet, redes sociais. Então meu olhar em 2018, primeiro, eu fiquei dois meses fora em 2018 fazendo esse trabalho fora. Janeiro, fevereiro, março e abril eu trabalhei no Metrópole. Em abril eu sai, voltei em julho, aí de julho a dezembro fiquei cobrindo política. Então foi quase que uma cobertura específica sobre redes sociais, dados do TSE, então

quase nunca usava LAI. Quase nunca usava LAI, usei duas, três, vezes, mas não é por causa disso, na verdade.

Vasconcellos: E às vezes em dados abertos aí não cita a Lei de Acesso.

Toledo: Porque já está no site, então geralmente você escreve: dados do repositório de dados, dados do DivulgaCand, sei lá.

Vasconcellos: Eu tinha marcado uma outra pergunta aqui, mas tu já me respondeu, em relação à sua ida para a Globo. Das matérias que eu separei tem uma: denúncia contra guardas civis cresce (170%). Tu lembra os dados utilizados, era só transparência passiva ou tinha também ativa?

Toledo: Esse caso foi bem curioso porque na verdade nem foi um pedido que eu fiz. A procuradoria geral do município, do mesmo jeito que o governo federal tem, a prefeitura também tem uma base de pedidos respondidos. Nesse caso especificamente, não era nem isso, era uma base de julgamento de pedidos na última instância. Ou seja, você consegue ver uma ata da reunião, e lá eles falam: “esse pedido aqui a gente decidiu deferir por causa disso, disso e daquilo”, e um deles era sobre a guarda civil. Eu nem sei quem pediu isso, estava jogado no site há meses. Aí eu tinha pesquisado, não tinha saído nenhuma matéria, eu falei: “acho que tem uma matéria legal aí”. Aí foi um caso que casou aquele dado com o factual, porque o que aconteceu? Na mesma semana em que eu achei esse dado, ia ter uma reunião na câmara municipal, de uma comissão que estava tendo justamente sobre moradores de rua denunciando agressões de guardas civis. Eu falei: “caramba, tem tudo a ver, eu vou usar essa base de dados que eu achei no site da Prefeitura, e vou fazer a entrevista com os caras lá, com o vereador”. Foi bem na mesma semana, e a matéria saiu juntando as duas coisas.

Vasconcellos: Então o pedido não foi feito por ti?

Toledo: Não, foi alguém que fez, não sei quem, achei no site. Isso é uma coisa interessante também, que por ser uma coisa nova, tem gente que tem uma percepção de que: “então você usou o dado de alguém?”. Não, eu usei um dado público. O que acontece? O governo municipal de São Paulo e o governo federal tomaram a decisão que é: ao responder um pedido de um cidadão, eu quero responder para todos os cidadãos e não só para ele, porque isso é informação pública. É o que a gente chama de transformar transparência passiva em ativa. Ou seja, eu perguntei, a partir do

momento que aquela resposta é disponível, ela fica disponível para todo mundo. Então aqui na Globo já me perguntaram várias vezes: “se eu pegar o pedido tal, eu não vou estar roubando pauta da Folha?”. Não, óbvio que não. Eu não estou invadindo o computador do repórter da Folha e pegando dado dele. Eu estou entrando no site oficial do governo, que o governo colocou aquele dado. Foi o repórter da Folha que perguntou? Foi. Mas eu também pergunto coisas que vão estar lá. Todo mundo pergunta coisas que vão estar lá. Então a lógica é justamente você criar um banco gigante de dados para que as pessoas usem. Esse caso da Prefeitura nem era isso, era uma análise de um pedido, mas que na prática é a mesma coisa. A partir do momento em que eles tornaram público, é a mesma coisa que, eu estou fazendo uma pauta exclusiva, aí eu peço outro lado do Ministério, e o Ministério entende que esse assunto é muito relevante, que ele vai soltar uma nota pública sobre o assunto, e a partir do momento em que ele solta uma pauta pública, todo mundo fica sabendo, todo mundo vai publicar. Eles estão roubando a minha pauta? Não. Eles estão reproduzindo o que o governo divulgou. Então é um entendimento que eu acho que vai demorar algum tempo para que aconteça, mas é um entendimento que para mim é natural, é óbvio. E pelo contrário, a dificuldade do jornalista é que ele sempre quer: “isso é meu dado, é meu dado, é meu documento”. Não é, esse dado é público. Você pode ter conseguido antes então, parabéns, vai lá e faz sua matéria. Mas não é seu dado, o dado é público.

Vasconcellos: Mas tu lembra se a pessoa fez recurso?

Toledo: Essa pessoa recorreu até a última instância, vinha sendo negado até lá, aí quando chegou na última, a Prefeitura decidiu abrir, e só por isso eu tive acesso.

Vasconcellos: Tu lembra quanto tempo levou isso?

Toledo: Provavelmente uns dois, três meses, é o que demora a Prefeitura. Para você ver que legal, é um processo que demorou três meses, mas que eu descobri na semana em que eu precisava. Por isso que a Lei de Acesso fala: “você demora 30 dias, não serve para factual”, claro que serve. Depende de para onde você olha e com que planejamento você olha. Nesse caso eu ficava fuçando esse site porque eu via que sempre tinha coisa nova lá, até que apareceu esse dado.

Vasconcellos: Não tem como precisar o tempo do que fez o pedido até a publicação?

Toledo: Dá para ver pelo protocolo do pedido, mas foi uns três meses provavelmente.

Vasconcellos: Lembra o órgão para qual foi feito esse pedido?

Toledo: Secretaria Municipal de Segurança Urbana. SMSU, da Prefeitura.

Vasconcellos: Fez algum pedido secundário para essa matéria?

Toledo: Não.

Vasconcellos: Tem essa outra matéria, Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros. Tu lembra?

Toledo: Essa aí foi um baita trabalho, porque eu fiz um pedido para cada Universidade Federal, 63 federais, e depois para sistematizar... e nessa época eu não tinha tido essa sacada de fazer um e-mail separado, e nessa época eu nem tinha e-mail de LAI, eu tinha e-mail do Estadão, então vinha release com resposta de LAI de outras coisas, com resposta de LAI desse negócio, foi uma zona. E essa demorou também uns quatro meses, porque eu ia juntando. Chegou uma, a outra não respondeu, respondeu pela metade, aí eu fazia o pedido de novo.

Vasconcellos: Mas quatro meses do primeiro pedido até a matéria ser publicada?

Toledo: É. Porque tinha caso que não respondia, tinha que abrir de novo, tinha caso que eu tive que ficar esperando até chegar na CGU, tinha caso que simplesmente não respondeu, aí eu tentei recorrer por outros caminhos, conversar com o servidor. E no fim das contas se você for ver no texto da matéria, eu falo que de tantas universidades procuradas, só 30 responderam, e o levantamento foi com base nessas 30. Mas foi até porque eu percebi que elas seguiam o padrão, tanto que é 1% de intercambista. A maioria que eu perguntava falava: “não tem nenhum; tem um; tem três; tem dois”. Aí eu falei: talvez as outras 30 que não responderam, vão responder muito parecido. Mas jornalismo é do mesmo jeito que pesquisa acadêmica, não tem certo e errado, tem que explicar a metodologia que você usou. Então assim, é certo eu usar só metade das respostas? Se as outras 30 não responderam eu vou ignorar as 30 que responderam? Não, eu vou dizer, mas colocar: o levantamento feito com 30 que foram as que responderam ao pedido de LAI. Mas foram uns quatro meses.

Vasconcellos: Mas eu vi que a matéria é assinada por ti e mais um colega. Ele que teve a ideia, tu que teve a ideia? Como foi?

Toledo: Eu fiz os pedidos e esse cara, se não me engano, era um trainee que passou pela editoria na época em que eu estava fechando a matéria. E se não me engano,

ele saiu do Estadão, e ele voltou para a cidade dele que eu acho que era Porto Alegre. E aí eu lembro a gente precisava fazer matéria com correspondentes, e aí pagaram para ele fazer essa matéria especificamente. Strazer. Mas foi isso, ele passou uma semana na editoria como trainee na época em que eu estava fazendo essa matéria, aí ele voltou para a cidade dele, a gente precisava de alguém, aí ele fez e juntou. É muito comum nesses casos, na Globo nem tanto, mas no Estadão, de eu fazer esses levantamentos mais nacionais, aí precisa ter o personagem do Sul, o personagem do Nordeste, e aí a gente pede para alguém ir junto e assina junto. Isso é uma coisa bem legal de jornal, TV é mais chata com isso. Jornal, a não ser que você tenha feito, mas em geral, mesmo que o cara tenha colaborado, a gente assina junto. Então esse caso, eu fiz um levantamento, fiquei quatro meses fazendo, e o cara entrevistou três pessoas. Mas eu assino junto porque, enfim, a matéria compôs, a gente juntou. A TV é um pouco mais chata com isso, mas em geral eu gosto de juntar todo mundo.

Vasconcellos: Essa matéria é mais transparência passiva?

Toledo: É, não tinha nada de ativa.

Vasconcellos: Tempo para ser respondido?

Toledo: Teve 30 dias, 60, 90. A Federal do Rio Grande do Sul demorou, tem pedido que está chegando até hoje no meu e-mail, bem bizarro.

Vasconcellos: Os órgãos que tu pediu?

Toledo: Todas as universidades federais. Eu não vou lembrar qual, mas acho que a Federal do Rio Grande do Sul, o que aconteceu é que como eles não respondiam, eu acho que eu fui direto na assessoria para pedir entrevista já, porque já tinha estourado na imprensa local, na Zero Hora. Espera, eu estou confundindo as coisas, porque eu fiz duas matérias parecidas, que era a de fraude em cotas. Essa aí, as que eu não consegui por LAI, eu consegui com assessoria de imprensa. Eu não lembro se foi a Federal do Rio Grande do Sul, mas algumas demoraram muito, e no ano seguinte a resposta chegou. Agora não serve para nada mais. Mas teve caso de demorar um ano para responder. Só que aí eu descartei, usei só as que responderam dentro desse período, que foram uns três, quatro meses.

Vasconcellos: Mas tu não chegou a fazer um pedido secundário nessa matéria?

Toledo: Não.

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MARCELO GODOY

Hygino Vasconcellos: Que idade tu tens?

Godoy: 49 anos.

Vasconcellos: Eu não sei se tu chegou a ver o roteiro de perguntas que eu te mandei.

Godoy: Não cheguei a ver. Eu estou numa coisa que como você pode ver, meu atraso não foi por falta de cuidado nem por desleixo ou desatenção, é porque eu estou com uma jornada tripla, quádrupla esses dias, e está bastante complicado. Tem livros que eu não consegui terminar de ler. Tem dez páginas para eu terminar, eu não consigo sentar e ler, porque eu estou sendo atropelado, não só aqui no jornal, em casa, fora. Coisas que tornaram minha jornada diária, no mínimo, uma jornada tripla. Desculpa. Para mim está sendo um esforço medonho eu conseguir cumprir o mínimo de coisas fora daquelas três que são absolutamente essenciais.

Vasconcellos: Eu queria ver contigo o básico, da tua trajetória profissional. Em que ano tu se formou?

Godoy: Me formei em 1991, sou formado pela Faculdade de Comunicação da Casper Líbero, aqui de São Paulo. O primeiro emprego com carteira assinada que eu tive foi na Folha da Tarde, mas não foi o primeiro emprego que eu tive. Cheguei a fazer estágio, a freelar, aquele esquema de freela fixo, que é o precariado. Você tem um emprego, mas não tem a carteira assinada. Mas emprego com carteira assinada bonitinho e tudo mais, Folha da Tarde, registrado em 1991, embora eu já estivesse lá desde 1990.

Vasconcellos: Tu fez alguma pós-graduação?

Godoy: Não fiz.

Vasconcellos: Nem especialização nem mestrado?

Godoy: Nem especialização, nem mestrado, nada. Toda a minha formação é uma formação autodidática. Infelizmente não tenho nenhuma formação acadêmica. O livro que eu escrevi era um projeto meu de doutorado que eu ia tentar um doutorado direto em história, e no final das contas acabou que por certas razões, não vou me estender muito aqui, acabei publicando o livro e perdendo o doutorado, modo de dizer.

Vasconcellos: Você chegou a fazer um mestrado antes?

Godoy: Não, eu estava pensando em fazer um doutorado direto. Porque o peso da pesquisa, eu acho que era factível eu pleitear que aquilo entrasse como doutorado direto. Entraria como mestrado e depois já pularia direto para o doutorado. Acho que eu devia ter alguma razão, porque essa pesquisa depois foi premiada como melhor ensaio social pela Biblioteca Nacional, a banca era toda de historiadores, coordenador da pós da UFRJ, federal de Pernambuco, UERJ. Parece que teve até algum valor acadêmico, porque embora jornalista, eu concorri com o pessoal da área, toda a área de humanas concorre nesse prêmio. Infelizmente, eu acho que o trabalho poderia ter passado por um exame de um orientador, de outras pessoas dentro da academia, e certamente teria ficado melhor, mas mesmo assim à posteriori, ele foi bem acolhido dentro da academia. Então eu acho que eu devia ter um pouco de razão quanto à perspectiva de que ele tinha potencial para poder ser um doutorado direto. Essa não é uma perspectiva que acabou para mim, acho que é muito importante disciplinar o seu pensamento, disciplinar a sua forma de trabalho por meio do trabalho acadêmico, por meio da vivência acadêmica. Isso é extremamente importante. E outra coisa que é muito importante é algo que os jornalistas têm um pouco na redação, que a gente faz isso de uma forma instintiva e imediata, que é submeter o seu trabalho ao exame dos pares. Você está escrevendo a reportagem, você está comentando com os colegas que estão do seu lado, e cada um vai dando um pitaco aqui, um pitaco acolá, você vai ouvindo, ou seja, isso acaba formando um ambiente de revisão, de conversa, de diálogo, num fazer que é um fazer diário, um fazer, na maior parte das vezes, muito menos elaborado, que é uma reportagem, é um texto mais fácil de ser feito, e que acho que o trabalho acadêmico me dá também isso. Ele abre essa perspectiva de um diálogo, não só ao famoso exame dos pares.

Vasconcellos: Tem uma outra perspectiva também.

Godoy: Sim.

Vasconcellos: Teu contrato de trabalho aqui é CLT, PJ?

Godoy: CLT.

Vasconcellos: Já vou direto em relação à Lei de Acesso, como é que foi o teu contato inicial com a Lei de Acesso? De onde surgiu interesse?

Godoy: Eu era chefe de reportagem de cidades quando a lei foi aprovada, depois eu fiquei como subeditor de cidades, até o começo de 2017. Em 2017 eu fui para a

reportagem especial. Chegando na reportagem especial aqui do jornal, eu pensei: “tenho que fazer minha própria pauta”, e para você fazer sua própria pauta, nada melhor do que você trabalhar com planejamento. E a Lei de Acesso permite isso, permite que você possa planejar a sua produção. De que forma? Você faz o pedido, e você sabe que dali 20 dias, 30 dias, 40, mesmo que demore 60, 90 dias, não interessa, se você se organizar, você sempre vai ter alguma coisa chegando para você. De que forma eu me planejo? Eu tirei férias, 30 dias. No primeiro dia das férias, gastei pensando todas as reportagens que eu poderia fazer com todos os órgãos públicos que eu conhecia e que eu imaginava que tivesse informações relevantes, e que poderiam gerar algum tipo de coisa importante para o jornal, e encaminhei todos esses pedidos. Eu sabia que quando eu voltasse das férias, os primeiros pedidos iam estar chegando. E a partir daí então eu ia ter uma pauta feita por mim mesmo, e eu ia poder trabalhar de uma forma independente dentro do jornal, já que o repórter especial faz a sua própria pauta, ele não está subordinado a um chefe de reportagem na editoria. E dessa forma eu organizei quase dois anos de trabalho assim. Agora eu tive algumas encomendas aqui dentro que fizeram com que eu paralisasse um pouco esse trabalho com a Lei de Acesso, que são trabalhos especiais, específicos aqui do jornal. Estou meio desesperado, como você está vendo, então sobre os 130 anos da República; no ano passado, no período eleitoral eu tive que cuidar de toda a produção de materiais especiais para a política no período eleitoral, então isso deu uma certa quebra no período de produção.

Vasconcellos: Tem uma pergunta que eu ia fazer para o final que eu ia te perguntar agora, porque é justamente sobre essa diferença, porque a gente pegou 2017 e 2018 e percebeu que 2018 teve uma queda significativa. É por conta disso?

Godoy: É por causa da eleição, porque o que você faz? A Lei de Acesso acaba se transformando num excelente instrumento a qualquer momento. Mas aí você tem prioridades com as quais o jornal trabalha. Vamos dizer, você ter um período eleitoral como o que a gente teve, e um período tão conturbado como o que a gente vive, aquilo te toma tempo, e a realidade já te traz tanta informação, que o espaço para que, por exemplo, eu faço uma Lei de Acesso como eu fiz aqui, sobre o zoológico. Todos os animais, quero saber quantos rinocerontes nasceram no zoológico de São Paulo nos últimos 20 anos. Quantos elefantes, quanto isso, quanto aquilo, quanta arara azul. Tudo, quantos morreram? Investimento, isso e aquilo, um raio X gigantesco do

zoológico. Isso toma tempo, você tem que ir fazendo aos poucos também. Isso não é uma matéria datada, e a Lei de Acesso garante isso também. Quando você consegue fugir disso do material: “precisa sair agora porque hoje aconteceu tal coisa e eu preciso desse número hoje, para a reportagem sair amanhã”. Dificilmente você vai conseguir isso com a Lei de Acesso, você vai ter que pedir para a assessoria de imprensa, para ver se a assessoria de imprensa do órgão dispõe daquele dado, para fornecer de forma imediata. Não foi possível naquele momento? Você sabe que aquele tema, por exemplo, registro de armas no Brasil, você sabe que isso vai continuar sendo um tema importante no país, na discussão, no dia a dia, discussão política do país e de segurança pública. Você faz o pedido. O programa vai demorar três meses para te fornecer? Tanto faz, não há problema. A hora que aquele dado chegar, aquele dado continuará sendo relevante. Então ele é um pouco atemporal. **Então duas coisas que a Lei de Acesso presta, se presta a discussões importantes, ou seja, discussão de temas: atuação da polícia federal sobre tráfico de drogas; atuação da polícia federal e inquéritos de corrupção; porte de armas, gastos de órgão públicos, violações aos direitos humanos, e por aí vai. E são coisas que você pode trabalhar com vagar, e com muito mais aprofundamento do que se você estivesse pedindo esse dado para publicar no dia seguinte. Então a primeira coisa é isso, ela se presta de forma excepcional para reportagens que a gente chama de reportagens especiais, ou seja, para aquilo que é justamente onde eu estou trabalhando, eu sou um repórter especial. Ou seja, reportagens que podem levar meses para serem feitas, que não há uma pressão para ela ser publicada no dia seguinte. Então a obtenção dos dados, que é o primeiro passo só, a partir da obtenção dos dados, você vai procurar o estudo de casos, você vai procurar análise daqueles dados, vai tentar se certificar da credibilidade daqueles dados também. Porque não é que aquele dado veio de um órgão público que necessariamente ele está correto. Às vezes o funcionário pode ter te passado um dado errado.**

Vasconcellos: Manipulado?

Godoy: Exato. Por N razões. Às vezes por incompetência, às vezes porque entendeu mal o pedido, às vezes porque passou dado incompleto. Isso tudo é um trabalho de apuração mesmo. E a Lei de Acesso acrescenta um instrumento para o jornalismo para a apuração de grandes reportagens, de uma forma que antes os órgãos públicos

não sentiam obrigados a fornecer esses dados quando eram questionados pelos jornalistas. Muitas vezes esses dados existiam, e o órgão público dizia que simplesmente: não posso, não tenho quem faça. Não havia o dever de informar. A lei deixa claro esse dever. Tive um caso, por exemplo, do Exército, que eu queria a lista de todos os agraciados com a medalha do pacificador. O Exército já no passado havia publicado esse dado nas páginas que eles mantêm na internet. Eles têm vários órgãos no exército, várias pastas, e uma delas tinha essa lista, e eles tiraram do ar, por questões políticas. Embora eles nunca tenham confessado isso, era por questões políticas. Porque entre os agraciados tinham lá petistas, começou uma gritaria contra o exército, eles resolveram, para não ter polêmica, tira do ar. E eu precisava daquilo como pesquisador. Essa medalha era uma medalha importante essa informação porque a maior parte dos integrantes de órgãos de repressão nos anos 60 e 70 foi agraciado com essa medalha, então é um método muito interessante para identificar esses agentes. Claro que o exército também sabia disso. Me negaram na primeira instância, me negaram na segunda instância, me negaram na terceira instância. Isso subiu até a CGU, e a CGU então ia obrigar o Exército a fornecer, evidente que se eles mantivessem a decisão deles, poderia ser até passível de improbidade administrativa, porque era o que ia acontecer. Era claro que eles tinham o dado, mas não queriam fornecer o dado, e aí dois dias antes da decisão da CGU, o próprio exército se, aspas, adiantou; adiantou nada, deve ter sido incitado pela CGU, evidentemente, para não ter que responder judicialmente por isso. Foi incitado pela CGU para fornecer os dados para mim, embora não tenham dito isso. Simplesmente eles me ligaram: “resolvemos reconsiderar e vamos passar o dado para você, e inclusive vamos voltar a publicar o dado”. Que um dos argumentos deles era que eu estava querendo mandar na política de divulgação deles. Eu falei assim: “não, vocês publicam no site o que vocês quiserem, isso não é problema meu. O problema é que se vocês expõem esse dado em um arquivo, e esse documento está sob a guarda de você, a Lei de Acesso diz que vocês são obrigados. E não existe sigilo sobre esse documento, e nem razão para que esse documento possa ser considerado sigiloso. E mais, pela Lei de Acesso, como isso pode estar relacionado com violação dos direitos humanos, e este o motivo do pedido da Lei de Acesso, não é passível de decretação de sigilo. Então vocês têm sim de fornecer.” Aí forneceram.

Vasconcellos: Eu queria voltar contigo, o teu interesse com a Lei de Acesso é por acompanhar esse desenrolar todo?

Godoy: Eu, como jornalista, trabalho com os instrumentos que estão disponíveis. Evidente que quando eu comecei a trabalhar, não existia o celular, a gente passava um retorno... o retorno seria, eu estou na rua, no meio de uma apuração de uma reportagem, e eu pego o telefone e ligo para o meu chefe e falo: “está acontecendo isso e isso”. Passava por orelhão, tinha que copiar tudo. Se eu tivesse acesso a um documento, dificilmente tinha máquina de xerox disponível para você fazer cópia, então quando você via o documento, você tinha que copiar à mão. Hoje em dia você vai lá com o celular, fotografa o documento, não precisa nem mais copiar o documento, você passa para a sua redação pelo próprio celular, você grava a pessoa com essa porcaria. Dependendo da qualidade do som, você coloca no programinha, ele degrava para você sozinho. Ou seja, você tem toda uma série de instrumentos que tornam a reportagem um pouco ubíqua. Ou seja, é como se você estivesse presente em vários lugares ao mesmo tempo, coisa que no passado, quando você saía, você tinha que ligar para o telefone fixo para a pessoa. Você tinha que encontrar a pessoa no horário comercial, quando ela voltava do almoço, a secretária tinha que passar você para ele. Você tinha que ter uma boa relação com as secretárias. Então era um outro tipo de relacionamento, um outro tipo de vida, você tinha que encontrar as pessoas. E no caminho da onde você saía para onde você ia, você ficava descolado do mundo. O máximo que você fazia era ouvir o rádio no carro. Hoje, você está o tempo todo conectado, você pode mandar para dez fontes diferentes sobre temas distintos uma mensagem no WhatsApp para cada um, reportagens distintas em cinco minutos, dez minutos, basta que você se organize, e ficar aguardando o retorno dessas pessoas. Esse é um instrumento. Se você pensa que uma rede social como WhatsApp é um instrumento para reportagem, se você pensa que uma rede social como o Twitter, pelo uso que políticos fazem, também acaba fornecendo um material importante para você, e que eu imagino não só pelo jornalismo, mas em certa medida, provavelmente para o futuro, para historiadores, porque você consegue capturar informações, você tem ideia de movimentos, você tem ideia da repercussão, de fatos, etc, porque é como se as pessoas estivessem expondo dezenas e dezenas de diários particulares, que antes eram mantidos na cabeceira, na sua cama, etc, e que o historiador tinha que ir lá buscar aquele diário. Hoje a pessoa faz isso no Twitter. De

certa forma, o material bruto está ali para você capturar. Da mesma forma, a Lei de Acesso à informação. Antes você tinha que, imagina, para eu pedir uma coisa para um órgão em Brasília ia ser por telefone, e antes da existência do fax, eu ia ter que contar com a boa vontade do sujeito, de repente, colocar um calhamaço de documentos no Correio para mim. Ou eu ia ter que pedir para um colega meu na sucursal de Brasília ir até o órgão, retirar aquele documento, e mandar via malote para mim, sabendo que o chefe do órgão não ia ter nenhuma boa vontade muitas vezes em me passar aquela informação, aquele documento. Hoje você vai lá, senta aqui no computador, não precisa ligar para ninguém, é uma coisa impessoal, e isso é uma coisa fantástica: você conseguir sair das relações pessoais. Elas são muito importantes para o jornalismo? É importante, o jornalista tem que ter fonte, tem que conhecer as pessoas, tem que saber se relacionar com as pessoas. Isso é parte da profissão, não tenho a menor dúvida, mas tem uma outra parte que é importante também para o jornalista, que é quando ele foge dessas relações pessoais. Vamos dizer assim: “eu conheço o deputado”, mas eu quero saber como é que esse cara se comporta quando ele não está diante de um jornalista. Eu quero saber como um órgão público se comporta quando ele não está diante de um jornalista, ou seja, quando ele tem que passar uma informação do ponto de vista impessoal, quando ele tem que simplesmente cumprir a lei e repassar informação para você. No governo federal, isso acontece com mais frequência. Há uma grande quantidade de vezes em que as pessoas passam informação para você sem saber que você é jornalista. Prefeitura de São Paulo, governo do estado, procuram identificar as pessoas que pedem a informação.

Vasconcellos: Pela transparência, tu diz?

Godoy: Exato. E principalmente quando se trata de jornalista. Ou seja, eles tentam fazer um filtro quando a informação é para ser fornecida por jornalista. Há diferença sim quando a resposta é feita para um jornalista ou é feita para um cidadão que eles não veem nenhum risco daquela informação, de alguma forma, colocá-los em uma saia justa. Na prefeitura de São Paulo isso é uma coisa brutal. A gente até publicou matéria mostrando que em gravações de reunião sobre liberação de informações, em que a assessoria do prefeito dizia que não era para fornecer, que era para sonegar. Era um claro desrespeito à lei.

Vasconcellos: Essa matéria inclusive está na nossa lista.

Godoy: Está, que é do Toledo. Eu ajudei ele nessa matéria. Mas o mérito foi todo dele de conseguir a gravação, que foi a grande prova.

Vasconcellos: Mas como a Lei de Acesso surgiu em 2011, 12, tu já resolveu saber como funcionava?

Godoy: Eu fui tomando contato muito lentamente com a Lei de Acesso, porque eu não estava no dia a dia da reportagem, eu estava cuidando da cozinha, e não cuidando das mesas. Eu não estava na reportagem, eu estava planejando reportagens, fechando o jornal, etc. Evidente que eu orientava os repórteres para que eles utilizassem a Lei de Acesso à Informação, um instrumento. E acho que de um primeiro momento, os jornais usaram muito menos a Lei de Acesso à informação do que poderiam usar, alguns jornais. Alguns não, acho que todos. Acho que se o jornalismo tivesse realmente percebido toda a potencialidade da Lei de Acesso, certamente o mundo político já teria dado um jeito de mudar a lei. O problema todo é que a Lei de Acesso, ela embora seja um instrumento excelente para o jornalista, ele é impessoal, você entra num site, vamos falar do governo federal, que é com o que eu mais trabalhei. Você entra no site, faz um pedido, endereça para o órgão, recorre, e aquilo vai sendo respondido. Aí entra a segunda parte. Não basta só você imaginar a reportagem. Que reportagem você vai ter? O repórter tem que ter o mínimo de capacidade de análise para saber que tipo de dado ele vai ter, e como ele encaixar o pedido de acordo com os preceitos da lei. Então você precisa estudar a lei. Você precisa estudar a lei, precisa estudar quais argumentos você vai usar, como você vai fazer o seu pedido, para que o seu pedido não possa ser simplesmente recusado. Meu pedido não pode ser genérico, eu tenho que fazer um pedido específico de dados, eu tenho, se possível, que circunscrever esse pedido para que o trabalho de coleta do governo não possa dizer que simplesmente eu não entendi o pedido, vou te mandar abacaxi e você pediu melancia. Então você precisa ter, e para você usar no trabalho, você precisa inclusive estudar os precedentes da CGU, pareceres que a CGU já havia dado. Tudo isso para você fundamentar o seu pedido e a sua argumentação. Principalmente no caso de recusa, e os casos de recusa são comuns. Inclusive comuns aqueles que são recusados de forma indevida pelo poder público, em que as hipóteses previstas para recusa são usadas de forma muito elástica por alguns órgãos. Até como uma forma, talvez, a gente desconfia, de conseguir mais tempo para fazer a resposta, dado ao limite de pessoal que esses órgãos muitas vezes tem, e ver

se o jornalista se cansa, desiste, qualquer coisa assim. Então é muito importante você conhecer a lei, saber quais argumentos você vai usar para obter. Eu já consegui reverter diversas recusas iniciais com base em argumentação jurídica, sem que fosse necessário em nenhum momento eu judicializar um caso. Teve um único caso que eu gostaria de ter judicializado, mas para isso, eu teria que convencer o jornal. Tem alguns jornais que têm essa política de judicializar, como é o caso da Folha. O Estadão não tem muito essa política de judicializar, você acaba transformando o jornal em notícia, quando o importante é você conseguir a notícia, a gente não está na Revista Imprensa, ou seja, a gente não está aqui para fazer uma reportagem para jornalistas. A gente está aqui para conseguir o dado. Então se eu não consegui pela Lei de Acesso, eu vou tentar de outra forma, mas eu tenho que ir atrás dessa informação, que foi na ABIN. A CGU rasgou a lei num parecer que eles dizem claramente que até aquele momento, todas as decisões deles eram contrárias ao que eles iam sugerir então, que era não fornecer informação. O problema é que existe um buraco na lei. O buraco na lei é o seguinte: o diretor da ABIN não é autoridade definida pela lei para poder decretar sigredo, então o que acontece? Os documentos da ABIN ficam expostos mais cedo do que deveria, porque não tem quem decrete sigilo nesses documentos. Não é à toa que no começo do ano quando houve aquela modificação pelo decreto do seu Bolsonaro, o único órgão que ganhou a delegação de imediato para poder decretar sigilo, foi a Abin. Foi o único. Nenhum outro órgão da administração federal fez isso. No dia seguinte, a Abin já estava fazendo isso. O problema era a Abin. Existe uma lacuna na lei, foi um erro legislativo, um órgão como a Abin deveria prestar sim como competente para poder pôr sob sigilo parte da sua documentação, isso é no mundo inteiro, não seria diferente aqui. Até mesmo para não cair em um vazio legal que acaba abrindo caminho para o arbitrário.

Vasconcellos: Mas nesse caso específico, tu lembra o que era?

Godoy: Eles publicam de seis em seis meses, se não me engano, uma lista de documentos desclassificados. Portanto, são documentos que não estão mais sob sigilo. Eu pedi esses documentos, simplesmente isso, e eles negaram. Recorri em todas as instâncias, foi até a CGU. E a CGU deu razão para eles, embora estivessem desclassificados os documentos, embora não tivesse previsão legal para mantê-los sob sigilo. Mesmo assim a CGU deu. Rasgou a lei. Só judicializando. Judicializando haveria uma chance de eu conseguir esses documentos, dependendo tem um juiz que

pode chegar, talvez levasse 10, 15 anos. Aí eles iam recorrer até o Supremo, certamente.

Vasconcellos: Teve algum caso em que você chegou a procurar o Ministério Público?

Godoy: Eu não. O Luiz chegou no caso da Prefeitura de São Paulo e no caso da Secretaria de Segurança Pública aqui de São Paulo.

Vasconcellos: Eu falei com ele antes de você vir aqui.

Godoy: Ele estava aqui quando aconteceu isso. Eu tenho dúvidas quanto a efetividade disso. Primeiro porque o Ministério Público também é um dos órgãos menos transparentes que existem na administração pública aqui em São Paulo, principalmente com Lei de Acesso à informação. Então, se eles são assim dentro da própria casa, dificilmente eles vão ter uma atuação que busque, a não ser uma atuação individual de um promotor que busque forçar os demais órgãos a serem transparentes. Acho que o que funciona na maior parte das vezes, ainda é a argumentação legal. E depende muito de quem está no órgão de recurso. Aqui em São Paulo, durante um bom tempo, tinha ocupando essa função, Húngaro que cuidava do equivalente a CGU paulista. É antes da comissão. A comissão é prefeitura, a prefeitura tem uma comissão que cuida disso. No estado de São Paulo, existe uma controladoria, existe um nome de um órgão, acho que é ouvidoria do estado.

Vasconcellos: Que é similar àquele CRMI?

Godoy: Isso aí é da prefeitura. No estado você faz o recurso em primeiro e o recurso em segundo grau dentro do órgão. O terceiro grau é essa ouvidoria, vamos dizer assim. Acima dessa ouvidoria tem um conselho, que pode ser um quarto grau de recurso, e depois disso, só judicializando. Então o cara que estava ali nessa ouvidoria, controladoria, que era o Gustavo Húngaro, era um cara muito ponderado, e que eu tive vários ganhos de causa lá, obrigando principalmente a Secretaria de Segurança Pública a fornecer dados, e tudo com base na lei. Vou te dar um exemplo: eu pedi cópias dos relatórios de todos os inquéritos concluídos pela polícia de São Paulo que investigassem assassinatos de mulheres. Eu queria saber como os casos de feminicídio eram relatados pelos delegados de polícia responsáveis pelos inquéritos, durante um determinado período, na capital de São Paulo, que era para restringir o campo, para não ter aquela argumentação do trabalho excessivo. A polícia recusou alegando sigilo. Daí eu disse: “não há sigilo depois que o inquérito termina”. Não há

prejuízo na investigação depois do inquérito terminar. Ademais, o artigo, não lembro se é 2526 da lei, proíbe que informações relativas a defesa de direitos humanos sejam alvo de sigilo. Femicídio é uma grave violação dos direitos humanos, etc, em função disto, esta foi toda a argumentação, coloquei a ementa da lei, que caracterizou o feminicídio no país. O legislador que fez isso classificou como violação dos direitos humanos. Então não há por quê a polícia manter esse comportamento. Daí vou lá na segunda instância, chegou na terceira instância, a terceira instância mandou passar. A última alegação deles: “e nos casos em que o judiciário tiver decretado sigilo?” O judiciário tem instrução processual, aí é responsabilidade do repórter. Ou vocês façam um filtro. Agora, não sou eu que tenho que fazer esse filtro. Se você tem 46 casos, eram 46 casos.

Vasconcellos: Não era tanto.

Godoy: Não era. E distribuídos em várias delegacias, então cada um ia ver um caso. Não tinha nem como alegar excesso de trabalho. Eles não conseguem ver um caso? Pegar um caso, pegar um telefonema, isso é excesso de trabalho? Então não havia nenhuma justificativa. Passaram todos. Essa matéria ainda não saiu. Estou deixando passar ainda mais um tempo, porque o que eu quero fazer agora é o seguinte, eu já tenho os relatórios, como aquilo foi registrado pela polícia, e agora eu quero ver como, dois anos depois, como a justiça se comportou. Se julgou, se não julgou, se as pessoas estão presas, se não estão presas. Porque também, ficar falando só da polícia é muito fácil. Eu quero ver como o Ministério Público, a magistratura se comportou diante desses casos, então eu estou deixando passar um tempo para depois fazer mais esse filtro.

Vasconcellos: Porque tem o desenrolar no caso.

Godoy: Sim. E aí eu ter uma noção, trabalhar com outro conceito, que é o conceito de impunidade. Não só com o conceito de como isso é atendido pela polícia, comparar se os casos de feminicídio são mais investigados do que os casos de crimes comuns, índice de esclarecimento ou não, quem comete o crime, quem não comete. Tudo aquilo que você pode fazer num caso desses, e que só um trabalho desses já seria um trabalho para uma pesquisa de dois, três anos pelo menos.

Vasconcellos: Eu só preciso voltar contigo. Tu comentou que está como repórter especial agora. Quando tu começou como repórter especial?

Godoy: 2017.

Vasconcellos: Tu acha que esse teu interesse pela LAI aflorou depois?

Godoy: Foi a forma como eu comecei, eu falei assim: “eu vou agora para a reportagem especial, preciso me organizar”. A melhor forma de me organizar é eu fazer um planejamento das reportagens que eu vou fazer nesse ano. Então eu verifiquei, quais são as coisas importantes de 2017? Vai ter o centenário da Revolução Russa, vai ter isso, vai ter aquilo. Vou me planejar para fazer uma cobertura sobre isso, para propor para o jornal essa cobertura. O que mais eu posso fazer? 2017 tem 25 anos das operações de garantia, lei e ordem feitas pelo exército, a primeira no Rio de Janeiro em 92, então vamos pedir para o exército todos os dados que eles têm de todas as operações que eles fizeram em 25 anos. Isso foi um trabalho que foi o ano inteiro, eu soltei essa reportagem no último dia do ano de 2017. Daí entra 2018, sai a intervenção no Rio. Tabular esses dados, você fazer todos os ajustes que você precisa fazer. Tudo isso dá um trabalho gigantesco que a lei permite. Mas o que ela ajuda? Principalmente em 2017 e 2018, e agora o comezinho de 2019, me ajudou muito a fazer o planejamento. Quando eu não estou num projeto especial do jornal, o meu planejamento é em cima das matérias que vem pela LAI.

Vasconcellos: Que mês mais ou menos de 2017 que tu virou repórter especial?

Godoy: Foi em janeiro.

Vasconcellos: Antes tu era chefe de reportagem?

Godoy: Antes eu estava como subeditor de cidades.

Vasconcellos: Eu queria ver contigo em relação à definição da pauta aqui no Estadão, desses casos, solicitadas pela LAI. Havia uma definição prévia da chefia?

Godoy: Nenhuma, foi tudo da minha cabeça.

Vasconcellos: Repórter fazia por conta?

Godoy: No meu caso, como repórter especial, eu que tinha que chegar com todas as pautas. Eu vou dizer para você o seguinte: eu devo ter pelo menos umas 20, 30, ainda não publicadas. Que eu já tenho os dados, e que eu tenho que colocar o circo na rua para ter espetáculo. Porque eu não estou aqui só fazendo LAI, eu não sou um repórter de LAI. Então você de repente tem uma crise, caso Queiroz. Larga tudo o que você estiver fazendo, vamos investir no caso Queiroz. Aquilo você deixa em stand-by, você

vai deixando. Está guardado, você já tem o dado. Uma hora você vai usar. É mais ou menos assim que funciona. Se não tiver nada, não acontecer nenhuma crise, não te pedirem nenhum projeto especial, no meu caso, para fazer, eu vou abrir minhas gavetas, abrir ali e começar. E já vou fazendo pedidos novos. Enquanto eu estou fazendo esses aqui, os outros pedidos estão sendo processados. A hora que eu soltei esse aqui, já chegou o outro, eu já vou fazendo outro.

Vasconcellos: Na Zero Hora eles faziam assim, o chefe às vezes fazia um pedido, e pedia para a gente complementar. Isso normalmente não acontecia?

Godoy: Não. Eu desconheço de algum chefe aqui no jornal que faça ele os pedidos e que repasse para os repórteres. Eventualmente isso pode ser feito. Eu acho até que não seria uma coisa ruim ser feita, a própria editoria se reunir, fazer uma reunião, fazer os pedidos da editoria, e conforme esses pedidos forem chegando, você ir distribuindo isso como pauta para os jornalistas. Eu acho que não há nenhum problema. Pelo contrário, seria até uma forma de analisar, muito interessante, a pauta da editoria. Mas aqui não. O que eu me lembro daqui que trabalhava muito com LAI, pode ter mais gente aqui, que também não fico controlando a vida de todo mundo, mas os dois que durante um grande período trabalhavam muito com LAI era eu e o Luiz Fernando. Tinham mais algumas pessoas em Cidades que também trabalharam bastante com LAI, mas principalmente eu e ele.

Vasconcellos: E sobre a pauta, como ela surgia?

Godoy: Na minha cabeça.

Vasconcellos: Era uma coisa que estava em voga?

Godoy: Algumas coisas você tem que ter o mínimo de sensibilidade. Eu não vou pedir para o governo federal os gastos com manutenção de fuscas. Até eventualmente poderia ter, mas a possibilidade de ter algum órgão público ainda com fusca é muito raro, então você tem que pensar naquilo que é atual, e aí cabe a sua capacidade de imaginar dados possíveis que o governo federal pode manter e que não divulga. Você olha pra um Dnit e pensa: que tipo de dado o Dnit tem? O que eu posso pedir para o Dnit? E aí vem da sua capacidade de análise. Se você tiver capacidade de análise, pode pedir. Uma vez eu pedi uns dados para a Secretaria de Saúde, essa é uma LAI que está parada, que eu não fiz ainda, em que eu queria todos os dados da vigilância sanitária no país, porque tem uma série de doenças de notificação obrigatória, e se

há notificação obrigatória, isso tem que estar num banco de dados. Então quero, nos últimos dez anos, todas as doenças de notificação obrigatória, todos os dados fornecidos por cada prefeitura, cada estado, no Brasil inteiro, para eu ter um mapa da doença no país, e como a doença migra de um lugar para o outro, sai daqui, vai para lá, etc. Ou seja, esse tipo de trabalho, que é um trabalho que dificilmente um repórter consegue fazer no dia a dia, se você começa a imaginar isso e pensa que isso vai dar um infográfico, que eu posso fazer esse infográfico, o sujeito clica aqui, ele vai ver só tuberculose, ele clica aqui e vai ser só febre maculosa, ele clica aqui e vai ver só dengue, ele clica aqui e vai ver zika, no mobile ou no desktop mesmo, e que aquilo pode se transformar em uma série de reportagens para você, porque você pode descobrir a terra da febre maculosa no Mato Grosso, você pode descobrir o lugar onde tem mais tuberculose no Brasil nos últimos dez anos, e vai ver o que está acontecendo lá. Esse banco de dados inteiro veio para a minha mão. Demorou. O daqui de São Paulo, a mesma coisa, também demorou. Não entenderam o pedido, daí eu refiz o pedido, falei, aí você mantém aquilo como exemplo. Passou uma vez, conseguiu uma vez, você pode ter certeza que você vai conseguir sempre, porque você pode dizer: “já me passaram da outra vez, então você tem aí”. Você tem um precedente. Esse tipo de coisa, você pode fazer. E são coisas que você retira pautas gigantescas de um banco de dados desse. Depende muito da capacidade de imaginação de cada jornalista em pensar o que ele pode obter em cada órgão, e que tipo de reportagem ele pode ter em cada órgão. Olha esse de doença, olha a infinidade de matérias que você pode ter com um banco de dados desse. Não é só segurança pública, dinheiro, corrupção, etc. Você tem que pensar que o governo tem órgãos e informações que são armazenadas sem que ele conte para as pessoas. E tem mesmo. Porque eu já tive acesso a coisas que todo mundo falava que não existia e existe. Então eu acho que são interessantes. Uma vez eu queria os nomes de todos os comandantes da seção de operações do centro de informações do exército, desde a época da repressão até 1992. O exército disse que era muito trabalho, que não era obrigado, aí eu fui respondendo. Primeiro, não era muito trabalho porque destacar um soldado para copiar os nomes na galeria de ex-comandantes, sabe a galeria onde tem as fotinhos? Não é trabalho nenhum. O sujeito veio e me deu a seguinte resposta, que eu tava querendo inovar o pedido. Eu falei: “não se trata de inovação, é conselho para que o pedido original seja atendido”. No final me forneceram. Dá trabalho, você fazer isso não é um passe de mágica. Se você achar que é um passe de mágica, você vai

conseguir 15, 20% do que você conseguiria com a Lei de Acesso, então você precisa estudar, precisa saber como argumentar, precisa saber questionar, ter capacidade de análise para saber que tipo de pergunta você vai fazer e que tipo de dado você pode obter, e imaginar as pautas que você pode obter nos mais diferentes órgãos. É isso.

Vasconcellos: Não sei se você conhece essa expressão, fishing expedition, que é mandar pedido. Tu chega a usar essa técnica?

Godoy: Não é a torto e direito. Acho que não é bem isso. Vamos dizer o seguinte, como eu disse para você, é uma questão de planejamento. E eu tenho que pensar o seguinte: eu tenho que pensar que eu vou ter que ter reportagens para um ano inteiro, até eu entrar de férias de novo. Então eu penso: o que eu já fiz? Que outros dados eu posso obter na área de mineração, barragens? O que eu posso obter de dado em tal área? Eu faço o pedido. Se eu acho que aquilo vai render uma reportagem, eu não acho que vai ser jogar de forma aleatória. É porque aquilo é uma reportagem importante para ser feita. Eu não estou jogando uma coisa: será que tem? É assim: eu acho que o governo deveria ter esses dados. Eu parto do pressuposto que mesmo quando eu não sei se o governo tem, eu parto do pressuposto que seria importante que o governo tivesse. Esse é um dos argumentos que muitas vezes eu utilizo: “é impossível que vocês não tenham esse dado, porque qualquer tipo de gestão moderna precisaria ter isso”. Então como é que um gestor vai tomar algum tipo de decisão sobre investimento, público, se não sabe quantos quilômetros de rua foram recapeados no último ano em São Paulo? Como eu vou fazer planejamento para saber quanto eu vou ter que recapear nos anos seguintes? Se eu não sei isso. Você tem que manter esse dado. Evidente que ele tem. Não é algo aleatório, são dados que você acha que são importantes, que em algum momento isso vai ter de ser alvo de reportagem, que são importantes, para você informar ao leitor. Saber como está a zeladoria urbana em São Paulo, quantas ruas, calçadas foram consertadas, quantas denúncias, por exemplo, de barulho a prefeitura recebeu. Tudo isso dá um índice da atuação, da fiscalização do poder público, e de como as demandas da sociedade estão sendo atendidas pela prefeitura. Isso é algo importante, isso faz parte da prestação de contas do governante. E a forma dessa prestação de contas ser feita, é a forma própria do jornalismo também de fiscalizar o poder público. Eu não acho que é simplesmente: “vou jogando um monte de coisa”. Não, você tem noção de que aquilo que você está fazendo não é uma coisa meramente aleatória para eu ter pauta. Porque se fosse isso

eu ia pegar qualquer porcaria. O negócio do zoológico tinha uma razão de ser. Há uns dez anos atrás, tinham acontecido uma série de mortes não explicadas de animais no zoológico. Suspeitava-se de envenenamento. Então era uma forma também de verificar como as coisas estavam no zoológico. Que aquilo não é só um lugar de passeio, ali também tem dinheiro público, tem pesquisa acadêmica sendo feita, pesquisa científica sendo feita, existe programa para manejo de espécies ameaçadas. Então tudo isso é importante você mostrar como isso está sendo feito. Segurança no zoológico: se um animal foge, o que acontece? Existe um plano no zoológico de emergência num caso desses? Fugiu um leão, sábado, zoológico cheio, cheio de criança. O que você faz? Existe treinamento para isso? É tudo questão que você tem que dizer, as pessoas frequentam, é um lugar público, então é importante. Tem que pensar nesse tipo de pauta. Olhar aquilo que não é só a pauta do bichinho: “nasceu um panda, que bonito”. Ótimo, lindo, maravilhoso, as pessoas ficam emocionadas quando tem uma girafinha nova no zoológico, mas tem que saber se o zoológico tem condições para manter o leão preso. Ou seja, isso faz parte do seu trabalho também, não ficar só olhando o lado belo da vida. Tem que perguntar para as pessoas: escuta, tem treinamento? Como vocês treinam? Tudo isso também faz parte desse trabalho, do fazer jornalístico. Mas acho que fundamentalmente isso. A questão da Lei de Acesso dá um instrumento novo como outros instrumentos que eu já mencionei; segundo: ela , eu costumo fazer a maior parte dos pedidos no começo do ano para poder planejar o ano inteiro. E sempre com esse critério. O critério é: vou analisar quais são as reportagens que podem ser relevantes, fatos que não foram ainda esclarecidos pelo jornal, não foram bem cobertos pelo jornal, coisas que a gente pode aprofundar, que tipo de dados o governo dispõe sobre isso, coisas que eu já fiz no passado e que eu posso fazer uma releitura hoje no presente. Por exemplo: número de operações da Polícia Federal cujo inquérito tratava do crime de corrupção. Já fiz o mapa disso um ano, dois anos, três anos. Vamos atualizar esse mapa? Vamos ver como ele está agora no governo Bolsonaro? Quantas operações foram feitas, quantas pessoas foram presas, etc. Diminuiu, aumentou, etc. Há alguma mudança na forma de atuação da Polícia Federal? Ela passou a atuar mais no tráfico de drogas do que na corrupção? O que ela está fazendo? Então esse tipo de matéria analítica, e que diz que conta para o leitor de uma forma mais clara aquilo que a gente tenta fugir do empirismo do pior do que isso, que é o achismo, aquela coisa de você telefonar para três, quatro pessoas e achar que você fez uma pesquisa. Você não fez porra

nenhuma, é um lixo de apuração, quando muito, e que evidentemente quando você tem critério e rigor, isso a Lei de Acesso também garante. Obriga o jornalista, obriga o jornalista a trabalhar com rigor, saber ter rigor com a fonte. Que apesar disso ser algo do nosso dia a dia, nem todo jornalista tem isso. Não consegue ter rigor para análise de dados, para o cruzamento de dados, para exatidão de informação, etc. E acho que esse trabalho com Lei de Acesso garante uma parte disso. Ajuda, para muita gente, ensinar como trabalhar dessa forma. E aí, depois, é a capacidade de análise que você tem no dado. Você não pode pegar o dado e tirar conclusões erradas daquele dado, evidentemente. Você precisa botar aquelas suas hipóteses de trabalho à prova, com fontes, com acadêmicos, com especialistas; sair da planilha e ir para o mundo real.

Vasconcellos: Até porque você pode ser responsabilizado.

Godoy: Acho que isso é o de menos. A questão de ser responsabilizado, para mim a pior responsabilização que eu posso ter é vergonha de você fazer uma matéria mal engembrada, tirar uma conclusão errada de um dado. Isso é a maior vergonha que pode ter, acho que você tem que pensar dentro de um critério de integridade intelectual. Não há como você pensar em integridade intelectual se você trabalha porcamente com os dados, se você não tem capacidade de análise.

Vasconcellos: Qual é o principal órgão ou esfera em que tu costumas fazer teus pedidos?

Godoy: Principal esfera é o governo federal. Alguns órgãos se destacam mais. Acho que eu fiz muito pedido para a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, eu fiz muito pedido para o Ministério da Justiça e para os muitos órgãos do Ministério da Justiça, inclusive a Polícia Federal, muitos pedidos para as forças armadas em geral. Acho que essas três áreas foram os principais, mas eu fiz também pedidos para o Ministério da Fazenda. Aliás, tem matéria que está parada comigo há mais de ano no Ministério da Fazenda, é uma história bem interessante envolvendo os bancos. Área de infraestrutura dá muito pedido, saúde. Eu fazia muito pouco educação, porque educação a gente tinha uma equipe grande aqui no jornal, e tinha o Luiz que trabalhava muito com isso.

Vasconcellos: O Toledo comentou que fazia bastante educação.

Godoy: Então era uma coisa que eu ia ficar batendo cabeça com ele, então eu me obrigava muito pouco a fazer educação, então eu criei o hábito de não entrar muito nessa área. Meio ambiente, acho que essas talvez sejam as principais áreas. Se você perceber, boa parte dessas áreas estão ligadas ao noticiário de cidades, eu fui chefe de reportagens de cidades, então como chefe de reportagem de cidades, evidente que essa experiência me ajuda a pedir informações, porque se durante anos eu fazia a pauta de cidades, eu sei onde buscar cada informação de cada área, de áreas das mais variadas possíveis, então isso ajuda bastante. Então quando você sai atrás de um pedido de informações sobre o zoológico, você acaba descobrindo outra coisa, você acaba descobrindo outras pautas. Em cada porta que você bate atrás de uma reportagem, muitas vezes você encontra duas.

Vasconcellos: Em relação a entraves, problemas e facilidades nesses órgãos, dá para destacar alguns deles?

Godoy: Aqui em São Paulo, pelo menos cidade de São Paulo, governo do estado e governo federal, que seriam os três mais próximos da reportagem no estado de São Paulo, são três que melhor ou pior, eles ainda funcionam. Eu diria que o pior desses três é a prefeitura de São Paulo, porque tinha uma política de esconder dados, durante um tempo, me pareceu claramente isso, a gente fez até reportagem sobre isso. O governo de São Paulo é muito falho em alguns setores, principalmente na área de infraestrutura, o governo federal é em disparado o que melhor responde. Com todas as negativas do governo federal, a coisa ainda é feita dentro da lei 90% das vezes. Fora do estado de São Paulo, o Rio de Janeiro é catastrófico para você conseguir informação com a Lei de Acesso à Informação. Eu já tive caso no Rio de Janeiro que a informação chegou mais de um ano depois. Minas Gerais, por exemplo, é também ruim, mas é melhor do que o Rio de Janeiro, e eu diria que Minas Gerais é péssimo. A polícia de Minas uma vez me deu uma resposta que não ia me fornecer um dado porque aquilo podia afetar a imagem deles. Uma coisa ridícula. Era o caso de judicializar. Outros lugares, Bahia é um lugar confuso, porque o sistema deles é ruim. É pra ouvidoria, o cara confunde, o cara que atende confunde pesquisador com morador que está se queixando do órgão público.

Vasconcellos: E às vezes o site não funciona direito.

Godoy: Bahia é péssimo também. Ceará mais ou menos. Não é muito ruim não. Piauí é ruim.

Vasconcellos: Mas desses que tu me falou como os principais que tu pede, o que tu diz: implicam com isso aqui para não passar informação?

Godoy: A primeira coisa é quando deixam nas mãos da assessoria de imprensa, e a assessoria de imprensa se porta como divulgação e não como Lei de Acesso à informação.

Vasconcellos: Isso mais a prefeitura?

Godoy: A prefeitura de São Paulo faz isso; em alguns casos, o governo do estado também; eu não sei se no governo federal alguém faz isso. Eu nunca percebi claramente. Mas acredito que no governo federal isso ainda não chegou, pode ser que chegue. Essa é a primeira coisa, confundir a Lei de Acesso à Informação com divulgação, com assessoria de imprensa. Primeiro erro brutal dos órgãos. Desse erro decorre outros. Decorre o fato de você tentar censurar a informação fornecida de acordo com a pessoa que pede, ou seja, quebrando o caráter de impessoalidade. A terceira coisa é demorar com a resposta. A Prefeitura de São Paulo também faz isso muitas vezes, passando do prazo como tática de fazer o repórter desistir da reportagem. É claríssimo isso. Já teve caso deles de demorar nove meses para me passar uma informação, informação que antes deles saberem que meu nome completo era aquele, ou seja, me identificar como jornalista, eles passavam em 20 dias.

Vasconcellos: Mas o que tu faz nesse caso, por exemplo?

Godoy: Não tem o que fazer. O que você pode fazer é brigar com o Ministério Público. A verdade é que os órgãos que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, e que deveria ser uma coisa muito séria e draconiana, porque esta é uma coisa importante para mudar a gestão pública no Brasil, isso não é só uma forma de você fazer reportagem. Eu vou obrigar o governo a prestar contas e ser transparentes é uma revolução nesse país. As pessoas não entendem que isso é meramente, para o jornalista, um instrumento, como o celular, como isso, como aquilo. Mas agora, vamos falar do ponto de vista político, vamos sair do fazer jornalístico. O nosso governo, o que marca o nascimento do governo no Brasil, o governo independente, é na Constituição de 1824 quando você tem o governo afirmado como um governo irresponsável. O monarca

não podia ser responsabilizado pelos seus atos, estava na Constituição. Quando você fala que o monarca era irresponsável, não era um xingamento, era um direito do monarca. Ou seja, ele podia fazer o que bem entendesse que ele não podia ser processado. O Brasil nasce sob o privilégio da irresponsabilidade. Ele permanece durante a república, sendo almejado pelos governantes e pela burocracia, que sempre buscou se debater contra um princípio, que é o princípio Republicano, o princípio Iluminista da responsabilidade dos atos do governante, que está na base da democracia americana, está na base da revolução francesa. Você é responsável pelos seus atos e deve prestar contas por ele. *Accountability* é fundamental. Você não fala em governo sem isso. Então a Lei de Acesso à Informação é isso, ela é prestação de contas. É sim uma forma de prestação de contas. Ela se insere dentro de um contexto de transparência que não é uma mera formalidade, não é um mero luxo, não é um mero capricho, não é uma forma de se fazer reportagem. É uma forma da sociedade obrigar os governantes, e é a burocracia estatal a prestar contas dos seus atos, e portanto, é um instrumento poderosíssimo no combate a privilégios. E um dos maiores privilégios que a burocracia estatal tem nesse país é o privilégio da irresponsabilidade. Não ser responsável pelos seus atos e pelas suas omissões. Por isso que eu falo que o Ministério Público de São Paulo e outros Ministérios Públicos são omissos com algo que é fundamental para o bom andamento daquilo que a gente chama de república, que é a transparência e a prestação de contas do governante. Então isso é fundamental, e o Ministério Público faz pouco caso disso. Eu não conheço uma ação do Ministério Público contra um gestor público que tenha demorado para fornecer um dado com base na Lei de Acesso à Informação, sendo que a lei é explícita, que a demora do fornecimento do dado, acho que é o artigo 32, caracteriza improbidade administrativa. Basta a esquerda extraparlamentar italiana, vamos dizer assim, inspirada pelo maoísmo, usava uma frase nos anos 60, 70, que eu não aconselho que ninguém use, porque isso era uma questão de violência na política que era: você bate em um e você educa 100. As brigadas vermelhas falavam isso porque davam um tiro na perna de um capaz de uma fábrica, e uma centena de capataz de fábricas na grande Milão ficavam sabendo disso e não iriam ficar mais oprimindo seus operários. Essa era a teoria deles. Eu diria que do ponto de vista da lei, esta frase, ela tem a frase no caráter exemplar que a lei tem, educativo. Quando o Ministério Público entra com uma ação, portanto golpeia um mau gestor público, ele vai ensinar os outros gestores públicos que eles não podem fazer isso, que eles são obrigados a prestar

contas. E você transforma os gestores públicos em pessoas responsáveis, ou seja, que podem ser responsabilizadas pelos seus atos. Esse é o sentido de ser responsável. Ou seja, você é responsável pelos seus atos, e pode ser responsabilizado com eles.

Vasconcellos: E pouco se vê do MP entrar com uma ação.

Godoy: Nunca vi. O caso do Luiz pode ser um caso até emblemático. Chamaram lá, fizeram a conversa, e se for ver, não mudou absolutamente nada. Então a impressão que se tem é que o Ministério Público é partícipe dessa grande rede de privilégios que existe na República, das várias corporações, dos vários corporativismos que sequestram os direitos que esse país deveria afirmar para os seus cidadãos. O Ministério Público, infelizmente, com a sua omissão, a sua omissão só pode ser explicada pelo que os promotores, procuradores de justiça, muitas vezes gozam de privilégios como auxílio moradia, auxílio paletó, auxílio livro, auxílio seja lá o que for, que são um escracho em qualquer república digna desse nome. Se a gente for pensar que a República brasileira foi feita, e foi pensada no século 19, e um dos princípios dos republicanos então era o combate aos privilégios e a irresponsabilidade do monarca, a gente fica pensando que a gente não tem uma república ainda. Isso não é um discurso liberal do jeito que as pessoas pensam, pelo contrário, esse é um discurso igualitário. É um discurso de dizer que as pessoas têm que ser iguais perante a lei. E a burocracia estatal não pode usar o estado para fugir das obrigações legais. Para sequestrar o estado, para ser a ilha da fantasia, dessa burocracia estatal. A gente foi durante muito tempo sequestrado pelo discurso de algumas corporações que se escondiam através do biombo da carreira de estado, colocavam toda uma série de privilégios que são estapafúrdios hoje em dia. Nós fizemos o caminho contrário, que é o de ficar precarizando direitos, que são direitos sociais importantes, em vez de combater os privilégios que deveriam ser combatidos. A gente combate direitos para manter privilégios. É uma coisa maluca, é uma insanidade você ter um Ministério Público que não respeita a Lei de Acesso à Informação, que não cobra o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Este, eu diria, então eu estou mentindo aqui. Voltando no que eu falei, o número um não é o João sem braço, o assessor de imprensa que quer fiscalizar a Lei de Acesso e impedir que as pessoas tenham acesso à informação, o número um é o Ministério Público. Se não fosse o Ministério Público, a Lei de Acesso à Informação funcionaria muito melhor. Como o Ministério Público não faz o seu

trabalho de cobrar dos gestores a observância da lei, ou seja, não cumpre com a sua função constitucional que é fiscalizar a lei, a Lei de Acesso à Informação não é cumprida como deveria ser. Isso daqui sim é uma questão de responsabilização, e a responsabilização, a primeira de todas, é do Ministério Público, e depois dos gestores. Agora evidente que aí tem outras limitações. Você tem órgãos públicos com pouca gente, você tem pessoas que não foram treinadas suficientemente bem para desempenhar essa função, e se de repente são obrigadas a lidar com demandas que elas não entendem direito o que é. “Pega o Zé, pega a Maria, pega o José, e cria o setor para responder a Lei de Acesso.” Então tudo isso também ajuda as misérias da nossa organização estatal.

Vasconcellos: E reflete nas respostas dos pedidos. Que às vezes no governo federal tem diferentes maneiras...

Godoy: ...de responder, às vezes te responde abacaxi e você pediu maçã. Então isso tudo acontece. Eu diria que aí é a parte culposa, ou seja, a parte que não é proposital. Porque tem a parte proposital. Mas eu acho que se tem um grande culpado pela Lei de Acesso à Informação não funcionar no Brasil da forma como deveria funcionar, é o Ministério Público. Os Ministérios Públicos em geral. É inaceitável. Eu só posso achar que isso é assim, porque em larga medida o Ministério Público faz parte de uma casta de funcionários privilegiados que mantém privilégios indecentes em uma república como a nossa, como auxílio moradia e outros, etc. Então quanto mais transparente você é, mais você expõe as suas mazelas, e é isso que eles não querem.

Vasconcellos: Em relação aos pedidos, você já fez algum no anonimato?

Godoy: Nunca fiz. Da mesma forma que eu acho que o governo tem que ser impessoal, eu também acho que não é o caso eu fazer de forma anônima.

Vasconcellos: Sobre o retorno dos pedidos, a maior parte é respondido?

Godoy: A maior parte é respondido. Negado ou concedido, nesse sentido, todos são respondidos, são raríssimos os que não são respondidos. Porque pedido não respondido é aquele que demora mais de seis meses, que aí também se responde um ano depois, dois anos depois, a informação já está ultrapassada, eu tenho que fazer um novo pedido para atualizar aquela informação anterior. Então pedidos não respondidos são raríssimos. Aconteceu no Rio de Janeiro que eu te falei, aqui na prefeitura de São Paulo aconteceu uma ou duas vezes. Mas são raros. Normalmente

os pedidos são respondidos. Os negados eu acho que chegam a 40%, 50% dos pedidos. Eu não fiz uma tabulação, mas eu tenho a impressão que é isso, em primeira instância. Desses negados em primeira instância, você pode colocar, 80% acaba sendo concedido depois de alguma forma. Ou por meio de alguma orientação do tipo: “o pedido está muito extenso, mas se você reformular a gente pode apreciar”, e aí você reformula, ajeita melhor a informação, e daí eles passam a informação.

Vasconcellos: Mas tem um órgão que recusa mais que tu identificou?

Godoy: Os que eu tinha maior suspeita de má fé era a prefeitura de São Paulo. Mas outros que recusam muito, mas você recorre, e eu conseguia, Secretaria de Segurança Pública, Exército, forças armadas em geral, recusam muito, mas depois concedem. A Secretaria de Segurança Pública é a mesma coisa. Então órgãos ligados à área de segurança, etc, acontece muito isso. Acontece muito outros tipos de recusa, que você tem que recorrer. Como eu disse para você, a maior parte dos recursos acaba sendo acolhido. São raros os casos, eu diria em torno de 10% a 15% do total que chega no final com recusa definitiva, ou dizendo que a informação não existe, ou dizendo que é muito trabalho, ou dizendo que o pedido está mal elaborado, alguma coisa assim.

Vasconcellos: Tu sempre recorres?

Godoy: Não deixo um sem recorrer.

Vasconcellos: Tem umas pessoas que falam: “recusaram aí às vezes não segue em frente”.

Godoy: Não. Se fizer isso a lei não funciona. A lei só funciona com você recorrendo.

Vasconcellos: Tu segues alguma técnica específica para fazer com que os retornos sejam mais efetivos?

Godoy: Perguntas claras, bem definidas, sabendo que aquilo não vai dar um trabalho gigantesco para ser obtido, e só. Sendo claro no pedido da informação e tendo mais ou menos a expectativa de que aquele dado deve existir. Porque sem ele, o governo não funcionaria.

Vasconcellos: Tu lembra de algum pedido mais demorado que tu fez. Que demorou muito tempo para vir.

Godoy: Teve um que era metrô do Rio de Janeiro que foi esse que demorou um ano para chegar.

Vasconcellos: Tu recorreu?

Godoy: Recorri. Tem um que está em andamento no exército já há uns seis meses, e até agora não me responderam. Esse aí eu preciso sentar, ir lá e provocá-los e falar: “cadê o pedido que vocês falaram que iam fazer e até agora não veio?”

Vasconcellos: É que às vezes quando cai na CGU...

Godoy: ...não caiu na CGU. Eles disseram que iam responder, mas eles pediram mais tempo. Falaram assim: “eu não vou conseguir cumprir o caso de 30 dias, posso ter mais tempo?” Até por telefone. Não, tudo bem, sem nenhum problema. Mas seis meses, todo mundo já me passou, só eles não passaram.

Vasconcellos: E com os dados, fez o pedido, os dados já estão nas tuas mãos, como definir o que vai virar pauta?

Godoy: Quando eu faço o pedido eu já tenho mais ou menos uma ideia de que tipo de reportagem eu vou ter. Se eu estou falando sobre operações de garantia e ordem, eu sei que eu vou ter um retrato das operações de garantia e ordem. Posso não saber o retrato de antemão, mas eu vou ter um retrato. Então a pauta vai ser essa. Depois, o tipo de retrato, é onde vai sair o título, vão sair as análises.

Vasconcellos: Faz um pedido já com a hipótese na cabeça?

Godoy: Você sabe que tipo de reportagem você vai ter ali. Se você está pedindo dados sobre doença no Brasil, você sabe que vai ter dados de tuberculose, vai ter dados disso, dados daquilo, então você já sabe que vai ter uma reportagem a respeito disso. Não é que vem uma pauta surpresa. Pode, eventualmente, vir uma pauta surpresa para você, você pede uma coisa e te mandam a mais. Mas não.

Vasconcellos: Tu chegou durante esse período a fazer pedidos secundários? Secundários normalmente que depois recebe o retorno.

Godoy: Daí você tem que fazer um pedido complementar? Já fiz pedido complementar sim. Na Polícia Federal já fiz algumas vezes, para complementar o pedido inicial. Você percebe que tem uma lacuna na sua reportagem, você está precisando de mais um dado, você pede aquele dado.

Vasconcellos: Para a matéria deixar um pouco mais redonda?

Godoy: Exato. Não é sempre que você analisa todo o cenário que você vai precisar de dados logo na primeira vez. Às vezes quando chega aquele primeiro dado, aqueles dados suscitam em você mais algumas questões que precisam ser respondidas.

Vasconcellos: Nas tuas reportagens, teve alguma delas que o teu pedido inicial foi apenas um ponto de partida? Tem até uma comparação que a gente fez, deixa eu te explicar melhor. Por exemplo, tem uma matéria da Folha: assessores pagos pela câmara atuam em sedes de partidos, não sei se tu pegou essa matéria. Eles obtiveram a lista de servidores que eram dispensados e registrar o ponto na Câmara, e aí foi apurado que pelo menos 17 não atuavam nos setores da câmara. E a maior parte fazia serviço para partidos e campanhas eleitorais. Então o pedido inicial era uma outra coisa, mas acabava conseguindo uma lista.

Godoy: Isso acontece muitas vezes, como eu falei para você, às vezes vem alguma surpresa em relação a isso, ou às vezes você pega aquele dado, e a partir daquele dado você enxerga uma outra matéria. Isso pode acontecer.

Vasconcellos: É uma coisa com frequência?

Godoy: Não é raro.

Vasconcellos: Como é a produção dessas pautas em relação à tua rotina de trabalho? Tu deixas de fazer coisas no dia?

Godoy: Não, eu sou repórter especial, então não faço material do dia. Eu dificilmente entro no dia. Só entro no dia quando há um pedido específico da direção.

Vasconcellos: Que é uma coisa maior, daí eles pedem para tu fazer?

Godoy: Exato. Ou se me pedem para entrar numa cobertura. Daí eu paro tudo o que eu estou fazendo e vou fazer aquela cobertura, vou fazer aquele material especial.

Vasconcellos: E tu também me disse que não fica só fazendo matérias com os dados da LAI, faz outras especiais.

Godoy: Sim.

Vasconcellos: Tu percebes que com esse uso mais frequente da LAI tu deixou de ir para a rua ou não?

Godoy: Não porque você é obrigado depois a complementar os dados. O que acontece, não é que você deixa de ir para a rua. Eu estou aqui em São Paulo, e estou trabalhando muito com dados do governo federal. Então se eu estivesse em Brasília, provavelmente se eu tivesse algum problema de receber algum dado, eu iria direto no Ministério, eu ia conversar com o cara do setor no Ministério. Aqui, algumas vezes, eu fui na Secretaria de Segurança Pública. Então você vai para pegar o dado também. Eu só não vou porque eu tenho que pegar um avião e ir até Brasília por causa de um dado. Então evidente que em função disso, faria você sair menos dentro dessas reportagens. Mas isso não significa que você vai ficar mais aqui na rua. A matéria do GLO fui para o Rio de Janeiro, fui para Brasília, entrevistei gente aqui, gente em um monte de lugar. Não é uma coisa que você necessariamente vai deixar de ir para a rua.

Vasconcellos: Essa possibilidade que tu levantou de consultar o dado in loco, que é uma das possibilidades da Lei de Acesso, costuma fazer com frequência?

Godoy: Não, só para coisas grandes. Até porque é difícil os órgãos públicos quererem obrigar você a ir lá pessoalmente. A Secretaria de Segurança Pública que tinha uma política assim, e que tentava impor isso em consultas de boletins de ocorrência, que é uma canalhice deles, na verdade.

Vasconcellos: Porque tem dados pessoais, eles alegam isso?

Godoy: É conversa. Nenhum jornalista vai fazer uma lista de dados pessoais e ficar divulgando para o pessoal na internet, não se trata disso. O que eles querem fazer é impedir o acesso da imprensa para isso, e principalmente impedir a possibilidade de você poder trabalhar com dado, porque não adianta nada você ir lá se você não pode pegar o arquivo, colocar aquilo dentro de um programa que vai fazer busca para você, para você poder quantificar quanto disso, quanto daquilo, quanto daquele outro. Você não consegue fazer uma planilha. Se você não pode fazer uma planilha, como aquele dado vai ser útil para você? A não ser que você tenha um universo muito pequeno, de 10, 20, 30 casos, e aí você pode ir lá, ficar olhando a tela do computador e copiando à mão. E normalmente não é isso. Então o que eles querem fazer é inviabilizar o trabalho jornalístico mesmo, inviabilizar a prestação de contas, com desculpas. Porque é muito fácil, manda o jornalista assinar um termo de responsabilidade. Se esse dado vazar, ele vai ser processado. Por que o jornalista não pode prestar contas

também? Ele também é responsável pelo dado que ele dispõe. Agora, sob a desculpa de que somos todos responsáveis, o governo também quer ser irresponsável. Ou seja, mais uma vez, não quer ser responsabilizado, portanto não quer prestar contas do que faz. E fica achando, aí uma outra acepção da palavra irresponsável, acha que os jornalistas são todos irresponsáveis. Desculpe, mas é uma irresponsabilidade que já me cansou. Cansa demais lidar com governantes que agem como donos do estado. Isso aqui é uma piada.

Vasconcellos: Porque é um dado público de certa maneira.

Godoy: É mais do que um dado público. Como eu disse: assinasse um termo de responsabilidade. Jornalista assina um termo de responsabilidade. Ele recebe o dado. Qualquer fuga de informação desse dado, de dados que deveriam ser dados, protegidos pela entidade, o jornalista seja responsabilizado. Oras, ele pode ser responsabilizado do ponto de vista cível, ele pode ser responsabilizado por outras formas, e se for o caso: “não tem previsão legal”, então faça a previsão legal. Coloca 30 anos para o jornalista que deixar vaziar um dado, pronto, acabou. Mas a verdade é que você não pode parar de ter esse tipo de trabalho.

Vasconcellos: Mas parece que as coisas se repetem, porque lá em Porto Alegre é a mesma coisa, a Secretaria de Segurança Pública. Teve uma vez que deram acesso a duas mil ocorrências, chegaram a bloquear o filtro. Não podia colocar o filtro na tabela para consultar cidade e tal. Aí teve que o cara ir lá e digitar a senha dele para liberar o filtro. Tu percebe que com esse uso mais frequente da LAI a tua relação com as fontes se alterou na tua rotina de trabalho?

Godoy: Altera a rotina de trabalho, porque em suma, quando eu estava na reportagem anteriormente, meu trabalho todo de obtenção de informação era na conversa com fontes. Era sempre procurar as pessoas, telefonar, etc. Agora, minha rotina de trabalho, eu primeiro imagino quais são as matérias, em vez de procurar as fontes primeiro, eu estou pedindo o dado primeiro, e depois eu procuro a fonte. Então quando eu vou procurar a fonte, eu já tenho um retrato do que está se passando. Então às vezes eu sei mais do que a fonte.

Vasconcellos: Tu faz quase uma inversão do roteiro, ao invés de procurar a fonte primeiro para pedir o dado, pede o dado primeiro e depois... mas ainda focando nessa questão, tu percebe uma mudança na relação com as assessorias?

Godoy: Eu sempre tive muito pouca relação com assessoria de imprensa, e sempre achei que era muito salutar não ter relação com assessoria de imprensa, que o contato sempre tinha que ser direto com a fonte, e sempre tentei prezar muito isso, porque não acredito em informação vinda de assessoria de imprensa, como não acredito em propaganda. Jornalismo não é feito para fazer propaganda. Quem faz propaganda é publicitário e é bem remunerado para isso. Eu falo realmente das coisas ruins, porque quem fala de coisa boa é publicitário, e esse cara é bem remunerado, muito melhor do que eu, aliás. Eu vou falar dos problemas, porque eu tenho que fiscalizar o governo, eu tenho que mostrar para a população o que está acontecendo, e aquilo que não se quer que seja publicado, porque as coisas boas, o governo já faz a propaganda dele e gasta milhões com isso. Então deixe que ele faça a propaganda dele, informe, é um direito dele, o cidadão tem que ser informado também. Evidente que isso não é um jornalismo de mau humor, eu estou deixando bem claro que não é uma impossibilidade. Evidente que às vezes você vai publicar coisas que o governo vai julgar que sejam favoráveis a ele. O que eu quero reforçar é que você não está preocupado com isso. Não é isso que vai fazer com que você faça uma reportagem ou não faça uma reportagem, essa coisa é boa, essa coisa é ruim. Então essa preocupação, é uma preocupação do governo. Não é uma preocupação minha.

Vasconcellos: Tu tem uma ideia de quantos pedidos tu já fez?

Godoy: Não tenho a menor ideia.

Vasconcellos: Eu perguntei para o Toledo a questão de acompanhamento dos pedidos, como tu faz?

Godoy: Eu tenho caixa no meu e-mail, eu tenho e-mail onde eu recebo todos os pedidos, e eu tenho uma pasta com pedidos feitos, pedidos respondidos, pedidos identificados, recursos, o que está pendente, e eu vou controlando ali.

Vasconcellos: É um e-mail só para isso?

Godoy: É um e-mail meu, não é só para isso, mas ele é fundamentalmente para isso. E aí eu faço a busca dentro do e-mail e acho o que eu quiser. Quando eu recebo a resposta, eu reenvio o e-mail para mim mesmo com identificação do e-mail, então já coloco ali: LAI tal, órgão tal, e o que é, no título do e-mail. Então quando eu vou fazer a busca, ele já faz a busca pelo título e eu encontro.

Vasconcellos: Mas tu não faz planilhas?

Godoy: Não é uma planilha. Minha forma é outra. O arquivo que eu monto, é acessável pela procura por palavra chave. O e-mail faz esse papel, mas isso não está numa planilha, isso está no próprio e-mail.

Vasconcellos: Para análise dos dados, tu recorres a algum programador do jornal?

Godoy: A maior parte da análise dos dados eu faço por meio de tabela dinâmica, trabalho muito com tabela dinâmica para poder fazer essa análise. Aprendi a trabalhar com tabela dinâmica para isso.

Vasconcellos: E linguagem de programação tu usa?

Godoy: Não. Quando tem um banco de dados muito pesado, eu peço socorro para o Estadão Dados. Quando o número de informações é mais restrito, e 99% das vezes é, que dá para você no máximo organizar aquilo numa planilha, você já resolve, eu uso a planilha dinâmica.

Vasconcellos: Para essa análise do computador, tu usa computador próprio ou do jornal?

Godoy: Normalmente eu estou no jornal, mas eu posso usar o meu também em casa. Isso aí independe.

Vasconcellos: Às vezes tu analisa em casa?

Godoy: Às vezes sim.

Vasconcellos: E esses dados são armazenados no teu e-mail, tu não criou um drive?

Godoy: Não.

Vasconcellos: Tu sabe mexer em linguagem de programação?

Godoy: Não.

Vasconcellos: É um pouco ampla essa pergunta, mas o que te move a buscar esses dados pela LAI?

Godoy: A possibilidade de obtê-los.

Vasconcellos: Mas tem algum outro fator, de fortalecer a democracia, coisas nesse sentido?

Godoy: Não. O exercício da minha profissão exige que eu tenha determinadas práticas. E essas práticas, eu não estou refletindo todo dia, porque são pressupostos.

Isso tudo são pressupostos. Você pensar na deontologia do jornalismo, é um pressuposto. Você pensar na função social do jornalista é um pressuposto. Você pensar tudo isso, são todos pressupostos. Isso não é uma questão de reflexão num diário. O exercício do jornalismo é um exercício técnico, ele não é um exercício de pensamento. Ele é um saber técnico. Fundamentalmente, é um saber técnico. É como saber técnico de um advogado, de um médico. Quando você está falando em instrumento, a gente está falando em instrumento, em produção, em fazer. A gente não está falando em pensar, em agir. São verbos distintos. Você teria que ter um militante que resolvesse fazer jornalismo para fazer essa inversão, colocar o papel dele na sociedade na frente da obtenção do dado. Eu não tenho nada contra isso, mas pelo menos elas não são pensadas em relação a esses dados dessa forma. É evidente que a gente, como eu disse para você, a gente trabalha com pressupostos. A gente não está aqui no mundo numa redoma de vidro, a gente não está aqui se achando irresponsável em relação ao mundo, não se trata disso. O trabalho com a LAI é um trabalho que foi pensamento como um instrumento para o fazer jornalístico. Evidente, como eu disse para você, não desconheço toda a discussão sobre a importância da lei, de que forma ela insere na consolidação de valores da nossa república, de valores da nossa democracia, e como isso é importante na relação entre governantes e governados. Isso não é algo que passe em brancas nuvens, mas eu não fiz um manifesto para depois usar a LAI. É nesse sentido que eu quero dizer.

Vasconcellos: Em relação aos prazos, a gente sabe dos prazos da LAI e que alguns órgãos passam desses prazos. A questão de ter um prazo maior é algo que te angustia ou é algo que tu consegue gerenciar bem?

Godoy: Sem nenhum problema. O problema é do governo se achar que vai me prejudicar demorando mais tempo, ledô engano. Basta que você tenha um planejamento. Daí não tem problema com prazo.

Vasconcellos: Em relação ao interesse dos novatos, ainda mais quem trabalha em redação grande, pela Lei de Acesso.

Godoy: Acho ótimo, é como se você falar para mim o interesse dos novatos pelo WhatsApp, por qualquer ferramenta tecnológica que surja.

Vasconcellos: Mas falando dos focas que chegam na redação, tu acha que tem interesse pela Lei de Acesso?

Godoy: Ultimamente não sei, tenho tido pouco contato com eles. Eu espero que eles tenham interesse pela Lei de Acesso na mesma medida em que tem interesse em ter contato com fontes, em construir bons textos, em saber como analisar um dado. Eu acho que tudo isso faz parte do fazer jornalístico, ter rigor com as fontes. Tudo isso é importante.

Vasconcellos: Uma coisa que eu te perguntei em relação a estar focado só em 2017, essas questões. A gente também foca em duas reportagens. Se eu não me engano, acho que tu fez sete nesse período. Não sei se tu lembra dessa: desde 2011, São Paulo têm uma denúncia de tortura a cada 15 dias; Criança é a principal vítima. Tu lembra os dados?

Godoy: Lembro.

Vasconcellos: Era tudo transparência passiva ou tinha alguma de ativa? A transparência passiva é quando tu precisa fazer o pedido. Ativa é quando está disponível.

Godoy: Nada disponível. Não tinham todos os dados. Os dados dos casos específicos eu fui buscar nos departamentos da polícia. Lá eu consegui então filtrar melhor as informações, que a Secretaria de Segurança Pública não havia me fornecido, naquela coisa de fornecerem pela metade os dados. Aí foi uma das coisas que eu recorri, alegando que os casos que envolviam agentes públicos eram violação dos direitos humanos, inegavelmente, casos envolvendo tortura, portanto não eram passíveis de sigilo, portanto eu tinha que ter acesso aos boletins de ocorrência, e aí consegui com recurso obter esses dados, e ter acesso a eles.

Vasconcellos: Tu tem uma ideia de quanto tempo levou para eles serem respondidos?

Godoy: Talvez um mês e meio, dois.

Vasconcellos: E para qual órgão tu fez?

Godoy: Secretaria de Segurança Pública. Depois eu fui no órgão da polícia civil que era o que mais registrava denúncias de tortura e daí fui ver o que estava acontecendo lá, e daí para ter acesso aos boletins de ocorrência.

Vasconcellos: E do primeiro pedido até a matéria ser publicada, tu tem uma ideia de quanto tempo levou?

Godoy: Depois que chegou a autorização do tipo: “tá bom, vai lá e vê então”, em uma semana eu fechei tudo. Daí eu entrevistei o Rambo num dia, no outro dia já tinha marcado para ir lá na delegacia, passei o dia inteiro tabulando os boletins de ocorrência e vendo os casos, daí eu cheguei e fiz a planilha aqui, comparei com os dados da própria secretaria, entrevistei mais as pessoas, e fechei naquela própria semana. Tinha foto do Rambo, tinha foto disso, daquilo, fechou.

Vasconcellos: Não teve que fazer pedido secundário para essa matéria?

Godoy: Não. Eu fiz o pedido na hora, para ter acesso aos BOs. E daí eu fui no órgão específico que detinha a posse dos boletins, porque não queriam passar. E daí eu fui lá e fiquei copiando os dados. Não tem problema. Para fazer a matéria eu vou lá, melhor. Se estão achando que eu tenho medo de trabalho, eu não tenho.

Vasconcellos: O problema é quando é muito grande.

Godoy: Mas tortura não tem tanto caso registrado. Evidente, se eu estivesse fazendo uma matéria sobre furtos de celulares na cidade de São Paulo eu estava fodido, não ia conseguir fazer. Agora, para tortura, consegue.

Vasconcellos: Tem só mais uma outra reportagem que a gente filtrou em duas: sem carros novos há dois anos, policiais de São Paulo tem de fazer patrulhamento a pé. Dados, transparência passiva?

Godoy: Também eu que fui atrás dos dados. Primeiro os dados mostraram que eles estavam praticamente sem comprar carros, e aí a gente vai atrás da vida real, saber a consequência disso. Bater lá na porta dos batalhões, e daí a gente encontrou esse caso de gente que estava fazendo patrulhamento a pé, por falta de carro. Esse caso aí, a Secretaria de Segurança Pública ainda tentou jogar com os dados, uma coisa muito feia: “não, nós compramos, não é verdade que nós não compramos. Compramos não sei quantos veículos”, só que eu tinha tudo discriminado, coisa que eles não sabiam. Os veículos eram motos. Carro, que era o que a gente estava falando, eles não tinham comprado nenhum mesmo. Essa matéria aí, eu estava tão tranquilo. Eu ligo para a assessoria e falo: “quanto tempo você precisa para responder? Precisa de uma semana? Tá bom.” Eu dou uma semana. Não vai mudar. Nada que o cara dizer vai mudar. Se eu já estou com segurança na apuração minha, os dados, etc, fonte checada, a mentira que o cara for contar não vai mudar. E nesse

caso eu sabia que era impossível eles tentarem falar qualquer outra coisa, porque eu já tinha o dado, tinha documento, tinha isso, tinha aquilo.

Vasconcellos: Tu lembra quanto tempo demoraram para responder?

Godoy: Eu dei uma semana para eles.

Vasconcellos: Digo, que tu fez o pedido.

Godoy: A média, um mês, dois meses no máximo.

Vasconcellos: Teve ou não teve recurso?

Godoy: Não.

Vasconcellos: Então passou um pouco do prazo.

Godoy: Acho que não. Esse aí não teve problema.

Vasconcellos: Do pedido até a data publicada tu lembra quanto deu? Isso depois tu pode ver.

Godoy: É pouca coisa. Eu me lembro que fiz o pedido, pouco tempo depois chegou a informação, daí eu fui entrevistar algumas pessoas, teve um trabalhinho de apuração para melhorar os dados, falar com policiais. Dá mais uma semana para a secretaria de segurança pública, acho que eu falo uns dois meses, porque aí eu estou incluindo também o tempo de apuração da reportagem depois da obtenção do dado.

Vasconcellos: Nesse caso aqui, tudo SSP?

Godoy: Esse aí também é SSP. Eu acho que o primeiro dado eu acho que pedi para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, e não SSP. Veio das polícias e não da secretaria. Eles também têm setores para isso.

Vasconcellos: Teve recurso?

Godoy: Dados de tortura, sim. Desse dado, não.

Vasconcellos: E depois que teve os dados em mãos, não teve que fazer um pedido secundário?

Godoy: Não.

ANEXO A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa: A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)

Pesquisadora Responsável e Orientadora: Cassilda Golin Costa

Contatos (51) 3308-5263 golin.costa@ufrgs.br

Pesquisador Coorientador: Marcelo Träsel

Contatos: marcelo.trasel@ufrgs.br

Comitê de Ética da UFRGS (51) 3308-3738

Pesquisador e Mestrando executante: Hygino Vasconcellos

Contato: hygino.vasconcellos@gmail.com

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)*. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento em todas as páginas e em duas vias. Uma delas é sua, e a outra da pesquisador(a) responsável.

Este projeto de mestrado tem como objetivo averiguar como os jornalistas utilizam a Lei de Acesso à Informação (LAI) como ferramenta investigativa dentro do sistema perito jornalístico. O trabalho é focado na análise de reportagens e entrevistas de profissionais do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A pesquisa objetiva, ainda, a) investigar, a partir das entrevistas, novas apropriações da LAI nas rotinas jornalísticas do Estadão e Folha de S.Paulo; b) examinar a relação entre LAI e uso de outras fontes nas entrevistas concedidas; e c) verificar elementos de transparência e barreira no uso da LAI a partir dos depoimentos.

A dissertação terá como fundamentação teórica o conceito de sistema perito de Anthony Giddens. Partimos de referenciais metodológicos da entrevista em profundidade e, para análise dos dados obtidos na entrevista, recorreremos à Análise de Conteúdo. Para as entrevistas serão convidados jornalistas que apresentaram o maior número de reportagens com citação à lei durante um período de dois anos (2016 a 2018).

O projeto de pesquisa se dará a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Informamos que a investigação prevê a divulgação dos nomes dos participantes, pois entendemos que o anonimato não condiz com o papel desempenhado pelos profissionais, já que os quatro entrevistados assinaram as referidas matérias. Após as entrevistas, será feita a transcrição do material, que será seguido do encaminhamento do material para cada convidado para possíveis considerações - com alteração de alguma informação, como data, nomes e outros pontos.

Cada participante participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Por estas razões, acreditamos que, como convidado (a) desta pesquisa, com todos os esclarecimentos prévios que julgar necessários, e mediante assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), você estará plenamente de acordo com a divulgação de seu nome, assim como da fala obtida com a entrevista concedida.

Comprometemo-nos em oferecer o maior número de elucidações possíveis, desde a adesão ao projeto até a finalização de todas as etapas, buscando estabelecer um sentimento de confiança entre participante e entrevistador. Assim, a entrevista será gravada em áudio, seguindo um roteiro prévio, semiestruturado e de conhecimento dos participantes.

A entrevista será realizada individualmente em um período de 1h a 1h30. Os depoimentos são para propósitos unicamente acadêmicos, sendo que qualquer outra possibilidade de uso deve acarretar em nova consulta e autorização de todos os convidados. Lembramos que as informações concedidas na entrevista e aprovadas pelo depoente são de responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública. Deixamos claro também que a guarda dos documentos deve ser de, no mínimo, cinco anos. A responsabilidade pela guarda dos documentos será do pesquisador.

Como benefícios advindos desta participação, está possibilitar um maior conhecimento em torno do tema para benefício profissional e social. As obras sobre as implicações da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo ainda são escassas e, por isso, a importância desse trabalho.

Como possível dano, citamos eventual fadiga decorrente da entrevista. Lembramos também que as informações concedidas na entrevista e aprovadas por você são de sua responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública.

A divulgação dos nomes dos participantes e suas respostas às entrevistas serão utilizadas somente para fins da referida pesquisa e, por isso, a quebra de sigilo e a não-observação da privacidade referem-se explicitamente a esse ponto.

Ao participar deste estudo, você não terá nenhum tipo de despesa, assim como nenhuma remuneração será estipulada por sua colaboração, ficando claro que as informações dadas são de sua plena responsabilidade.

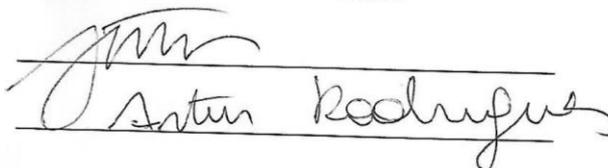
Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nome e assinatura da pesquisadora:

Cassilda Golin Costa



Nome e assinatura do entrevistado


Artur Rodrigues

Pesquisa: A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)

Pesquisadora Responsável e Orientadora: Cassilda Golin Costa

Contatos (51) 3308-5263 golin.costa@ufrgs.br

Pesquisador Coorientador: Marcelo Träsel

Contatos: marcelo.trasel@ufrgs.br

Comitê de Ética da UFRGS (51) 3308-3738

Pesquisador e Mestrando executante: Hygino Vasconcellos

Contato: hygino.vasconcellos@gmail.com

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)*. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento em todas as páginas e em duas vias. Uma delas é sua, e a outra da pesquisador(a) responsável.

Este projeto de mestrado tem como objetivo averiguar como os jornalistas utilizam a Lei de Acesso à Informação (LAI) como ferramenta investigativa dentro do sistema perito jornalístico. O trabalho é focado na análise de reportagens e entrevistas de profissionais do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A pesquisa objetiva, ainda, a) investigar, a partir das entrevistas, novas apropriações da LAI nas rotinas jornalísticas do Estadão e Folha de S. Paulo; b) examinar a relação entre LAI e uso de outras fontes nas entrevistas concedidas; e c) verificar elementos de transparência e barreira no uso da LAI a partir dos depoimentos.

A dissertação terá como fundamentação teórica o conceito de sistema perito de Anthony Giddens. Partimos de referenciais metodológicos da entrevista em profundidade e, para análise dos dados obtidos na entrevista, recorreremos à Análise de Conteúdo. Para as entrevistas serão convidados jornalistas que apresentaram o maior número de reportagens com citação à lei durante um período de dois anos (2016 a 2018).

O projeto de pesquisa se dará a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Informamos que a investigação prevê a divulgação dos nomes dos participantes, pois entendemos que o anonimato não condiz com o papel desempenhado pelos profissionais, já que os quatro entrevistados assinaram as referidas matérias. Após as entrevistas, será feita a transcrição do material, que será seguido do encaminhamento do material para cada convidado para possíveis considerações - com alteração de alguma informação, como data, nomes e outros pontos.

Cada participante participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Por estas razões, acreditamos que, como convidado (a) desta pesquisa, com todos os esclarecimentos prévios que julgar necessários, e mediante assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), você estará plenamente de acordo com a divulgação de seu nome, assim como da fala obtida com a entrevista concedida.

Comprometemo-nos em oferecer o maior número de elucidações possíveis, desde a adesão ao projeto até a finalização de todas as etapas, buscando estabelecer um sentimento de confiança entre participante e entrevistador. Assim, a entrevista será gravada em áudio, seguindo um roteiro prévio, semiestruturado e de conhecimento dos participantes.

A entrevista será realizada individualmente em um período de 1h a 1h30. Os depoimentos são para propósitos unicamente acadêmicos, sendo que qualquer outra possibilidade de uso deve acarretar em nova consulta e autorização de todos os convidados. Lembramos que as informações concedidas na entrevista e aprovadas pelo depoente são de responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública. Deixamos claro também que a guarda dos documentos deve ser de, no mínimo, cinco anos. A responsabilidade pela guarda dos documentos será do pesquisador.

Como benefícios advindos desta participação, está possibilitar um maior conhecimento em torno do tema para benefício profissional e social. As obras sobre as implicações da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo ainda são escassas e, por isso, a importância desse trabalho.

Como possível dano, citamos eventual fadiga decorrente da entrevista. Lembramos também que as informações concedidas na entrevista e aprovadas por você são de sua responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública.

A divulgação dos nomes dos participantes e suas respostas às entrevistas serão utilizadas somente para fins da referida pesquisa e, por isso, a quebra de sigilo e a não-observação da privacidade referem-se explicitamente a esse ponto.

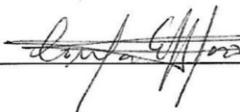
Ao participar deste estudo, você não terá nenhum tipo de despesa, assim como nenhuma remuneração será estipulada por sua colaboração, ficando claro que as informações dadas são de sua plena responsabilidade.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nome e assinatura da pesquisadora:

Cassilda Golin Costa Cassilda Golin Costa

Nome e assinatura do entrevistado

CAMILA MATTOSO


Pesquisa: A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)

Pesquisadora Responsável e Orientadora: Cassilda Golin Costa

Contatos (51) 3308-5263 golin.costa@ufrgs.br

Pesquisador Coorientador: Marcelo Träsel

Contatos: marcelo.trasel@ufrgs.br

Comitê de Ética da UFRGS (51) 3308-3738

Pesquisador e Mestrando executante: Hygino Vasconcellos

Contato: hygino.vasconcellos@gmail.com

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)*. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento em todas as páginas e em duas vias. Uma delas é sua, e a outra da pesquisador(a) responsável.

Este projeto de mestrado tem como objetivo averiguar como os jornalistas utilizam a Lei de Acesso à Informação (LAI) como ferramenta investigativa dentro do sistema perito jornalístico. O trabalho é focado na análise de reportagens e entrevistas de profissionais do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A pesquisa objetiva, ainda, a) investigar, a partir das entrevistas, novas apropriações da LAI nas rotinas jornalísticas do Estadão e Folha de S. Paulo; b) examinar a relação entre LAI e uso de outras fontes nas entrevistas concedidas; e c) verificar elementos de transparência e barreira no uso da LAI a partir dos depoimentos.

A dissertação terá como fundamentação teórica o conceito de sistema perito de Anthony Giddens. Partimos de referenciais metodológicos da entrevista em profundidade e, para análise dos dados obtidos na entrevista, recorreremos à Análise de Conteúdo. Para as entrevistas serão convidados jornalistas que apresentaram o maior número de reportagens com citação à lei durante um período de dois anos (2016 a 2018).

O projeto de pesquisa se dará a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Informamos que a investigação prevê a divulgação dos nomes dos participantes, pois entendemos que o anonimato não condiz com o papel desempenhado pelos profissionais, já que os quatro entrevistados assinaram as referidas matérias. Após as entrevistas, será feita a transcrição do material, que será seguido do encaminhamento do material para cada convidado para possíveis considerações - com alteração de alguma informação, como data, nomes e outros pontos.

Cada participante participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Por estas razões, acreditamos que, como convidado (a) desta pesquisa, com todos os esclarecimentos prévios que julgar necessários, e mediante assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), você estará plenamente de acordo com a divulgação de seu nome, assim como da fala obtida com a entrevista concedida.

Comprometemo-nos em oferecer o maior número de elucidações possíveis, desde a adesão ao projeto até a finalização de todas as etapas, buscando estabelecer um sentimento de confiança entre participante e entrevistador. Assim, a entrevista será gravada em áudio, seguindo um roteiro prévio, semiestruturado e de conhecimento dos participantes.

A entrevista será realizada individualmente em um período de 1h a 1h30. Os depoimentos são para propósitos unicamente acadêmicos, sendo que qualquer outra possibilidade de uso deve acarretar em nova consulta e autorização de todos os convidados. Lembramos que as informações concedidas na entrevista e aprovadas pelo depoente são de responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública. Deixamos claro também que a guarda dos documentos deve ser de, no mínimo, cinco anos. A responsabilidade pela guarda dos documentos será do pesquisador.

Como benefícios advindos desta participação, está possibilitar um maior conhecimento em torno do tema para benefício profissional e social. As obras sobre as implicações da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo ainda são escassas e, por isso, a importância desse trabalho.

Como possível dano, citamos eventual fadiga decorrente da entrevista. Lembramos também que as informações concedidas na entrevista e aprovadas por você são de sua responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública.

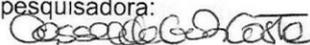
A divulgação dos nomes dos participantes e suas respostas às entrevistas serão utilizadas somente para fins da referida pesquisa e, por isso, a quebra de sigilo e a não-observação da privacidade referem-se explicitamente a esse ponto.

Ao participar deste estudo, você não terá nenhum tipo de despesa, assim como nenhuma remuneração será estipulada por sua colaboração, ficando claro que as informações dadas são de sua plena responsabilidade.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

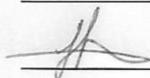
Nome e assinatura da pesquisadora:

Cassilda Golin Costa



Nome e assinatura do entrevistado

Luz Fernando Toledo



Pesquisa: A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)

Pesquisadora Responsável e Orientadora: Cassilda Golin Costa

Contatos (51) 3308-5263 golin.costa@ufrgs.br

Pesquisador Coorientador: Marcelo Träsel

Contatos: marcelo.trasel@ufrgs.br

Comitê de Ética da UFRGS (51) 3308-3738

Pesquisador e Mestrando executante: Hygino Vasconcellos

Contato: hygino.vasconcellos@gmail.com

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *A Lei de Acesso à Informação como componente do sistema perito jornalístico: uma análise a partir dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (2017 – 2018)*. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento em todas as páginas e em duas vias. Uma delas é sua, e a outra da pesquisador(a) responsável.

Este projeto de mestrado tem como objetivo averiguar como os jornalistas utilizam a Lei de Acesso à Informação (LAI) como ferramenta investigativa dentro do sistema perito jornalístico. O trabalho é focado na análise de reportagens e entrevistas de profissionais do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A pesquisa objetiva, ainda, a) investigar, a partir das entrevistas, novas apropriações da LAI nas rotinas jornalísticas do Estadão e Folha de S. Paulo; b) examinar a relação entre LAI e uso de outras fontes nas entrevistas concedidas; e c) verificar elementos de transparência e barreira no uso da LAI a partir dos depoimentos.

A dissertação terá como fundamentação teórica o conceito de sistema perito de Anthony Giddens. Partimos de referenciais metodológicos da entrevista em profundidade e, para análise dos dados obtidos na entrevista, recorreremos à Análise de Conteúdo. Para as entrevistas serão convidados jornalistas que apresentaram o maior número de reportagens com citação à lei durante um período de dois anos (2016 a 2018).

O projeto de pesquisa se dará a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Informamos que a investigação prevê a divulgação dos nomes dos participantes, pois entendemos que o anonimato não condiz com o papel desempenhado pelos profissionais, já que os quatro entrevistados assinaram as referidas matérias. Após as entrevistas, será feita a transcrição do material, que será seguido do encaminhamento do material para cada convidado para possíveis considerações - com alteração de alguma informação, como data, nomes e outros pontos.

Cada participante participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Por estas razões, acreditamos que, como convidado (a) desta pesquisa, com todos os esclarecimentos prévios que julgar necessários, e mediante assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), você estará plenamente de acordo com a divulgação de seu nome, assim como da fala obtida com a entrevista concedida.

Comprometemo-nos em oferecer o maior número de elucidações possíveis, desde a adesão ao projeto até a finalização de todas as etapas, buscando estabelecer um sentimento de confiança entre participante e entrevistador. Assim, a entrevista será gravada em áudio, seguindo um roteiro prévio, semiestruturado e de conhecimento dos participantes.

A entrevista será realizada individualmente em um período de 1h a 1h30. Os depoimentos são para propósitos unicamente acadêmicos, sendo que qualquer outra possibilidade de uso deve acarretar em nova consulta e autorização de todos os convidados. Lembramos que as informações concedidas na entrevista e aprovadas pelo depoente são de responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública. Deixamos claro também que a guarda dos documentos deve ser de, no mínimo, cinco anos. A responsabilidade pela guarda dos documentos será do pesquisador.

Como benefícios advindos desta participação, está possibilitar um maior conhecimento em torno do tema para benefício profissional e social. As obras sobre as implicações da Lei de Acesso à Informação (LAI) no jornalismo ainda são escassas e, por isso, a importância desse trabalho.

Como possível dano, citamos eventual fadiga decorrente da entrevista. Lembramos também que as informações concedidas na entrevista e aprovadas por você são de sua responsabilidade dos participantes que precisam estar cientes de que as informações pessoais e profissionais concedidas para o trabalho são de exposição pública.

A divulgação dos nomes dos participantes e suas respostas às entrevistas serão utilizadas somente para fins da referida pesquisa e, por isso, a quebra de sigilo e a não-observação da privacidade referem-se explicitamente a esse ponto.

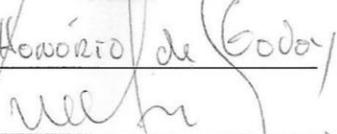
Ao participar deste estudo, você não terá nenhum tipo de despesa, assim como nenhuma remuneração será estipulada por sua colaboração, ficando claro que as informações dadas são de sua plena responsabilidade.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nome e assinatura da pesquisadora:

Cassilda Golin Costa 

Nome e assinatura do entrevistado

MARCELO HONÓRIO DE GODOY


ANEXO B - REPORTAGENS SELECIONADAS



FOLHA TRANSPARÊNCIA

Símbolo de Doria, varrição de rua recua no 1º semestre em São Paulo

Capital paulista registrou diminuição de 6% em toneladas de sujeira recolhidas por empresas

Tucano atribui menor volume de lixo retirado a programa de redução de descarte irregular, entre outros fatores

ARTUR RODRIGUES DE SÃO PAULO

Antes de assumir a prefeitura, João Doria (PSDB) definiu São Paulo como "lixo vivo", numa crítica aos problemas de sujeira da cidade. Em seu primeiro semestre como prefeito, porém, a quantidade de toneladas varridas na capital paulista recuou. Dados obtidos pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que a gestão Doria recolheu 6% menos toneladas de sujeira em São Paulo nos primeiros seis meses do ano em relação a igual período de 2016, na gestão Fernando Haddad (PT).

A limpeza das ruas é uma das bandeiras de Doria, que se vestiu de gari e obrigou seu secretariado a fazer o mesmo. O uniforme se tornou um símbolo da operação Cidade Linda, um mutirão de embelezamento de áreas públicas. O programa lançado por Doria e a ênfase dada ao tema em discursos e divulgações, no entanto, não foram suficientes para fazer o recolhimento de lixo decolar.

Os dois consórcios responsáveis pelo serviço, Soma e Inova, recolheram no primeiro semestre 45.427 toneladas, contra 48.332 toneladas no mesmo período de 2016.

A conta inclui o lixo retirado pelos garis e o que a população joga nas lixeiras da cidade, além do recolhido de pontos viciados de descarte.

A gestão Doria atribui o menor volume a um programa de redução de descarte irregular, entre outros fatores. Também admite corte de 4,4% no valor dos contratos, mas diz que os serviços não foram diminuídos por isso.

Em fevereiro, a Folha mostrou uma queda na varrição logo no primeiro mês da administração tucana. Naquela época, Doria culpou o desaquecimento da economia.

"Com o declínio da situação econômica você usa menos carro, consome menos combustível, gasta menos produtos e alimentos na sua casa e você tem uma redução proporcional de lixo na cidade", afirmou o prefeito.

No entanto, o PIB (Produto Interno Bruto) do país nos dois primeiros trimestres deste ano foi positivo. Em 2016, o índice ficou no vermelho.

Nos últimos dois meses do semestre, houve uma leve alta na quantidade de lixo recolhida na comparação com os mesmos meses do ano passado —6% em maio e 1% em junho. O acumulado do ano, porém, permanece negativo em quase 3.000 toneladas.

O novo recuo ocorre após queda da limpeza também sob Haddad. Em 2012, último ano da gestão Gilberto Kassab (PSD), a prefeitura varreu 133 mil toneladas de lixo; em 2015, foram 107 mil; no ano passado, 95,8 mil toneladas.

CADÊ O GARI

O distrito com mais reclamações no telefone 156 da



Lixo jogado em calçada da rua dos Gusmões, no centro de São Paulo; sujeira acumulada obriga pedestre a mudar trajeto

QUEDA NA VARRIÇÃO
Quantidade de sujeira recolhida em São Paulo diminuiu sob Doria



O que conta como varrição
Materiais recolhidos nas ruas e nas lixeiras de São Paulo

Quem faz o serviço
Dois consórcios dividem o trabalho na cidade: a Soma e a Inova

Fonte: Artur Rodrigues/Lei de Acesso à Informação

prefeitura é o Tremembé, no extremo norte, nas bordas da Serra da Cantareira. Em uma das principais ruas do bairro, a Maria Amélia Lopes de Azevedo, é fácil ver o motivo. Embalagens longa vida, pacotes de cigarro, um saco de pipoca vazio e uma tomada velha estão entre os obstáculos nas calçadas.

"Nunca vi um gari aqui. Quem varre sou eu", afirma Jaclara da Silva, 42, que trabalha em uma padaria na rua. "Algumas pessoas até brincam que eu fui contratada pela prefeitura", completa, de vassoura em punho.

Ali perto, a doméstica Sônia Maria Silva, 51, diz que já se acostumou a tomar o lixo cercado de lixo. "A situação varia de ruído a imundo". No centro, moradores e comerciantes até dizem ver garis, mas que o serviço é insuficiente. A aposentada Maria José Mishida, 58, que passeia com o cachorro na praça Marechal Deodoro, em Santa Cecília, diz que os funcionários limpam só parte do local.

"Há dois meses, o pessoal que limpava a parte gramada deixou de vir, e só vem o que limpam a calçada. Desde essa época está desse jeito",

afirma, apontando para o gramado coberto de sujeira. Na rua dos Gusmões, também no centro, é impossível andar pelo passeio perto da Av. Rio Branco. Pedestres atravessam a rua ou andam no espaço reservado aos carros.

"Por ser uma região em que circula muita gente, a prefeitura deveria passar mais vezes para varrer aqui", diz o comerciante Pedro Luís Lima, 57. Segundo ele, uma mureta feita pela prefeitura neste ano diminuiu ainda mais o espaço dos pedestres e transformou o lugar num refúgio para viciados em crack.

CONTRATO

O contrato de varrição da cidade vence em dezembro, mas a prefeitura ainda não fez a licitação do serviço.

A administração Doria pretendia lançar um pregão eletrônico, mais ágil. Diante da pressão das atuais prestadoras de serviço, recuou e resolveu fazer uma concorrência nos moldes tradicionais.

Quem acha no setor diz que a prefeitura dificilmente conseguirá finalizar esse processo até o final do ano, o que pode obrigar a cidade a recorrer a um contrato de emergência.

OUTRO LADO
Prefeitura cita conscientização e programa

DE SÃO PAULO

A gestão Doria (PSDB) diz que não diminuiu a varrição e atribui a quantidade menor de lixo a fatores que vão da conscientização da população a um programa que coíbe descarte irregular.

A prefeitura elenca como fator "mais tangível" para a queda a implantação do Controle de Transporte de Resíduos Eletrônico, em março. O programa coíbe descarte irregular da construção civil, elevando os detritos que vão para aterros. Após perguntar sobre qual foi a diminuição do lixo varrido e ouvir 2.000 toneladas como resposta, o diretor de gestão de serviços da Ambar (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana), Eválio Azevedo, disse:

"De janeiro a julho, reduzimos o descarte irregular em mais ou menos 580 pontos. São pontos que têm em média 5 m² de resíduo. A gente pode, numa conta aí, achar 3.000 toneladas de resíduos que nossa varrição deixa de fazer na rua".

A queda na varrição ocorria antes da criação do sistema de controle, em março. No mês seguinte, o lixo recolhido caiu 17%. Em maio e junho, houve ligeira alta.

Em fevereiro, Doria culpou a economia pela queda do lixo varrido. Questionada agora, a gestão disse que "não houve tempo" para que "a pequena retomada econômica fosse refletida nos hábitos de consumo e descarte da população".

No início do ano, Doria anunciou corte de 15% em todos os contratos. A Ambar diz que a redução, no caso do lixo, ficou em 4,4%. Os consórcios Soma e Inova foram questionados pela Folha se os cortes do contrato influenciaram o serviço, mas não se manifestaram.

A gestão tucana afirma não ter intenção de elevar a quantidade de sujeira recolhida, mas de diminuir a com menor descarte de lixo na rua. O programa Cidade Linda, diz a assessoria, ajudará nesta finalidade.

FISCALIZAÇÃO

Sobre críticas de que a cidade segue ajeita, o diretor da Ambar disse que a percepção de sujeira de cada pessoa "é muito íntima".

Em relação ao contrato, afirmou que essa gestão tem mais equipes devido ao grande fluxo de pessoas.

A gestão também disse que fiscaliza as empresas de varrição —40 em todo o ano, 2.000 multas foram aplicadas por problemas na limpeza.

"O motivo foi o não recolhimento dos detritos provenientes de varrição dentro do prazo de quatro horas após o término do turno de serviços", divulgou em nota a administração.

Eválio Azevedo afirma que a prefeitura pretende contratar empresa para monitorar a limpeza da cidade —a ser feita pelos consórcios vencedores da licitação.

O atual contrato vence em dezembro. Azevedo afirmou que o edital para o serviço deve ser lançado neste mês. O diretor da Ambar disse que constará desse novo contrato o aumento da varrição mecanizada, considerada mais eficiente. (A1)



Sujeira na rua Doutor Albuquerque Lima, em Santa Cecília

Câmara de SP esconde salários de servidores

Após pressão sindical, Legislativo deixou de divulgar na internet nomes dos funcionários ao lado dos vencimentos

Casa afirma que decisão foi tomada após análise jurídica; sindicato diz que caso é questão de segurança de servidores

ARTUR RODRIGUES DE SÃO PAULO

A Câmara Municipal de São Paulo apagou os nomes de seus funcionários da lista com salários divulgada em sua página oficial da internet.

O Legislativo passou a divulgar, por decisão da mesa diretora, só a numeração da matrícula dos servidores ao lado dos vencimentos, impossibilitando ligar os valores à identidade dos funcionários.

A medida vai na contramão de órgãos públicos de outras esferas, como a própria prefeitura e governo de São Paulo, que divulgam dados detalhados. Por outro lado, segue modelo adotado pela Assembleia Legislativa paulista — que só divulga a matrícula ao lado dos salários.

A assessoria de imprensa da Câmara afirmou que a mudança foi decidida "após pedido do sindicato dos funcionários municipais de Casa e análise jurídica do caso".

A decisão atende à solicitação do Síndex (sindicato dos servidores da Câmara e do Tribunal de Contas do Município). A vice-presidente do órgão, Sônia Maria Cortes Alves, afirmou que a reivindicação era feita desde 2013.

"A exposição do nome com o salário num Brasil onde não existe segurança para o cidadão? O que você desprende? Insegurança", afirma.

Questionada se houve casos concretos de problemas

com servidores, Sônia citou um episódio ligado a uma separação. "A esposa ficou divulgando o salário do marido para todo mundo", diz.

Sônia afirma que vários órgãos não divulgam os nomes ao lado dos salários, mas a matrícula ou o valor relacionado à carreira. Um exemplo citado por ela é o TCM (Tribunal de Contas do Município). Desde 2012, o Executivo federal passou a divulgar salários dos servidores a partir do nome, CPF, órgão de exercício ou de lotação, função ou cargo. No site do governo federal, é informado que a decisão "se baseia na convicção de que os salários dos agentes públicos são informações de interesse público e que a transparência deve sempre prevalecer em um ambiente democrático".

DINHEIRO PÚBLICO

A divulgação dos vencimentos pelo governo federal ocorreu depois da Lei de Acesso à Informação, de 2011.

Para o cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a não divulgação dos nomes dos funcionários pode impedir a descoberta de informações importantes. Um exemplo citado por ele são dados de funcionários que, por receberem mais de um salário, podem estar desrespeitando o teto constitucional.

"Do ponto de vista democrático, do zelo com dinheiro público, o ideal é que os nomes fossem colocados", diz.

Em março, a Câmara iniciou um processo para cortar salários acima dos ganhos do prefeito João Doria (R\$ 26,1 mil) — alguns chegavam a receber cerca de R\$ 60 mil.

A mesa diretora aposentou



Reunião com vereadores que integram mesa diretora da Câmara Municipal de São Paulo

SEM IDENTIFICAÇÃO
Câmara Municipal de São Paulo apagou nome de funcionários de lista de salários na internet

O que a lista mostra

The screenshot shows a table with columns for 'Cargo', 'Função', and 'Remuneração em reais (R\$)'. The names of the employees have been redacted with black boxes. A callout box points to the redacted names, stating: 'A matrícula do funcionário, sem o nome'. Another callout box points to the 'Cargo' and 'Função' columns, stating: 'O cargo, a função e o salário do funcionário'.

compulsoriamente, por exemplo, 14 servidores maiores de 75 anos que ganham de R\$ 8.000 a R\$ 19 mil, entre os quais havia ascensoristas, garçons e copeiras.

Na lista da Câmara referente à remuneração de setembro, a reportagem identificou salários de até R\$ 31,8 mil.

A publicação no "Diário Oficial" que embasa a mudança do procedimento cita decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2009.

A decisão afirma que "a forma como a concretização do princípio da publicidade, do direito de informação e do dever de transparência será satisfeita constitui tarefa dos órgãos estatais". Ele cita como uma solução "hipoteticamente viável" "a substituição do nome do servidor por sua matrícula funcional".

Em 2015, o STF considerou que a divulgação dos nomes dos funcionários públicos ao lado de salários é legal.

Os ministros discutiram um recurso da cidade de São Paulo contra decisão da Justiça Estadual, que havia determinado a exclusão das informações de uma servidora do site da prefeitura.

A mulher dizia estar sofrendo constrangimento moral pela exposição de seus vencimentos. O ministro Marco Aurélio Melo afirmou na ocasião que a vida do servidor público representa um livro aberto. "O servidor público não pode prender ter a mesma privacidade que o cidadão comum. Os agentes públicos, civis, estão na vitrine. Entre o interesse individual e o coletivo, prevalece o coletivo", disse.

dias melhores



Cortejo do coletivo Viramundo no centro de Belém; grupo usa atividades lúdicas para interagir com moradores de rua

Arte vira 'terapia' para moradores de rua no Pará

MOISÉS SARRAF COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM BELÉM

Dimeron Pinheiro de Castro, 38, está em Belém (PA) há 16 anos, depois de ter perdido o pai, a mãe e dois irmãos num acidente de van em São Miguel do Guamá, a 100 km da capital. Desde então, ele, que trabalhava em uma serraria, passou a ser morador de rua.

"Fui fraco, fui para a rua, me viciem em drogas e com isso permaneci na rua", conta ele, cujo objetivo é conseguir um emprego para cuidar de seus dois filhos.

Ele era um dos presentes à

roda de arte de rua realizada pelo coletivo Viramundo no centro de Belém. O grupo é composto por estudantes, médicos, professores, psicólogos e arte-educadores que, voluntariamente, usam atividades lúdicas para interagir com pessoas em situação de rua.

"Teatro, cuidado e educação", resume o médico Bruno Passos, 25, que faz parte do grupo. Abuso de drogas, SUS, luta antimanicomial e exclusão social são alguns dos temas que surgem antes, durante e depois dos exercícios e atividades lúdicas.

Viramundo vem de Geraldo Viramundo, personagem de "Do Grande Mentecapto" (1979), de Fernando Sabino. Na obra, ele vive a exclusão

social vagando pelo interior de Minas até se tornar herói de uma revolução protagonizada pelos marginalizados. No romance, assim como na atuação do coletivo Viramundo, o Carnaval e a praça pública são protagonistas.

"Criado como projeto de extensão da Universidade Federal do Pará ainda em 2014, o grupo realizava intervenções junto a moradores de rua e era um meio pelo qual estudantes da saúde encontravam temas para seus trabalhos de conclusão de curso.

"Havia consultas clínicas, conversas sobre cuidados para essa população", diz Passos, se referindo, por exem-

“Damos atenção às pessoas. Realizamos promoção à saúde. Falamos da questão do emprego, da questão econômica, alimentar, até sobre sofrimento psíquico e abuso de drogas. Fazer arte é produzir saúde nas comunidades”

BRUNO PASSOS, 25 médico e integrante do coletivo Viramundo

plio, a orientações sobre cuidados com os pés. Hoje, a atuação do Viramundo vai além da universidade. Embora não haja uma frequência definida, todos os meses há atividades.

A roda de dança e música compõe o Brinquedo de Encontro da Cidade, cortejo que reúne quem quer que esteja nas áreas de atuação do projeto. Na data, acompanhada pela Folha, o coletivo visitou a praça da República. Enquanto locavam e cantavam, também se distribuiu sopa.

Paulo Henrique Oliveira, 37, não visita Guarulhos (SP), sua cidade natal, há muito tempo. Casado com uma parense por sete anos, passou a morar sozinho após o divórcio e viu sua vida ser sacudida pela operação Lava Jato.

"Perdi meu emprego, muito por causa da Mendes Júnior, empresa em que eu trabalhava, envolvida na Lava Jato." Com as denúncias, diz ele, a empresa encerrou contratos. Ele estava entre os 2.800 demitidos.

Já na rua, em 2015 Oliveira participou de uma roda de

conversa sobre saúde e violência. Então conheceu organizações que atuam junto ao Suas (Sistema Único de Assistência Social), como o Viramundo e o Movimento de Pessoas em Situação de Rua, do qual faz parte hoje.

"Fazemos debates, ingressamos em instituições para buscar o empoderamento do usuário do Suas", afirma ele, que hoje é conselheiro municipal de assistência social e representante do Fórum Estadual dos Usuários do Suas. Ainda em situação de rua, assistia ao cortejo na praça.

Segundo o médico Bruno Passos, do ponto de vista clínico essa é uma forma de estabelecer um plano terapêutico. Com fantasias e máscaras, moradores de rua e profissionais da saúde e educação formam o mesmo espetáculo.

"Damos atenção às pessoas. Realizamos promoção à saúde. Falamos da questão do emprego, da questão econômica, alimentar, até sobre sofrimento psíquico e abuso de drogas. Fazer arte é produzir saúde nas comunidades", diz.

The advertisement features the Mercantil do Brasil logo and text in Portuguese. It mentions services like 'Atendimento ao Cliente', 'Atendimento ao Investidor', and 'Atendimento ao Empregado'. It also includes contact information for branches in São Paulo and Belém.

O SENADOR Tasso Jereissati (PSDB-CE) anda apanhando dentro de seu partido por ter iniciado um tímido processo de autocrítica tucana.

A última propaganda do PSDB na televisão admitiu que o partido havia cometido erros, fazendo referência aos escândalos de corrupção recentes.

Os outros líderes tucanos, em especial os que fecharam com o presidente Michel Temer (PMDB), não gostaram.

Acácio Neves (aquele mesmo) reuniu-se com Temer (esse mesmo) para tentar enfraquecer Tasso.

E o chanceler, Aloysio Nunes, foi ao Twitter declarar que o programa de televisão da autocrítica "não me representa".

Pergunta: "de quem o programa está falando?" e conclui que "o PT, do Lula ao mais modesto dos seus aderentes, deve estar dando gargalhadas".

Chanceler, saiba que ao menos este modesto aderente está dando

gargalhadas é da sua reação.

Para quem assistiu ao processo de degeneração da discussão petista, observar os tucanos atacando Tasso é como assistir de novo ao PT de 2005, agora com termos melhores e sem ninguém que ganhe eleição presidencial.

Naquela época, um quase-xará do senador Jereissati, Tasso Genro, propôs uma "refundação" do Partido dos Trabalhadores.

Muita gente dentro do partido apoiou Genro, mas a proposta foi derrotada.

É difícil saber o que teria sido a história dos governos petistas se Tasso tivesse ganho a disputa.

Havia um complicador: no grupo do ex-governador havia menos gen-

Tasso e Tarso

CELSO ROCHA DE BARROS

O cenário para a autocrítica tucana não parece muito melhor do que foi para a autocrítica petista em 2005

te acusada de corrupção, mas também havia a esquerda do PT, que nunca aceitou a política econômica moderada de Lula.

Talvez tivesse sido pior se essa turma crescesse no partido enquanto o PT ainda era governo.

No momento, Tarso lidera a esquerda do Partido dos Trabalhadores. Seu grupo quase saiu do PT em 2015 e, em muitos aspectos, já atua à revelia da direção nacional: está

muito mais próximo do que defendem o PSOL e os movimentos soci-

ais de esquerda do que de qualquer coisa que a presidente petista, Gleisi Hoffmann, decida.

Poderia ser ótimo, se o discurso atual da esquerda petista não continuasse ruim: ninguém ali leu o Norberto Bobbio que Tarso defendeu nos anos 90. Tarso não conseguiu superar o dilema petista entre malucos e corruptos.

Tasso terá mais sucesso? É difícil saber. Os tucanos que ainda têm pretensões eleitorais, como Dória,

flexuram gestos em sua direção.

Mas Dória também foi visitar Temer e namora com a possibilidade de se lançar candidato por PMDB ou DEM. Como você deve imaginar, toda a turma que está com Temer

de corrupção.

Eu perguntaria pessoalmente a Dória o que ele acha disso tudo, mas devo viajar para São Paulo por esses dias, e aí ficará mais difícil encontrá-lo.

O cenário para a autocrítica tucana não parece muito melhor do que foi para a autocrítica petista

Se os tucanos que estão com Temer resolverem reclamar de corrupção, vai ser difícil continuar com Temer.

E o empresariado parece ter medo de que a saída do PSDB do governo entere de vez qualquer pretensão reformista do atual governo.

De qualquer forma, mesmo se tudo isso der errado, os quase xarás, cada um do seu lado, cada um ao seu tempo, ao menos envergaram o

que seus partidos, se tivessem mais estadistas em suas fileiras, teriam

imediatamente identificado como a tarefa mais urgente: prestar contas ao público por terem roubado do erário.

COLUNISTAS DA SEMANA segunda: Celso Rocha de Barros, terça: Joel Pinheiro da Fonseca, quarta: Elío Gaspari, quinta: Janio de Freitas, sexta: Reinaldo Azevedo, sábado: Demétrio Magnoli, domingo: Elío Gaspari e Janio de Freitas



**ESTAR APAIXONADO
É BOM.
ESTAR ACOMPANHADO
É AINDA MELHOR.**

CAMILA MATTOSO
KANIER BRAGION
DE BRASÍLIA

No dia em que completou 76 anos de idade, Michel Temer ganhou um instrumento de medição de ângulos geográficos e astronômicos do comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

Já em 17 de maio deste ano, o mais turbulento de sua gestão, quando veio a público a delação da JBS, o mimo recebido foi um porta-retrato com desenho do mapa do Brasil.

Esses são alguns dos 185 presentes recebidos pelo presidente Michel Temer desde que chegou ao poder, em 12 de maio de 2016.

Pode parecer muito, inclusive pelo fato de o beneficiário ser dono da menor popularidade dos últimos 28 anos.

Mas o número e a relação das peças, obtidas pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação, mostram uma "tralha" bem mais modesta do que a recebida por Luiz Inácio Lula da Silva em seus oito anos de governo, por exemplo — mais de 9.000 itens, incluindo dezenas de peças em ouro e camisas de times de futebol.

A Folha também pediu acesso aos presentes dados a Dilma Rousseff, mas a resposta foi negativa sob o argumento de que os itens não estão mais em poder da União.

A lista de presentes a Temer inclui objetos recebidos de autoridades estrangeiras, como um vaso dado pelo presiden-

FOCO

De pijama a kit para unhas, Temer ganhou 185 presentes desde posse

'Tralha' do presidente é mais modesta que os 9.000 itens de Lula, que incluem objetos em ouro e camisas de futebol



DEBATE

Evento em Brasília discute o 'direito ao esquecimento'

DE BRASÍLIA - A Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas) e o Instituto Palavra Aberta realizam nesta segunda (21), em Brasília, um evento para discutir o "direito ao esquecimento" e seus reflexos para a liberdade de expressão.

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, confirmaram presença no evento, voltado a profissionais da comunicação e do direito. Intitulado "Esquecimento X Memória - Reflexão sobre o direito ao esquecimento, o direito à informação e à proteção da memória", o fórum tratará do direito de uma pessoa de não permitir que um fato ocorrido em um determinado momento de sua vida seja exposto ao público indefinidamente.

O assunto está em discussão no Supremo, em uma ação sobre um caso sob relatoria do ministro José Antônio Dias Toffoli, que realizou audiência pública em junho para debater o tema.

Na abertura estarão presentes os presidentes da Aner, Fábio Petrossi Gallo, do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Bianco, e o representante da OAB de Brasília Juliano Costa.

O fórum começa às 18h na sede da OAB-DF (SEPN 516 Bloco B Lote 7 - Asa Norte).

Inscrições podem ser feitas pelo telefone (11) 3030-9395.

te da China, Xi Jinping, uma mala e duas esculturas do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e dois copos para saquê do primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe.

Quando viajou à China, em setembro de 2016, Temer recebeu do prefeito de Xangai, Yang Xiong, um pijama masculino, "tamanho XL".

Nem todos estão identificados.

O presidente já recebeu oito presentes sem remete, incluindo um facão e um chapéu de couro.

A Presidência afirma que os presentes ficam armazenados no Palácio do Planalto e do Alvorada, sob cuidados técnicos.

Até o término do mandato, se o objeto for considerado público, será integrado ao patrimônio da União.

Se for classificado como privado, integrará o Acervo Privado do Presidente, que será levado ao término de seu mandato.

Na lista de mimos mais singelos, encontra-se um kit para unhas dado pela Orquestra Criança Cidadã, projeto social do Recife.

E duas canetas esféricas, supostamente fornecidas a Temer pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que afirma se lembrar apenas de ter dado ao peemedebista uma bandeira do Brasil com a inscrição "educação é progresso" no lugar de "ordem e progresso".

"Duas canetas esféricas? Não me lembro. Vai ver que eu esqueci na mesa e eles acharam que era presente."

FOLHA DE S.PAULO
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2017 A4

poder

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Hora de semear

Se ainda resta dúvida de que o DEM busca ocupar o espaço outrora designado ao PSDB, caciques do partido farão questão de deixar isso claro em sua convenção, dia 14. O ato terá forte caráter nacional. Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ) pretende falar sobre o que pensa para o Brasil e fazer enfática defesa da reforma da Previdência. A cúpula da sigla vai incluir o deputado na lista de presidenciais. Será um recado aos tucanos. Desta vez, o apoio a eles não virá por piloto automático.

Lição de casa Maia trabalha exaustivamente para ampliar o placar a favor das mudanças nas regras de aposentadoria dentro da própria sigla. Quer chegar a 24 votos de um total de 29 deputados.

Chá de canomila Integrantes do DEM avisaram a Geraldo Alckmin (PSDB-SP) que a decisão do partido sobre eventual apoio à candidatura do governador à Presidência não se dará tão cedo.

Dentro para fora Alckmin sabe que o jogo para 2018 será catimbandado. Segundo aliados, ele aposta na capacidade de costurar alianças a partir de São Paulo.

Jogada casada José Serra (PSDB-SP) tem uma cartada valiosa para se consolidar como candidato ao governo do Estado. Se ficar com a vaga, leva o PSD de Gilberto Kassab para a órbita do tucano.

Com quem andas Aliados de Alckmin dizem que a convenção do PSDB recebeu o apoio de diversos partidos e negam qualquer sinal de isolamento. Além de dirigentes do PPS, PSB, PR e PTB, afirmam que nomes do DEM e do PSD prestigiaram o ato.

Com quem andas 2 Os alckministas contabilizaram a passagem do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) como gesto de apoio da sigla ao tucano. Fraga é vice-presidente para assuntos de segurança pública do DEM.

Mesmo disco Alckmin marcou para quinta (14) a primeira reunião da Executiva do PSDB sob seu comando. A posição do partido em relação à reforma da Previdência está na pauta do encontro.

Val que é sua Diante da dificuldade de Kassab de ampliar o apoio do PSD à reforma da Previdência, aliados de Michel Temer pediram que Henrique Meirelles (Fazenda) assumisse a missão. Ele recebeu no fim de semana a lista de votos do seu partido.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

tiroteio

Há 20 anos acobertando os malfeitos no Apató e no Rodanet, ainda tem coragem de montar o bico para o Lula? É muito descaramento!

DA SENADORIA GLEISI HOFFMANN (PR), presidente do PT, sobre o governador Geraldo Alckmin dizer que Lula quer ao avô para "voltar à cama do crime".

contraponto

Minha fama de mau

Pouco antes do início da convenção do PSDB, no sábado (9), em Brasília, um grupo de tucanos, incluindo o governador Geraldo Alckmin, tomava café da manhã no restaurante do hotel Meliá Brasil 21.

Presidente do diretório do partido em São Paulo, Pedro Tobias disse aos correligionários que bancaria a conta.

Já com o cartão em mãos, o dirigente da legenda recuou do gesto quando o garçom falou o valor.

— Para, para, para! É melhor todo mundo dividir.

Conhecido por ser pão-duro, emendou:

— Achei que tivesse dado R\$ 30, mas R\$ 140 para um café da manhã não dá para pagar.

Esperado Relator do processo que apura danos causados por empreiteiras que superfaturaram a obra de Angra 3, o ministro Bruno Dantas, do TCU, derrubou audiência pedida pela Odebrecht para este mês. Só falará com a empresa, que tenta evitar ser declarada inidônea, em 2018.

Testemunhas Assim como a firma baiana, outras empresas que participaram do consórcio para Angra 3 e foram pegadas pela Lava Jato têm buscado conversar diretamente com o TCU. Para evitar problemas, os ministros solicitam que os encontros sejam acompanhados por um procurador da corte.

Dobrar a meta Um dos objetivos de Alexandre Baldy no Ministério das Cidades é acelerar a contratação de obras do Minha Casa, Minha Vida. Levantamento feito por auxiliares do ministro revelou que apenas 35% das 25 mil unidades selecionadas em junho de 2017 fecharam contratos com a Caixa Econômica Federal.

Pente-fino Baldy vai pedir a revisão de todos os processos para identificar por que grande parte deles está travada. Há o risco de o ministério reconsiderar a seleção de milhares de unidades se elas não saírem do lugar.

Pelo mundo O PT tenta convencer Lula a fazer um giro internacional no início de 2018. Há convites da Rússia e da China, onde o Partido Comunista Chinês quer recebê-lo. O ex-presidente resiste. Diz que precisa ficar no Brasil para se defender.



Ministros usam FAB para dar carona a parentes e lobistas

Seis titulares do 1º escalão do governo levaram filhos ou mulheres na comitiva

Decreto que dispõe sobre os voos não autoriza expressamente o embarque de pessoas sem função pública

CAMILA MATTOZZO
FÁBIO FARRINI
DE BRASÍLIA

Ministros do governo de Michel Temer usam voos da FAB (Força Aérea Brasileira), requisitados com o propósito de cumprir agendas de trabalho, para transportar parentes, amigos e representantes do setor privado. Há carona a mulheres e filhos, que não têm vínculo com a administração pública.

A Folha levantou as informações por meio da Lei de Acesso à Informação. O decreto 4.244/2002, que dispõe sobre os voos, permite o uso da frota "somente" para o transporte de vice-presidentes, ministros de Estado, chefes dos três Poderes e das Forças Armadas, salvo nos casos em que há autorização especial do ministro da Defesa.

A norma não autoriza expressamente o embarque de pessoas sem cargo ou função pública. Também não há previsão para que congressistas peguem carona.

A reportagem obteve dados de viagens feitas por 12 ministros. Seis deles levaram filhos ou mulheres na comitiva, não raro para cumprir agendas em locais turísticos.

Um sétimo deu carona para a mulher de um colega de Esplanada. Três das autoridades levaram amigos a bordo e outros transportaram empresários ou lobistas. Sete pastas não apresentaram as relações de passageiros.

Entre 13 e 16 de outubro de 2016, a FAB recebeu um conjunto de voos para que o titular do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV), participasse de encontro sobre sustentabilidade no Pantanal. O evento, emenda do com o dia das crianças, se deu no Refúgio Ecológico Calman, hotel luxuoso em Mirante (MS). Na comitiva estava o filho de 11 anos do ministro. Bruno Araújo (PSDB), que se desligou recentemente das Cidades, levou a mulher, Maria Carolina, em ao menos seis viagens oficiais. Em junho de 2016, o casal embarcou para Campina Grande (PB) no dia da abertura do "Maior São João do Mundo". Os dois, na sequência, embarcaram para o Recife, onde mantêm domicílio. Era uma sexta-feira.

Desde 2015, é proibido aos ministros usarem voos da FAB para retorno à residência. Maria Carolina fez ao menos mais cinco viagens em aeronaves oficiais, das quais três passando por Pernambuco, sempre em fins de semana ou dias colados a sábado ou domingo. Em duas ocasiões, a filha do casal estava junto.

O peemedebista Helder Barbalho (Integração Nacional) —provável candidato ao governo do Pará— também levou a mulher, Daniela, para o São João, o tradicional Arraiá dos Caetés, em Bragança, em junho. Foi uma viagem em família, com a presença do pai do ministro, o senador Jader Barbalho, e da mãe, a deputada Elcione Barbalho, ambos do PMDB.

A FAB alega que recebe das autoridades a lista dos passageiros, mas não tem responsabilidade sobre as comitivas.

NAS ASAS DA FAB
Políticos dão carona para parentes, aliados e amigos em voos gratuitos; veja alguns casos



VOO DA ALEGRIA
Para o jantar do Lide, viajaram Dyogo Oliveira (Planejamento) e cinco casais, além do presidente do TST, Ives Gandra, e uma assessora



CORAÇÃO DE MÃE
Mauricio Quintella (Transportes) é um dos maiores caroneiros do governo. Seu voo já chegou a ter 25 pessoas, entre deputados, senadores e diretores de órgãos do governo ligados à pasta



ENTRE AMIGOS
O ministro Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia) já viajou algumas vezes acompanhado do lobista da Globo, Paulo Tonet. Kassab levou também outros amigos em seus voos, como Marcelo Redher



FESTA
O ministro Helder Barbalho (Integração Nacional) levou a mulher para a abertura do Arraiá dos Caetés, em junho. Para o Maior São João do Mundo, o ex-ministro Bruno Araújo (Cidades) levou sua mulher, em 2016



COMPANHEIRAS DA REPÚBLICA
A mulher do ex-ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), Marcia, é uma das que mais pegam carona em aviões da FAB



SEGURANÇA NACIONAL
Enéida Fogliatto acompanhou seu marido, Sérgio Etchebegoyen (GSI), a uma reunião da Abin em São Paulo, em fevereiro. Antes, em 2016, pegou uma carona com o ministro Quintella



Em abril, uma caravana de casais saiu de Brasília rumo a Foz do Iguaçu (PR) para a premiação do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), grupo da família do prefeito João Dória (PSDB).

O voo foi requisitado à FAB pelos ministros Dyogo Oliveira (Planejamento) e Sarney Filho, que embarcou junto da mulher, Camila Serra. Também viajaram o tucano Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), que pediu demissão na sexta (8), e a mulher, Marcia, que também pegou carona em outras missões oficiais.

Fizeram companhia no avião, com suas mulheres, Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor especial de Temer preso após ser flagrado com uma mala de R\$ 500 mil da JBS, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o relator da reforma da previdência, Arthur Maia (PPS-BA). O presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Ives

» OUTRO LADO <

Usuários dizem que não há proibição expressa

DE BRASÍLIA

Os ministros negaram irregularidade em transportar parentes, empresários e lobistas a bordo de aviões da FAB (Força Aérea Brasileira). Eles dizem que não há vedação expressa ao transporte de passageiros sem vínculo com a administração pública e as agendas oficiais. O Ministério do Meio Ambiente afirmou que "nenhuma hospedagem" de "qualquer membro" da família de Sarney Filho foi paga com dinheiro público. "Qualquer irregularidade que, eventualmente, seja apontada, que não acreditamos, será imediatamente investigada", disse.

Segundo Bruno Araújo, os deslocamentos ocorreram "por compromissos da pasta", dentro da legislação vigente. Helder Barbalho declarou que "respeita integralmente a legislação em vigor". Segundo ele, a mulher, Daniela, integrou voo requisitado pelo titular do Turismo, Marx Beltrão, que visitaria o São João em Bragança (PA).

O ministro disse ter dividido a viagem com o colega uma vez que tinha outra agenda prevista para o Estado. "Daniela foi convidada oficialmente pela organização do Arraiá dos Caetés".

O GSI informou que a esposa do ministro Sérgio Etchebegoyen viajou mediante aproveitamento de viagens disponíveis em voos previamente planejados, não incorrendo em custos para o GSI. Dyogo Oliveira (Planejamento) explicou que viajou acompanhado por outros ministros para o evento em Foz do Iguaçu, "em virtude da necessidade de compartilhamento de voos", prevista no decreto sobre os voos. Todas as autoridades, segundo ele, foram convidadas "formalmente a participar como palestrantes do evento" em Foz. Kassab disse seguir a legislação e afirmou que embarcam nos voos "servidores da pasta ou pessoas relacionadas a setores que são de escopo de atuação" do ministério.

O Ministério dos Transportes disse que Mauricio Quintella "não oferece nem dá" carona a congressistas. Os parlamentares que compõem a comitiva do ministro "têm participação nos eventos", afirmou. Sobre ter transportado esposa do ministro-chefe do GSI, justificou que "a pessoa citada ocupou um assento livre".

Antonio Imbassahy não respondeu. O presidente do TST, Ives Gandra, disse que não viajou "por haver disponibilidade de lugar na aeronave e não haver", na ocasião, "voo comercial compatível com sua agenda institucional".

A Abert informou que seu presidente, Paulo Tonet, participou com Kassab de eventos oficiais da radiodifusão segmento que representa. "Os voos mencionados foram realizados a convite do ministro e aceitos pelos representantes em vista da finalidade setorial dos eventos e da extensão agenda de compromissos."

Metrópole

Violência
Merina Vitória teve
mãos amarradas, diz
advogado. Pág. A16

Educação. Importante para internacionalizar ensino superior, ingresso de alunos de fora ainda é baixo; USP se destaca, com 3,4% dos estudantes do exterior. Baixa oferta de disciplinas em inglês e ausência de política mais ampla para o assunto são obstáculos

Universidades federais têm menos de 1% de intercambistas estrangeiros

Luís Fernando Toledo
Júlia Marques

Aluno de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Leonardo Pontes, de 20 anos, ainda não fez um intercâmbio, mas estuda no lado de um estudante da Turquia e de outro do Benim. "Na minha área, um aluno de fora é um praticado para conversar sobre relações políticas econômicas, principalmente quando um país que não está no centro das notícias."

Após para tornar ambiente acadêmico mais internacionalizado, a entrada de estudantes de fora do País em universidades públicas ainda é pequena. O número de estrangeiros em instituições federais do País representa menos de 1% da quantidade total de alunos nas universidades. É o que aponta levantamento feito pelo Estado com base em questionários enviados às instituições por meio da Lei de Acesso à Informação.

O Estado reuniu dados de 22 das 61 universidades federais, de todas as regiões do País, sobre alunos que vieram estudar por meio de algum programa ou parceria. Também questionou as principais Universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (Unicamp) e Estadual Paulista (Unesp)—que não respondeu ao pedido.

A USP é a que mais consegue trazer estudantes. "A liderança nos é intercambistas, na graduação ou no pós, em 2011. Especialistas avaliam que, em uma universidade de grande porte, o ideal é que essa taxa fique entre 3% e 5%. O grau de internacionalização é um dos principais critérios em rankings de avaliação do ensino superior, como o da revista britânica Times Higher Education.

Um dos motivos que tornam o País pouco atrativo é a baixa oferta de disciplinas em inglês. "Embora seja a sexta língua



Brasil e África. Leonardo Pontes e Sotie Ghislain trocam experiências em curso de Relações Internacionais da Unifesp

mais falada no mundo, dificilmente um estudante de Europa, Estados Unidos ou Ásia fala português. E se vier ao Brasil, o primeiro requisito é idioma. A única abertura de oferecer disciplinas em inglês", defende o professor da Unesp José Carlos Freire Junior, que preside a Associação Brasileira de Educação Internacional (Abaei).

Como a maioria dos estudantes brasileiros não tem oportunidade de uma experiência fora do País, a vinda de estrangeiros é vista como uma forma de trazer ambiente internacional para a própria casa. Nos últimos anos, programas de envio de universitários para o exterior perderam força, ou acabaram, como o Ciência sem Fronteiras,

● Troca
"Quando vem uma pessoa de outro país, ela traz uma bagagem e desperta interesse, seja no nível de amizade ou de produzir trabalhos acadêmicos, artigos científicos."

Leonardo Pontes
Aluno de USP

exercido em 2010. "Os alunos amadurecem mais quando expostos à diversidade cultural e linguística. Paradossalmente, isso fortalece a própria identidade", afirma Mariana Francisco Laplane, diretor de Relações Internacionais da Unicamp. Fluente em francês, o aluno

Sotie Ghislain, de 22 anos, natural do Benim, teve de fazer um curso de Português na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e passar por teste de proficiência no idioma antes de começar a estudar na Unifesp. "A língua portuguesa não é fácil. Quando cheguei aqui, nem sabia dizer bom dia em português e era complicado saber alguém que falasse francês", conta o jovem, colega de Pontes no curso de Relações Internacionais da Unifesp.

Em nota, a Unifesp admite desafios para tornar a instituição mais internacional, como a oferta de português para estrangeiros, de disciplinas em inglês, estrutura de infraestrutura de acolhimento para os

que vêm de fora. Contra esses problemas, a reitoria pretende mapear o perfil da internacionalização na Unifesp e fortalecer a participação em redes de cooperação estrangeiras.

Política. Não há no País uma política única de internacionalização com meta para ampliar o número de intercambistas. O que existem são iniciativas do governo federal para atrair es-

trangeiros, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação. Os números desses alunos ficaram estagnados na graduação — o total de participantes foi de 490 no ano passado, ante 438 em 2010. Já no pós-graduação — de 108 participantes, em 2011 para 105 no ano passado.

Estado publicou ano passado pelo IIE Center for Academic Mobility Research um Impacto, como o País das universidades apontar falta de recursos para tomar iniciativas de ampliar suas ações de internacionalização. O levantamento considerou um universo de 198 instituições brasileiras, públicas particu-

foco, brasileiros que participam de disciplinas também aprovaram. "A maioria dos colegas é europeu. Acho bacana ver a visão deles de dar meus 'inputs'", comenta a aluna de Engenharia Naval Heitor Casotti, de 22 anos, que cursa a graduação na FEA. "Já tinha feito um intercâmbio para Hanoi, Manaus e estudantes não têm a oportunidade de sair. É um jeito de ser mais conectado com o mundo inglês e também falar com os estrangeiros." **J.A.M.**

Conectado. Embora não seja o

do foi inaugurada, no início do século 20, por causa de sua estrutura metálica, muito rara na época. Fachada de inspiração eclética fim do século XIX, misturando vários estilos históricos. "O prédio é um dos exemplos mais importantes do patrimônio nacional e sua importância torna-se maior ainda pelo acervo que abriga, a biblioteca criada por d. João VI", afirma Almeida.

A Biblioteca Nacional é a maior da América Latina e a terceira do mundo. O acervo original, proveniente da Real Biblioteca, foi trazido ao Brasil pela família real, em 1808, e em um posto por 60 mil peças. Entre as raridades estão a primeira edição de *Os Lusíadas*, de 1572,

Em sala com 90% de estrangeiros, inglês é idioma oficial

Não há dúvida: o professor Cláudio Masiero sabe: não se preocupe porque falar errado vai acontecer. A maioria de estrangeiros os alunos a se preocuparem. Professor de disciplina Managing Organizations in Brazil (Administração e Organizações no Brasil), ele dá aulas inteiramente em inglês para estudantes de várias partes do

mundo — poucos brasileiros. Dos 40 alunos da disciplina de graduação da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 90% são estrangeiros e quase todos têm o inglês como segundo idioma. O curso é uma das 10 disciplinas de graduação e pós-graduação em inglês ministradas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

(FEA). Em 2010, a FEA criou uma comissão de internacionalização, com a meta de ampliar a oferta de disciplinas em inglês na unidade.

"Os alunos sempre ficam um pouco mais trancados porque precisam primeiro no seu idioma", diz o professor. Mas, segundo ele, a abordagem recente da disciplina, com estudo de desenvolvimento social em fábricas brasileiras, chamou a atenção dos estudantes e fez com que até os mais tímidos se soltassem. "Fiquei contente porque a turma abraçou o programa. Começamos a falar inglês em sala e pela presença."

Ou disciplina, uma opção, também se estuda desenvolvimento econômico e empre-

enhecimento social em fábricas brasileiras, chamou a atenção dos estudantes e fez com que até os mais tímidos se soltassem. "Fiquei contente porque a turma abraçou o programa. Começamos a falar inglês em sala e pela presença."

Ou disciplina, uma opção, também se estuda desenvolvimento econômico e empre-

enhecimento econômico e empre-

Patrimônio

BIBLIOTECA NACIONAL COM A VELHA FORMA

Após 4 anos, reforma da fachada é entregue

Reveria Jansen / USP

O centro histórico do Rio ganhou de volta, depois de quatro anos escondido sob tapetes, uma de suas maiores atrações: a Biblioteca Nacional, na Cinelândia. O prédio, construído entre 1912 e 1916 e tombado pelo patrimônio histórico, sofreu a maior obra de restauração desde que

foi inaugurado, recuperando completamente a fachada. Foram 18 meses de obras ao custo de R\$ 10,7 milhões. A fachada apresentava avançado processo de deterioração. Um estudo crimiológico revelou a causa original, que há muito tinha se perdido, e foi reproduzida com uma pintura à base de pigmentos minerais. Foram recuperados os 282 janelões. Os vitrais com monogramas contendo as

iniciais da Biblioteca Nacional também foram recuperados e receberam filtros UV para proteção e cores de laminado e protetor melhor acervo. Outros elementos decorativos também foram restaurados, como o parte de cobre da cúpula.

"É a maior obra já feita desde a inauguração e o resultado é espetacular", afirma o diretor do Departamento de Programas Especiais do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), Róbson de Almeida, responsável pelas obras. "Apesar de ter sido uma obra de fachada, literalmente, foi muito bem executada e o resultado para a cidade é visível."

A biblioteca foi considerada um marco arquitetônico quan-



Renovada. Obra, de R\$ 10,7 milhões, durou um ano e meio

Metrópole

Cidade
São Paulo terá parque segurado, abertura deve ser em agosto. Pág. A24

Segurança. Desgaste veicular e atraso na renovação estão afetando trabalho principalmente em cidades do interior, como Campinas. Houve 51 compras em 2015 e 2016 para as Polícias Civil e Militar, e governo do Estado promete ampliar frota

Sem carros novos há 2 anos, policiais de SP têm de fazer patrulhamento a pé

Marcelo Godoy
José Maria Tomazella

O governo de São Paulo compra apenas os carros para as Polícias Civil e Militar do Estado nos últimos dois anos. Segundo policiais, o desgaste da frota e o atraso na renovação — todo ano uma parcela dela deve ser renovada — estão afetando o trabalho, principalmente em cidades do interior, como Campinas. Por lá, a redução da frota obriga os policiais a ampliar o policiamento a pé. Em Tatuá, as rondas passaram a ser feitas em conjunto com a Guarda. Dados obtidos pelo Estado, por meio da Lei de Acesso à Informação, mostram que a atual gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) se comprometeu a comprar 2.290 viaturas — desesse, 708 foram entregues em 2015 e o resto adquirido em lotes a serem entregues em 2016 e 2017. Já em 2014, foram comprados 4.493 carros (média anual de 1.497) e 1.877 motos novas (média de 625 por ano). A partir de 2015, e até maio deste ano, o total de carros comprados foi de 1.131 e o de motos, 1.043. A situação ainda pior na Polícia Civil, que no início de 2014 contava com 2.290 viaturas — desesse, 708 foram entregues em 2015 e o resto adquirido em lotes a serem entregues em 2016 e 2017. Já em 2014, foram comprados 4.493 carros (média anual de 1.497) e 1.877 motos novas (média de 625 por ano). A partir de 2015, e até maio deste ano, o total de carros comprados foi de 1.131 e o de motos, 1.043.

SEM RENOVAÇÃO

Com alto grau de desgaste, vida útil média das viaturas é de cinco anos

Comprados pela Polícia Militar

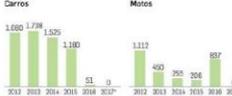


Gráfico de barras mostrando o número de carros e motos comprados pela Polícia Militar de 2013 a 2017.

Comprados pela Polícia Civil

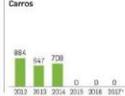


Gráfico de barras mostrando o número de carros comprados pela Polícia Civil de 2013 a 2017.

Total da frota

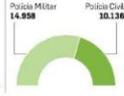


Gráfico de barras mostrando o total da frota da Polícia Militar e Polícia Civil em maio de 2017.



Esta um, Polícia de Alambari conta com apenas um veículo; cidade tem 5,5 mil habitantes

Restam, em Alambari, apenas um veículo. A cidade tem 5,5 mil habitantes. A situação é semelhante em outras cidades do interior, onde a falta de recursos obriga os policiais a fazerem patrulhamento a pé. Em Tatuá, as rondas passaram a ser feitas em conjunto com a Guarda. Dados obtidos pelo Estado, por meio da Lei de Acesso à Informação, mostram que a atual gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) se comprometeu a comprar 2.290 viaturas — desesse, 708 foram entregues em 2015 e o resto adquirido em lotes a serem entregues em 2016 e 2017. Já em 2014, foram comprados 4.493 carros (média anual de 1.497) e 1.877 motos novas (média de 625 por ano). A partir de 2015, e até maio deste ano, o total de carros comprados foi de 1.131 e o de motos, 1.043.

de acordo com o delegado da Polícia Civil, Raquel Koshikashi, a situação é crítica. "As revisões são as feitas só no prazo de garantia do automóvel. Depois, o reparo é feito pelo proprietário pago do seu bolso".

Quarenta. Para contornar o déficit de viaturas, em muitas cidades a PM programou ações conjuntas com as guardas municipais. Em Tatuá, a integração foi objeto de reunião entre os comandantes das duas forças no início do ano. Essas operações são realizadas até nos fins de semana. Sem previsão de reforço na frota estadual, a prefeitura abriu licitação para a locação de nove viaturas para a UCAI. A falta de carros afeta o policiamento também nas pequenas cidades. Em Piracicaba, com 74 mil habitantes, só há 24 PM disponíveis para o policiamento por rodar — um veículo com mais de dez anos. O órgão, mais novo, tinha batido licitação para reparo de um carro. Em Alambari, de 5,5 mil habitantes, a PM também tem apenas uma viatura. Os moradores contam que, em abril, durante assalto a uma loja, os dois policiais fugiram porque a viatura estava em um batente.

Quarta página do Metrópole
facebook.com/metrospolicias

Sem opções, polícia altera procedimentos

BOBACAS

Desde o fim de fevereiro, policiais militares foram racionados em áreas de 30 bairros de Campinas, no interior de São Paulo. O patrulhamento sem viaturas foi adaptado nas áreas do 2º Batalhão, responsável pela região do Guarabira e Bonfim, além do 1º BPM, que atende o distrito de Oura Verde. Embora a Polícia Militar defenda essa modalidade de policiamento, por proporcionar maior interes-

se com a comunidade, o modelo real da estratégia é a falta de viaturas, segundo o vereador Nelson Santos Neto (PSD). "O comandante é obrigado para reduzir os índices (de criminalidade), mas não tem carro, então ele põe a patrulha a pé". De acordo com o vereador, que atua há 15 anos em policiamento urbano, pelo menos 60% da frota da PM no região metropolitana de Campinas, que totaliza outros 10 mil e 500, tem 3,1 milhões de moradores, está com mais de cinco anos de uso. E há casos de viaturas que voltam a apresentar avarias dois dias após sair da manutenção. "São veículos que já rodaram 300 mil ou 400 mil quilômetros e deviam ter sido trocados". Segundo ele, o assunto foi tratado com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, mas o encontro não aconteceu por falta de solução. "Os oficiais com tratadas para fazer manutenção estão indo contra o trabalho, mas vemos que o problema é

causado pelo tempo de uso das viaturas. Com tantos veículos quebrados, o comandante tem de se deslocar com a frota reduzida. Em um turno, com 20 policiais, ele tem duas viaturas, as poucas forças mágicas". Em verificação feita no início de abril, ele afirmou que os carros de viaturas estavam quebrados.

Previdência. Outras regiões do Estado enfrentam o mesmo problema. Em Baurão, após uma sequência de roubos a estabe-

limentos comerciais e pedestres, no fim de abril, o comandante da PM no região, tenente-coronel Flávio Jun Kitzame, admitiu que há falta de efetivo viaturas. Sem especificar números, disse que o déficit é de aproximadamente 30%. Em Carlinhos, a reportagem apurou que o déficit de viaturas é agravado pela idade dos veículos. Em São José do Rio Preto, a PM adotou a Operação Visibilidade, que mantém viaturas estacionadas em pontos estratégicos, em um momento em que de veículos usados em patrulhamento estavam em oficinas. Um oficial que pediu para não

ser identificado confirmou que a frota, além de insuficiente, está sucateada. A Associação em Defesa da PM dos Órgãos Militares do Estado de São Paulo defende a operação como forma de policiamento ostensivo, mas reconhece o problema da falta de viaturas, assunto que suscita outra longa discussão e nem sempre está no alcance do (ofício) de um jornalista de porta da linha". Em Itararé, questionado por moradores sobre a manutenção e a qualidade, o comando da PM informou que aguarda a decisão de renovação da frota pelo governo estadual. **J.M.T.**

ANÁLISE

Carlos Alberto de Camargo

Renovação ideal é de 1/5 da frota todo ano

O primeiro governo Mário Covas (1993-1995) foi muito difícil em termos de aquisições, pois sua prioridade foi recuperar a economia. A partir do segundo mandato e de sua continuação, no governo Alckmin (2003-2005), tor-

nos se possuiu um planejamento de aquisições. Antes do governo Covas, tivemos duas descontinuidades: os Órgãos de radiografia trabalhado pelo governo Quirino (1987-1991), por exemplo. Mas nada que possa parecer uma política de longo prazo. Carros de patrulha devem estar sempre em muito bom estado operacional. Mas os carros, por causa da exigência do emprego, se desgastam rapidamente, o que exige substituição regular. Adquirir grande quanti-

dade em uma única licitação, além do custo orçamentário, significa que terão de ser, na época oportuna, substituídos de uma só vez. Uma programação de substituição da ordem de 20% parece ser a ideal, porque teremos sempre muitos carros novos e poucos carros mais velhos aguardando a vez de serem trocados. Além disso, a troca da frota segundo uma programação permite previsão orçamentária adequada, distribuição das empresas ao longo de todo o período

do orçamento e o descarte de carros enquanto ainda têm valor econômico (podem ser alienados em leilões como material rodante e não como meta sucata). A atividade policial crítica, ou seja, deve estar livre de problemas que levam a falhas na atuação. Por isso, devem merecer atenção as condições de armazenamento e de carro de patrulha.